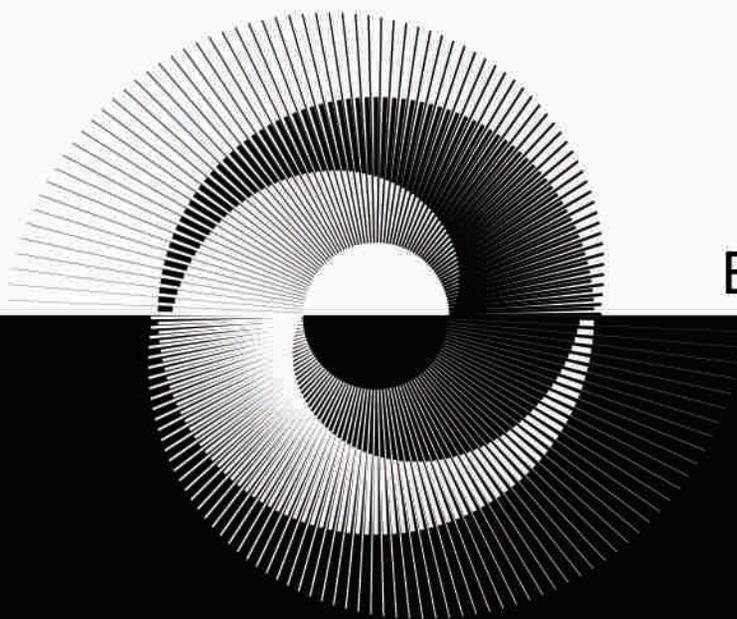


**MULTIMUNDOS  
VOLUME 3**

**ESTUDOS INTERDISCIPLINARES  
EM COMUNICAÇÃO E  
MEDIAÇÕES CULTURAIS**



**E-book**

**TENSÕES  
CONTEMPORÂNEAS**

Aclyse Mattos – Benedito Dielcio Moreira – Cristóvão Domingos de Almeida  
Pedro Pinto de Oliveira – Rita de Cássia Domingues dos Santos

Organizadores



**Estudos interdisciplinares em  
Comunicação e Mediações Culturais:  
tensões contemporâneas**



Aclyse Mattos  
Benedito Dielcio Moreira  
Cristóvão Domingos de Almeida  
Pedro Pinto de Oliveira  
Rita de Cássia Domingues dos Santos  
(orgs.)

**Estudos interdisciplinares em  
Comunicação e Mediações Culturais:  
tensões contemporâneas**

**Multimundos – Volume 3**

**E-book**



São Leopoldo  
2022

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Gilson Garibaldi

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Esta obra está sendo publicada graças ao apoio do PROAP/CAPES.

E82 Estudos interdisciplinares em comunicação e mediações culturais: tensões contemporâneas. [E-book]. / Organizadores: Aclyse Mattos et al. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2022.

210 p.; il. color; 16 x 23 cm. (Coleção multimundos).

ISBN 978-65-5974-097-0

1. Contexto cultural. 2. Comunicação. 3. Mediação cultural. 4. Identidade social. 5. Inclusão. 6. Saúde – Covid. 7. Prática midiática. 8. Migração. I. Mattos, Aclyse. II. Moreira, Benedito Dielcio. III. Almeida, Cristóvão Domingos de. IV. Oliveira, Pedro Pinto de. V. Santos, Rita de Cássia Domingues dos.

CDU 316.7

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

# Sumário

Prefácio	
Tensões comunicacionais e culturais contemporâneas: uma travessia [in]certa.....	7
Apresentação .....	9
<b>Primeira Parte – Tensões Urgentes</b> .....	17
Agroligadas: as novas sementes da Cultura Política em Mato Grosso .....	18
<i>Julia Gabriella Nogueira Munhoz</i> <i>Pedro Pinto de Oliveira</i>	
Juventudes contemporâneas: sobre conflitos geracionais e processos de socialização, ou seria neutralização?.....	32
<i>Daiany Cris Silva</i>	
Narrativas sonoras no fenômeno <i>Yuru Camp</i> .....	48
<i>Hyanna Toledo</i> <i>Aclyse Mattos</i>	
Tópicas e (Pós-)Minimalismo no cinema: o filme <i>Interstellar</i> e as tensões contemporâneas .....	59
<i>Juliano de Oliveira</i> <i>Rita de Cássia Domingues dos Santos</i>	
A identidade profissional do fotógrafo: tensões entre fotografia comercial e fotografia artística .....	72
<i>Vinicius André da Silva Appolari</i>	
Discursos jornalísticos sobre Covid-19, vacinados e mortes: tensões contemporâneas .....	84
<i>Juliane Caju de Oliveira Souza Moraes</i>	
Saúde Única, uma necessidade em tempos de pandemia: um olhar sobre a Covid-19 e a gripe espanhola .....	94
<i>Juliana Michaela Leite Vieira</i> <i>Benedito Dielcio Moreira</i>	
Histórias que insistimos em ocultar: diálogo com mulheres grávidas na pandemia da Covid-19.....	104
<i>Cleusa Albilá de Almeida</i> <i>Natally Fernanda Almeida</i>	
<b>Segunda Parte – Tensões Contemporâneas</b> .....	111
A invisibilidade da Mulher Quilombola e a luta por seus direitos.....	112
<i>Naryanne Cristina Ramos Souza</i>	
O sistema de proteção legal à mulher imigrante em situação de violência doméstica: análise crítica acerca do pertencimento da mulher migrante.....	122
<i>Cristiano dos Anjos Lopes</i>	

As tensões contemporâneas e a invisibilidade dos venezuelanos em Cuiabá .....	138
<i>Ivoneides Maria Amaral</i>	
Práticas midiáticas de inclusão e incentivo a refugiados no Brasil: análise das ações dos projetos Migrafix e Mi Casa, Tu Casa .....	148
<i>Mariana Moraes</i>	
<i>Cristóvão Domingos de Almeida</i>	
Migração e violência: breve apontamento sobre os obstáculos vivenciados pelas minorias .....	157
<i>João Clarindo da Silva</i>	
<i>Cristóvão Domingos de Almeida</i>	
O paradigma da inclusão e da exclusão dos catadores de resíduos no mundo do trabalho na sociedade contemporânea .....	167
<i>Solange Fátima de Oliveira Cruz</i>	
<i>Débora Cristina Tavares</i>	
Cultura afro na Festa de São Benedito em Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento .....	184
<i>Maria de Lourdes Fanaia Castrillon</i>	
<i>José Serafim Bertoloto</i>	
Festa de Nossa Senhora da Conceição: tradição, saberes e cultura popular .....	199
<i>Nilma da Cunha Godoi</i>	

## Prefácio

### Tensões comunicacionais e culturais contemporâneas: uma travessia [in]certa

Os pactos sociais se desequilibram, tanto no interior das casas quanto no calor das ruas. Aumento do consumo de álcool? De violência doméstica? Consumo de todos os tipos de drogas, imagens, mercadorias? Manifestações ocupam as ruas e rompem a quarentena. A violência emerge mais claramente e conflitos vêm à tona. Brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres. Todos somos iguais? A quarentena mostra que isso não é verdade. As formas de viver, de adoecer e de morrer mostram que isso está longe de ser verdade. No Brasil, além de todas essas questões, temos ainda formas arcaicas de fazer política, seja política ligada à conquista e manutenção do poder, seja ligada à saúde, educação, economia e outras áreas vitais. Como não escutar esse caos que parece explodir em revelação? Essa experiência que nos é comum parece funcionar como uma lupa da alma, magnificando os eventos e nos deixando ver aquilo que estava oculto ou que tentava se expressar, mas empurrávamos novamente para debaixo do tapete do recalque (HOMEM, 2020, p. 7).

Em recente tentativa de captura do espírito do tempo pandêmico através do livro *Lupa da Alma: Quarentena-revelação*, de 2020, da editora Todavia, a psicanalista brasileira Maria Homem versa sobre as múltiplas tensões catalisadas por um micróbio que ninguém vê. Ao aceitar o convite de elaborar o presente prefácio a partir do querido amigo pesquisador Cristovão e organizador da obra *Estudos interdisciplinares em Comunicação e Mediações Culturais: tensões contemporâneas*, recorri às minhas recentes leituras sobre um Brasil diferente daquele exportado historicamente via produtos de comunicação de massa. Indo além de um povo amigável, divertido e caloroso, busquei um povo com as vísceras de fora.

Encontrei um país sofrido, preenchido com diferentes tipos de violências e com memória curta [ou recalçada], inclusive. Ao adicionar um inimigo invisível à realidade de viver no Brasil atual, o jogo entra numa outra fase:

mais rápida, mais dolorosa, mais sufocante. É dessa forma, objetiva e real, que Homem (2020) tira o band-aid da ferida histórica de todo o corpo brasileiro. A pandemia joga no ventilador todas as tensões possíveis, demonstrando que, definitivamente, não estamos todos no mesmo barco.

Frente a tudo isso, como analisar os processos comunicacionais e as mediações culturais num verdadeiro caldeirão em fase de ebulição? Essa é a pergunta que cutuca o nosso desamparo social enquanto sujeitos inacabados e instiga estudantes da pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso a versar sobre possibilidades de manejo frente às infinitas tensões vigentes.

Apreendi, desde cedo, que a comunicação é também olhar para as diferenças, para os ruídos, para o Outro – além da mensagem a ser transmitida, óbvio. Não nos comunicamos nem existimos sozinhos; isso acontece a partir ou por meio de um Outro, estando esse dentro ou fora da gente. Vou adicionar um toque de complexidade à equação comunicacional que estou tentando esboçar: esse processo de comunicação acontece dentro de uma cultura com valores, afetos e necessidades diferentes para cada indivíduo.

Não dá para não pensarmos na brincadeira do telefone sem fio para complementar o esboço: nesse simples, mas instigante, jogo infantil, o desafio é transmitir a mensagem do início ao fim de forma assertiva, rápida e eficiente – adjetivos clássicos do capital. Contudo estamos falando de sujeitos singulares participando da dinâmica.

Todos os que já brincaram de telefone sem fio sabem as coisas inusitadas que surgem no final do processo de cochichar no ouvido do Outro que faz parte da roda: palavras faltando, expressões parecidas ou estranhas na pronúncia, frases sem nexos e todas as outras possibilidades existentes em nossa capacidade única em ser o fio condutor do telefone sem fio. Aos que nunca participaram lembro que rende boas risadas. Aos que já participaram, a aposta é justamente esta: entender que o processo comunicacional depende de variáveis incontroláveis por parte do emissor-receptor. Ou seja, a mensagem a ser transmitida é viva e se transforma ao longo na relação com o Outro, a depender da influência sociocultural do espírito do tempo em questão.

A dinâmica Comunicacional e de Mediações Culturais é orgânica, mutável e interdisciplinar; é diferente em cada relação, e esse diferente não é ruim. Até porque o diferente é só diferente. Esse [in]consciente coletivo está em constante ruptura, e a leitura destes manuscritos ilustra uma tentativa de pôr em análise a nós mesmos. Por fim, deixo uma última pergunta como bússola teórica para sua leitura: quais tensões movem o espírito do tempo [pós] pandêmico?

Boas reflexões!

Com os melhores cumprimentos,  
Alessandro Mateus Felipe

## Apresentação

O livro **Estudos interdisciplinares em Comunicação e Mediações Culturais: Tensões Contemporâneas** traz uma coletânea de textos escritos por professores e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso, participantes do seminário “Mediações Culturais e Tensões Contemporâneas”. O livro é o terceiro volume da Coleção Cadernos Multimundos, organizada pelo grupo de pesquisa Multimundos. Os dois primeiros volumes tratam também de temas discutidos em seminários anteriores e contam com a participação de pesquisadores de Brasil, Alemanha, Portugal e Barbados. O primeiro volume tem como título “Comunicação, Cultura e Sensibilidade”, e o segundo, “Comunicação Cultura e o Outro”.

Falar de tensões contemporâneas é tanto buscar onde e em quais grupos sociais as tensões se manifestam com mais agressividade, como é também resgatar parte da história que, repetidamente, registra entre os mais fragilizados as principais dores da exclusão e do abandono. Sabemos disso pelo processo colonizador na África e nas Américas, como estamos vendo hoje pelas TVs e redes sociais em todo o mundo a saga e o sofrimento dos imigrantes expulsos de seus países pelas guerras e pela pobreza, a discriminação dos negros e a violência contra as mulheres.

Já se sabe há muito tempo, e os países mais desenvolvidos estão mostrando isso a todo momento: a erradicação da pobreza e da vulnerabilidade passa por investimentos na educação, na saúde, na segurança e na distribuição mais equitativa de rendas. E o que se vê é a riqueza produzida pelo país cada vez mais concentrada em um pequeno grupo de pessoas e a proliferação de armas e de segurança privada como forma de defesa contra a miséria que assola o país.

A barbárie não é um fenômeno do nosso tempo. Em “Uma breve história da humanidade”, Yuval Noah Harari mostra que a ocupação do planeta não aconteceu sem violência, sem guerras, sem destruição da natureza e sem o aniquilamento dos mais frágeis. O que nos difere é que hoje temos conhecimento, tecnologias, produção de riquezas, mas isso não impediu guerras nem a violência ou a pobreza, pelo menos nas regiões mais vulneráveis. Ao contrário. A realidade brasileira mostra, por exemplo, que os pobres ficam cada dia mais pobres e os ricos cada dia mais ricos.

Estudar, questionar, pesquisar os fenômenos sociais, comunicacionais e tecnológicos, entre outras áreas do conhecimento, é um dever das escolas em todos os níveis. É no debate que os preconceitos emergem, que as fúrias se manifestam; é quando a humanidade se olha no espelho e se vê desnuda. Mas é também quando despontam as soluções, a solidariedade e a esperança. Omitir-se ao debate é como esconder a sujeira embaixo do tapete ou empurrá-la para o quintal do vizinho. Os textos neste livro, divididos em duas partes – “Tensões Urgentes” e “Tensões Contemporâneas” – tanto expõem feridas abertas como mostram grupos solidários em busca de respostas.

Compõem a Parte 1, denominada de Tensões Urgentes, oito artigos. O primeiro é **Agroligadas: as Novas Sementes da Cultura Política em Mato Grosso**, de autoria Julia Gabriella Nogueira Munhoz e Pedro Pinto de Oliveira. Os autores refletem sobre o surgimento de um movimento na cultura política de Mato Grosso: as Agroligadas. Reunindo a participação de mulheres ligadas ao agronegócio, sejam como profissionais liberais, esposas ou filhas de empresários rurais. Buscam visibilidade midiática e reconhecimento social como interlocutoras na discussão da lógica da produção do agro e espaço na política eleitoral. O eixo teórico é a ideia relacional de comunicação, de Vera França, em diálogo com o filósofo pragmatista John Dewey. O corpus selecionado: as transmissões ao vivo feitas pelas Agroligadas às vésperas das eleições municipais de 2020. A pergunta condutora se desdobra em dois aspectos: como as Agroligadas constroem os sentidos e argumentos de defesa da forma de produção; a condição da participação da mulher no agronegócio e política local.

O segundo texto – **Juventudes contemporâneas: sobre conflitos geracionais e processos de socialização, ou seria neutralização?** –, de autoria de Daiany Cris Silva, propõe uma reflexão sobre as juventudes contemporâneas e os processos de neutralização dos conflitos geracionais por meio de valores da cultura organizacional. O intuito é refletir sobre as possibilidades dos enquadramentos teóricos que conceituam geração e propor uma discussão acerca dos mecanismos de socialização a que são submetidas as juventudes contemporâneas. Apresenta-se a hipótese de que esses mecanismos podem ser uma tentativa de neutralização dos conflitos que os mais jovens impõem sobre os processos sociais, neutralização esta que pode ser ofuscada por processos educacionais que incluam narrativas transmídia, de modo a proporcionar o encontro de diversas vivências cotidianas no ambiente escolar.

O terceiro texto – **Narrativas Sonoras no Fenômeno Yuru Camp** – é de autoria de Hyanna Toledo e Aclyse Mattos. Esse texto busca compreender, a partir de uma análise de escuta que vem se desenvolvendo na pesquisa da mestrandia, as texturas e gestos musicais na música eletroacústica (música mista), comparando depois o uso de texturas sonoras no anime, que é

fenômeno no Japão, Yuru Camp. Também a comunicação entre os elementos narrativos, entre desenho e trilha sonora na utilização da música mista.

No quarto texto – **Tópicas e (pós)minimalismo no cinema: o filme Interestelar e as tensões contemporâneas** – os autores Juliano de Oliveira e Rita de Cássia Domingues dos Santos tratam do Pós-Minimalismo e de sua abertura à semanticidade no contexto cinematográfico a partir da teoria das tópicas. Buscam demonstrar que, no cinema, o estilo rapidamente adquiriu sentido ao se associar a temáticas relacionadas à tecnologia, pensamento matemático, alteridade (robôs, ciborgues, extraterrestres) e distopias – incluindo, mais recentemente, aquelas que tocam em questões emergentes, como o aquecimento global, alterações climáticas e as consequências desses fenômenos. Um exemplo desse tipo de associação pode ser encontrado no filme “Interestelar” (2014) com a música de Hans Zimmer. Demonstram, por conseguinte, como o (pós)minimalismo se converteu em uma tópica nas mãos de compositores de cinema e como a teoria proposta por Leonard Ratner (1985) é adequada para desvelar as tensões contemporâneas que o filme tangencia.

O quinto texto – **A identidade profissional do fotógrafo: Tensões entre fotografia comercial e fotografia artística** – é de autoria de Vinicius André da Silva Appolari. O texto reflete sobre a trajetória do jovem profissional fotógrafo. Ao refletir sobre a vivência do aspirante a fotógrafo em seu ingresso no mercado de trabalho, percebe-se uma tensão entre dois polos presentes na profissão fotógrafo. Diante de um complexo universo da arte e economia criativa, o artista precisa avaliar os caminhos que o levarão a seus objetivos profissionais e artísticos. Essa tensão ocorre por haver uma dicotomia entre os caminhos a que esse aspirante poderá submeter-se e pela falta de direcionamento profissional para essa escolha. Dessa maneira, o fotógrafo poderá ser levado a escolher um desses campos de atuação profissional. Optará entre a atuação na prestação de serviços na fotografia comercial ou pela produção artística autoral com o aporte dos incentivos para a produção de arte contemporânea. Essa dualidade vagamente explorada nas academias de arte resulta na crise de identidade do profissional fotógrafo.

O sexto texto – **Discursos jornalísticos sobre Covid-19, vacinados e mortes: tensões contemporâneas** – de autoria de Juliane Caju de Oliveira Souza Moraes, analisa os discursos jornalísticos que surgiram a partir das desinformações sobre as mortes de pessoas em consequência da Covid-19 depois de terem tomado as duas doses da vacina contra o vírus. Para dialogar sobre essas narrativas, utilizamos a metodologia de análise do discurso, com a qual foi possível apreender e compreender como o uso de palavras propagou mais desinformação ou provocou mais dúvidas sobre a eficácia das vacinas ou, ainda, deu mais vazão para os discursos dos grupos contrários à vacinação. Para o desenvolvimento desse artigo, foi utilizado um caso noticiado

na imprensa do estado de Mato Grosso. Analisamos as manchetes de cinco veículos de comunicação.

O sétimo texto – **Saúde Única, uma necessidade em tempos de pandemia: um olhar sobre a Covid-19 e a Gripe Espanhola** – é de autoria de Juliana Michaela Leite Vieira e Benedito Dielcio Moreira. O texto propõe-se a analisar a comunicação médico-científica, a infodemia e a desinformação no período pandêmico da gripe espanhola no Brasil e da Covid-19 (SARS-Cov-2) através de análises de artigos científicos publicados sobre o tema. E discutir a efetividade ou não da comunicação científica e do jornalismo científico na prevenção de doenças em tempos de pandemia. Além da necessidade do olhar da interconexão de uma Saúde Única que afeta todos os seres vivos, sejam eles plantas, animais e seres humanos, pois, quando o meio ambiente está desequilibrado, ele procura uma forma de se estabilizar.

O oitavo texto – **Histórias que insistimos em ocultar: diálogo com mulheres grávidas na pandemia da Covid-19** – é de autoria de Cleusa Albilha de Almeida e Natally Fernanda Almeida. As autoras promovem reflexões sobre as mulheres grávidas no período de pandemia da Covid-19. Verificando em que medida a vacinação afeta a vida das mulheres gestantes com um recorte ao mapear as mulheres grávidas na cidade de Cáceres – MT. O objetivo é dialogar com as vozes das mulheres contidas nos contos de Conceição Evaristo (2020): “Insubmissas Lágrimas de Mulheres”. Aliado a isso, foi posta em discussão a questão de gênero e empoderamento feminino para pensar o local de fala dessas mulheres com maior vulnerabilidade na pandemia. Pretende-se evidenciar, a partir das narrativas, que existem elementos não narrados e que podem ser relevantes para potencializar o ser mulher e o ser mãe em tempos difíceis e que precisam de maior suporte e atenção.

Já a Parte 2 – Tensões Contemporâneas – também reúne oito artigos. **A Invisibilidade da Mulher Quilombola e a Luta por seus Direitos** é de autoria de Naryanne Cristina Ramos Souza. No texto, a autora demonstra que as comunidades quilombolas estão entre os grupos populacionais mais vulneráveis do Brasil e se enquadram na categoria de comunidades tradicionais, uma vez que a noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. A relação intrínseca entre o trabalho das mulheres quilombolas, quase sempre ligado à lavoura, e a preservação do território como um meio ambiente natural indica outro papel de grande importância exercido por elas, qual seja, a proteção dos direitos culturais na construção de uma gestão ambiental dos recursos naturais para

o bem viver em sua comunidade. Entretanto a mulher quilombola tem sua vida moldada e controlada pelos nexos de gênero, raça, cor, etnia e outras linhas de subordinação e, diante de uma sociedade marcada pelo racismo, preconceito e pela falta de oportunidades, tanto no campo de trabalho como no campo social, educacional, político e histórico, as mulheres quilombolas se veem abaixo da última das camadas da sociedade. Diante desse reconhecimento à vulnerabilidade dos quilombolas, especificamente das mulheres quilombolas, encontramos a necessidade de maior aprofundamento no estudo dos seus problemas e tentar encontrar maior efetividade jurídica dos institutos já constituídos em nossa legislação.

De autoria de Cristiano dos Anjos Lopes, o artigo **O sistema de proteção legal à mulher imigrante em situação de violência doméstica: análise crítica acerca do pertencimento da mulher migrante** trata do ordenamento jurídico brasileiro no que tange à proteção dos direitos fundamentais da mulher imigrante. Com a Constituição Federal brasileira, que erigiu a dignidade da pessoa humana à condição de fundamento da República, a Lei Maria da Penha foi considerada uma das melhores leis de proteção à mulher no mundo e a Lei de Migração, considerada uma lei moderna, alinhada às mais relevantes normas internacionais que versam sobre o tema. Todavia, à revelia dos avanços legislativos, a realidade no país indica que a efetividade dos direitos fundamentais desse grupo vulnerável está longe do ideal, como se a lei a ele não fosse destinada. Nesse sentido, promoveremos uma reflexão sobre o pertencimento da mulher imigrante dentro dos principais instrumentos normativos de proteção estatal.

**As tensões contemporâneas e a invisibilidade dos venezuelanos em Cuiabá**, de autoria de Ivoneides Maria Amaral, busca retratar a realidade dos venezuelanos marginalizados pelo processo migratório. Dialogamos sobre a invisibilidade dessas pessoas com o propósito de refletir como a globalização e a mídia têm intensificado esse contexto do que é o humano, impondo direcionamentos que não projetam para a solidariedade e sim para o consumo e para a manutenção do poder. O estudo baseia-se na proposta de autores como Felipa Subtil, Nick Couldry, Hadriel Theodoro, Pierre Bourdieu, Paulo Freire, Kathryn Woodward, entre outros que dialogam com o papel da mídia na sociedade contemporânea. As considerações e reflexões estão pautadas no cotidiano dos venezuelanos nas ruas de Cuiabá.

**Práticas midiáticas de inclusão e incentivo a refugiados no Brasil: análise das ações dos projetos Migraflix e Mi Casa, Tu Casa**, de autoria de Mariana Moraes e Cristóvão Domingos de Almeida, mostra que com o aumento do fluxo de refugiados no Brasil como alternativa de sobrevivência às crises humanitárias em seus países de origem o projeto de pesquisa propõe analisar práticas midiáticas que se destinam a incluir e incentivar, social e

profissionalmente, refugiados no Brasil de forma a tentar superar as vulnerabilidades sociais acarretadas, entre outras razões, pela “migração do desespero” (PAEZ; PENALVER, 2017). Para o corpus de análise, estabeleceram-se ações como o Raízes na Cidade e a escritura de cartas para migrantes dos projetos Migraflex e Mi Casa, Tu Casa nos anos de 2020 a 2023. Para além da compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos e discussão das políticas de acolhimento e incentivo, a investigação será realizada através de uma Netnografia, e as informações serão tratadas a partir da Análise de Discurso, evidenciando que a diversidade cultural, a vulnerabilidade social e as práticas midiáticas estão articuladas nos fenômenos migratórios.

De autoria dos professores João Clarindo da Silva e Cristóvão Domingos de Almeida, o texto **Migração e violência: breve apontamento sobre os obstáculos vivenciados pelas minorias** busca refletir e questionar a pluralidade através de um sistema jurídico que leva o ser humano a entender a sistemática da liberdade. Com a dimensão da liberdade em busca de conhecimentos, entre eles conhecer como a orientação sexual é vista como uma maneira de concretização dos direitos humanos e, por outro lado, a violência, o preconceito e a discriminação não deveriam encontrar espaços nas vivências humanas. Perceberemos que as conquistas recentes também vêm acompanhadas do aumento da intolerância e dos crimes de ódio em relação ao grupo LGBTIQ+; em muitos casos, esses são criminalizados e invisibilizados, tornando a luta por direitos humanos cada vez mais desafiadora nos tempos atuais. **O Paradigma da Inclusão e da Exclusão dos Catadores de Resíduos no Mundo do Trabalho na Sociedade Contemporânea**, de autoria de Solange Fátima de Oliveira Cruz e Débora Cristina Tavares, tem como objetivo refletir sobre o paradigma da inclusão e da exclusão dos catadores de resíduos sólidos na contemporaneidade e registrar um breve histórico das políticas públicas em Mato Grosso nas duas últimas décadas. Ele apresenta uma contextualização do tema relacionada à sociedade de consumo e discute a situação paradoxal da inclusão dos catadores de materiais recicláveis no mundo do trabalho e sua exclusão social com um breve relato sobre as atividades desenvolvidas intersetorialmente no estado de Mato Grosso. Conclui-se que a profissão de catador não é um ato individual e arbitrário, mas sim um resultado de forças ecoadas do coletivo social que agem invisivelmente e de forma eficientemente operacional e magnética em seu estilo.

**Cultura afro na Festa de São Benedito em Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento** é de autoria de Maria de Lourdes Fanaia Castrillon e José Serafim Bertoloto. A pesquisa estabelece uma reflexão sobre a cultura afro-brasileira referente à festa de São Benedito de Cuiabá e do município de Nossa Senhora do Livramento, localidades que surgiram no século XVIII, assim como a festa do santo propriamente dita. Um dos objetivos é

destacar a dança do Congo, uma cultura afro pouco conhecida em Mato Grosso. Além disso, outro objetivo é ressaltar a difusão dessa cultura pela produção midiática (jornal on-line e telejornal). Para fundamentar a pesquisa são relevantes vários referenciais como: Geertz (1989), Roger Chartier (1999), Roger Bastide (1971), Herman Oliveira (2011), Massarolo (2019), Wulg (2016), Fabio Cequini (2020), entre outros. Além das referências, também são importantes as consultas das produções midiáticas. A pesquisa encontra-se em construção, e os procedimentos técnicos serão articulados juntamente com as problemáticas.

**Festa de Nossa Senhora da Conceição: tradição, saberes e cultura popular**, de autoria de Nilma da Cunha Godoi, avalia os saberes e as tradições populares relativos à realização da festa à Nossa Senhora da Conceição nos anos de 2021, 2022 e 2023. O estudo parte da interdisciplinaridade entre História e Antropologia, buscando entender a construção dos saberes populares moldados sobre um mundo oral na Comunidade de Passagem da Conceição em Várzea Grande/MT. Fundamenta-se na Nova História (BLOCH, 2001; BURKE, 2008; CERTEAU, 2020; GINZBURG, 1987; HOBSBAWM; RANGER, 1997; LE GOFF, 2003; THOMPSON, 1992), na História Oral (MINAYO, 1994; AMADO; FERREIRA, 2006) e na Antropologia (LARAIA, 1986).

Esperamos que o conteúdo do livro possa ser inspirador. Boa leitura e novas reflexões e interações humanas.

Os Organizadores



## Primeira Parte

### Tensões Urgentes

# Agroligadas: as novas sementes da Cultura Política em Mato Grosso

Julia Gabriella Nogueira Munhoz<sup>1</sup>

Pedro Pinto de Oliveira<sup>2</sup>

## Introdução

A narrativa aponta, a partir da visada econômica, Mato Grosso como líder no setor da produção do chamado agronegócio, mesmo durante a pandemia da Covid-19 e com desdobramentos positivos no futuro próximo. Dados divulgados pelo governo do Estado<sup>3</sup> mostram que Mato Grosso deve registrar crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 41% entre os anos de 2010 e 2022. O levantamento mostra ainda que o estado também lidera na projeção de crescimento para 2021 com aumento de 4,97%, sendo que o agronegócio é apontado como o principal condutor do crescimento do PIB estadual, uma vez que Mato Grosso é o principal produtor de grãos do Brasil e deve ser o responsável por quase 30% da safra nacional em 2021.

Na lógica dos negócios do Mundo Rural, a presença da figura pública masculina na condição de produtor rural ou empresário rural é parte de um contexto histórico e cultural. Essa tradição da ideia do “homem do campo”, não obstante a sua força, também está sujeita às transformações e começou a registrar uma crescente participação de figuras públicas femininas. É o que aponta uma pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA). Em quatro anos, a participação feminina nos cargos de gestão e comando do agronegócio triplicou. Entre os anos de 2013 e 2017, essa participação passou de 10% para 31% (chegando a 42%, considerando apenas as grandes propriedades).

Apresentamos no presente artigo os achados da análise de uma *situação problemática*, um corte de um momento da performance dessas mulheres ligadas ao agronegócio, buscando visibilidade midiática e reconhecimento do

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: juliamunhozz@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Doutor, docente do programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: ppo@terra.com.br.

<sup>3</sup> mt.gov.br.

público como interlocutoras de credibilidade na discussão dos negócios do agro, mas também na política partidária e eleitoral. Buscamos aqui entender como essas líderes constroem os sentidos desse movimento e reivindicam a condição da participação da mulher no agronegócio e na política local. Como elas performam e de que forma expressam, ou não, conceitos feministas.

O eixo teórico é a ideia relacional de comunicação de Vera França. Em diálogo com noções do filósofo John Dewey, os conceitos operadores são de performance de Erving Goffman e de feminismo com as noções de Maria João Silverinha e Chimamanda Ngozi Adiche.

O *corpus* de análise constituiu-se a partir de transmissões ao vivo (*live*) em rede social, realizadas às vésperas das eleições de 2020, a principal delas no dia 12 de novembro, organizada e mediada pela presidente e idealizadora do movimento Agroligadas, Geni Schenkel. O espaço teve como convidada Luciana Lacerda, jornalista e sócia diretora da ImPlantar Institucional, empresa de assessoria e consultoria para movimentos, associações, cooperativas e empresas do agronegócio.

## O movimento e suas líderes

Esse novo movimento feminino ligado ao agronegócio em Mato Grosso começou a ser organizado em 2018 nos corredores da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), liderado pela fisioterapeuta e esposa de produtor rural Geni Schenkel. O movimento Agroligadas nasce então com o propósito expresso de estabelecer pontes entre o campo e a cidade e, através de estratégias comunicativas, fechar lacunas entre o que no passado se comunicou sobre o agronegócio e o que se pode atualmente comunicar. Em relato ao blog Missão Mulheres do Agro<sup>4</sup>, a presidente Geni Schenkel define o propósito do movimento impulsionado pela ideia do agir em defesa do agro.

Em 2017, meu marido assumiu a presidência da AMPA, associação mato-grossense dos produtores de algodão, e fomos morar em Cuiabá com a intenção de permanecer com a família unida. A partir daí comecei a estar mais dentro da associação, onde o contato com as mulheres, esposas e colaboradoras se intensificou. Em todas as reuniões de diretoria, é comum as esposas acompanharem seus maridos, e no final do dia sempre tem um jantar com todos da família, e em um desses jantares, nós mulheres, as esposas, começamos a questionar sobre as fakes news do agro que estavam rolando na época muito intensamente e sobre a votação do PL dos defensivos agrícolas. Naquela noite, percebi que precisávamos de conteúdo; todas nós nos sentíamos perdidas em relação a algumas partes referentes a

---

<sup>4</sup> <http://missaomulheresdoagro.com.br/historia-agroligadas/>.

PL dos defensivos agrícolas e sobre a regulamentação dos mesmos. Ficou claro que nem nós mesmas, produtoras rurais, gestoras de suas propriedades, ou seja, de dentro do agro, não tínhamos informações corretas sobre nada; o que sabíamos era o que chegava aos ouvidos ou o que pesquisávamos on-line, e as críticas que nós mesmas sofríamos estavam nos deixando sem argumento (Depoimento publicado no Blog Missão Mulheres do Agro).

O movimento de mulheres do agro parece transgredir a posição cultural historicamente imposta pelas tradições, mas, na verdade, como constatamos em suas ações e discurso, tanto expressam como acabam defendendo valores do Mundo Rural Masculino. Mulheres propõem-se a atuar em um Mundo Rural contemporâneo na defesa dos interesses do negócio do agro, mas com argumentos que ainda sustentam a essência do ser e agir do “homem do campo”.

Atualmente, o movimento que nasceu em Mato Grosso conta com mais de 750 mulheres e já possui núcleos espalhados em mais de 100 cidades do Brasil com frentes de atuação em Comunicação, Educação e Relações Institucionais. Essas relações começam a ser alargadas para além da defesa dos fundamentos da lógica empresarial rural, apontando para outro espaço de embate: a política. As líderes do movimento passam a buscar em desdobramento dessa visibilidade midiática e reconhecimento social o lugar de interlocutoras na discussão da política eleitoral para a defesa dos interesses do agronegócio.

## Comunicação

Prática concreta da vida social e com poder de afetação no cotidiano, a comunicação é o processo de compartilhamento de sentidos, sendo considerada por Dewey (1974) como um meio autocorretivo e condutor. Uma ponte natural entre a essência e a existência.

A essência jamais é existência, e não obstante ela é essência, a significação destilada, da existência; é o que há de significativo em relação à última, sua garantia intelectual, o instrumento de inferência e de transferência extensiva, e o objeto de intuição estética. Nela o sentir e o entender são um; o significado de uma coisa é o sentido que ela faz (DEWEY, 1974, p. 197).

A ideia da existência de diferentes perspectivas abre a possibilidade para variadas interpretações e diferentes efeitos no processo comunicativo. Nessa perspectiva, França (2001) descreve a comunicação como “[...] algo vívido, dinâmico, instituidor – instituidor de sentidos e de relações; lugar onde não apenas os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura”.

Essa dinamicidade do processo comunicativo, que é tratada por França (2013, p. 90) como um agir comum, marcado por mútua afetação e permeado por gestos significativos, à medida que reforça uma circularidade no processo comunicacional, fruto de uma relação interpessoal com uma sequência de acontecimentos que estão fora do controle e que podem interferir na relação com o outro. Assim compreendemos a comunicação como ação compartilhada e interação, não sendo limitada apenas à transmissão de mensagens.

A novidade e riqueza é que esta outra descrição do processo comunicativo – esta concepção, este esquema teórico de apreensão – busca resgatar a circularidade e globalidade do processo, a interrelação entre os elementos que, por sua vez, se constituem, ganham uma nova existência no quadro relacional estabelecido. A especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto) (FRANÇA, 2001, p. 16).

O filósofo considera que a comunicação provoca reconsiderações e revisões aos eventos naturais, transformando-os em objetos e coisas com significados. Uma atividade social possibilitando que as pessoas interajam. Dewey (1925) explica que “de todos os afazeres, a comunicação é o mais maravilhoso. [...] E que o futuro da comunicação deva ser a participação, o compartilhamento [...]”.

Nesse processo de interação entre grupos sociais, a linguagem é a ferramenta, apresentada por Dewey (1925), para estabelecer cooperação, elevando a comunicação ao meio que possibilita aos sujeitos romperem o isolamento e compartilharem significados.

A comunicação é singularmente instrumental e conclusiva (final). Ela é instrumental porque nos libera das pressões opressoras dos eventos e nos permite viver em um mundo de coisas que possuem um significado. Ela é conclusiva como um compartilhamento dos objetos e artes preciosas para uma comunidade, um compartilhamento por meio do qual os significados são acentuados, aprofundados e solidificados no sentido da comunhão (DEWEY, 1925, p. 204).

Em aproximação ao que nos apresenta Dewey (1925) quanto à linguagem como ferramenta da comunicação, Progrebinschi (2005) define essas formas de interação e compartilhamento de significados solidificados, reflexivas do processo de comunicação de um indivíduo isolado como o “outro generalizado”, que contribui para a formação de grupos sociais, tendo como ponto de partida também a linguagem.

## Feminismo leve e performance

É importante aqui destacar que recortamos as noções de feminismo de duas autoras em aproximação, considerando as possibilidades analíticas que se abrem. Nossa visada, portanto, parte especificamente da abordagem de ambas sobre uma forma de feminismo.

Em *Sejamos Todos Feministas*, Adichie (2012) traz um conceito contemporâneo de feminismo e levanta discussões sobre o quanto ainda é preciso que mulheres e homens se proponham a discutir as questões de gênero. Algo intrinsecamente ligado à cultura que envolve as próprias mulheres, que por vezes reproduzem costumes e valores machistas do meio social ao qual são submetidas. Não se tratando de acontecimento recente, mas histórico.

Os seres humanos viviam em um mundo onde a força física era o atributo mais importante para a sobrevivência; quanto mais forte a pessoa, mais chances ela tinha de liderar. E os homens, de maneira geral, são fisicamente mais fortes. Hoje, vivemos num mundo completamente diferente. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto homens como mulheres podem ser inteligentes, inovadores, criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero deixam a desejar (ADICHIE, 2012, p. 21).

Nessa perspectiva, é importante salientar que a soma de crenças, ideias, costumes e linguagem, parte da vida social, adquiridos ao longo dos anos em meio a uma transmissão de saberes e valores, que é repassada do mais velho para o mais novo, o que nos remete ao que Adichie (2017) define como “feminismo leve”. Uma ideia de igualdade feminina condicional, quase que derivada desses costumes e valores transmitidos historicamente.

É uma ideia vazia, falida, conciliadora. Ser feminista é como estar grávida. Ou se é ou não se é. Ou você acredita na plena igualdade entre homens e mulheres ou não. O feminismo leve usa analogias como ‘ele é a cabeça e você o pescoço’. Ou ‘ele está na direção, mas você é o copiloto’. Mais preocupante ainda é a ideia, no Feminismo Leve, de que os homens são naturalmente superiores, mas devem ‘tratar bem as mulheres’. Não, não e não. A base para o bem-estar da mulher não se pode resumir à condescendência masculina (ADICHIE, 2017, p. 29).

É uma falsa ideia de feminismo, disfarçada nos gestos e costumes e em aproximação a essa perspectiva de que não é possível existir um meio-termo para o feminismo. Silveirinha (2016) busca estabelecer relações entre a ética feminista e o pragmatismo de Dewey, pautadas na relação entre comunicação e comunidade, e essas influências por vezes ganham contornos ético-políticos:

Por outro lado, mesmo que haja diferenças significativas entre aseticistas feministas de hoje, todas elas concordam que há algumas noções morais, esferas e problemas que têm sido desvalorizados, negligenciados ou ignorados na ética ocidental tradicional. Entre essas questões estão o afetivo (emoções), a estética e a primazia das relações pessoais (por exemplo, relações maternas, família, amizade) (SILVEIRINHA, 2016, p. 11).

Como nos apresenta Silveirinha (1997), o discurso é parte do processo de mudança desse cenário e surge como ferramenta de ação para uma cultura positiva e transformadora de sentidos, sendo sujeito a uma rigorosa análise a partir de uma ideia de mundo preestabelecida.

[...] poder-se-á dizer que uma parte da ação feminista consiste, por um lado, em avaliar criticamente os discursos construtores de uma teia de significados, de uma visão de mundo socialmente construída, que historicamente tem excluído e secundarizado a experiência das mulheres e, por outro, em avaliar aquilo que, nos seus termos, pode ser considerado “o mito do acesso universal” à esfera pública (SILVEIRINHA, 1997, p. 3).

As noções de feminismo de Silveirinha (1997) e Adichie (2012) são complementares ao passo que entre a cultura imposta às mulheres, os discursos reproduzidos e o interesse pelo mundo político essas figuras públicas femininas afastam-se das discussões de gênero, assumindo uma espécie de dualidade quanto ao sentir-se empoderada, mas não ser feminista: não rompem com a normalidade cultural de subordinação e o papel de coadjuvante porque não têm esse propósito.

Nessa compreensão, incorporamos o conceito de performance do sociólogo Erving Goffman. Começando pela noção de performance como ação que se estabelece pela metáfora dramatúrgica – ideia-chave *goffmaniana*: permite ensaios tanto na arte como na vida social, sendo que na segunda ela vem composta por ajustes sociais.

A performance em suas estratégias comunicativas consiste nisso, não apenas a forma verbal como nos comunicamos, mas as não verbais com as quais expressamos opiniões sobre determinadas situações, como apresenta Goffman (1967):

Todas as pessoas vivem num mundo de encontros sociais que as envolvem, ou em contato face a face, ou em contato mediado com outros participantes. Em cada um desses contatos, a pessoa tende a desempenhar o papel de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disso sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria (GOFFMAN, 1967, p. 13).

Segundo Goffman (1967), gestos durante o processo de interação, como mudanças no tom de voz, olhares e posições, preenchem de importância a performance, sendo sinais expressos de forma intencional ou não. “Um conjunto de gestos significativos é empregado para iniciar uma enxurrada de comunicação e como um meio para que as pessoas em questão se imputem como participantes legítimos.”

Dito isso, somos conduzidos a outra questão pontuada por Goffman (1964), a ‘situação negligenciada’, que parte de duas correntes de análise: a correlacional e a indicativa, sendo a segunda diretamente ligada ao conjunto de gestos humanos, movimentos de mãos e sobranceiras, que não podem ser evidenciados através da escrita. Para que a análise desses gestos aconteça, é preciso ainda considerar o ambiente onde eles ocorrem, estabelecendo o que Goffman apresenta como ‘ponte entre a fala e a conduta social’, que leva em conta valores agregados a atributos sociais como idade, sexo e outros.

E, assim, temos o seguinte problema: um estudioso interessado nas propriedades da fala pode se ver obrigado a olhar para o cenário físico no qual o falante executa seus gestos simplesmente porque não se pode descrever completamente um gesto sem fazer referência ao ambiente extracorpóreo no qual ele ocorre. E alguém interessado nos correlatos linguísticos da estrutura social pode acabar descobrindo que precisa se voltar para a ocasião social toda vez que o indivíduo possuidor de certos atributos sociais se fizer presente diante de outros. Ambos os estudiosos precisam, portanto, olhar para o que chamamos vagamente de situação social. E é isso que tem sido negligenciado (GOFFMAN, 1964, p. 16) .

Nessa constante de interações com o Outro, Goffman (1964) afirma ainda que os participantes estão sujeitos ao enquadre, o que, segundo ele, situa a metamensagem, operando de forma analógica a uma moldura. Um conceito introduzido nas ciências sociais por Gregory Bateson (1972), peça fundamental para a análise de Goffman.

Parto do princípio de que definições de uma situação são construídas de acordo com princípios que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir-me a um desses elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Essa é a minha definição de enquadramento. Minha expressão análise de enquadramento é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência (GOFFMAN, 2006, p. 11).

São essas perspectivas apontadas por Goffman que colocam como ponto central, incorporadas à análise, o comportamento social dos encontros e ações promovidas pelas líderes do movimento, seja por meio das redes sociais

ou na mídia radiofônica, como indicativo de uma valorização da análise dos quadros de sentidos sociais, sinalizando o que dizem ou fazem e como é expresso o que é dito ou feito.

### **As mulheres do agro e a política**

Essa forte tendência da participação feminina no agronegócio brasileiro, movimento de resto registrado em dezenas de trabalhos acadêmicos – óbvio com diferentes apreensões – relacionados à temática “mulher e agro”, aponta para o surgimento também de novas figuras públicas femininas, com novas estratégias de comunicação, que passam a atuar “dos dois lados do balcão”: na defesa dos interesses do agronegócio, seja nos negócios da família ou na defesa de políticas públicas para o agro. Situamos aqui então essa figura pública que atua nos negócios do agro simultaneamente aos negócios da política pelo conceito de agropolítico definido por Oliveira (2019) – e que agora pode ser aplicado à agropolítica:

O Agropolítico tem características específicas de distinção em relação às antigas personalidades políticas do Mundo Rural brasileiro, o fazendeiro ou o “coronel”. Hoje, num visual e linguajar mais moderno, eles atuam no que chamam de os dois lados do balcão, tratando simultaneamente dos (agro)negócios e dos negócios da política no exercício do mandato eletivo. Presente no Congresso (e outros cargos públicos – como Ministro da Agricultura), eles centram sua atuação e posições focadas no interesse do setor, subsumindo outras áreas do Mundo da Vida. Em sua ação parlamentar atuam explicitamente em bloco, a unidade da Frente Parlamentar da Agropecuária (conhecida popularmente como ‘bancada ruralista’), que está acima dos partidos aos quais estão filiados (OLIVEIRA, 2019, p. 119).

Essa performance parlamentar por blocos também é composta, em sua maioria, por empresários rurais. Atualmente, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que tem seus registros de atuação desde 1987, é composta por 284 parlamentares, sendo 39 senadores e 245 deputados federais. Desses membros, apenas quatro são senadoras e 24 deputadas federais, conforme dados da própria FPA.<sup>5</sup>

Assim como no Mundo Rural, na política foram anos até que se registrasse a participação dos movimentos organizados pelas líderes femininas, um processo histórico e culturalmente moroso. No ano de 2020, um levantamento apresentado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE mostra que houve registro recorde de candidaturas femininas na disputa pelas prefeituras e câ-

---

<sup>5</sup> <https://fpagropecuaria.org.br/>.

maras municipais. Além disso, também foi identificado um crescimento no total de mulheres eleitas e reeleitas e, segundo o levantamento, no primeiro turno para 12,2% das prefeituras foram eleitas mulheres. Na eleição de 2016, esse número foi de 11,57%.

A partir de 2021, essa presença das figuras públicas femininas na política partidária tende a aumentar, uma vez que o Senado Federal aprovou projeto que determina uma percentagem mínima de cadeiras na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas dos estados, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas câmaras de vereadores a ser preenchida por mulheres. A proposta também garante recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário para as candidaturas proporcionais femininas.

A matéria teve como relator o senador Carlos Fávaro (PSD-MT), produtor rural eleito nas eleições suplementares ao Senado de 2020 com apoio do Agronegócio de Mato Grosso. O projeto objetiva garantir que não apenas haja um mínimo de candidaturas de mulheres, mas que elas efetivamente ocupem espaço nas casas legislativas e para que os recursos do Fundo Eleitoral sejam distribuídos somente para as candidaturas efetivamente registradas e que tenham viabilidade eleitoral. Com isso, os partidos políticos devem destinar às campanhas eleitorais recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no mínimo de 30% do valor recebido para as candidaturas proporcionais femininas, a serem repartidos entre mulheres negras e brancas na proporção das candidaturas apresentadas pelo partido ou coligação.

### **Procedimentos metodológicos**

Como apontamento de um caminho metodológico buscamos analisar o que dizem e como fazem as líderes do movimento Agroligadas. O objeto empírico constituiu-se a partir de uma entrevista concedida a esta pesquisadora e de transmissões ao vivo (*live*) realizadas com a participação de duas figuras públicas do agronegócio.

A primeira transmissão ao vivo registrada nas redes sociais do movimento foi em 2 de junho de 2020, em que a presidente Geni Schenkel foi convidada do *Agricultura Digital Pelo Mundo* de Lucas do Rio Verde – Mato Grosso para falar sobre o *Agro do Futuro e Suas Percepções*.

Durante a *live*, Schenkel abordou temas diversos, explicou como surgiu o movimento Agroligadas e quais os objetivos. Na interação com o outro, a líder Agroligada também defendeu uma maior participação das mulheres nas diversas frentes de trabalho ligadas ao agro e, além dessa linha temporal, ela ainda relatou quais os impactos da pandemia do novo coronavírus na atuação das Agroligadas, como, por exemplo, o cancelamento da primeira participação oficial do movimento no Show Safra 2020.

O Show Safra é um evento realizado anualmente pela Fundação Rio Verde no município de Lucas do Rio Verde, uma das maiores regiões produtoras de grãos do país. É nesse tipo de feira e eventos que se reúnem produtores e associações que fabricam os políticos ligados ao agronegócio, conforme Oliveira (2020).

Nos últimos 25 anos, uma nova categoria de figura pública surgiu no cenário político brasileiro, ocupando espaços relevantes no poder legislativo estadual e federal, além de mandatos de prefeitos e governador. O agropolítico, aquele que atua, nas próprias palavras dos produtores, nos “dois lados do balcão”, simultaneamente no exercício do mandato político e nos negócios da agricultura e pecuária. Nosso estudo de caso é um agropolítico emblemático da consolidação da participação dessas figuras na política, em especial nas cidades e estados brasileiros onde o agronegócio domina a economia (OLIVEIRA, 2020, p. 123).

A segunda transmissão foi feita através do perfil do movimento Agroligadas na rede social Instagram no dia 12 de novembro de 2020, às vésperas das eleições municipais e suplementar ao senado em Mato Grosso. A conversa foi mediada presidente das Agroligadas, Geni Schenkel, e teve como convidada Luciana Lacerda, jornalista e sócia diretora da ImPlantar Institucional, empresa com sede em Brasília que trabalha com assessoria e consultoria para movimentos, associações, cooperativas e empresas do agronegócio.

Durante quase 50 minutos de transmissão, elas abordaram a importância da política para os negócios e interesses do agro, falaram da participação das mulheres na política partidária e a compreensão quanto ao reflexo de algumas políticas públicas no contexto social.

Justificamos a escolha dos momentos selecionados, a situação problemática da interação midiaticizada entre essas figuras públicas e seus públicos a partir da problematização sustentada pelas perguntas condutoras: Qual ideia de feminismo essas líderes manifestam e defendem ou não? Quais estratégias comunicativas acionam na interlocução com seus públicos? Como se posicionam como vozes autorizadas para falar tanto dos negócios do agro como dos negócios da política?

### **Achados do estudo**

Com dois anos de atuação, o movimento Agroligadas propõe-se a ser, como as próprias líderes definem, ‘uma ponte entre o campo e a cidade’, atuando ‘da porteira pra fora’. Essas expressões rurais que organizam o discurso dessas mulheres e são próprias do contexto do agro, demonstrando um certo preconceito e a ideia de separação social, que já faz parte da essência e dos conceitos propagados pelos ‘homens do campo’, e agora

são reverberados pelas mulheres do agro ou, como elas mesmas se intitulam, *agromulheres*.

Esses gestos e discursos expressos por essas líderes têm uma fachada que parece romper com a normalidade culturalmente imposta às mulheres, submetidas à condição de coadjuvantes, e atuar à frente da defesa do agronegócio. Como descreve Geni Schenkel, presidente do movimento Agroligadas em entrevista cedida durante o workshop “Agroligadas, capacitar para transformar”:

A gente quer mostrar para essas mulheres como se comunicar de forma correta e da melhor forma, que não contra-atraque o outro, porque a gente entende que aquela imagem do Brasil carregando o tratorzinho já é ultrapassada e a gente fica só numa discussão, discussão e discussão para ver quem é melhor que o outro, e essa discussão não vai ter fim. Então, a gente precisa ter conteúdo pra chegar nessa pessoa e dizer “Olha, não é bem assim, tá aqui os dados, e o PIB dos Brasil é tantos por cento pelo agronegócio”; a gente não quer ter mais esse discurso. A gente quer mudar o discurso, a gente quer fazer um discurso com empatia (Entrevista realizada pela jornalista Julia Munhoz, em Cuiabá, no dia 17 de setembro).

Nessa performance, elas expressam comportamentos de experiências sociais e pessoais do Mundo Rural. Durante a transmissão ao vivo, as *agromulheres* situam um certo preconceito quanto ao Outro, às pessoas do mundo contrário, que poderíamos chamar de Mundo Urbano. Na definição delas próprias, o que foge ao perfil do ‘rural’ é denominado como ‘o urbano’, os de fora, os que não nos conhecem de perto.

Um ponto de vista “separatista” entre campo e cidade, inspirada por um homem que evoca a ideia de que existe uma divisão ou porteira, dividindo esses núcleos sociais, e que apenas o ‘homem do campo’ ou o ‘agropolítico’ entendem de agronegócio, e por isso apenas eles devem ocupar espaços de representatividade do setor.

Uma vez eu conheci um presidente que ele falou uma frase que eu nunca esqueci. Eu falava nossa presidente, o que você está fazendo nessa associação, é tanto trabalho, é tanta treta nisso aqui! Ai ele me falou uma frase assim: Luciana, se eu não sentar nessa cadeira, outro vai sentar, que não entende nada e eu prefiro tá aqui. Isso ele falou numa reunião na Câmara, que ele preferia tá lá representando os produtores né, do que deixar pra um ‘urbano’ que não entende nada sentar lá e defender os interesses dele. Nesse dia eu entendi, porque a pessoa quando ela topa entrar em uma associação, ela deixa o seu dever de casa, ela sai daquela porteira e vai enfrentar outros desafios. E ali ela toma a decisão de ser uma referência pro setor dela, pra melhoria que ela tanto almeja, porque se você não fizer

isso, outro vai sentar na mesa (Luciana Lacerda, em transmissão ao vivo realizada no dia 12 de novembro de 2020).

A proposta do movimento das Agroligadas em realizar o debate de cunho eleitoral sustenta a essência de um posicionamento político partidário implícito a esse ou àquele candidato que defenda os interesses do agro sob o pretexto de ensinar essas mulheres a fazer elas próprias suas escolhas em meio a um processo eleitoral. Já semeando um novo romper na defesa dos interesses do agro, dessa vez liderado pelas mulheres. Ou seja, homem ou mulher, seja alguém do agro eleito pelos eleitores das comunidades que vivem do agro, desde que devidamente conversado previamente com o marido:

Eu falei antes: eu perguntava pro meu marido em quem ele ia votar e eu votava no candidato que ele falava, mas hoje eu pergunto pra ele por que ele vai votar naquele candidato. O que interessou nele? Porque eu tô de olho em outro candidato e o que ele acha? Hoje eu discuto, eu quero saber, não só com meu marido, outras pessoas. Mas eu falo, como mudou nosso comportamento e eu sou jovem. Eu fiz isso por um bom tempo, eu segui o voto do meu marido, mas eu acho que hoje a gente está muito mais pertencente, está conseguindo discutir, entender um pouco mais, a gente quer participar um pouco mais (Genil Schenkel, em transmissão ao vivo realizada no dia 12 de novembro de 2020).

Um caminho traçado pelos homens do agronegócio, que agora passa a ser discutido e avaliado também pelas sucessoras, produtoras/empresárias rurais e esposas de produtores. Pela justificativa do rompimento mais uma vez a normalidade que lhes é imposta pelos valores culturais e históricos do Mundo Rural passa a trabalhar para ocupar novos espaços. É a hora e a vez, argumentam, da mulher do agro na política pelo agro:

Eu sou super a favor da gente se unir. Eu até falei aqui esse ano na cidade que esses comentários nas cidades pequenas existem a todo momento de a gente querer que uma pessoa saia candidato a vereadora outra e tal. Então eu falei: a gente vai se organizar; na próxima eleição a gente vai se eleger, colocar uma mulher né, como candidata, porque a gente acredita nessa mulher e aí sim vamos fazer a campanha pra ela. Não vamos entrar por cota não; a gente não precisa entrar por isso (Genil Schenkel, em transmissão ao vivo, no Instagram, no dia 12 de novembro de 2020).

Se antes essas mulheres consultavam seus maridos sobre quais posicionamentos políticos adotar, em qual candidato votar, hoje elas agem com inquietação ao buscar o conhecimento sobre políticas públicas e políticas partidárias para então tomar decisões de interesse a seu meio social, as mulheres e ao agronegócio, em uma constante busca pelo ‘pertencer’. Ainda que dis-

tantes de um posicionamento feminista, elas passam a atuar em sistemas que constituem redes de ações coletivas.

À medida que as *agromulheres* passam a ocupar seus espaços, ou como elas dizem ‘florear associações e diretorias’, elas expressam, mais uma vez, um olhar machista sobre a participação das mulheres em meio ao Mundo Rural, o que nos remete à ideia de um “feminismo leve”, quando elas reconhecem o machismo cultural existente, reverberam esses conceitos, descartando o conceito de feminismo.

Concordo com você. A gente tem que participar mais, estar mais ativa. O ambiente agro é muito masculino. Eu trabalho praticamente aqui em associações nacionais em Brasília; são poucas mulheres que a gente vê a frente das associações, que a gente vê nos cargos de presidência. Eu acredito que isso venha a mudar, está mudando né. A gente está vendo os movimentos organizados, mas ao mesmo tempo existe um processo que é lento mesmo, e a gente tem que entender. Ok que tem homens, mas também pode ter mulheres. Eu não parto do pressuposto nunca tem que ter só mulheres, eu sou ativista feminista, não! Eu acredito no ambiente e no movimento misto (Luciana Lacerda, em transmissão ao vivo realizada no dia 12 de novembro de 2020).

É a essa relação de comunicação que se propõem as líderes do movimento Agroligadas. Impulsionadas pela inquietação de promover novos olhares para o agronegócio, construindo “pontes entre o campo e a cidade”, com o objetivo principal de fechar lacunas entre o que no passado se comunicou sobre o agronegócio e o que se pode atualmente comunicar. Mas que não estão preocupadas em discutir as relações assimétricas entre homem e mulher.

### Considerações finais

Desde que foi idealizado por essas figuras públicas femininas do Mundo Rural, o movimento nasce com o propósito de reconectar, informar e educar esposas, filhas, sucessoras e empresárias rurais para mediar e reverberar conceitos e valores do campo para a cidade como uma militância do agronegócio em Mato Grosso.

Nessa atuação na condição de ponte entre campo e cidade, as Agroligadas também estabelecem valores desses ‘dois mundos’ – o rural e o urbano – na medida em que apresentam o propósito do movimento expresso como “missão”, uma palavra de cunho empresarial usada em qualquer manual de gestão de negócios.

Essa oposição entre o rural e o urbano, nós e eles, mitigada por uma fala mais gentil, feminina, sem a “agressividade masculina”, evidencia que esse movimento das Agroligadas está mais preocupado em sustentar a lógica da

produção, os valores tradicionais do Mundo Rural masculino ‘para além das porteiras’, não trazendo para o centro as discussões de gênero. Um discurso que expressa um não confronto com o Mundo Rural Masculino, uma posição clara do ‘feminismo leve’, atuando apenas na condição de soma de esforços em defesa dos interesses e negócios do agronegócio também na política eleitoral.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Trad. Christina Baum. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, Branca Teles; GARCEZ, Pedro M. (org.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

DEWEY, John. **Experiência e natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores)

FRANÇA, V.R.V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê. **C. Legenda** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense, Niterói, n. 5, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: los marcos de la experiencia**. Madri: Siglo XXI, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Pinto de. Roteiro do ensaio audiovisual científico: o mundo rural e o cultivo do agropolítico no Brasil – a semente de Mato Grosso. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, Paula; PRADO, Denise (org.). **Celebridades no Século XXI**: volume 2 – diversos perfis, diferentes apelos. 1 ed. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2020, v. 2, p. 117-135.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo: teoria política e social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

SILVEIRINHA, M. J. No enalço das mulheres de Chicago: conexões orgânicas e radicais do pragmatismo clássico americano. **Revista FAMECOS**, v. 23, n. 3, 2016.

Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24). **Tribunal Superior Eleitoral**. Brasília, 24 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>>. Acesso em: 18/11/2020.

Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020. **Agência Senado**. Brasília, 16 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>>. Acesso em: 18/11/2020.

História do início do Movimento Agroligadas. Disponível em: <<http://missaomulheresdoagro.com.br/historia-agroligadas/>>. Acesso em: 05/12/2020.

Aprovado projeto que estabelece cota para mulheres em eleições proporcionais. **Senado Federal**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/14/aprovado-projeto-que-estabelece-cota-para-mulheres-em-eleicoes-proporcionais>>. Acesso em: 19/11/2021.

# Juventudes contemporâneas: sobre conflitos geracionais e processos de socialização, ou seria neutralização?

*Daiany Cris Silva*<sup>1</sup>

## Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as juventudes contemporâneas e os processos de neutralização dos conflitos geracionais por meio de valores da cultura organizacional. Primeiramente, apresento uma discussão sobre o conceito de geração utilizado pelas teorias da administração em contraponto ao conceito sociológico utilizado por Karl Mannheim, pioneiro dos estudos geracionais.

O intuito é refletir sobre as possibilidades desses enquadramentos teóricos e propor uma discussão acerca dos mecanismos de socialização a que são submetidas as juventudes contemporâneas, apresentando a hipótese de que esses mecanismos podem ser uma tentativa de neutralização dos conflitos que os mais jovens impõem sobre os processos sociais. Destaco os programas de formação técnica e profissional como o principal ambiente que possibilita essa integração das juventudes aos valores organizacionais. Seguidamente, busco discutir estratégias de enfrentamento à imposição da educação tecnicista, de modo a compreender a educação como um processo comunicativo.

## Os conflitos geracionais

Em junho deste ano, muitos brasileiros e brasileiras fizeram parte da disputa entre a geração y, os *millennials*, e a geração z, os *genz*. Publicações sobre essa disputa espalharam-se por grupos do whatsapp, noticiários e, principalmente, em redes sociais como o Twitter. A grande questão foi indicar quem seria, ou não, *cringe*, termo utilizado pelos *genz* para descrever comportamentos que consideram atitudes vergonhosas.

---

<sup>1</sup> Licenciada e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Educação Básica no estado do Mato Grosso (SEDUC – MT). Professora universitária na Faculdade de Nova Mutum (FAMUTUM). E-mail: daianycriss@gmail.com.

Tudo começou com uma publicação da influenciadora digital<sup>2</sup> Carol Rocha, mais conhecida como @tchulim<sup>3</sup>, que dizia: “Por favor, jovens da geração z, me contem o que vcs acham um mico nos millennials (acho q falar mico já passou, é *cringe* ne)<sup>4</sup>”. Dentre os milhares de comentários em resposta o que mais se destacou foi o de uma outra influenciadora digital, pertencente a geração z, Milena, ou melhor @wwwmlna, que descreve *cringe* como quem gosta ou fala dos seguintes temas: “boletos, litrão, harry potter, friends, unha francesinha, minimalismo, ser roqueiro, rir com rsrs, café da manhã, fanatismo por café no geral”<sup>5</sup>. Ou seja, todos os gostos e hábitos mais valorizados pelos *millennials* seriam motivo de vergonha para os *genz*.

A discussão, que iniciou com publicações despreziosas em uma das redes sociais mais populares entre as juventudes, repercutiu pelo nosso país durante algumas semanas e foi produto para reportagens jornalísticas, além de produzir inúmeras piadas e *memes*.

Confesso que, quando toda essa disputa entre os *genz* e *millennials* chegou até o *feed* do meu Twitter, fiquei um pouco confusa, e o mesmo aconteceu com muitos amigos, que possuem uma idade parecida com a minha, já que nos identificamos tanto com alguns hábitos dos *millennials* como com muitas das críticas dos *genz*. E agora a qual geração nós, que nascemos entre os anos de 1990 e os anos 2000, pertenceríamos?

É perceptível que as críticas feitas por Milena em sua resposta a Carol Rocha repreendem muitos dos hábitos que dizem respeito ao modo de vida da fase adulta. Como quando a influenciadora critica as inúmeras menções que os *millennials* fazem sobre suas responsabilidades e os “boletos” a pagar ou a supervalorização do café, que é vista por seus adeptos como uma ferramenta de produtividade para o dia a dia. Perceba que todas essas críticas se referem a um modo de vida que os *genz* não gostariam de continuar a reproduzir.

Essa postura seria o que Foracchi (2018) indicou em seus estudos como conflito geracional. Segundo a autora: “A recusa em aceitar a condição de adulto refere-se, pois, ao modo de ser adulto, concretizado no arranjo convencional das estruturas institucionais. No limite, é essa também a recusa do

---

<sup>2</sup> Os influenciadores digitais também são conhecidos como *digital influencers* ou apenas *influencers*; o seu papel é em grande medida formar, incentivar ou persuadir as opiniões das pessoas no espaço virtual das redes sociais (ARAUJO; NEIJENS; VLEGENTHART, 2017).

<sup>3</sup> É muito comum que os influenciadoras e influenciadores digitais sejam conhecidos por seus nomes de identificação nas redes sociais; por isso podem ser denominados como @tchulim ou @wwwmlna. (Fonte: elaborado pela autora).

<sup>4</sup> Fonte: Twitt de @ tchulim. Disponível em: <<https://twitter.com/tchulim/status/1405539094503956482?s=20>>.

<sup>5</sup> Fonte: Twitt de @wwwmlna. Disponível em: <<https://twitter.com/wwwmlna/status/1405686591469858819?s=19>>.

adulto que, como o jovem, é confrontado pela dificuldade de viver o presente” (FORACCHI, 2018, p. 17).

Os conflitos geracionais são, portanto, um elemento crucial para os estudos sobre gerações. Por isso decidi relembra as disputas entre os *genz* e *millennials*, pois esse foi um debate que reacendeu algumas questões importantes para os estudos geracionais; dentre elas seria possível destacar duas principais: primeiramente, vamos tratar sobre os modos de definição geracional ao utilizar as nomenclaturas popularizadas como *genz* e *millennials*, conhecidos pelos especialistas (COMAZZETTO; VASCONCELLOS; PERRONE; GONÇALVES, 2016) como geração y e z para se referir às juventudes de diferentes períodos cronológicos, geralmente utilizando como grandes marcos os avanços tecnológicos no curso da história recente. Seguidamente nos incentivou a compreender que, quando falamos de juventudes, devemos considerar não só a sua pluralidade como também devemos nos atentar aos conflitos intergeracionais e as disputas de modos de vida que os mais jovens costumam impor sobre os mais velhos.

Portanto a nossa tarefa como pesquisadores dos estudos geracionais é buscar responder a essas duas questões: 1) Essas nomenclaturas como *genz* e *millennials* definem adequadamente as gerações coexistentes no processo social?; e 2) Como podemos definir o conceito de geração?

Diante disso, vamos começar esse debate conhecendo as definições geracionais que se popularizaram nas últimas décadas. São elas: geração *baby boomers*, geração X, geração Y e geração Z.

Segundo a revisão teórica de Comazzetto, Vasconcellos, Perrone e Gonçalves (2016), as principais características das gerações *baby boomers*, x e y são de acordo ao quadro abaixo.

**Quadro 1: Comparativo entre as gerações *baby boomers*, x e y.**

<b>Geração</b>	<b>Principais Características</b>
<b><i>Baby boomers</i></b> (nascidos até 1964)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Motivação, otimismo e dedicação ao trabalho;</li><li>• Busca por boas oportunidades no âmbito financeiro;</li><li>• Constroem carreiras sólidas diante da sua formação acadêmica;</li><li>• Valorizam o status e a ascensão profissional dentro da empresa;</li><li>• São altamente comprometidos.</li></ul>
<b>Geração X</b> (nascidos entre 1965 e 1977)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Individualismo, irreverência e autoconfiança;</li><li>• São leais a si mesmos e valorizam mais um trabalho estimulante do que estável;</li><li>• Buscam flexibilidade, liberdade ao trabalhar, desafios e reconhecimento.</li></ul>

<p><b>Geração Y</b> (nascidos de 1978 em diante)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possuem afeição pelas inovações tecnológicas em desenvolvimento;</li> <li>• Valorizam as diversidades e buscam viver novas experiências;</li> <li>• São ágeis e flexíveis.</li> </ul>
--	--

Fonte: Adaptado de COMAZZETTO; VASCONCELLOS; PERRONE; GONÇALVES (2016)

As gerações *baby boomers*, x e y são formadas por pessoas que já estão integradas no mercado de trabalho, portanto há algumas décadas os conflitos intergeracionais dentro da cultura organizacional já estão sendo discutidos pelas teorias da administração. A isso se deve esse modelo de categorização que busca destacar os comportamentos laborais de cada uma dessas gerações. A novidade é a chegada da geração Z, que está na fase de entrada no mercado de trabalho. Podemos entender que as principais características da geração Z, segundo Kampf (2021), são:

Estamos falando do que sociólogos e publicitários classificam como nativos digitais ou geração Z: pessoas nascidas a partir da segunda metade da década de 1990. Esses indivíduos, segundo alguns especialistas, seriam totalmente familiarizados com as últimas tecnologias digitais e não encontrariam dificuldade alguma em aprender a lidar com as novidades que aparecem praticamente todos os dias nesse mercado, diferentemente dos membros das gerações que os antecedem. O “Z” vem de “zapear”, ou seja, trocar os canais da TV de maneira rápida e constante com um controle remoto em busca de algo que seja interessante de ver ou ouvir ou, ainda, por hábito. “Zap”, do inglês, significa “fazer algo muito rapidamente” e também “energia” ou “entusiasmo” (KAMPF, 2021, p. 01).

É importante destacar que essas nomenclaturas possuem uma definição cronológica, embora considerem que “os sistemas de valores sobre o trabalho parecem variar entre grupos imersos em contextos socioculturais distintos e em função de seu perfil demográfico (CAVAZOTTE; LEMES; VIANA, 2012, p. 164).

O modo de integração no mercado de trabalho de cada uma dessas gerações coloca-se como um demarcador importante. No entanto é possível considerar ainda que há uma determinação de período com cerca de uma década e meia entre as diferentes gerações de modo relacional aos avanços tecnológicos como indicadores de mudanças comportamentais. Além disso, é possível encontrar na bibliografia de teóricos da administração (CAVAZOTTE; LEMES; VIANA, 2012; KAMPF, 2021; CHIAVENATO, 1999; SCHAWBEL, 2014; COMAZZETTO; VASCONCELLOS; PERRONE; GONÇALVES, 2016) marcos temporais distintos sobre a constituição das gerações, reafirmando a dificuldade de demarcar cronologicamente a situação geracional.

Na definição que divide as gerações entre *baby boomers*, geração X, Y e Z, são perceptíveis as suas contradições quanto ao pertencimento geracional em razão de determinismos de padrões comportamentais gerais, o que provoca a dificuldade de autodefinição de algumas pessoas que nasceram em períodos transitórios, como foi o meu caso e dos meus amigos que não conseguiram se localizar entre a disputa dos *genz* e *millennials*, por exemplo.

Em contraponto, quando o conceito de geração é pensado sociologicamente, refere-se à construção coletiva de uma situação social, o que pode contradizer essas delimitações cronológicas baseadas nos avanços das tecnologias de informação.

Para diferenciar essa definição geracional difundida por teorias da administração da definição sociológica utilizo como referência o conceito de geração de um dos pioneiros dos estudos geracionais.

Cunhado pelo sociólogo Karl Mannheim (1982), o conceito de geração está presente em seu trabalho intitulado “O problema sociológico das gerações”, publicado originalmente em 1928. Nesse trabalho, Mannheim (1982) conceitua geração demonstrando que o processo de formação das gerações possui características estruturais para a organização social, e portanto a estrutura geracional colabora para o condicionamento do comportamento humano em sociedade. Dessa maneira, compreender sociologicamente as gerações possibilita visualizar os caminhos percorridos pela humanidade durante o seu desenvolvimento social.

Mannheim (1982) propõe que o problema sociológico das gerações se constitua por três ramificações: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. Essas três categorias nos permitem conhecer diversos condicionantes, como diferenças regionais, de classe, raça, gênero e etnia, complexificam a formação geracional e a dinamizam, ou seja, agregam-se ao tempo histórico fatores sociais.

A posição geracional trata-se do compartilhamento de um destino comum, marcado pelo tempo histórico e pelas condições culturais. Esses dois elementos demarcam a formação de um grupo geracional. Para participar da mesma posição geracional, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural (MANNHEIM, 1982, p. 85-86). Mais do que nascer em um período cronológico específico, como por exemplo: pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, esse período deve fornecer um contexto histórico e cultural que agregue essas pessoas em posição social comum, marcos políticos, características culturais específicas, entre outros elementos que moldam uma região histórica e cultural bem estabelecida.

Esse terreno, que possibilita o surgimento de uma posição geracional, é de caráter potencial, pois são as forças sociais que a solidificam ou a neutrali-

zam em meio aos processos em curso. O que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou “potencialidade” de poder vir a adquiri-las (WELLER, 2010, p. 214). Essa potencialidade é determinada pelo compartilhamento do tempo histórico e de heranças culturais.

A posição geracional demarca a formação de uma geração como grupo social e potencializa uma maneira de ser, agir e pensar em comum entre as pessoas pertencentes a esse grupo. No entanto não há um padrão de comportamento específico e atemporal para cada geração; todo e qualquer destino que uma geração toma é dependente das condições que o meio social impele.

Determinante para a coesão social de um grupo geracional, a conexão geracional estabelece concretamente um vínculo entre as pessoas que compartilham a mesma geração e lhes possibilita uma experiência comum. Em algumas traduções, como a de Marialice M. Foracchi (1982), a conexão refere-se à “geração enquanto realidade”, ou seja, a conexão geracional exige mais do que o compartilhamento de uma tal região histórica e social. Um nexos mais concreto é necessário para que a geração se constitua como uma realidade. Esse nexos adicional pode ser descrito como a participação no destino comum dessa unidade histórica e social (MANNHEIM, 1982, p. 85-86).

Não basta, portanto, nascer em um determinado período para estar conectado geracionalmente, mas a conexão surge por meio da adesão às possibilidades impostas pelos processos em curso, o que significa que o grupo de pessoas nascidas entre as décadas de 1940 e 1960, por exemplo, ao compartilhar determinadas tendências comportamentais, maneiras de agir, ser e pensar, configuradas de acordo com as forças sociais em que estão imersos, conecta-se geracionalmente, pois adere às possibilidades de compartilhar uma experiência comum do tempo histórico em que vive, possibilidades essas que são emergentes da sua posição geracional. No entanto é possível haver diversas perspectivas dentro desse grupo, condicionadas pela condição de classe, cor, gênero, orientação sexual, entre outros; essa diversidade de perspectivas forma as unidades de geração.

A unidade geracional pode constituir-se por um grupo de pessoas nascidas no mesmo tempo histórico e pertencentes à mesma conexão geracional, mas que compartilha experiências e estilos de vida peculiares. Desse modo, cria-se uma unidade geracional que coexiste com outras unidades de gerações com perspectivas específicas.

[...] a mera “situação” comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade

de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade com o modo pelo qual se relacionam com suas experiências comuns e são formadas por elas (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Podemos exemplificar essas nuances do conceito de geração da seguinte maneira: há uma conexão geracional entre pessoas que nasceram entre as décadas de 1940 e 1960, representada pela adesão de experiências comuns que são potencializadas pelo contexto que a posição geracional oferece e diferentes unidades de geração com relação a mulheres e homens dessa geração, que podem se subdividir em outras pequenas unidades de geração dentre a perspectiva de gênero das mulheres, por exemplo, formando diferentes unidades geracionais para mulheres brancas ou negras de classe alta, mulheres trabalhadoras, brancas ou negras, mulheres com alta escolaridade, as que integram o mercado de trabalho ou não, mulheres indígenas, imigrantes, latinas e afro-americanas. Cada situação social define uma diferente perspectiva e, portanto, forma uma unidade de geração, que ainda está conectada com relação à realidade compartilhada, de estilo de vida e gostos que essa geração desenvolve, mas que possui diferentes significados para sua condição.

Mannheim (1982), ao criar essa dimensão de unidade geracional, reconhece a existência de diferentes perspectivas dentre os grupos humanos; nesse sentido, demonstra que não se pode lidar uniformemente com questões sociais.

Tomando os estudos geracionais como referência, surge a sociologia da juventude, que está fortemente relacionada às contribuições de Mannheim (1961); o autor contribui ao demonstrar como a questão geracional é pertinente para o estudo dos movimentos de transformação social. E a juventude, por ser essa fase da vida em que se sente com maior ímpeto essa colisão entre as descontinuidades históricas (FEIXA; LECCARDI; CARMEN, 2010, WELLER, 2007), torna-se um objeto de estudo fortuito para as Ciências Sociais. Por isso temos discutido sobre a atualidade do conceito de geração nas Ciências Sociais, que propõe uma dimensão do pensamento de Mannheim que pretende construir uma esfera intermediária nas análises sociais, em que o problema das gerações não se situa no campo macro e tampouco microsociológico.

Mannheim (1982) apresenta em seu ensaio sobre o problema das gerações uma proposta de superação da oposição existente entre objetivismo e subjetivismo (WELLER, 2010). Isso significa que essas duas dimensões contribuem de maneira interdependente para a formação das gerações. Essa perspectiva fica clara quando Mannheim (1961) nos pergunta: como a juven-

tude pode contribuir para a nossa sociedade? Esse é um dos questionamentos norteadores das reflexões de Karl Mannheim sobre a juventude. Segundo o autor, a juventude é a reserva latente que nossa sociedade possui, cuja potencialidade de ação é explorada de acordo com suas necessidades.

Nesse sentido, a juventude possui uma característica singular por sentir uma “desvinculação” em relação ao processo social (IANNI, 1963), que só é possível por sua condição de agente recentemente imerso em sociedade. Essa condição pode apresentar, portanto, uma força criadora de capacidade transformadora (MANNHEIM, 1961), tomando para si a responsabilidade de reordenação social, no que se refere a pautar novas dinâmicas culturais e mobilizar movimentos contestatórios.

Embora contraditórias, as nomenclaturas difundidas pelas teorias da administração são definições que se popularizaram e são a maneira com que, em grande medida, as pessoas buscam identificar-se geracionalmente com relação a seus gostos e modos de vida. Além disso, não podemos desconsiderar que há aproximações entre essas definições com o conceito sociológico cunhado por Mannheim. Principalmente no que se refere à contextualização do período histórico e cultural compartilhado pelas pessoas de uma mesma geração. O que diferencia uma definição de outra é o enquadramento analítico.

Ademais, é preciso destacar que as teorias da administração têm se dedicado a estudar as relações intergeracionais como uma ferramenta para desenvolver alternativas de resolução ou neutralização dos conflitos geracionais no interior das corporações (KAMPF, 2021). Isso significa uma tentativa de interferir nas relações da cultura organizacional.

Entende-se como cultura organizacional:

Valores, tradições, costumes, símbolos e linguagem – inclusive a gíria –, personalidade do gerente, ou líder, ou supervisor, assim como uma série de outros elementos materiais e imateriais da cultura do local em que está instalada a empresa, passam a ter significado próprio e, na maioria das vezes, determinam todo o novo processo administrativo que se implanta, seja na fusão, seja na aquisição de uma organização por outra. Esses fatos acontecem porque a cultura não é propriedade de um indivíduo, mas sim atributo do grupo. Nesse aspecto, esse atributo é sentido, aprendido, compartilhado, padronizado e tem seu fundamento no simbolismo dos diversos elementos, tanto materiais quanto imateriais, disponíveis na própria organização (SILVA, 2014, p. 94-95).

Nesse sentido, o que se percebe é que no interior das empresas as pessoas desenvolvem táticas de sobrevivência e convivência social que se inserem nas estruturas administrativas, o que de fato pode pesar para incentivar conflitos intergeracionais. Assim como explicam Cavazotte, Lemes e Viana (2012):

É interessante observar também que, ao longo do tempo e de uma geração para a outra, parece que o peso relativo entre deveres e direitos vai trocando de posição na balança das relações de trabalho. Entre os Boomers aparentemente havia muito mais peso no prato dos deveres, sobretudo a disposição para se sacrificar pelo emprego e pela carreira vertical. O principal direito almejado era exatamente permanecer e (Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?) crescer verticalmente em um sistema. Na geração seguinte, os Xrs, o prato dos deveres parece ter ficado um pouco mais leve, pois que condicionados à vigência de interesses e vantagens transacionadas pelo indivíduo com a organização. O prato dos direitos parece ganhar mais peso também com expectativas de maior participação, de desenvolvimento de competências e de qualidade de vida. No entanto, talvez seja entre os Yrs que o prato dos direitos tenha ganhado mais reforços, dado que aparentemente os contratos psicológicos dessa geração incluem um repertório ampliado de expectativas (prazer, gratificação, liberdade, respeito aos seus limites, relações de qualidade, etc). Nesse sentido, embora antigos ideais das gerações passadas sejam compartilhados pela geração Y, o seu perfil psicológico parece envolver algumas características particulares que podem representar um desafio para os gestores no contexto corporativo. Chefes de gerações passadas talvez encontrem dificuldades para lidar com os níveis elevados de hedonismo e as altas expectativas desses jovens, sejam eles Boomers acostumados com o sacrifício pelo cumprimento de obrigações e garantias de segurança, sejam Xrs com seu pragmatismo e cinismo, mas talvez menos preparados para corresponder aos mentores prototípicos, participativos e benevolentes que os Yrs desejariam ter (CAVAZOTTE; LEMES; VIANA, 2012, p. 164).

Compreende-se, portanto, que há um mapeamento das adversidades emergentes das relações entre pessoas de diferentes gerações, que, por sua vez, revelam as mudanças de valores e modos de vida dos mais jovens.

Os conflitos geracionais também se constituem como objeto de estudos na Sociologia há algum tempo. No Brasil, um dos estudos que se destacam é o de Marialice Foracchi (2018), que os compreende como:

[...] a luta de uma geração com os valores básicos que não sabe ou não quer preservar. Essa omissão, deliberada, ou não, crítica ou ingênua, está na raiz do conflito de gerações. É como se uma geração cobrasse à outra fidelidade ao conjunto de problemas que a marcou como geração. [...] O conflito se estabelece e quando a crítica não é absorvida, quando as tradições mais ricas perecem na apatia, no conformismo, na negação de si. As barreiras de idade são irrelevantes nesse conflito que é de valores, de adesões prévias (FORACCHI, 2018, p. 29-30).

Nesse sentido, é possível compreender que os conflitos geracionais são inevitáveis; a depender da sua força, eles podem causar processos contestatórios significativos. Desse modo, é perceptível que os conflitos geracionais imprimem novos modos de vida, cumprindo o sentido pleno da constituição de uma geração, a renovação de atores sociais e mudanças culturais (MANNHEIM, 1982).

Considerando, portanto, as definições das teorias da administração sobre o tema das gerações (CAVAZOTTE; LEMES; VIANA, 2012; KAMPF, 2021; CHIAVENATO, 1999; SCHAWBEL, 2014; COMAZZETTO; VASCONCELLOS; PERRONE; GONÇALVES, 2016), é perceptível que as relações entre pessoas de diferentes gerações podem tornar-se um empecilho na convivência no interior das organizações, bem como podem ser sinal de certo inconformismo com os valores institucionais. Desse modo, restam algumas alternativas para a resolução ou neutralização desses conflitos geracionais. São elas o mapeamento das principais características e comportamentos das diferentes gerações e a imposição de processos de socialização que podem neutralizar ou condicionar os indivíduos a uma certa “ordem mais harmônica” dentro da cultura organizacional, o que significa que “a organização amolda, em níveis diversos, o indivíduo às suas necessidades. É o processo de socialização” (MOTTA, 1979, p. 12).

Nesse sentido, assim como já afirmou Émile Durkheim (2011), o processo de socialização é primordial para que sejamos integrados na sociedade em que vivemos e, portanto, é a educação que tem “o papel de iniciar a criança aos diversos deveres e de suscitar virtudes específicas” (DURKHEIM, 2011, p. 24), além de incentivar a adesão a princípios morais tão caros ao meio social.

### **Os processos de socialização das juventudes contemporâneas, ou seria neutralização?**

Durante o nosso processo de amadurecimento social, somos inseridos em ambientes educacionais que nos proporcionam conhecimentos básicos sobre o nosso meio; a isso denominamos de socialização. É importante destacar a importância do ambiente escolar para os processos de socialização, principalmente na sociedade moderna, pois transformamos nossas escolas em ambientes que não só nos preparam para a convivência em sociedade, bem como priorizam a formação técnica e profissional. Tal qual os novos modelos educacionais que imperam nas instituições brasileiras na atualidade, em que conteúdos e ideias caros às organizações são inseridos na base curricular desde os primeiros anos de ensino.

Uma das políticas que melhor representam esse movimento é o PRONATEC (programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego), cria-

do pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Segundo Lima e Pacheco (2017):

Esse programa é responsável por mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EP-TNM) e de Formação Inicial e Continuada (FIC) de 2011 a 2014. Sua abrangência ultrapassou o número de 4.300 municípios brasileiros, envolvendo 15 ministérios do governo Dilma Rousseff e as redes pública e privada, e o programa movimentou mais de R\$ 14 bilhões no mesmo período, conforme informações disponibilizadas no sítio do MEC (LIMA; PACHECO, 2017, p. 491).

É perceptível nesses dados que o PRONATEC foi a maior política pública de formação profissional que incluiu os valores das organizações e do preparo técnico nos sistemas de ensino de jovens.

Outra iniciativa que se destaca em todas as regiões do país pela sua característica de inserção e formação das juventudes para o mercado de trabalho é o Programa Jovem Aprendiz, desenvolvido por instituições do Sistema S, mais precisamente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Segundo Villar e Mourão (2018), “as características e os objetivos do Programa – voltados para uma inserção laboral apoiada no binômio educação-trabalho – relacionam seus resultados ao desenvolvimento profissional e ao aumento da empregabilidade e da percepção de autoeficácia dos adolescentes e jovens participantes” (VILLAR; MOURÃO, 2018, p. 2001).

A reforma do ensino médio nas instituições brasileiras pode ser destacada como uma iniciativa que reitera essa dinâmica de formação técnica e profissional no interior das escolas; a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a lei de diretrizes bases da educação nacional sancionada em 1996. No projeto do “novo ensino médio”, é perceptível a valorização da formação para o mercado de trabalho em detrimento de outros processos formativos, o que é perceptível quando acompanhamos os movimentos de articulação dessa política após a publicação da portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, que institui o cronograma nacional de implementação do novo ensino médio.

Nesse sentido, é possível compreender que todas essas iniciativas, o PRONATEC, o programa jovem aprendiz e o “novo Ensino Médio” se constituem como ações que comportam dois processos de socialização importantes para os mais jovens: a educação e o trabalho. O que de certa forma pode funcionar como uma ferramenta que nutre os valores organizacionais e incentiva a sua adesão nos modos de vida das juventudes.

É possível concluir, portanto, que há um esforço de setores afetos à cultura organizacional, como os teóricos da administração e as instituições que constroem iniciativas educacionais tecnicistas, de desenvolver ferramentas de neutralização dos conflitos geracionais. O intuito é integrar as juventudes no

ambiente do mercado de trabalho gradual e controladamente, buscando uma adesão a seus valores.

Considerando que os conflitos geracionais podem impor uma resistência de uma geração com os valores básicos que não sabe ou não quer preservar (FORACCHI, 2018, p. 29-30), é possível afirmar que esse conflito entre gerações se apresenta como um entrave na adequação dos mais jovens ao sistema social existente, principalmente com relação à aceitação das juventudes com códigos e normas culturais.

Nesse sentido, é imprescindível que compreender quais são os sistemas de valores presentes em contextos socioculturais distintos, que institui um perfil demográfico e geracional característico (CAVAZOTTE; LEMES; VIANA, 2012, p. 164), é crucial para mobilizar mecanismos de contenção das inconformações dos mais jovens. Dado esse contexto, percebe-se a grande importância de iniciativas de formação profissional e técnica no ambiente escolar, espaço em que a socialização ganha corpo mais efetivo para as novas gerações, para a manutenção dos processos sociais em curso.

### **Educar é comunicar**

Destaco que esse movimento de inserção dos valores da cultura organizacional no interior das escolas assola-nos prejudicialmente, impedindo uma formação científica e cultural que proporciona capacidade de agência para as gerações mais jovens, que estão imersas em uma escola que prioriza enquadramentos sob nossas juventudes.

Contudo, assim como afirmou Ianni (1963), há uma inconformação radical recorrente entre as juventudes; portanto o máximo possível para esses mecanismos que os integram profissional e tecnicamente é uma neutralização dos conflitos trazidos pelos mais jovens. Desse modo, arrisco afirmar que as juventudes agem em conformidade com o sistema social como uma estratégia de sobrevivência. Considero, desse modo, que há uma lacuna deixada pelo ensino formal que está sendo ocupada por valores educacionais tecnicistas intensivamente; por isso vamos tratar sobre o impasse que diz respeito a estratégias de enfrentamento à imposição desse modelo de educação.

Compreendo que o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente, professores, e seu interlocutor, alunos (FONSECA, 1999, p. 59); portanto educar é se comunicar. Cláudia Fonseca (1999) acusa que o ensino de saberes etnográficos contribuiria nesse sentido, pois proporciona um estranhamento a normas culturais existentes; pode ser por isso que disciplinas que proporcionam esses saberes possuem uma carga horária mínima nas reformas educacionais. No entanto o que se destaca como mais relevante para o nosso debate aqui é considerar que a interlocução no processo educacional deve ser mediada por meio de um diálogo comunicacional.

Pela leitura de Filipa Subtil (2014) podemos compreender a comunicação segundo a perspectiva de Carey, que “não a concebe apenas como um fenômeno ligado à representação e sim como uma forma de interação e troca de significados produzidos colectivamente através da simbolização” (SUBTIL, 2014, p. 22). Diante dessa perspectiva, é possível compreender que a comunicação é “um processo complexo que constrói, altera e mantém o mundo da cultura, isto é, o mundo plural e diverso das formas simbólicas que dão sentido à existência humana” (SUBTIL, 2014, p. 41). Por isso a comunicação vista dessa forma é essencial no contexto educacional.

Considerando o debate que travamos sobre o conceito de geração e suas definições, fica claro que há uma profunda relação entre a formação das conexões e suas unidades geracionais, assim como conceitua Mannheim (1982), com a atividade simbólica presente na realidade social que produz significados sobre os modos de vida de uma situação geracional. Isso fica evidente quando compreendemos que sempre haverá novas gerações para quem as formas de expressão cultural que as antecederam serão insuficientemente problemáticas e para quem a realidade tem de ser renovada (SUBTIL, 2014, p. 34).

Nesse contexto, marcado por conflitos geracionais e a emergência de novos sistemas interativos de comunicação de massa e interação em rede, nota-se que os mais jovens, quando são inseridos no sistema educacional formal, vivenciam um choque de interesses; há um certo deslocamento dos modos de ensino institucionalizados com relação aos moldes de entretenimento a que estão familiarizados, como produtos audiovisuais, os videogames e as redes sociais. Nesse sentido, serve-nos o que afirma Livingstone:

[...] Pressionado pelas mudanças na sociedade, o sistema educacional promove alterações nas práticas de ensino e aprendizagem, permitindo o uso de tecnologias computacionais e comunicativas em sala de aula. A partir deste breve panorama das práticas que procuram criar conexões entre o sistema escolar e o ambiente midiático, os letramentos podem ser definidos de forma provisória como um “conjunto de habilidades básicas e avançadas relacionando aptidões individuais com práticas sociais, cruzando a fronteira entre o conhecimento formal e informal” (LIVINGSTONE, 2011, p. 13).

Precisamos recuperar, portanto, o protagonismo de educadores comprometidos com a formação cidadã dedicada ao incentivo da criatividade e agência social. Nesse sentido, concordo com o que aponta Massarolo (2019) ao indicar que os educadores figuram como “os novos influenciadores da educação formal que trouxeram suas experiências de vida para os projetos de que participam e essa experiência se traduz em leitura do mundo, conforme o método de Paulo Freire, resultando num modelo de autoria compartilhada” (MASSAROLO, 2019, p. 44).

Concordo com o posicionamento de Massarolo (2019) no que se refere à necessidade de incluir as narrativas transmídia para encontrar vivências cotidianas por diversos meios. Nesse sentido, “o letramento transmídia e a expertise adquirida pelos novos influenciadores da educação se configuram como uma estratégia adequada para a circulação e propagação no ambiente da cultura participava dos conteúdos escolares pelas plataformas midiáticas” (MASSAROLO, 2019, p. 44). A inclusão dessa perspectiva pode colocar em ofuscamento a educação puramente tecnicista, principalmente pelo fato de que essa dinâmica também pode ser uma boa ferramenta de formação para o mercado de trabalho, no entanto uma formação mais humanizada e participativa, que sobrepõe as tentativas de neutralização dos conflitos geracionais.

### Considerações finais

Iniciamos o nosso debate com o relato das disputas entre as gerações jovens da atualidade, os *genz* e *millennials*, para elucidar a importância e atualidade dos estudos geracionais, principalmente no que se refere aos conflitos intergeracionais. Em seguida, discutimos as definições das teorias da administração e da teoria sociológica para conceituar as gerações de modo a estabelecer seus distanciamentos e aproximações. Esse caminho foi importante para que possamos compreender o quanto o conhecimento sobre as formações geracionais tornou-se relevante na atualidade, não só por uma disputa virtual sobre quem é ou não *cringe*, mas pelo reconhecimento da influência que as novas gerações proporcionam aos processos sociais como um todo.

Nesse sentido, o que proponho neste artigo é uma reflexão sobre os processos de socialização das juventudes contemporâneas, que se caracterizam por ser focalizados no mercado de trabalho por meio de programas como o PRONATEC, Jovem Aprendiz e o “novo Ensino Médio”, por exemplo. O intuito é incentivar um debate sobre se estão em curso processos de neutralização dos conflitos geracionais a fim de conter movimentos de transformações culturais promovidos pelas gerações mais jovens. Essa reflexão necessitará da atenção de pesquisadores dedicados aos estudos geracionais.

Considerando, portanto, esse contexto, defendo a necessidade de inclusão das narrativas transmídia no ambiente educacional diante do intuito de proporcionar o encontro de diferentes vivências cotidianas. Desse modo, busca-se a compreensão do processo educativo como mediador de diálogos estabelecidos entre seus agentes, professores, e seus interlocutores, alunos, assim como afirmou Fonseca (1999).

Diante dessa perspectiva, que compreende a educação como uma ferramenta comunicacional, vista sob a leitura de Filipa Subtil (2014) sobre o conceito de comunicação de Carey como um fenômeno de interação e construção de simbolismos culturais (SUBTIL, 2014). Busca-se, dessa maneira,

desenvolver estratégias de ofuscamento dos modelos educacionais tecnicistas, de modo a propor uma formação educacional mais humanizada e participativa. O objetivo é destacar a necessidade de sobrepor as tentativas de neutralização aos conflitos geracionais, protagonizadas por processos de socialização das juventudes que são focalizados no mercado de trabalho, de forma descomprometida com uma formação cidadã, autônoma e interativa.

## Referências

- ARAUJO, T.; NEIJENS, P.; VLEGENTHART, R. (2017). **Getting the word out on Twitter: the role of influencers, information brokers and strong ties in building word-of-mouth for brands**. *International Journal of Advertising*, 36(3), p. 396-513. <https://doi.org/10.1080/02650487.2016.1173765>.
- CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; LEMOS, Ana Heloisa da Costa; VIANA, Mila Desouza de Aquino. Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/FmBGfbbptmkDHngwssHds4b/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 27/08/2021.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- COMAZZETTO, Letícia Reghelin; VASCONCELLOS, Sílvio José Lemos; PERRONE, Cláudia Maria; GONÇALVES, Julia Gonçalves. A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, jan/mar. 2016, v. 36, n. 1, p. 145-157. doi: 10.1590/1982-3703001352014 .
- DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FEIXA, Carles Feixa; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Soc. estado**, v. 25, n. 2, Brasília May/Aug, 2010.
- FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.
- FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2018.
- IANNI, Octavio. "O Jovem Radical". In: **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 159-179.
- KAMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento. **ComCiência**, Campinas, n. 131, 2011. Disponível em: <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000700004&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700004&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em: 27/08/2021.
- LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As políticas públicas e o direito à educação: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 489-504, abr./jun. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/DcNcfjDnyvfjqKQ4d8FhxLN/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 27/08/2021.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M.; MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982. p. 67-95.

MANNHEIM, Karl. “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. p. 36-61.

MASSAROLO, João Carlos; PADOVANI, Gustavo. Letramento transmídia: um estudo sobre a produção de conteúdos escolares colaborativos. In: **Educomunicação e Transmídia: um Encontro na Escola dos Média, Ciência e Saberes Populares**, EdUFMT, Cuiabá/MT, 2019. p. 28-46.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Controle social nas organizações**. Rev. adm. empres. 19 (3), Set 1979.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclo de vida ou geração?. **38º Encontro Anual da ANPOCS**, GT06 – Comportamento Político e Opinião Pública, Caxambú, MG, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt06-1/8873-juventude-e-participacao-politica-no-brasil-efeitos-de-ciclo-de-vida-ou-geracao/file>>. Acesso em: 27/08/2021.

SCHAWBEL, D. **Promova-se: as novas regras para uma carreira de sucesso**. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

SILVA, Golias. “Cultura das Organizações: Classificação, Tipologia e Características”. In: SILVA, Golias. **Sociologia aplicada à administração**. 3. ed., Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

SUBTIL, Filipa. A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey. **Intercom – RBCC São Paulo**, v. 37, n. 1, p. 19-44, jan./jun. 2014.

VILLAR, Maria da Conceição Oliveira; MOURÃO, Luciana. Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase Experimental. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1999-2014 – Dezembro/2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2018000400011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000400011)>. Acesso em: 27/08/2021.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, mai./ago. 2010.

WELLER, W. Karl Mannheim: Um Pioneiro Da Sociologia Da Juventude. **Anais do XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – GT26: Sociologia da Infância e Juventude**, UFPE, Recife (PE), 2007.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, jan./jun. 2005.

#### Referências eletrônicas:

Twitt de @tchulim: <<https://twitter.com/tchulim/status/1405539094503956482?s=20>>.

Twitt de @wwwmlna: <<https://twitter.com/wwwmlna/status/1405686591469858819?s=19>>.

# Narrativas sonoras no fenômeno *Yuru Camp*<sup>1</sup>

*Hyanna Toledo*<sup>2</sup>

*Aclyse Mattos*<sup>3</sup>

## **Sobre a pesquisa – O gesto musical em *Percussion Mist* de Cristina Dignart**

Cristina Dignart, cuiabana e compositora de música eletroacústica, atualmente professora do Curso de Música da UFPB, desde que se encontrou no universo das mídias e sons eletrônicos passou a explorar, além das sonoridades exclusivamente eletrônicas, a mistura dos sons de instrumentos tradicionais junto com os sons eletrônicos, os produzidos em computador e finalizados em um tape. Por encomenda, na ocasião da Quarta Bienal de Música Brasileira Contemporânea de Mato Grosso no ano de 2010, compôs uma peça mista que congregou sons eletrônicos e diversos instrumentos de percussão exclusivamente para o percussionista e Dr. Fernando Rocha, atualmente professor da UFMG.

Como fruto de suas pesquisas tanto no mestrado como no doutorado, Dignart sempre procurou trabalhar o gesto musical, cada vez mais explorando as infinitas possibilidades de texturas com sons eletrônicos, dialogando com diversos instrumentos acústicos.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi anteriormente apresentada juntamente com o prof. em música eletroacústica pelo Departamento de Artes da Faculdade de Comunicação e Arte na Universidade Federal de Mato Grosso, Dr. Danilo de Albuquerque Rossetti, como coautor, no Encontro de Pesquisa em Artes, Mídias e Tecnologias, realizado entre 23 e 25 de junho de 2021 em Cuiabá (MT).

<sup>2</sup> Graduada em Educação Artística Habilitação em Música Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004). Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. E-mail: hyannah@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1982), especialização em Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – RJ (1989); mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: poesia, comunicação social, propaganda, recital e marketing. E-mail: aclyse@gmail.com.

A peça escrita para a bienal citada ganhou o nome de *Percussion Mist*, que é uma peça mista para percussão e sons eletrônicos, com a concepção de organizar gestos “que fazem alusão ao movimento de névoas” (PRADA; VICTÓRIO, 2015, p. 113). Uma obra cujas texturas em transformações vão em contraste com gestos percussivos, “gerando diversas ambiências sonoras baseadas em transformações de nuvens” (PRADA; VICTÓRIO, 2015, p. 113).

Segundo Prada e Victório no livro “Catálogo Comentado Bienal de Música Brasileira Contemporânea de Mato Grosso” (2015), as texturas da peça *Percussion Mist* conotam solidez, rigidez, na qual se dissolvem em sons percussivos dentro de sons eletrônicos, provocando uma ambiência variante entre saturação e um espaço etéreo, dando alusão à criatividade do ouvinte, onde se pode imaginar uma nuvem carregada que se dissolve em chuva.

Dignart, em sua tese, quando fala sobre o gesto e a textura, traz sua definição para ambos, os quais são a “relação entre eventos e sua constituição interna, que fornecem experiências espaciais importantes” (DIGNART, 2016, p. 201). Define ambos como articuladores e enfatiza a importância do gesto musical, dizendo que esse:

Pode ser concebido como um movimento que possui a potencialidade de expressar algo, estando atrelado a uma causa no ato da escuta. No entanto, no qual parâmetros musicais tradicionais como melodia e harmonia têm um papel menos destacado, o conceito de gesto gera uma reflexão por parte dos compositores e autores, pois com o uso dos meios tecnológicos de produção sonora a presença de um intérprete com um agente da fonte sonora instrumental tornou-se opcional. Neste novo cenário composicional, o gesto passou a ter uma nova concepção no contexto musical, sendo que para a música acusmática o conceito de gesto se refere a qualidades sonoras (DIGNART, 2016, p. 202).

Na música eletroacústica, a construção é feita por “morfologias sonoras”. Nessa definição, Dignart relata que, na maioria das vezes, não há um foco em elementos composicionais tradicionais, como a harmonia e a melodia, sendo então o gesto e a textura articuladores importantes atuantes na composição musical, que possuem diferentes níveis estruturais de uma obra. Considerando tais elementos como “estratégias de organização do material sonoro em uma composição” (DIGNART, 2016, p. 201). Tais espacialidades, advindas do gesto e da textura, dentro da composição adquirem novos conceitos para esses articuladores que podem ser ambos musicais e/ou sonoros, sendo precisamente importantes para a composição na música eletroacústica. Elementos que mudaram a concepção de uma escrita musical como um todo, tendo seus conceitos e definições reinventados.

Para Dignart, esses dois elementos articuladores, quando atuantes na composição musical, podem referir-se a diferentes níveis estruturais de uma

obra como também podem ser usados em estratégias de organização de um material sonoro, contrapondo com timbres de instrumentos acústicos, como é o que ocorre em sua obra *Percussion Mist*.

Nesa peça, um único percussionista interage com um *tape*, onde estão organizados e elaborados sons eletrônicos manuseados pela própria compositora. A bula, que contém informações da peça dentro da partitura, deixa o intérprete bem à vontade; certos trechos, para improvisar e escolher alturas dentro do andamento de semínima igual a 90 segundos na fórmula de compasso 5/4. Sendo exigido apenas um cronômetro para sincronização da parte instrumental com a parte eletrônica.

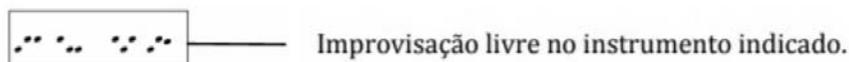


Figura 1: Forma de indicação de improvisação na partitura de *Percussion Mist*

A instrumentação da peça é formada por 5 *temple blocks*, vibrafone, pratos suspensos, caixa-clara, 4 tom-tons e 4 tímpanos nas respectivas afinações Fá 1, Sib 1, Dó 2, Fá 2. É um *setup* bastante grande, que irá exigir muito do desempenho do performer. Na partitura, Dignart sugere uso de várias baquetas e até mesmo unhas para explorar as texturas percussivas.

Podemos observar a escolha do vibrafone e os tímpanos como instrumentos de alturas definidas, que procuram seguir um padrão de alturas com as notas Dó, Fá e Sib, apesar de que ao longo do desenvolvimento da música o vibrafone explora outras notas que estão na maior parte próximas a essas alturas, dando a ideia de talvez ser notas de passagens ou escapadas. Além disso, em relação à rítmica, há um uso frequente de quintinas, sextinas e septinas.

A peça inicia com gestos sonoros da parte eletrônica e, em seguida, a premissa de rulos nos tímpanos de que algo irá acontecer. Surge, então, no compasso 6 o gesto inicial nos *temple blocks*, composto por uma célula rítmica de semicolcheias em uma estrutura que explora as alturas desses instrumentos. Esse gesto espalha-se pelos outros instrumentos ao longo da peça, muitas vezes de forma variada.



Figura 2: Gesto inicial apresentado nos *temple blocks*, compasso 6

O gesto inicial instrumental que surge na peça está ligado aos *temple blocks* e tom-tons, enquanto que há um segundo gesto realizado pelos tímpanos (compasso 49). Esse gesto evoca muito a ideia de turbulência e saturação

na primeira parte da peça com a prenúncia dos tímpanos de que isso logo irá diluir ao som cintilante do vibrafone, que discorre o desenvolvimento com os temas sendo explorados e misturados de encontro a uma coda grande em sextinas com semicolcheias e fusas em forma cíclica até a finalização com o gesto sonoro do *tape* em contraste com a textura dos tímpanos.



Figura 3: Segundo gesto instrumental realizado pelos tímpanos (compasso 49)

Com essa rápida análise da peça *Percussion Mist* podemos observar quando Dignart se refere ao gesto musical e à textura como componentes estruturadores de grande importância na composição. Fazem tanto parte dos processos de evolução como do crescimento das intensidades e alturas em movimento, além de um “importante fornecedor de espacialidades na música eletroacústica” (DIGNART, 2010, p. 245).

(...) a ampliação da conceituação de textura em música na contemporaneidade, quando empregada na composição, a noção de texturas tem fortes ligações com aspectos visuais e táteis na percepção musical. É possível estabelecer analogias a aspectos físicos como rugosidades, granularidades, ou aspectos lisos ou estrados de eventos sonoros (DIGNART, 2016, p. 248).

Em suas pesquisas, Dignart aborda enfaticamente que o reconhecimento do gesto musical e sonoro como um elemento expressivo não é nenhuma novidade para os estudos recentes na composição musical. Toda a trajetória e direcionamento que são proporcionados pelo gesto são aspectos que há muito tempo vêm sendo buscados por compositores até mesmo de diferentes épocas, justamente pelo fato de potencializar a percepção de movimento, o que torna o gesto muito indispensável na escrita musical.

Com tais dados sabe-se que o gesto, na composição atual, mostra uma presença marcante quanto a seu desempenho no processo de incentivo ao imaginativo de criação. Essa proposta buscou apresentar as noções de textura e gesto que a compositora Cristina Dignart utiliza no processo composicional de suas obras, detalhando alguns procedimentos utilizados na obra *Percussion Mist*. Compreendendo agora por meio desta pesquisa a relevância das texturas e gestos na música mista, pretendemos entender essas noções no âmbito da trilha cinematográfica.

## A importância em falar de uma compositora na música mista/eletroacústica

A conexão das manifestações artísticas com a sociedade na qual essas surgem são um dos focos dos Estudos Culturais. A sociedade contemporânea é afetada pela relação entre música e tecnologia na produção de sentidos e significados culturais, pois a música é um dos elementos formadores da cultura. Nesse sentido, embasadas em teóricos da área dos Estudos Culturais e da Análise Musical e de escuta, pretendemos entender como a produção composicional da compositora cuiabana Cristina Dignart (1982) impacta o âmbito da relação entre música e tecnologia, mais especificamente no campo da música mista, podendo futuramente desenvolver suas criações em música eletroacústica para trilha sonora.

Dignart enfrenta pelo menos duas hegemonias em sua atuação: a hegemonia do homem, por conta da invisibilidade social de sua obra num escopo de atuação que ainda não reconhece de maneira ideal a produção de mulheres compositoras; e a hegemonia de alguns polos de produção de música eletroacústica no Brasil, que se concentram mais especificamente nas regiões sudeste, sul, além de alguns estados com tradição nessa área, como Bahia, excluindo desse circuito Mato Grosso, estado de origem da compositora.

Dignart tem demonstrado em suas obras a criatividade na música mista por meio da exploração de sons com instrumentos solistas, como a percussão, juntamente com sons eletrônicos, sugerindo um diálogo sonoro entre o acústico e o digital. Esse é um campo na música contemporânea em que raramente se veem obras compostas por mulheres. Objetivamos contribuir para essa discussão fazendo um compilamento crítico de textos que apresentam a problemática do apagamento da produção de mulheres compositoras.

A partir do aprofundamento sobre a vida e obra de Cristina Dignart, com ênfase nos processos composicionais de suas obras para música eletroacústica (música mista), buscaremos compreender, dentro da análise musical, o gesto musical na obra *Percussion Mist* (2010), de Cristina Dignart. Essa obra, para percussão e sons eletrônicos, foi estreada na *Quarta Bienal de Música Brasileira Contemporânea de Mato Grosso* em 2010.

Compreender como a artista transferiu para sua obra as necessidades de seu contexto de atuação musical e sociocultural, além da divulgação e reconhecimento da contribuição de suas composições para a música eletroacústica brasileira, justificando assim a relevância acadêmica e social desta pesquisa, é tão necessário quanto já tem feito em pesquisas voltadas para compositores.

## *Yuru Camp* e suas narrativas sonoras

Utilizando o pressuposto de que o som em uma obra audiovisual exerce importantíssimo papel, o qual apoia a construção de narrativas fílmicas, tentaremos, a partir de então, analisar a sonoridade das narrativas do anime *Yuru Camp* que convergem com a trilha musical para esse seriado. Explorando o foco da pesquisa desenvolvido por Bognar para seu trabalho de conclusão de curso sobre a repercussão do anime *Yuru Camp*, onde considerou elementos que foram responsáveis por quebrar barreiras entre ficção e realidade, pretende-se analisar musicalmente o quanto as texturas sonoras e o gesto musical contribuíram, de forma perspicaz, para essas narrativas, colaborando para influenciar as pessoas a sair de casa para acampar, assim como os personagens desse anime.

*Yuru Camp* é um anime dos gêneros *slice of life* e comédia, cuja primeira temporada foi lançada em 2018.

A história acompanha o cotidiano de cinco garotas que saem para acampar, seja porque gostam, seja por ser a atividade do clube do qual fazem parte na escola. Cada uma delas tem sua particularidade, o que ajuda a representar os diferentes tipos de espectadores do anime. Temos tanto aqueles que já têm alguma experiência com acampar quanto quem nunca pesquisou nada sobre o assunto (BOGNAR- MATTOS, 2020, p. 2).



Da esquerda para a direita: Ena, Rin, Nadeshiko, Aoi e Chiaki.  
1ª temp. Ep. 7: O plano de acampar sozinha da Nadeshiko (Frame 1398 de 1432)

Para uma boa parte da cultura japonesa, que obtém importante relevância, animes fazem parte de sua formação enquanto traços de personalidades de alguns indivíduos. Ao assistir aos animes, surge o desejo de mudar sua rotina. Há um certo encantamento quanto à produção cinematográfica japonesa, que surrealmente leva as pessoas a realizar no mundo real a ficção a que assistem.

Acampar, na abordagem do anime, é conhecer um lugar novo, se desafiar a sair da sua rotina; é também uma oportunidade de conhecer a si mesmo e ao espaço que o cerca. Relaxar. Comer comidas gostosas e sentir satisfação ao aproveitar a experiência. É poder ver as coisas de um outro jeito ao qual não estamos mais acostumados e apreciar, dizer que aquilo é legal, confortável, engraçado, fofo, interessante (BOGNAR-MATTOS, 2020, p. 3).

Entendendo a concepção do anime, percebemos claramente a ambiência que a trilha sonora explora. Provavelmente, as texturas sonoras foram trabalhadas a fim de compor a essência de elementos que remetem ao simples. Por isso uma trilha sonora tranquila serve de base para as texturas leves, detalhadamente compondo uma paisagem sonora para o espectador, a ponto de entender e “enxergar” de olhos fechados.

As texturas que narram os sons das cenas simulam uma atmosfera própria para um potencial tão terapêutico, para quem assiste, que é capaz de relaxar e tranquilizar o espectador, ávido de sair de sua realidade para flutuar nessa ficção a ponto de desejá-la e realizá-la.

Pode ser um momento no qual a pessoa sai da rotina para se encontrar consigo mesmo, apreciar a própria solidão. Pode ser o fascínio da primeira impressão, de se deixar encantar pela paisagem, pelo sentimento novo, pelo “quentinho no coração” que estar ao redor de uma fogueira é capaz de proporcionar, por dividir aquilo com amigos e eternizar as situações vividas em fotos das quais será possível rir no futuro. O anime te faz querer viver dentro da narrativa apresentada em tela; aproveitar cada momento, como fazem as personagens (BOGNAR-MATTOS, 2020, p. 4).

As teorias de escuta e análise propostas por Schaeffer, posteriormente por Michel Chion e Denis Smalley. Chion (1983) considerou aplicar os conceitos de escuta na análise da relação audiovisual no cinema, sendo depois nomenclaturada como escuta schaefferiana.

Dentro dessa percepção, o espectador facilmente associa as texturas dos sons que narram cena a cena, podendo identificar de forma aprazível a proposta que é desse anime.

A metodologia de investigação utilizada em trabalhos como esse parte da análise da trilha sonora: “(...) partimos da divisão do filme em sequências pelo padrão sonoro, não espacial ou visual, conforme proposto por Eduardo Mendes (2004), (...) no qual observamos várias exibições de uma cena ou sequência separando som e imagem” (NICOLINO-FARIA, 2015, p. 4).

A análise sonora é dividida em sessões. Numa delas, podemos identificar a composição tonal, que traz a ambiência desejada, conotando sensações terapêuticas, conforme a proposta do anime. Em uma segunda sessão, são

voltadas aos sons cujo efeitos reproduzem os ruídos em que estão inseridos na narrativa, dando veracidade ao desenho, trazendo-o, de certa forma, da ficção para mais perto da realidade do espectador. Ao identificar o som em que um personagem está sugando o macarrão instantâneo, por exemplo, leva-nos a sentir vontade de comê-lo.

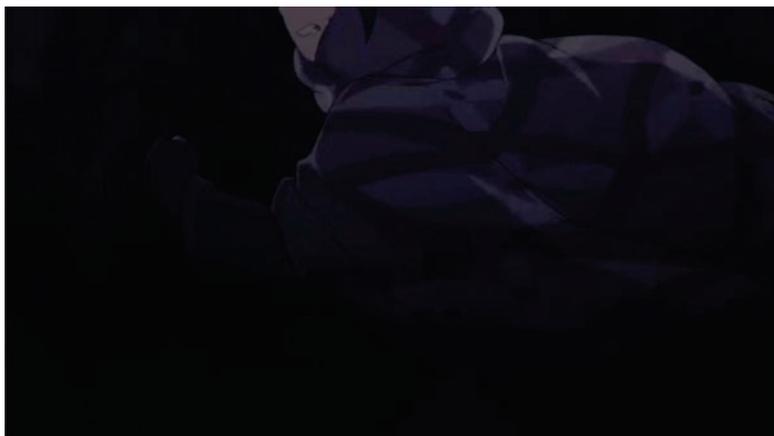


Nadeshiko comendo l amen de curry  
1<sup>a</sup> temp. Ep. 1: Monte Fuji e l amen de curry (Frame 1195 de 1629)

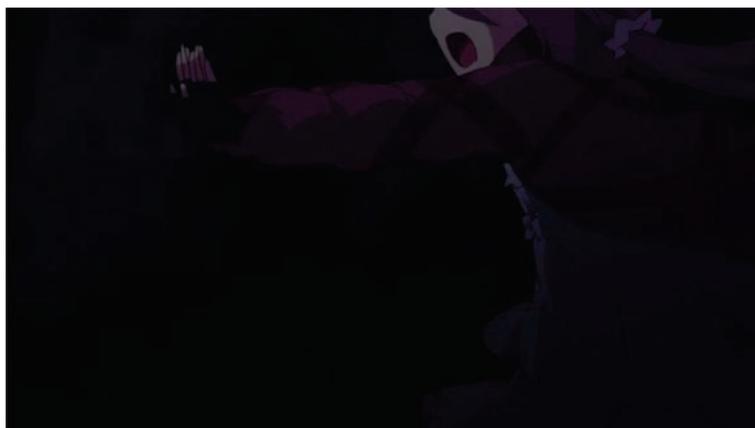
  aqui que notamos a contribui o dos sons, da composi o da trilha sonora dialogando com a narrativa cinematográfica, enriquecendo-a em detalhes sonoros, trazendo de forma somatória com o todo o desejo de realizar o que se aprecia na fic o; encurta assim o mundo imaginário do mundo real.

Não só ruídos e composi es harmônicas, regidos por tonalidades, irão compor uma trilha sonora. Há uma terceira sessão para essa análise as composi es atonais, que podem parecer não fazer sentido, mas sem essas deixariam a narrativa muito superficial para distinguir, por exemplo, algumas emo es, sensa es de medo, indicar na cena a chegada de perigo e assim por diante.

A morfologia espectral de Denis Smalley traz uma tipologia como forma de classificar em tipos básicos os objetos sonoros que constituem a trilha do filme. Porém a metodologia para análise de escuta de “Michel Chion – o Método das Máscaras, ajuda mais adequadamente a compreender a contribui o individual da trilha sonora para a obra filmica” (OLIVEIRA; SOUZA, 2014, p. 122).



Rin se assusta ao se deparar com Nadeshiko e sai correndo  
1ª temp. Ep. 7: O plano de acampar sozinha da Nadeshiko (Frame 1398 de 1432)



Nadeshiko persegue Rin também apavorada  
1ª temp. Ep. 7: O plano de acampar sozinha da Nadeshiko (Frame 1398 de 1432)

Isso tudo graças à abertura que o cinema deu a partir da década de 1940 para as novas vertentes musicais que poderiam aliar-se com o resultado de sonoridades ruidosas, mas que traziam soluções, inclusive de baixo custo, com uma poética expressiva, porém sonora.

O ruído seria descoberto como sonoridade expressiva, não sendo usado, apenas, como complemento naturalista da imagem. Em outras palavras, começava a se desenvolver uma poética do ruído que o aproximava da música como sonoridade expressiva. Por outro lado, a música descobre-se, cada vez mais, como sonoridade, apro-

ximando-se do ruído (CARRASCO, apud OLIVEIRA; SOUZA, 2009, p. 170).

A música do século XX trouxe novas estéticas, como a música eletroacústica, contribuindo até os dias atuais para que experiências vanguardistas e instrumentos eletrônicos invadissem as salas de cinema.

O propósito em apontar, consideravelmente de forma resumida, essa trajetória que leva as texturas sonoras feitas com meios eletroacústicos permite contemplar a linguagem cinematográfica da manipulação direta na película com as experiências sonoras nas inclusões de instrumentos, tradicionais, eletrônicos, eletroeletrônicos, instrumentos tradicionais alterados propositalmente e até mesmo qualquer objeto que consiga produzir sons, seja vibrando ou repercutindo.

A articulação entre sons e imagens no anime deslumbra o espectador, trazendo o conceito dramático/narrativo tão vívido que desperta o desejo do espectador em realizar no seu mundo real o que ouve/vê na ficção. As riquezas de texturas sonoras mostram-se, em *Yuru Camp*, ser imprescindíveis pela relação entre movimento visual e movimento sonoro, como observa Carrasco (2010), o que contribuiu muito para o sucesso desse anime que é fenômeno no Japão por influenciar as pessoas a ir acampar, como fazem as protagonistas.

### Considerações finais

A pesquisa em analisar uma obra de música mista mostrou possibilidades criativas também para o audiovisual. A contribuição da música no mundo cinematográfico tem se fundido cada vez mais, provando seu valor e alta necessidade de estar presente nas trilhas sonoras e dividindo, contribuindo, somando, despertando e expressando as narrativas fílmicas.

Cristina Dignart também tem contribuído para o audiovisual com suas criativas composições, o que me desperta o interesse também em buscar mais conhecimento na música dentro do universo cinematográfico.

Este trabalho para a disciplina de “Estudos Interdisciplinares em Comunicações e Mediações Culturais: tensões contemporâneas” procurou compreender pela análise de escuta desse anime a conexão das narrativas do desenho com a narrativa sonora. O interesse em juntar as duas coisas – a escuta com as texturas em áudio juntamente com partitura musical, quanto a experiência em assistir ao anime *Yuru Camp* buscou mostrar a pluralidade em que caminham juntos audiovisual e música.

## Referências

- AMIAMI. **Search Yuru Camp**. Disponível em: [https://www.amiami.com/eng/search/list/?s\\_keywords=yuru%20camp](https://www.amiami.com/eng/search/list/?s_keywords=yuru%20camp). Acesso em: 29/09/2021.
- DIGNART, Maria Cristina. **O gesto como princípio formador em composições eletroacústicas**. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- DIGNART, Maria Cristina de Carvalho Rocha. **Espaço, gesto e textura na música eletroacústica: uma abordagem analítica e composicional**. Tese (doutorado em Música) – Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.
- DIGNART, Maria Cristina. **Percussion Mist – peça para percussão e sons eletrônicos**. Obra musical para percussão. Cuiabá, 2010.
- HIDING IN PUBLIC. **The Great Yuru Camp Iceberg; Explained**. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tkonhjc2iYk>. Acesso em: 15/08/2021.
- PRADA, Teresinha; VICTÓRIO, Roberto (org.). **Catálogo comentado bienal de música brasileira contemporânea de Mato Grosso**. Cuiabá, EdUFMT, 2015.
- INTOXIANIME. **Yuru Camp aumenta o campismo no Japão e vira notícia em TV japonesa**. Disponível em: Yuru Camp aumenta o campismo no Japão e vira notícia em TV japonesa – IntoxiAnime. Acesso em: 16/08/2021.
- RENATHO. **A Lógica do Consumo** – Martin Lindstrom. Medium. Disponível em: <https://medium.com/renatho/a-logica-do-consumo-martin-lindstrom-76391212f6ed>. Acesso em: 25/09/2021.
- YOUTUBE. **Pesquisa – shiny days jackson**. Disponível em: [https://www.youtube.com/results?search\\_query=shiny+days+jackson](https://www.youtube.com/results?search_query=shiny+days+jackson). Acesso em: 28/09/2021.
- NICOLINO, Marcelo Sarra; FARIA, Regis Rossi Alves. A partitura de escuta como suporte para a análise de desenho de som cinematográfico. **Anais**. XXV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. Vitória, ES, 2015.
- MATTOS, Aclyse de; BOGNAR, Yael Costa. Quando assistir não é suficiente, é preciso sair para acampar: o fenômeno comunicacional de Yuru Camp. **Anais**. Artigo científico apresentado à Faculdade de Comunicação e Artes para o curso superior de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Mato Grosso por meio da orientação do professor Aclyse de Mattos, como requisito de finalização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, conseqüentemente, aprovação para a graduação, 2020.
- MENEZES, Flo. **Música Eletroacústica – História e estéticas**. S. Paulo: Edusp, 1996.
- SCHAEFFER, Pierre. **Tratado de los Objetos Musicales**. Madrid: Alianza, 1988 (tradução por Araceli Cabezón de Diego do livro *Traité des objets musicaux*). Paris: Seuil, 1966.
- OLIVEIRA, J.; SOUZA, R. C. O Uso da Música Eletroacústica no Cinema Durante a Primeira Metade do Século XX Exemplificado no Caso de O Planeta... **Revista Música Hodie**, Goiânia, v. 14, n. 1, 2014, p. 122-136.

# Tópicas e (Pós-)Minimalismo no cinema: o filme *Interestelar* e as tensões contemporâneas

Juliano de Oliveira<sup>1</sup>

Rita de Cássia Domingues dos Santos<sup>2</sup>

## Introdução

Neste texto, trataremos do Pós-Minimalismo e de sua abertura à semânticidade no contexto cinematográfico a partir da teoria das tópicas. Buscar-se-á demonstrar, ademais, que, não obstante a busca pelo esvaziamento de significados por parte dos primeiros compositores minimalistas no cinema, o estilo rapidamente adquiriu sentido ao se associar a temáticas relacionadas a tecnologia, pensamento matemático, alteridade (robôs, ciborgues, extraterrestres) e distopias – incluindo, mais recentemente, aquelas que tocam em questões emergentes, como o aquecimento global, alterações climáticas e as consequências desses fenômenos. Um exemplo desse tipo de associação pode ser encontrado no filme *Interestelar* (2014), dirigido por Christopher Nolan e com música de Hans Zimmer, que analisaremos brevemente no final deste capítulo. Demonstraremos, por conseguinte, como o (Pós-)Minimalismo se converteu em uma tópica nas mãos de compositores de cinema e como a teoria proposta por Leonard Ratner (1985) é adequada para desvelar as tensões contemporâneas que o filme tangencia.

Existem várias ferramentas analíticas para analisar música (pós-)minimalista em filmes, como podemos constatar nos textos de Richardson e Valimaki (2013), Rebecca Eaton (2013), Sumanth Gopinath e Pwyll ap Siôn (2019), entre outros pesquisadores. Tristian Evans, em seu livro *Shared Meanings in the film music of Philip Glass* (2016), apresenta análises de trilhas sonoras de Glass para quatro filmes: *Dracula*; *Naqoyqatsqi*, *Book of Longing* e

---

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e Análise, mestre em Musicologia e graduado em Licenciatura em Música pela ECA/USP. Atua como pianista e professor de teoria junto aos corais adulto e juvenil da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto/SP.

<sup>2</sup> Compositora e pesquisadora, é professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), mestre em Musicologia pela Escola de Comunicações e Artes (USP), graduada em Composição e Regência pela UNESP, doutora em Estudos de Cultura Contemporânea. Realizou doutorado sanduíche na Bangor University (Wales – UK). Atualmente realiza estágio pós-doutoral na USP.

*Watchmen*. Porém, diferentemente desses teóricos, optamos por usar a teoria das tópicas como ferramenta de análise musical por entender que a música é um fenômeno essencialmente cultural e sempre aberto à semânticidade.

Para tanto, partiremos de um panorama sobre a teoria das tópicas e de sua aplicação no contexto cinematográfico. Na sequência, para compreendermos a tópica minimalista, discutiremos aspectos da música (pós-)minimalista. Com esses constructos teóricos realizaremos uma breve análise do tema principal do filme *Interstellar*.

## A teoria das tópicas musicais

Nos anos 1980, teve início nos EUA um paradigma musicológico interessado nos estudos de significação musical a partir de uma abordagem interdisciplinar que incorporou influências da sociologia, da linguística e da semiótica. Essa abordagem, centrada no conceito de tópica musical desenvolvido por Leonard Ratner (1985), foi utilizada inicialmente nos estudos da música clássica (século XVIII) e partiu do pressuposto de que a música carrega significados extrínsecos correlacionados a afetos, conceitos e sentidos ligados ao contexto no qual um tipo ou estilo musical está associado. A teoria proposta por Ratner (1985) sustenta-se, portanto, no fato de que há um inventário de códigos compartilhados culturalmente entre compositores e ouvintes.

Assim, quando em determinados contextos, como uma ópera, uma sinfonia, uma sonata (ou um filme), é possível identificar tipos ou estilos musicais com significados relativamente precisos, temos, então, uma tópica. Esse conceito foi usado pela primeira vez na musicologia por Leonard Ratner no livro *Classic Music*, de 1980. Segundo Ratner:

Do contato com o culto religioso, poesia, drama, entretenimento, dança, cerimônia, forças armadas, caça e a vida das classes baixas, a música no início do século XVIII desenvolveu um tesouro de *figuras características*, que formou um rico legado para os compositores clássicos. Algumas dessas figuras eram associadas a vários sentimentos e afeições; outras tinham um aroma pitoresco. Elas são denominadas aqui como *tópicas* – sujeitos do discurso musical (RATNER, 1985, p. 9).

Hatten (1994, p. x), um dos principais musicólogos desse paradigma, define a tópica como sendo “estilos e tipos fortemente codificados que carregam características ligadas a afeto, classe e ocasião social, tais como estilos de igreja, estilos aprendidos e estilos de dança”. Algumas tópicas predominantes no período clássico (século XVIII) são minueto, valsa, marcha, estilo heroico, estilo pastoral, música turca, etc. Cada um desses tipos e estilos identificados por um rótulo carrega conotações ligadas a afetos e contextos.

Ao se basear na correlação entre forma musical e significados extrínsecos, a tópica contribui para que o signo musical adquira o status de símbolo semiótico e passe a representar coisas além da música em si. É importante destacar, contudo, que a tópica não diz respeito a associações particulares ou idiossincráticas referentes às experiências individuais de cada um, mas sim a associações culturais, que são códigos compartilhados socialmente. Quando identificamos um pequeno trecho musical em estilo de minueto como parte de uma peça maior, por exemplo, afetos e significados, tais como aristocracia, dança, leveza, nobreza, estarão implícitos naquele trecho e dialogarão com os demais estilos e sentidos presentes na mesma peça, abrindo caminho para um vasto campo de interpretação.

O universo tópico dos séculos XX e XXI inclui toda a gama de estilos da música popular, comercial e de concerto, além de incorporar as tópicas dos períodos anteriores. Como exemplos podemos citar: música latina, música árabe, bateria de escola de samba, rock'n roll, música dos nativos americanos, estilo minimalista, etc.

### **Tópicas no cinema**

O universo da canção popular, midiática e do cinema possui um grande potencial de significação e, portanto, são especialmente eficazes na criação e difusão de tópicas musicais. Uma canção de rock'n roll dos anos 1950, como *Jailhouse Rock*, interpretada por Elvis Presley, pode carregar significados particulares para cada ouvinte de acordo com as experiências individuais, porém socialmente esse estilo sugere rebeldia, contracultura, liberdade e quebra de paradigmas. Na trilha musical cinematográfica, um tema famoso como o *leitmotiv*<sup>3</sup> do filme *Tubarão* (1975), dirigido por Steven Spielberg e com música de John Williams, baseia-se em uma tópica que conota tensão, perigo, medo e pânico. Nesse caso, a intenção não é simplesmente remeter ao animal, mas também enfatizar que se trata de uma ameaça. Por isso, para a criação do *leitmotiv*, John Willian valeu-se de códigos que conotam tensão e medo.

Podemos observar o pensamento tópico por parte de músicos de cinema desde o surgimento das primeiras enciclopédias e planilhas musicais nos anos 1910, usadas para acompanhar filmes silenciosos. As enciclopédias eram catálogos de músicas variadas, e as planilhas eram compiladas de músicas selecionadas para filmes específicos. Ambas valeram-se de tipos e estilos

---

<sup>3</sup> *Letimotiv* pode ser traduzido por *motivo condutor*; é um motivo (um fragmento) ou um tema musical correlacionado a alguma coisa da narrativa, que pode ser um personagem, um objeto, um lugar, etc. Importante destacar que *leitmotiv* é diferente de tópica. A tópica está no âmbito da semântica, da conotação, do símbolo, dos significados culturais convencionados. O *leitmotiv* está no âmbito da denotação, do índice semiótico; ele aponta para algo (um personagem, um objeto, um lugar) dentro da narrativa.

com conotações consolidadas, já em voga na ópera e no teatro de variedades, por exemplo. Algumas das enciclopédias musicais utilizavam compilações de peças do repertório tradicional, e outras continham composições próprias. O índice era criado de modo a orientar os músicos na escolha das peças mais adequadas para cada tipo de situação (Figura 1).



Figura 1: Enciclopédias musicais usadas para acompanhamento de filmes silenciosos

A enciclopédia de Zamecnik, uma das primeiras a obter sucesso comercial, continha composições do próprio autor com títulos sugestivos, como *Marcha para festivais*, *Música de índio*, *Música chinesa*, *Música oriental*, *Música para cenas de morte*, *Marcha fúnebre*, etc.

Para a criação das músicas de sua enciclopédia, Zamecnik recorreu a referenciais do universo clássico e popular que já faziam parte do imaginário do espectador médio. É fácil observar, por exemplo, a semelhança entre a *Marcha Fúnebre* da *Sonata Op. 35* de Chopin e a *Marcha fúnebre* de Zamecnik (Figura 2).

## FUNERAL MARCH

J. S. ZAMECNIK.

Andante.

Funeral March  
(from Sonata Op. 35) F. Chopin (1810 - 1849)

Lento

*pp* always legato

Figura 2: Comparação entre a *Marcha Fúnebre* da *Sam Fox Moving Picture*, de Zamecnik, e a *Marcha Fúnebre* da *Sonata Op. 35*, de Chopin

Importante destacar que a teoria das tópicas, desenvolvida inicialmente por Leonard Ratner a partir de 1980, foi usada pelo autor para compreender a música clássica do século XVIII. Contudo, as enciclopédias e planilhas dos anos 1910 revelam que, embora não houvesse uma teoria sistematizada no período, havia uma prática consistente que justifica o emprego da teoria de Ratner no âmbito da trilha musical cinematográfica.

Em um primeiro momento, compositores de cinema recorreram ao repertório tradicional e ao referencial operístico. A partir dos anos 1930, com o advento do cinema sonoro, compositores de cinema começaram a criar com mais frequência novas tópicas, principalmente a partir das poéticas musicais contemporâneas, ou seja, a partir da inserção de experiências modernas, instrumentos eletrônicos e estilos de vanguarda na trilha musical cinematográfica.

Há, aparentemente, um paradoxo no fato de estilos derivados da música de vanguarda se tornarem tópicas. Isso porque uma das premissas dos modernos e das correntes norteadas pelo paradigma formalista era que a música deveria ser esvaziada de qualquer conteúdo semântico. Algumas correntes, como a da música concreta, surgida no final dos anos 1940 na França, buscavam inclusive a ocultação da fonte sonora, de modo que a origem do som se mantivesse desconhecida e o ouvinte pudesse concentrar-se unicamente nos elementos qualitativos e formais da música. Compositores formalistas e grande parte das correntes da música de vanguarda buscavam uma arte dos sons que fosse imaculada, livre de conotações *a priori* e reduzida ao ícone semiótico – às qualidades sonoras e estruturais. Pode-se dizer, contudo, que o objetivo das poéticas modernas de esvaziar os sons de seus significados extrínsecos fracassou frente ao potencial associativo do cinema e de outras formas de arte multimídia.

Um exemplo notável de estilo musical do século XX que negava a semântica e se converteu em tópica é o Minimalismo. Eaton (2008, p. 46-47) encontrou três caminhos principais nos quais o Minimalismo é utilizado no cinema: como signo de alteridade, mente matemática e distopia. Uma vez que os três eixos temáticos de associação sugeridos por Eaton são frequentes na ficção científica, podemos supor que esse é um dos gêneros em que a tópica minimalista se tornou mais recorrente.

Tal como o Minimalismo se associou a temáticas da ficção científica, uma série de outros signos musicais e tópicas tornou-se evocativa de gêneros cinematográficos. Esse inventário de signos musicais associados a elementos do imaginário do gênero é denominado por Oliveira (2018) de *imaginário sonoro do gênero cinematográfico*. Além da tópica minimalista, o imaginário sonoro da ficção científica é composto por tópicas como marcha, distopia, alienígena, espaço sideral, entre outras. De modo semelhante, podemos sugerir que o imaginário sonoro de um gênero distinto como o *western* é

formado por música de *cowboy*, musema do tambor indígena, musema do galo, tónica nativo americano selvagem, nativo americano nobre, músicas tradicionais e folclóricas.

## Minimalismo e Pós-Minimalismo musical

Minimalismo musical não é um fenómeno unitário, mas uma complexa rede de tendências musicais que tem mudado de forma e de significado, movendo-se dentro de uma grande variedade de situações de performance. Frequentemente Minimalismo é associado com música repetitiva, apresentando figuras rítmicas ou melódicas que são incessantemente repetidas, com alguma gradual mudança ocorrendo. Mas essa definição exclui obras como as performances do grupo *The Theatre of Eternal Music* (La Monte Young, Terry Riley e outros) ou as *extravaganzas* de Charlemagne Palestine (1947-)<sup>4</sup> ou algumas obras de Phill Niblock (1933-) ou Harold Budd (1936-).

De acordo com Potter, Gann e Ap Sion (2013), pode-se observar as seguintes características nas composições minimalistas<sup>5</sup>:

- Êxtase harmônico: um único acorde; ou poucas alturas; ou poucos acordes; ou uma única escala. Normalmente implica uma escala diatônica convencional ou modo. É natural perceber esse reducionismo como uma reação aos massivos trabalhos serialistas ou aleatórios das décadas de 1950 ou 1960;
- Repetição;
- Drones (baixo zumbido contínuo);
- Processos graduais: *additive process*; *phase-shifting*; *permutational process* (progressão melódica gradualmente mudada por via transformação sistemática que previne repetição exata);
- Batida constante: normalmente associada a uma figuração repetitiva de colcheias, sugestiva de ação ou movimento mecanizado. Mas como compositores minimalistas podem usar drones (como La Monte Young ou Niblock), melhor dizer que Minimalismo é caracterizado pela falta de diferenciação rítmica;
- Instrumentação estática: não podemos considerar como um objetivo estético permanente da música minimalista. Isso pode ter sido deter-

---

<sup>4</sup> Charlemagne Palestine nasceu em Brooklyn (USA), mas mora atualmente na Bélgica. Suas obras incluem vídeo, esculturas, pinturas, instalações e partituras sonoras iniciais. O trabalho de Charlemagne Palestine forma um universo altamente pessoal de rituais, intoxicação e xamanismo. Ele ganhou reconhecimento na década de 1960 com suas composições e performances experimentais, tendo trabalhado com a coreógrafa Simone Forti, os artistas Tony Conrad e Richard Serra e se apresentou ao lado dos compositores La Monte Young Terry Riley, Philip Glass e Steve Reich.

<sup>5</sup> São raras as obras que contêm todas essas características acima mencionadas.

minado pela performance inovadora e econômica de música minimalista dos anos iniciais nos conjuntos pequenos (como *The Theater of Eternal Music*, *Steve Reich and Musicians*, ou *Philip Glass Ensemble*);

- Metamúsica: esta foi uma das principais preocupações de Steve Reich por um tempo. Em muitos casos, a reverberação sonora da música minimalista “cria” outra música sobreposta na audição do espectador;
- AFINAÇÃO PURA: frequências puras foram exploradas por La Monte Young, Tony Conrad, ou seja, ressonância de intervalos fora da escala de 12 sons do piano ou de outro instrumento temperado. Não é muito usada atualmente, apesar de Niblock, Terry Riley usarem e John Adams ter introduzido de novo o uso de harmônicos puros em sua obra orquestral *The Dharma and Gribble* (2003);
- Estruturas audíveis: na maioria das músicas minimalistas, a estrutura está na superfície e é facilmente audível.<sup>6</sup>

Conforme Kyle Gann (2013), compositor e crítico musical, as primeiras obras pós-minimalistas surgiram no final da década de 1970 como uma resposta coletiva ao Minimalismo musical. A maioria dessas músicas foi composta para a formação instrumental de música de câmara ou para instrumento solo, tendo linguagem eclética e abraçando influências de outras culturas: gamelão balinês, folclore, pop, jazz, música de câmara do século XVIII, música renascentista, etc. As obras pós-minimalistas, segundo esse autor, têm formas curtas e espirais e não são analisáveis na primeira audição. Tem uma dependência do ritmo constante do Minimalismo, a tonalidade diatônica e até mesmo os arquétipos formais, mas uma inclusão que reúne ideias de uma enorme variedade de fontes musicais. Dentro de seu exterior suave, o Pós-Minimalismo é um grande caldeirão em que todas as músicas do mundo nadam juntas em harmonia discreta, ou seja, presença da Estética da Impureza<sup>7</sup> (SCARPETTA, 1985). Ele afirma que o número de obras encontradas em concertos e gravações nas décadas de 1980 e 1990 com esses critérios foi demasiado para ser ignorado (GANN, 2013).

Santos (2019) elaborou uma tabela que apresenta a síntese de vários teóricos a respeito das características que diferem uma música exclusivamente minimalista para uma música pós-minimalista.

---

<sup>6</sup> Com a nova visão de teleologia proposta por Fink (2005), atualmente a maioria dos teóricos não considera mais a música minimalista com caráter antiteleológico, como podemos observar pela ausência dessa característica nesse rol.

<sup>7</sup> A Estética da Impureza, que Scarpetta apresenta em seu livro *L'Impureté*, contradiz a dissertação massiva e homogênea, exalta o teor dionisiaco sem progressividade linear e lógica (em oposição à tese), existindo como um discurso disperso, estilizado, lacunar, remissivo a um tipo de montagem, mantendo, no entanto, a heterogeneidade e o choque dos seus níveis (SCARPETTA, 1985).

	<i>Características do Pós-Minimalismo Musical</i>
PARELES 1983	<ul style="list-style-type: none"> <li>• repetição para a textura ao invés de usá-la para a estrutura</li> <li>• engloba sons do jazz e dos clássicos</li> </ul>
JOHNSON 1994	<ul style="list-style-type: none"> <li>• uso frequente de extensas linhas melódicas</li> </ul>
SCHWARZ 1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vocabulário eclético e variedade harmônica</li> <li>• uso de técnicas minimalistas para atingir clímax emocional</li> <li>• gama impura de possibilidades estilísticas</li> </ul>
GANN 1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>• tonal e predominantemente consonante</li> <li>• baseada num pulso estável</li> <li>• não previsível ou fácil de seguir</li> <li>• tendência a fazer giros surpreendentes</li> <li>• inspirada em diferentes tradições, integrando tais inspirações em uma linguagem musical autônoma</li> </ul>
POTTER 2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perfil melódico destacado</li> <li>• variedade timbral</li> <li>• separação clara da melodia e do acompanhamento</li> <li>• materiais melódicos ampliados</li> <li>• progressões harmônicas mais facilmente associadas a músicas ocidentais anteriores</li> <li>• estruturas narrativas</li> </ul>
BERNARD 2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• maior complexidade</li> <li>• maior preocupação com sonoridades</li> <li>• as texturas tornaram-se explicitamente harmônicas</li> <li>• harmonizações de uma essência quase tonal surgiram</li> </ul>
FINK 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• maior complexidade</li> <li>• caráter mais pessoal</li> <li>• procedimento composicional mais intuitivo</li> </ul>
CERVO 2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mistura de outros procedimentos composicionais com o Minimalismo</li> <li>• relevo na expressividade melódica</li> <li>• obras são estruturadas em seções contrastantes, com quebra do senso de continuidade do Minimalismo estrito dos anos iniciais</li> </ul>
WILLIAMS 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• citação de outras músicas</li> <li>• referências extramusicais</li> </ul>

MASNIKOSA 2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>• sem rigidez e impura</li> <li>• contrastes significantes</li> <li>• expressividade</li> </ul>
GANN 2013	<p>Insiste nas características elencadas em 1997 mais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• obras para instrumento solo ou música de câmara</li> <li>• quase sempre escrita na notação padrão</li> <li>• formas curtas</li> <li>• emotividade sem sobressaltos, que pode ser associada com o romantismo tardio ou modernismo</li> <li>• a duração dos trabalhos retornou ao tamanho mais convencional de música de concerto (de 5 a 25 minutos)</li> </ul>

Tabela 1: Síntese das características do Pós-Minimalismo segundo vários autores (SANTOS, 2019)

Como já mencionado, o Minimalismo, entendido como um estilo originado por uma técnica específica, também se converteu em uma tópica. A tópica minimalista será reconhecida principalmente pela técnica e pelos processos que levam ao reconhecimento do estilo minimalista, ainda que, conforme o uso mais comum no cinema, o mais correto seria denominá-la pós-minimalista.

Diferente de uma peça tradicional, como um minueto ou uma canção folclórica, uma peça minimalista em geral não remete a tempo (passado ou futuro), região geográfica, status social ou etnias. No cinema, o Pós-Minimalismo associou-se a narrativas relacionadas a máquinas, tecnologia, pensamento matemático, alteridade (robôs, ciborgues, extraterrestres) e distopias totalitárias, que eram alguns dos temas relevantes no período de surgimento do estilo. A tópica minimalista, associada a instrumentos eletrônicos dos anos 1980, foi muito usada para conotar um futuro distópico, robótico e desumanizado, como em *Blade Runner* e *Runaway*, dois filmes do início dos anos 1980 que se orientam pela dicotomia humano/máquina. O início dos anos 1980 marca também o lançamento do filme documentário *Koyaanisqatsi* (1982) com música pós-minimalista de Philip Glass.

Em 2014, três filmes que fizeram uso de música pós-minimalista destacaram-se no Oscar na categoria trilha sonora, a saber: *A teoria de tudo*, sobre a vida do cientista Stephen Hawking; *O jogo da imitação*, que trata da trajetória do pai da computação (Alan Turing); e *Interestelar*, uma distopia que aborda temas como aquecimento global, alterações climáticas, extinção da vida no planeta Terra, exploração espacial, viagem no tempo, amor e medo da morte. Trataremos da música de *Interestelar* a seguir.

## Trilha musical de *Interestelar*: breve análise

*Interestelar* narra um futuro em que o planeta Terra está morrendo e a Nasa convoca seus melhores pilotos e cientistas para uma missão que visa encontrar outro planeta para abrigar a vida humana. O filme flerta a todo momento com o medo do tempo e da morte e, diferente de outros filmes do gênero, não é somente a racionalidade científica, mas principalmente o amor e a intuição que surgem como salvação. Assim, o filme distancia-se da frieza com que narrativas distópicas e de exploração espacial normalmente são tratadas na ficção científica, permeando com uma aura de afetividade a relação entre o humano, de um lado, e a ciência e tecnologia, de outro. Embora *Interestelar* apresente um cenário de distopia, o filme apresenta um desdobramento otimista, tal como *2001: uma odisseia no espaço*. Contudo, diferente de *2001*, não há desconfiança em relação à tecnologia. A relação homem x máquina dá-se de forma amistosa, de modo que a máquina não é humanizada, tampouco o humano é desumanizado, como é comum em filmes do gênero.

Para a criação da trilha musical de *Interestelar*, o diretor Christopher Nolan propôs a Hans Zimmer<sup>8</sup> uma abordagem radicalmente diferente. O compositor compôs o tema principal com base em uma carta de uma página escrita pelo diretor com poucos diálogos que expunham a relação de um pai e um filho (posteriormente foi alterado para uma filha). A intenção de Nolan era não revelar qualquer pista substancial em relação à narrativa para que o compositor não fosse influenciado por estereótipos musicais da ficção científica.

De modo geral, a música de Hans Zimmer para *Interestelar* conserva a essência do Minimalismo: poucas notas, sensação de estaticidade, drones, texturas sonoras, repetição. Contudo, ela se caracteriza mais adequadamente como pós-minimalista por apresentar um caráter menos purista do que o Minimalismo: é emotiva e expressiva, possui uma clara divisão entre melodia e acompanhamento, é bastante consonante e tonal na maioria das vezes. Também há grande variedade timbrística, contrastes, intertextualidade e, diferente do Minimalismo, não é restrita a um único processo que gera a peça toda. Há ainda uma profusão de estilos, que vão do Neorromantismo de Richard Strauss presente em *2001: uma odisseia no espaço* ao Pós-Minimalismo de Philip Glass em *Koyaanisqatsi* (1982).

A trilha do filme contou com uma orquestra grande, com coral de 60 vozes, órgão de tubos e utilizou técnicas experimentais, como a captação de ruídos de respiração dos coralistas para serem utilizados como ambientação. Em relação aos temas musicais como uma das características típicas do estilo

---

<sup>8</sup> Hans Florian Zimmer (1957) é um compositor alemão, conhecido por seus trabalhos com trilhas sonoras de vários filmes. Hans Zimmer possui mais de 110 prêmios de 178 indicações na carreira, sendo o segundo compositor de trilha sonora para filmes mais premiado da história.

pós-minimalista, além da repetição e simplicidade melódica e harmônica, os cinco temas principais utilizam o mínimo de material musical, sendo que grande parte deles é derivada das cinco primeiras notas da escala diatônica de *Lá menor*, a saber, *Lá, Si, Dó, Ré e Mi*.

Já que uma análise exaustiva de toda a música do filme seria inviável neste artigo, limitar-nos-emos apenas ao tema principal, que sintetiza duas ideias que perpassam *Interstelar*: tempo e amor, dois elementos centrais da narrativa. Além do tema principal, que será analisado a seguir, há outros temas recorrentes relacionados, respectivamente, a Cooper e Murphy (segunda parte do tema principal), ao “fantasma”, à gravidade e às cenas no espaço. Embora os temas sejam apresentados com variação, diferentes tópicas e instrumentações ao longo do filme, o estilo pós-minimalista predomina em toda a trilha musical e, portanto, a tópica minimalista é recorrente.

O tema principal<sup>9</sup> é dividido em duas partes antagônicas: a primeira, mais misteriosa, remete a tempo; a segunda, permeada de uma atmosfera de afetividade, remete a amor e saudade. Na primeira parte do tema principal, a repetição da nota *Mi* cria um pulso marcado e constante, mas ao mesmo tempo leve, com predomínio da tópica minimalista. O caráter misterioso evoca a tópica *ombra*<sup>10</sup>. A combinação das tópicas minimalista e *ombra* formam aquilo que Hatten (1994) denominou de *tropo musical*, um correspondente da metáfora nos domínios da música que abre caminho para a interpretação a partir da oposição de significados. Conforme o autor:

Algo semelhante à metáfora criativa na linguagem pode ser alcançado em uma obra musical quando duas correlações diferentes se reúnem para produzir um terceiro significado. Vou me referir a tal figuração do significado musical mais geralmente como *troping*, para enfatizar o processo de dinâmico envolvido, bem como para evitar confusão com outras aplicações de metáfora para a música (HATTEN, 1994, p. 166).

Em alguns momentos em que a primeira parte do tema principal é apresentada no filme, um material musical repetitivo e rápido, baseado nas cinco notas do tema, mantém-se em segundo plano, sugerindo um caráter maquinal. Mais uma vez, o processo de tropificação resultante da combinação de diferentes tópicas e sentidos abre caminho para um leque de interpretações. O elemento maquinal, em estilo minimalista, combinado à tópica *ombra*, atua

<sup>9</sup> Trata-se do tema composto com base na carta de Nolan para Hans Zimmer, em que o diretor descreve o eixo central da narrativa.

<sup>10</sup> A tópica *ombra* está relacionada à fantasia, magia, personagens mitológicos, fantasmas, etc. É proveniente do teatro e da ópera e surgiu como uma forma de representar o sobrenatural evocando um senso de temor e medo (MCCLELLAND, 2012, p. iv). Geralmente apresenta andamento lento, dissonância, efeitos, tais como trêmolos e trinados, melodias na região grave.

como uma síntese da relação conturbada, indiferente e mecânica entre o homem e o tempo: o tempo “corre”, não para e segue indiferente apesar das angústias que aflingem a humanidade.



Figura 3: Primeira parte do tema principal

A segunda parte do tema principal é permeada de uma aura de afetividade e saudade e está diretamente relacionada a Cooper e Murphy, pai e filha. É o tema mais emotivo do filme. O intervalo de sétima maior (7M) entre a nota fundamental do primeiro acorde e a nota *Mi*, que se mantém constante durante todo o tema, sugere vastidão, distância e saudade. Por analogia, o padrão rítmico do motivo formado por duas semínimas seguidas de uma pausa de semínima sugere as pulsações do coração.



Figura 4: Segunda parte do tema principal (tema de Cooper e Murphy)

É importante destacar que os mesmos procedimentos pós-minimalistas usados nas duas partes do tema principal resultaram em temas com caracteres bastante distintos. As “tensões” entre os caracteres sustentam diferentes sentidos graças ao processo de tropificação exposto anteriormente. Como já exposto, esse processo transcende a mera identificação de tópicas e amplia os horizontes da interpretação, abrangendo os contrastes e as relações dialógicas entre sentidos que compartilham um mesmo espaço formal.

### Considerações finais

Vimos que, embora uma das pretensões das correntes musicais de vanguarda fosse o esvaziamento dos sentidos, essa ambição fracassou frente ao potencial associativo das artes multimídia, tais como a canção e o cinema. Tais correlações entre estruturas musicais, de um lado, e afetos, contextos e ideias, de outro, sustentam a teoria das tópicas, que pressupõe a existência de códigos musicais compartilhados entre compositores e ouvintes competentes.

O Pós-Minimalismo foi um dos estilos musicais do século XX que se tornou uma tópica ao se associar, no contexto cinematográfico, a temáticas que envolvem tecnologia, máquinas, pensamento matemático, alteridade (robôs, ciborgues, extraterrestres) e distopias – combinadas a questões emergentes, como o aquecimento global, alterações climáticas e todas as consequências decorrentes desses fenômenos. Mais do que nunca, tais temas representam pontos de tensão e são objeto de discussão no mundo contemporâneo.

O filme *Interestelar* explora algumas dessas questões, e a opção de Hans Zimmer pelo Pós-Minimalismo mostra-se relevante, uma vez que, historicamente, tal estilo tem adquirido uma carga semântica que se mostrou fundamental para a representação de alguns dos elementos centrais do filme. Por fim, a trilha musical de Zimmer exemplifica o modo como a música atua no cinema como um elemento a mais que corrobora, intensifica, complementa ou contraria a narrativa.

## Referências

- CHION, Michel. **A Audiovisão**: som e imagem no cinema. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Ed Texto e Grafia, 2011.
- EATON, Rebecca Marie Doran. **Unheard Minimalisms**: The Functions of the Minimalist Technique in Film Scores. 2008. Tese de Doutorado – University of Texas Austin, 2008.
- EVANS, Tristan. **Shared Meanings in the Film Music of Philip Glass**: Music, Multimedia and Postminimalism. New York: Routledge, 2016.
- GANN, Kyle *et al.* Introduction: experimental, minimalist, postminimalist? Origins, definitions, communities. In: POTTER, Keith; GANN, Kyle; SIÛN, Pwyll ap. (Ed.). **The Ashgate Research Companion to Minimalist and Postminimalist Music**. Farnham: Ashgate Publishing, 2013. p. 1-16.
- HATTEN, Robert S. **Musical Meaning in Beethoven**: Markedness, Correlation, and Interpretation. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- MCCLELLAND, Clive. **Ombra**: Supernatural Music in the Eighteenth Century. Lanham: Lexington, 2012.
- OLIVEIRA, Juliano de. **A Significação na música de cinema**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- POTTER, Keith; GANN, Kyle; SIÛN, Pwyll ap. **The Ashgate Research Companion to Minimalist and Postminimalist Music**. England: Ashgate, 2013.
- SANTOS, Rita de Cássia Domingues. **Repensando a Terceira Fase Composicional de Gilberto Mendes**: o Pós-Minimalismo nos Mares do Sul. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- SCARPETTA, Guy. **L'Impureté**. Paris: Editions Grasset & Fasquelle, 1985.
- RATNER, Leonard G. **Classic Music**: Expression, Form, and Style. New York: Schirmer, 1985.
- ZAMECNIK, John Stepan. **Sam Fox Moving Picture Music**. Vol 1. Cleveland: Sam Fox Publishing Co., 1913.

# A identidade profissional do fotógrafo: tensões entre fotografia comercial e fotografia artística

*Vinicius André da Silva Appolari<sup>1</sup>*

## Introdução

Durante o período entre 2016 e 2021, eu, Vinicius Appolari, pude ter a satisfação de ser professor e coordenar um curso superior de fotografia em uma Faculdade particular de Cuiabá-MT. Excluindo os alunos que cursavam como uma forma de arteterapia e/ou hobby, posso dizer que a maioria esmagadora dos alunos tinha como objetivo profissional trabalhar em um dos campos da fotografia comercial, seja registrando eventos sociais, fazendo retratos, fotografando produtos ou tornando-se um fotojornalista. Contudo, nesses anos, notei uma tensão presente em alguns alunos do curso ao deparar-se com a fotografia contemporânea. Geralmente, os alunos faziam a imersão na fotografia e pesquisavam estilos de fotografia diferentes para evoluir seus conhecimentos técnicos e estéticos a fim de tornar-se fotógrafos comerciais mais competentes ou com um diferencial competitivo para obter maior destaque no concorrido mercado de trabalho fotográfico. Ao visualizar as potencialidades de processos criativos e narrativas da arte contemporânea, incentivados por eventos ou trabalhos que envolviam fotografia autoral, os discentes assumiam a curiosidade por esse campo, que, para eles, era menos evidente do que a fotografia comercial. Nesse momento surgia à tona o debate sobre a fotografia também ser uma forma de expressão de sentimentos, valores e crítica sociopolítica. A tensão acentuava-se ao perceber que há uma maneira de trabalhar com fotografia distante da lógica da fotografia comercial. Esse novo espaço permitiria que os jovens criativos executassem seu *métier* com a possibilidade de explorar sua imaginação e tratar sobre temas caros para eles. Contudo, ao iniciarem a compreensão das difíceis maneiras de se sustentar sendo fotógrafos autorais, voltavam seus esforços para o aprendizado técnico e conceitual, para a fotografia comercial.

O mundo do trabalho, para a grande maioria das profissões, apresenta caminhos claros para o desenvolvimento da carreira do aspirante. Por exem-

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: [viniciusappolari@gmail.com](mailto:viniciusappolari@gmail.com).

plo, os profissionais da área da saúde podem atender pacientes atuando pelas esferas privada ou pública, buscarão desenvolver seus conhecimentos para desenvolver-se profissionalmente e conquistar melhores condições de trabalho e remuneração. Os profissionais da área da gestão poderão aprimorar os seus saberes com a finalidade de assumir cargos de liderança e talvez liderar a própria empresa. Enfim, poderíamos seguir fazendo esse retrato resumido das carreiras, mas com esses dois exemplos já é possível perceber como o campo da arte comporta-se de maneira diferente para o seu aspirante em relação aos outros campos citados. Além de suas peculiaridades, pouco se trata sobre o desenvolvimento da carreira do artista nas faculdades e cursos preparatórios de arte.

Nos últimos anos, com o crescimento exponencial dos cursos rápidos *on-line*, é possível localizar cursos específicos voltados para o mercado de trabalho criativo, mas esses conhecimentos são entendidos como periféricos no campo da arte. Do ponto de vista da preparação do discente para a vida egressa, essa concepção está totalmente equivocada, pois se há uma coisa importante para a vida profissional do artista, é justamente como ele irá se sustentar e executar os seus projetos. Esse tema, curiosamente, não abordado de forma ampla na academia, foi tratado por dois autores que enriquecem a discussão: Luciana Mourão Arslan (2012) e Gilles Lipovetsky (2015).

A falta de trocas de experiências, a pouca informação sobre o lado difícil e pouco sedutor da profissão do artista visual por vezes protege a “imagem idealizada” dos alunos egressos, mas também os sufoca. Não falar sobre aspectos da vida prática, como valoração, promoção e venda de obras, salários e mercados é sintomático nos meios de formação (ARSLAN; FREITAS, 2012, p. 834).

O trabalho carrega um valor de identidade. Trabalhar em alguma função, qualquer que seja, transfere para o trabalhador a sua carga valorativa. Por exemplo: um professor assume-se como professor, ou seja, adéqua o seu tempo e energia para essa atividade, agrega em seus dados a profissão de professor e adquire posição social por sua profissão. Dessa maneira, é compreendido que a atuação profissional é de fato relevante não apenas como forma de sustento financeiro, mas também como forma de reconhecer-se na sociedade.

Na cultura “pós-materialista”, ganhar dinheiro não basta mais: as pessoas sonham em ter um trabalho não rotineiro e livre, querem se realizar, se exprimir, criar, fazer coisas estimulantes que a atividade profissional não permite. Desejos artísticos de massa que revelam os limites da vida consumista, na medida em que esta não possibilita a realização das atividades criativas. A arte é aquele domínio que permite traduzir sua singularidade, sua diferença pessoal numa época em que a religião e a política não oferecem mais, como outrora, a possibilidade de afirmar sua identidade (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 68).

O campo da arte é amplo, e cada arte (artes visuais, música e artes cênicas) tem sua particularidade. Neste texto, vamos nos dedicar às artes visuais, mais especificamente à fotografia. Nesse campo profissional, o artista tem uma decisão a ser tomada: atuar para o mercado que necessita de imagens para diversos fins comerciais, como publicidade, registro de eventos, fotografia jornalística, moda, entre outros campos de atuação remunerada e organizada. Mas existe um outro campo, o campo da arte não aplicada para fins não comerciais, ou seja, da arte autoral. Nesse universo, o artista cria obras usando sua criatividade, sensibilidade, reflexões críticas e pode até mesmo aproveitar como laboratório novas técnicas e estéticas. Contudo, a dinâmica desses dois mundos é diametralmente oposta, gerando um tensionamento para o jovem artista. Essa tensão ocorre, pois ambos os caminhos escolhidos para sua carreira são complexos, mas, além de complexo, o mundo da arte autoral oferece desafios que são ímpares se comparado com qualquer outra profissão.

As possibilidades de trabalhar na área artística são tanto maiores por se desenvolver nesse setor de atividades cada vez mais especializadas e segmentadas. As inovações tecnológicas, a renovação das artes, as transformações das empresas culturais acarretaram uma acentuação da divisão do trabalho artístico, de novas profissões, de novas identidades profissionais, uma diferenciação e uma especialização crescentes das atividades criativas (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 71).

Portanto surge a primeira inquietação. Se no campo das artes aplicadas e no campo da arte autoral ocorre a produção técnica, sensível e criativa, por que esses campos são tão distintos? Afinal, quais seriam as características que atraem um determinado tipo de profissional para um campo e não para outro?

Figura 1: Untitled #96, Cindy Sherman



Fonte: Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/>>. Acesso em: 01/12/2021

Há que se considerar, inicialmente, que em ambos os campos é possível ter grande sucesso financeiro. Ou seja, em um mercado ultrasselecionado, o fotógrafo autoral poderá arrematar cifras expressivas. Como exemplo de fotógrafos autorais extremamente bem remunerados<sup>2</sup> temos a artista Cindy Sherman<sup>3</sup> (Figura 1). Mas o ponto nevrálgico não é o artista já consolidado pela crítica, mercado e seus pares, pois a maior complexidade profissional desse campo da fotografia autoral é seu início por jovens que não gozam de aportes financeiros.<sup>4</sup> Diferentemente na fotografia aplicada, em que o jovem pode trabalhar e ser remunerado (mesmo que pouco) e sustentar-se com seus ganhos próprios. No campo da fotografia autoral, o artista deve lidar com um complexo universo de editais, salões e concursos.

Essa condição do fotógrafo autoral leva ao próximo questionamento: por que o artista autoral não recebe mais por seu trabalho, tendo em vista que sua obra é apreciada pela sociedade? Estamos diante de uma questão de política pública ou de uma postura cultural que engessa a comercialização de suas obras?

Essa profissão requer uma compreensão do além das aparências e das míticas imagens veiculadas pelas mídias. É necessário buscar na relação social o efetivo e palpável trabalho do artista. Não interessa definir condicionantes gerais do exercício profissional do artista visual, mas sim apontar para o quão variáveis essas podem ser: excluindo um conceito ideal e estático (atemporal), da profissão, que só faz reforçar ideias estereotipadas sobre o artista (ARSLAN; FREITAS, 2012, p. 834-835).

---

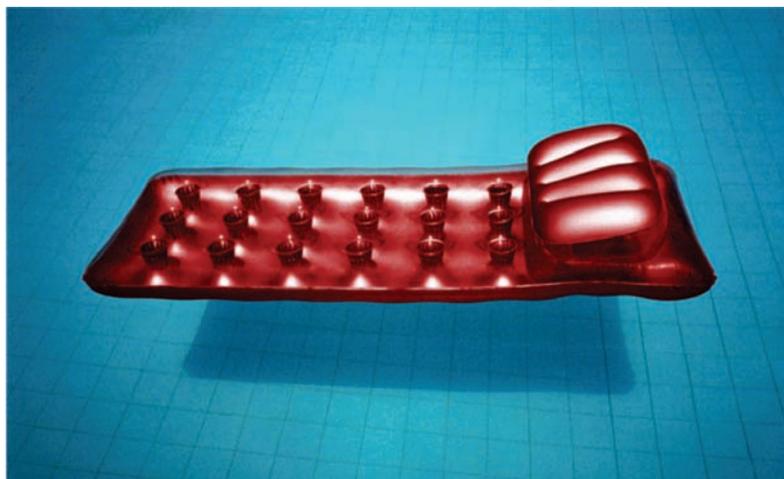
<sup>2</sup> No que Howard S. Becker chama de “os mundos da arte”, o criador não pode mais existir por si mesmo: ele é integrado num processo complexo de produção, distribuição, comunicação, que faz da produção artística, no sentido mais amplo do termo, um setor que envolve amplamente os técnicos, mas também os contratos jurídicos da relação de trabalho, os sistemas de seguridade e de aposentadoria, as convenções sindicais. Hoje, o artista que tem sucesso na sua carreira é escoltado por procuradores, advogados, consultores jurídicos e fiscais (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 60).

<sup>3</sup> Cindy Sherman, fotógrafa norte-americana, produz obras que estimulam reflexões sobre presença social e valores identitários das mulheres (ARAÚJO, 2012).

<sup>4</sup> A disparidade dos rendimentos e das cotações acompanha essa dinâmica de diferenciação. De um lado, temos as estrelas internacionais, um número reduzidíssimo de grandes nomes com uma visibilidade extrema; do outro, temos os obscuros com estatuto precário, visibilidade ínfima e salários na mesma medida. Artistas como Jeff Koons ou Murakami veem suas obras ultrapassarem vários milhões de dólares; mas somente 6% dos artistas plásticos declararam, na França, uma renda anual superior a 45 mil euros. Não é preciso lembrar o montante dos cachês astronômicos dos superstars americanos, a não ser para salientar que eles apenas traduzem a disparidade extrema que é a realidade da profissão: em 1983, 82% dos membros do sindicato dos atores americanos receberam menos de 5 mil dólares por sua atuação em filmes. Em 1994, 10% dos atores franceses, grandes nomes do palco e da tela, dividiam entre si 52% da remuneração total paga aos atores, enquanto a metade desses recebia apenas 11% do montante total dos cachês; e o fenômeno não para de se acentuar (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 71).

Um grande risco da reflexão que estamos propondo sobre uma dicotomia na profissão de fotógrafo é a possibilidade de entender que há um tipo de fotógrafo mais relevante do que o outro. Não há como afirmar que o artista que trabalha no mercado é menos importante para a sociedade do que o artista que trabalha no mundo dos salões e galerias. Afinal de contas, de uma maneira ou de outra, ambos estão atuando no interior da economia criativa. A fotografia autoral carrega uma aura poética e crítica, que pode não estar presente com a mesma potência na fotografia comercial. A fotografia comercial necessariamente precisa seguir os seus desígnios comerciais. No entanto, o fato de o fotógrafo comercial estar direcionando sua criatividade para as aplicações do mercado não significa que seja menos criativo, menos sensível e até mesmo menos crítico do que o fotógrafo autoral. Por mais sensível e poética que uma obra possa ser, o artista é o produtor da obra. A obra reflete uma pequena parte de seu criador, não o todo. Para exemplificar, podemos revisitar a exposição do fotógrafo German Lorca<sup>5</sup>. Lorca é um exemplo de artista que atuou nas duas frentes: em fotografias comerciais e em fotografias autorais. Em ambos os nichos com muito sucesso e aceitação da crítica.

Figura 2: German Lorca, Levitação na piscina, 2000



Fonte: Disponível em: <<https://revistazum.com.br/>>. Acesso em: 01/12/2021

<sup>5</sup> Lorca desenvolveu o Ofício da Fotografia e também a Arte da Fotografia ao longo de sua carreira. Produziu fotografia comercial e autoral; ambas as facetas do artista estavam disponíveis para o público na exposição German Lorca: Arte Ofício/Artifício (PALHARES, 2017).

## A fotografia no campo das Artes Aplicadas

A fotografia aplicada é um clássico setor da prestação de serviços para empresas e pessoas físicas. O fotógrafo presta serviços para empresas em ações comerciais. É comum o fotógrafo estar associado a uma agência de publicidade. Quando o fotógrafo atua diretamente com pessoas, ele presta serviços para o registro de eventos festivos ou para ensaios fotográficos. Há também o fotojornalista, que atua associado a um jornal ou revista, mas também pode atuar como *freelancer*. Mais recentemente surgiram os bancos de imagens digitais, plataformas que permitem ao fotógrafo vender suas imagens diretamente para empresas que necessitam de uma fotografia específica.

O capitalismo transestético ou criativo também é esse sistema que assiste ao crescimento considerável das profissões ligadas à arte e às indústrias culturais. O boom da economia criativa e hiperconsumidora faz com que o número de profissionais que exercem os ofícios ligados à arte alcance cifras que não têm mais comparação com o que eram, não apenas nos séculos precedentes, mas inclusive nas décadas recentes (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 67).

A fotografia é uma área da economia criativa que se mantém mesmo com o advento dos smartphones com câmeras de boa qualidade. Entende-se e constata-se que o fotógrafo é dotado de um conhecimento estético e técnico que permite que ele crie imagens com maior qualidade técnica e estética. Contudo, a competência de um fotógrafo comercial está muito associada a seu equipamento fotográfico, como se a sua habilidade não fosse oriunda de anos de estudo e prática, mas devido à tecnologia avançada de seu equipamento.

Figura 3: Fotógrafos em eventos sociais



Fonte: Disponível em: <<https://www.smartphotoeditors.com/>>. Acesso em: 01/12/2021

Quando o fotógrafo é diminuído ao equipamento que possui, ocorre, na verdade, a tentativa de desqualificar o profissional ou até mesmo justificar a qualidade superior das imagens que um fotógrafo profissional pode produzir em detrimento do amador com seu celular. Ainda mais profundamente nessa

análise, podemos refletir sobre uma espécie de preconceito que há com o fazer técnico do fotógrafo. Há uma compreensão do senso comum de que o fotógrafo é, inicialmente, alguém com a posse de uma máquina e que descobriu como manuseá-la corretamente. Ou seja, a câmera fotográfica é o protagonista da foto. É possível fazer inúmeras comparações com outros equipamentos essenciais para o exercício das profissões para deixar esse pensamento ainda mais desconexo da realidade. Basta imaginar alguém dizendo a um chef que seu prato deve ter ficado saboroso por ter usado uma panela melhor do que as de uso doméstico ou um violinista seria melhor instrumentista pelo fato de ter um violino caríssimo. Apesar de parecer esdrúxulo, esse pensamento é muito corriqueiro e tem o intuito realmente de reduzir a importância da pessoa do fotógrafo na produção de suas imagens.

Lipovetsky (2015) apresenta um contraponto ao argumento de mistificação do artista como um ser dotado de habilidades especiais. Sem essa idealização da figura do artista não seria coerente imaginar que a elite deseja ser a única detentora dessas habilidades. Contudo, a identificação como artista não é totalmente aceita ao referir-se a fotógrafos comerciais. Naturalmente, o fotógrafo comercial pode e deve ser considerado artista, mas ainda há uma resistência por parte da sociedade em aceitar que o fotógrafo também é artista justamente pela característica tecnológica de seu equipamento e pelo reconhecimento de que a fotografia é uma forma de registro de fatos na vida cotidiana, nos registros técnicos e no jornalismo. Negar ao artista a condição de artista é grande ofensa que o ignorante sobre o fazer artístico-fotográfico infere sobre o fotógrafo comercial.

O culto ao novo e à expressão subjetiva substituiu a função de revelação ontológica atribuída pelos modernos à arte. Após a sacralização da arte e dos artistas investidos de uma função de revelação “mística” da verdade, eis o tempo mais prosaico dos artistas-estrelas que, reconciliados com o mercado e as mídias, criam mônadas fechadas em si mesmas, acontecimentos mais ou menos contingentes que ecoam uma visão ultraindividualista ou narcísica. O poeta romântico podia aparecer como “a consciência de si do universo” (Novalis); o artista tinha vocação para exprimir o Ser e apresentar o universal no particular; muitos artistas das vanguardas históricas (Kandinsky, Mondrian, Malevitch, Arp, Lissitzky) se fixavam como objetivo descobrir e realizar a própria essência da arte. A idade hipermoderna pôs fim a esse imaginário ideológico e, ao mesmo tempo, à religião romântica da arte (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 69).

No entanto, com a presente valorização da imagem e criatividade pela internet e redes sociais, as competências criativas ainda são estimadas por aqueles cidadãos que desejam amplificar a sua influência.<sup>6</sup> E, na sociedade brasileira, que vive sob a colonização cultural<sup>7</sup>, padrões de comportamento europeus e norte-americanos do passado ainda são valorizados. Como exemplo, podemos visitar os livros didáticos do ensino básico de arte, em que os artistas europeus dos séculos passados são tratados como gênios de talento inalcançável.

Quando a fotografia se difunde, ganha outros usos e se populariza, a academia, canônica que só ela, diz que não pode mais ser chamada de fotografia, é pós. Fotografia é tudo aquilo que foi produzido pelos grandes gênios brancos, o cânone acadêmico da arte e do documental. É fotografia tudo o que é legitimado pela verve elitista. O que os bárbaros fazedores de selfies produzem, sem enquadramento renascentista, longe dos pontos de fuga, já não pode mais ser chamado fotografia. O que está em jogo na suposta pós-fotografia é uma questão de poder (OLIVEIRA, 2021).

A romantização do talento é outra ideia colonial. No senso comum entende-se que pessoas dotadas de habilidades finais são naturalmente talentosas. Como se o talento tivesse nascido com a pessoa. Esse pensamento é puramente segregador, pois sugere que a essência do talentoso é surgida divinamente em seu nascimento, tornando o indivíduo alguém especial. Esse pensamento essencialista acaba marcando nas pessoas quais são aptas a fazer determinadas atividades. Desconsideram-se todo o estudo e esforço necessário para o refinamento da técnica. Não há como comprovar que uma pessoa adquira uma habilidade ao nascer, mas há como acompanhar o desenvolvimento técnico do indivíduo quando ele estuda e pratica.

### **A fotografia no campo das Artes Autorais**

No senso comum, o campo da arte contemporânea é popularmente reconhecido como um campo frequentado por ricos e cheios de vaidade; essa imagem geralmente é vendida por filmes estadunidenses (FREITAS, 2012). Mas esse estereótipo está longe de ser a realidade, ao menos do jovem aspirante brasileiro. O fotógrafo que pretende atuar nesse campo como sua prin-

---

<sup>6</sup> Recentemente, com o advento das redes sociais surge uma profissão específica para pessoas que acumulam influência nas redes: os *influencers*. Esses profissionais necessitam intensamente de imagens fotográficas de boa qualidade técnica de seu corpo ou produto.

<sup>7</sup> Colonização cultural abrange a situação de valorização e validação cultural vivida no Brasil. Significa a importação de valores culturais europeus e estadunidenses como parâmetro de qualidade da cultura.

principal atividade terá um percurso muito menos ‘glamoroso’. Sua dedicação ficará dividida entre sua produção, estudo de editais, elaboração de projetos e submissão de obras para salões. Ou seja, o artista deve dividir-se em sua atividade criativa e o trabalho burocrático com documentações e editais.

Refutar, por vezes, a forma como o artista é representado, seja em biografias escritas ou por imagens fotográficas e no cinema, significa repensar a própria posição e a forma como artistas são vistos e mistificados na sociedade. Se inicialmente estas representações das mídias despertam fascínio no público, elas também acabam exercendo certo “efeito” nos artistas, orientando muitas vezes a forma como esses se comportam ou se apresentam a esse mesmo público (ARSLAN; FREITAS, 2012, p. 835).

Faz parte de qualquer atividade profissional preencher e acompanhar documentações. O profissional que atua no campo das artes aplicadas também está sujeito às tarefas burocráticas. Contudo o profissional das artes autorais terá um grande peso de responsabilidade, pois terá que administrar recursos e comprovar e justificar toda a destinação dos recursos angariados via editais.

A figura do artista está presente no imaginário da população, geralmente associado ao dionisiaco, enquanto o profissional que trabalha com arte comercialmente possui também uma faceta apolínia<sup>8</sup>. O Dionísio representado no artista contemporâneo ocorre primeiramente pelo próprio fato de estar produzindo arte, que é evidentemente sensorial. Ademais, há um falso entendimento de que essa pessoa não tenha necessidades materiais. Como se o artista vivesse em uma bolha social e material. Naturalmente, essas tipificações são incoerentes com a realidade. Na verdade, é apenas mais um exemplo dos preconceitos recorrentemente praticados pela interpretação do mundo, pautada por uma imagem replicada que comunica apenas o estereótipo. Portanto o artista contemporâneo, apesar de todas as suas competências críticas, técnicas e sensíveis, precisa viver na sociedade como qualquer outro profissional. No entanto convive com o estereótipo e os complexos meios para a obtenção de recurso para a execução de seus projetos e subsistência.

---

<sup>8</sup> Dionisiaco e apolínia são terminologias inspiradas nos deuses gregos Dionísio e Apolo e que significam respectivamente: priorização do prazer e gozo, priorização de ordem. No caso da fotografia, o dionisiaco está associado ao lado criativo e lúdico do fazer fotográfico; o apolínia está relacionado à postura profissional e credibilidade comercial.

Figura 4: Nair Benedicto<sup>9</sup>, Louvação a Iemanjá, Praia Grande (SP), 1978  
© Nair Benedicto/N Imagens



Fonte: Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br>>. Acesso em: 01/12/2021

O próximo estereótipo imbuído na imagem do artista é a do ‘artista pobre’. Essa imagem romantizada do artista que entrega tudo em sua vida para a execução de sua obra. Afinal de contas, esse artista seria a personagem cigarra da fábula ‘A Cigarra e a Formiga’ (ESOPO, 2013). Como se o processo criativo fosse a única alimentação necessária para esse profissional. Sabemos que isso não é concretamente sustentável para o artista. E inversamente a esse exemplo, há nomes consagrados nos grandes circuitos da arte contemporânea que passaram a receber cifras extravagantes por suas obras. Mas esse contexto mercadológico no mundo das artes é mais complexo, pois não há apenas um interesse na compra da obra pela obra em si, mas pela possibilidade de valorização do investimento no futuro. Ou seja, o comprador de arte, seja um colecionador ou investidor do mundo da arte, almeja que sua aquisição seja valorizada financeiramente e/ou por exclusividade.

Enfim, o notável é que, nos mundos atuais da arte, as desigualdades extremas em matéria de notoriedade e de ganho, sem deixar de provocar às vezes contestação e indignação pela disparidade demasia-

<sup>9</sup> Nair Benedicto (1940, SP) com o recorte entre os anos de 1970 a 1985, período em que ainda vivíamos a ditadura civil-militar no Brasil. Formada em TV e Rádio pela USP em 1972, foi ativista opositora do regime e presa política em 1969. Ao ser solta, inicia na fotografia integrando parte da geração de fotojornalistas que buscou maior autonomia na luta por direitos autorais e trabalhistas e uma abordagem mais pessoal na expressão da fotografia e fotorreportagens (LIMA, 2019).

do gritante, principalmente em tempo de crise, entre a enormidade das somas pagas às celebridades da arte, do cinema, do esporte, do show business e a modéstia dos rendimentos da massa, geram também uma espécie de curiosidade, quando não de fascínio. [...] Como a cotação dos artistas se tornou o sinal definitivo da sua qualidade, o triunfo do mercado é tanto econômico quanto cultural: ele alterou a maneira de perceber, de apreciar, de qualificar a arte e os artistas. Nesse plano, é menos a arte que ganha do que a lógica propriamente econômica do capitalismo (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 72).

Dois extremos do capitalismo estão ilustrados no campo da arte autoral: de um lado, o jovem artista que batalha muitas vezes em outras profissões para conseguir sustentar sua arte; e, do outro lado, o artista que encontrou os caminhos do seletivo mercado da arte e conseguiu sucesso na crítica e sucesso financeiro.

### **Considerações finais**

A distinção entre os campos da fotografia aplicada e fotografia autoral ocorre inicialmente no próprio desenvolvimento das competências do profissional. As características do campo em que o fotógrafo atua acabam direcionando-o para diferentes tipos de estudos e práticas. O fotógrafo comercial precisará dominar habilidades técnicas de seu labor, além de outros saberes transversais, como marketing, marketing pessoal e habilidades relacionais. O fotógrafo autoral, por estar inserido em um campo competitivo de editais e concursos, precisará estar sempre atento às inovações na arte contemporânea e estar atualizado em temas político-sociais para alimentar suas narrativas.

Com os exemplos de fotógrafos que tiveram sucesso em ambos os campos, essa dúvida não precisa estar no pensamento do jovem artista, pois não seria necessário escolher. É possível atuar profissionalmente na fotografia comercial enquanto, simultaneamente, desenvolve seu trabalho autoral. Contudo, a ânsia por afirmação e sucesso rápido promove a necessidade de dedicar-se a um campo ou a outro. Nesse contexto, os artistas que buscam primeiramente o investimento no campo da arte autoral geralmente estão alinhados ideologicamente a temas sociais. Justamente por ser temas amplamente debatidos na arte contemporânea.

Para os artistas que dedicam seu tempo e energia ao campo da fotografia autoral, as maneiras de angariar recursos para seu sustento e execução de seus projetos pode ser a principal barreira. Pela relativa falta de frequência nos editais locais, ainda mais em cidades do interior, força esse criativo a realizar outra atividade paralela para sua subsistência. Não estamos a dizer que é impossível sustentar-se apenas com sua produção autoral, mas em nosso atual

panorama de políticas públicas direcionadas ao fomento de produção artística essa escolha seria muito complexa. Recentemente, ocorrem o advento dos NFT's, que aquecem o mercado da arte contemporânea; em alguns anos perceberemos as implicações para a fotografia autoral. Mas, hoje, a fotografia autoral é financeiramente refém (salvo os casos de artistas já consagrados no mercado da arte) de verbas públicas.

Portanto a proposta para a melhoria de condições para ambas as áreas passa pela valoração que nossa cultura dá a esses profissionais. No caso do fotógrafo comercial, que se sustenta com seu trabalho, a valorização de seu trabalho enquanto arte legítima precisa ultrapassar os valores coloniais que imprimem nesse artista a figura de um manipulador de equipamento técnico. Para melhorar as condições e incentivo para o profissional das artes autorais, a mudança precisa também ser material, pois as principais barreiras para esse artista são os recursos financeiros.

## Referências

ARAÚJO, Camila Leite. As fotografias de Cindy Sherman: Reflexão e criação sobre os sujeitos contemporâneos. **Revista Ícone**, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Pernambuco, v. 14, n. 2, dez/2012.

ARSLAN, Luciana Mourão; FREITAS, João Paulo. A imagem do artista: Identidade e estereótipo dos artistas na vida profissional e na ficção. **Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual**. Goiânia-GO: UFG, FAV, 2012.

ESOPO. **Esopo: Fábulas Completas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

LIMA, Solange Teixeira. **A Fotografia de Nair Benedicto 1970 – 1985: do registro documental ao percurso poético**. Universidade Federal de São Paulo (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Guarulhos, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Michel. **Pós-fotografia? Que nada: hiperfotografia**. Publicado em: 9 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/ensaios/hiperfotografia/>>. Acesso em: 01/12/2021.

PALHARES, Taisa. **A arte e o ofício de German Lorca: uma distinção ainda necessária?**. Publicado em: 23 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://revistazum.com.br/noticias/arte-e-oficio-german-lorca/>>. Acesso em: 01/12/2021.

# Discursos jornalísticos sobre Covid-19, vacinados e mortes: tensões contemporâneas

*Juliane Caju de Oliveira Souza Moraes*

## Introdução

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados por produções numerosas de informações sobre a pandemia do coronavírus que assolou o mundo todo. Em todo o canto, vimos enxurradas de informações sobre a origem, a causa, as consequências e o tratamento da Covid-19. Essas informações ocuparam espaços de disputas, entre o verdadeiro e o falso. Agentes das mais diferentes áreas usaram seus instrumentos para provar que “a sua verdade” é a que devia ser levada em consideração. A disputa de narrativas diferentes do mesmo fenômeno ora informou, ora desinformou e ora causou ainda mais dúvidas entre as pessoas.

Foi possível verificar durante os dois últimos anos que a desinformação se fez presente tanto nos grupos antivacina como nos grupos defensores da vacina, ocasionando dessa forma contradições, tensões e ambiguidades. Se, por um lado, a vacina é a saída para aumentar o controle dos contaminados pelo vírus da Covid-19, bem como a erradicação do vírus, consequentemente a salvação de vidas, por outro lado, a desinformação causa medo, incerteza, descrença, incredulidade, ceticismo, dúvida e pode até levar à morte.

Apesar do Brasil ter um conceituado Programa Nacional de Imunizações (PNI), reconhecido internacionalmente pela excelência em política pública de saúde, a gestão do atual governo federal não conseguiu vacinar a população em massa, justamente pelo descrédito que muitas pessoas têm sobre a eficácia da vacina. Mas o que sempre esteve em jogo em se tratando de pandemia foi a vida da população. Diante dessa ameaça foi necessária a aplicação do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil que garante a preservação de todas as vidas humanas, já que o direito à saúde coletiva se sobrepõe aos direitos individuais.

Mesmo com apelos, regras, normas e explicações sobre a importância da vacina, muitas pessoas não se vacinaram por motivos diversos: ora por causa da desinformação, outro por descrença na ciência, ora pelo fato das incoerências dos discursos e nas estratégias de convencer as pessoas de que o vírus da Covid só pode ser combatido através da vacina. Esse descrédito de parte da população não é um fenômeno local, é mundial. Além da desinfor-

mação, há outros problemas ligados a essa desconfiança. Mas a desinformação é um sintoma e uma consequência de todos os problemas sociais.

Nesse sentido, o cenário pandêmico foi muito favorável para a produção e circulação da desinformação. Durante meses e meses, muitas pessoas ficaram por longos períodos em suas casas, tiveram suas rotinas diárias alteradas e vivenciaram o isolamento social. Um conjunto de sintomas tomou conta da população. O medo do coronavírus, dúvidas, inseguranças e o cansaço do isolamento social foram alguns deles. Informações e desinformações contribuíram para a produção de desconfortos com proporções inimagináveis.

“Desordem informacional”, termo cunhado por Wardle e Derakhshan (2017), é o fenômeno atual em que discursos a favor da ciência e a negação dessa mesma ciência se misturam e ecoam as mais diferentes narrativas. São muitos os agentes responsáveis por criar, produzir e propagar essas desordens que são constituídas por uma agenda de pautas a serem disseminadas a partir de fatos históricos, porém com recortes manipulados para que as desinformações tenham mais êxito do que os discursos pró-ciência. A desordem informacional (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) é caracterizada pela produção de informações sem a obrigação de checar, consultar e provar se o que está sendo divulgado é de fato verídico. As consequências disso são o aumento das polarizações, das bolhas, as distorções dos acontecimentos e cada vez mais a incidência de informações não verídicas, ou seja, aumento de informações falsas circulando na sociedade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a infodemia é a reprodução e consequência da desordem informacional ligada à pandemia da Covid-19. O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aponta que o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e seus seguidores são os principais criadores e reprodutores das informações falsas; são, portanto, principais agentes da infodemia, caracterizada pela OMS como excesso de informações espalhadas velozmente tão qual um vírus, ocasionando impactos negativos na saúde pública.

Além do bolsonorismo, outros mediadores e influenciadores também contribuíram de uma forma ou de outra para a circulação de notícias duvidosas ou com duplo sentido, gerando insegurança na população sobre a pandemia do coronavírus. A ambiguidade presente em muitos discursos produzidos por diferentes agentes sociais das mais variadas áreas causou confusão conceitual nas pessoas e influenciou a tomada de decisão sobre cumprir os protocolos da OMS e sobre tomar ou não a vacina.

Um desses agentes é o jornalismo, que tem como principal ferramenta o uso das palavras. Essas, por si só, podem construir ou modificar conceitos e comportamentos sociais. É por meio da palavra que os discursos são construídos. Citelli (1997) ajuda-nos na compreensão da palavra como elemento de persuasão social.

Se as palavras, por exemplo, nascem neutras, mais ou menos como estão em estado de dicionário, ao se contextualizarem passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Nós iremos viver e aprender em contato com outros homens, mediados pelas palavras, que irão nos informar e formar. As palavras serão por nós absorvidas, transformadas e reproduzidas, criando um circuito de formação e reformulação de nossas consciências (CITELLI, 1997, p. 35).

Desse modo, a língua é mais do que um conjunto de vocábulos; é também instrumento de propagação ideológica. Ela forma e dá sentido aos discursos, bem como reforça valores, crenças e cria realidades. Somos todos afetados pelas palavras e pelos sentidos que são gerados a partir dos enunciados e do corpo do texto e/ou narrativas.

A palavra, sendo elo das relações sociais, serve também como indicador de mudanças, veiculada através da língua para refletir-se nas ideologias. Bakhtin (1999) defende uma relação de interdependência entre infraestrutura e superestrutura na composição mídia e sociedade. Para o autor, a infraestrutura é a base da sociedade; as informações, os fatos e os desdobramentos são essenciais para a constituição social de uma determinada comunidade. A superestrutura são os reflexos que as mudanças na realidade acarretam, entendidos como elementos e relações sociais gerados e geridos pela infraestrutura.

A mídia é, segundo Bakhtin (1999), um dos elementos constituintes da superestrutura ao trabalhar com a palavra enquanto signo ideológico e que interfere no dia a dia da sociedade. Nesse tocante, a mídia (superestrutura) interfere na sociedade (infraestrutura), e a sociedade altera ou influencia a mídia.

[...] sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias (BAKHTIN, 1999, p. 26).

O enunciado, nesse sentido, é um acontecimento da comunicação social, como é também a expressão do que é considerado primordial nas narrativas do agente que está comunicando algo. Palavras no contexto pandêmico foram e continuam sendo fundamentais para informar ou desinformar. Neste trabalho, focaremos na mídia como um dos principais agentes de informação para comunicar ciência no período de pandemia. Trazemos análise de discursos jornalísticos sobre pessoas que se vacinaram e foram contaminadas ou recontaminadas pelo vírus da Covid.

## **Tensões contemporâneas sobre saúde, doença e cuidado**

É Pierre Bourdieu (2004) que nos ajuda a compreender a relação entre a pandemia, a desinformação e as medidas de controle e combate ao vírus da Covid-19. Se saúde-doença-cuidado são construídos social e culturalmente por diferentes agentes e instituições pertencentes à sociedade, valorizar, enaltecer e descreer podem contrastar com seguir rigorosamente os protocolos de saúde ou podem provocar dúvidas e até paralisar ações dos indivíduos que querem cuidar de suas vidas e permanecer vivos.

Ainda que ele não tenha pesquisado diretamente sobre a medicina ou saúde, seus trabalhos podem contribuir para apreendemos sobre os atuais fenômenos nesse contexto pandêmico. O habitus, a experiência e a produção culturais cunhados por Bourdieu (2004) mostram alguns caminhos para refletirmos sobre pandemia, desinformação, agentes sociais e polarizações ideológicas e culturais. Tempo e espaço são para ele determinantes para analisar os comportamentos sociais.

O nosso corpo é um ponto no espaço físico e também no social. Para Bourdieu (2004), nós existimos como pessoas através da relação que estabelecemos com nosso corpo. É ele (nosso corpo), portanto, que dá materialização ao espaço que ocupamos na sociedade e também como agimos ou reagimos ao que as estruturas sociais nos impõem. A legitimação de crença ou descrenças nos fatos sociais varia de indivíduos e de grupos sociais. No contexto pandêmico, vivenciamos essas incertezas e as diferentes tomadas de decisões influenciadas por agentes sociais bem como pelo espaço físico em que cada indivíduo está inserido.

Outra contribuição de Bourdieu é sobre os campos sociais enquanto espaços de disputa e de poder. Para ele, o campo científico, ao ser campo de contestação e debate, tem uma relação dúbia com os campos político e econômico, e esses, por sua vez, ora implementam determinadas ações em prol do coletivo, ora financiam, ora não fazem nada. Nessa relação de jogos de poder e de forças, a sociedade é quem sofre as consequências de fazer isso ou aquilo. No cenário pandêmico, essa disputa ficou evidente e gerou inseguranças e pânico com muitos paradigmas científicos em jogo.

As desiguais orientações por instituições sociais e agentes públicos deram vazão à circulação da desordem informacional vivenciada nessa pandemia. Olhar para os inúmeros enunciados e discursos, bem como para os campos e os grupos hegemônicos poderia ou ainda pode mostrar caminhos com mais alcance para a diminuição da crise informacional que vivenciamos há tempos e que foi agravada pelo coronavírus.

Na linha de pensamento de Bourdieu, apreendemos que as pessoas tendem a buscar informações que tenham mais a ver com suas crenças, costumes e valores. Por mais que a Organização Mundial de Saúde e demais instituições ligadas às áreas de ciência e saúde tenham montado protocolos

de mitigação da transmissão do vírus, muitas pessoas preferiram acreditar nas desinformações que dão mais conforto, são mais fáceis de praticar e dão sensação de segurança. Parece que acreditar na desinformação é mais confortável. Difícil é acreditar que a pandemia é real, vai demorar para acabar, que as variantes do vírus existem, que todos terão de usar máscaras, ficar mais em casa, evitar contatos físicos, tomar as vacinas disponíveis. Fácil é acreditar que não existe, que nada disso é verdade, que tudo foi conspiração de determinados grupos da sociedade, que é invenção da mídia e que a pandemia é mentira. Acreditar no mais confortável é mais cômodo e mais confortável.

Outro pesquisador que nos ajuda na compreensão das tensões contemporâneas quanto à saúde, doença e cuidado é James Carey, que investigou as transformações da comunicação a partir dos elementos culturais, tecnológicos e materiais. Para ele, a comunicação faz parte de contextos sociais, de formas e das relações humanas, e ambas são afetadas pela mídia e pelo uso de tecnologias.

A pandemia da Covid-19 aumentou o uso da internet e de todos os recursos que dela advêm, tais como aplicativos, plataformas digitais, reuniões virtuais, entre outros. O uso dessas ferramentas possibilitou a manutenção da escola, do trabalho, da economia, da cultura, da saúde, do lazer e das relações sociais como um todo. Ainda que o acesso à internet não alcance todas as pessoas de todas as camadas sociais, de um jeito ou de outro foi dessa forma que a vida pôde no mínimo ser vivida nos últimos dois anos.

Podemos observar também nesse contexto pandêmico o crescimento de vocábulos e de frases em narrativas que os autores Pedrinho Guareshi, Denise Amon e André Guerra (2018) intitulam de pós-verdade, em que o vírus da Covid-19 foi polarizado entre um pensamento intolerante e negacionista e discursos baseados na ciência e nos protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em um dos capítulos da obra “Psicologia, comunicação e pós-verdade: uma dimensão crítica, ética e propositiva”, eles nos instigam a refletir sobre realidade, ficção, realidade, fatos, evidências e a desestabilização que a era da pós-verdade tem provocado.

“Por um lado, podemos estar apenas num momento histórico de amadurecimento. Por outro lado, podemos estar apenas em mais um momento histórico em que se aumentam as tentativas de racionalização/negação de um momento de pungente humilhação” (GUARESHI; AMON; GUERRA, 2018, p. 345). Em se tratando de saúde, vidas e cuidados, torna-se perigoso tomar decisões a partir de retóricas que questionam os fatos. Para os autores, há que se tomar cuidado no olhar para o “horizonte projetado” para não cairmos no risco da cilada de caminhar em círculos (GUARESHI; AMON; GUERRA, 2018).

Refletir as questões humanas a partir da ciência e da vida cotidiana é um dos vieses trabalhados por Gregory Bateson (apud Rosana Rapizo). De acordo com a autora, o pensamento de Bateson sempre foi sistêmico, capitaneando

todas as áreas do conhecimento, das rotinas das vidas humanas e das histórias de cada ser. Ele sempre unia a mente e o material. Refletir sob essa visão de Bateson pode levar-nos a considerar outras dimensões do contexto pandêmico. Um deles é sobre seres vivos e comunicação. Fenômenos vivos são entes vivos.

Rapizo traz que, para Bateson, unidade, corpo, mente, ser e ambiente com outras vidas é definitivo. Esse conjunto forma a saúde coletiva. Esses elementos não são uma questão isolada; qualquer ação que um deles realiza reflete no todo. A consciência dos atos é, para Bateson, de algo, sobre algo, a consciência nunca está ausente. Quando ela opera com propósitos, quer dizer, quando ela opera em uma determinada ação sem integração, não agimos com sabedoria porque queremos ser rápidos no fazer. Para o contexto pandêmico o qual ainda vivenciamos, os negacionistas, os produtores de discursos antivacinas poderiam moldar o modo de pensar para que pudessem ter outras concepções sobre os elementos: unidade, corpo, mente, ser e ambiente. Pensar em saúde é pensar o todo e tudo o que existe no mundo.

### **Os casos de Covid-19 em discursos jornalísticos**

A partir das contribuições dos referenciais teóricos citados anteriormente, tomamos informações veiculadas em sites de notícias do estado de Mato Grosso sobre um caso de uma pessoa que se vacinou contra o vírus da Covid e positivou para a doença. Esse caso foi noticiado em agosto de 2021. Usamos pressupostos de autores da metodologia de análise de discurso, recorreremos à leitura dos textos jornalísticos para entender o processo discursivo, compreender seus efeitos e como funciona.

Um motivador da pesquisa foi o fato de que, no Brasil, assim como em vários países, os meios de comunicação de massa representam uma das principais fontes de informações gerais para a população. Segundo Ricardo Noblat, “um jornal é ou deveria ser um espelho da consciência crítica de uma comunidade”. Para Jorge Pedro Sousa, “um jornal pode ter e expressar opinião, pode abrir caminho às divergências e polêmicas, contribuindo para a formação e informação dos seus leitores”.

A seguir, trazemos as manchetes dos sites que noticiam sobre o caso do médico, morador da cidade de Rondonópolis, que contraiu o vírus, ficou internado e veio a óbito.

**TOMOU DUAS DOSES**

Médico morre de Covid e esposa e filho estão com a doença  
(Gazeta MT, 06/08/21)

**ESPECIAL COVID-19 / LUTO EM RONDONÓPOLIS**

Médico morre por Covid mesmo após tomar as duas doses da vacina  
(Estadão, 06/08/21)

## ROSTOS DA PANDEMIA

Mesmo vacinado, médico morre de Covid em MT; filho está internado  
Mário Perrone é considerado um dos pioneiros de Rondonópolis  
(Folha Max, 06/08/21)

MÉDICO MORRE VÍTIMA DA COVID-19 EM MT;  
MULHER E FILHO ESTÃO INTERNA-  
DOS COM O VÍRUS

Ele foi o 1º pediatra de Rondonópolis e  
tinha recebido as duas doses da AstraZeneca.  
(G1.COM, 06/08/21)

MÉDICO MORRE VÍTIMA DA COVID-19  
EM RONDONÓPOLIS; MULHER E FILHO ESTÃO  
INTERNADOS COM O VÍRUS

Ele foi o 1º pediatra de Rondonópolis e tinha  
recebido as duas doses da AstraZeneca.  
(Olho Vivo MT, 06/08/21)

Tais matérias ganharam destaque na TV, em jornais, sites, rádios e redes sociais em todo o Mato Grosso e até fora do estado. As menções “Vacinado”; “tomado as duas doses” aparecem ora no chapéu, ora no título ou ora na linha fina dos textos jornalísticos. Na época, as matérias ocuparam lugar de destaque nos veículos de comunicação como matéria de capa, ou seja, o ocorrido ganhou evidência na capa do site que é o primeiro lugar em que o leitor bate o olho ao acessar o site.

As manchetes desses sites com essas narrativas podem gerar dúvidas, insegurança e medo na população quanto à vacina contra o vírus da Covid-19. Ter no título manchetes que podem causar ainda mais pânico na sociedade circulam de forma avassaladora, ainda que no corpo da matéria tenha a explicação sobre as causas da morte do médico imunizado, mas muitas vezes as pessoas não leem o corpo do texto, ficam apenas com a informação da manchete.

Os títulos das matérias ficam em destaque com palavras negritadas em caixa alta. Nas que foram analisadas podemos observar o uso repetido das palavras e frases: “vacinado”, “tomou duas doses”, “mesmo vacinado”, “morre médico vacinado”. Essas repetições reforçam a dúvida sobre a eficácia da vacina contra a Covid-19. São as vozes dos jornalistas que estão informando sobre a morte de uma pessoa e confirmando o que os negacionistas sempre fizeram desde o início da pandemia: desconfiança em relação às vacinas. “Assim, grande parte desse conteúdo tende a circular quando ele pode ser percebido como elemento que sustenta a desinformação” (SOARES; RECUERO, 2021b).

O uso dessas palavras e frases para evidenciar a relação entre vacina e contaminação são as “coisas-a-saber” a partir do conjunto de realidades apresentado pelo pesquisador de linguagens Pêcheux (2008, p. 35). Os agentes de conteúdo lançam mão dessa ferramenta para reforçar uma realidade. Para tanto são usados outros agentes que endossam as narrativas. Há intenção discursiva no uso dessas palavras e frases como defendido por Bakhtin. Essas são somatizadas com as ferramentas da escrita jornalística: no chapéu, no título e na linha fina, conjunto que forma a manchete do discurso jornalístico.

Nesse viés, observamos que a formação discursiva vai além das palavras. Vocábulos e imagens formam o discurso e os sentidos da narrativa jornalística. Eles moldaram o mundo social e tornaram-se importantes instrumentos durante a pandemia da Covid-19. Por isso é considerável olhar para as formas como esses conteúdos circularam na sociedade durante, especialmente, os anos de 2020 e 2021, ápices de contaminação e número de mortes em consequência do vírus da Covid.

Mesmo que o jornalismo público esteja sob ameaça por causa da onda negacionista, conservadora e fascista, é imprescindível que olhemos para as formas, para as imagens e para as narrativas que foram e continuam sendo produzidas sobre saúde, vírus e cuidados. É necessário refletirmos sobre essas questões de maneira mais complexa e mais sistêmica (RAPIZO, 2004), inspirada nas contribuições de Bateson.

Quando jornalistas escolhem trazer as frases já citadas acima para noticiar um fato, é importante refletir sobre os ecos que essas escolhas irão soprar: se da informação ou da desinformação; se da confiança ou da desconfiança quanto às vacinas; se do caminho para o fim da pandemia ou para a continuidade; se para o combate às notícias falsas ou se endosso de todas as mentiras que circulam sobre a pandemia; se para o entendimento a partir da ciência ou da insegurança gerada pela desconfiança generalizada do trabalho dos profissionais da ciência e da saúde.

Esse caso que foi muito divulgado na mídia de Mato Grosso não é único. Pudemos observar outras histórias de pessoas que se vacinaram e pegaram a doença amplamente noticiadas em mídias nacionais e internacionais. Todas essas notícias vão ao encontro do conjunto de desinformações distribuídas pelas pessoas que se posicionam contrárias às vacinas e às orientações da OMS. Para esse grupo, a pandemia é um problema político e não de saúde pública.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre os efeitos que a junção de tais palavras e frases para informar sobre a saúde de uma pessoa pública, no caso analisado de um médico, tem na população que acessa os sites trazidos para essa análise. Considerando que na era do excesso de informação as pessoas quase não leem a matéria completa, o que é noticiado na manchete é que vai reverberar. As consequências para um lado ou para outro

reverberam no presente e podem ter outros efeitos a longo prazo, como por exemplo nas campanhas de vacinação dos brasileiros. Ao analisarmos tais manchetes, reforçamos a importância do jornalismo no combate à desinformação. Da forma como essas manchetes foram produzidas podem gerar mais desordem informacional.

### Considerações finais

Somente um esforço conjunto nas esferas pública e privada conseguirá de fato combater a criação, a produção e a transmissão das desinformações, da desordem informacional e das notícias falsas. Se um dos agentes da batalha contra esses elementos que fazem mal a nossa sociedade é a mídia, não dá para usar o drama ou a dúvida para informar. Os exemplos que apresentamos das matérias produzidas por jornalistas de alguns sites mato-grossenses sobre contaminação, Covid, vacina e morte, em que há reforço com uso de palavras e imagens, ajudam-nos a trazer para o debate o papel da mídia nesse cenário pandêmico.

Mais do que respostas, pretendemos trazer mais perguntas para que o debate seja ampliado. Qual o tipo de informação está sendo passado para os leitores desses sites? Por que as manchetes usam dúvidas sobre a vacina para informar a situação da saúde de uma pessoa contaminada pelo vírus da Covid? Como esses discursos midiáticos têm circulado na sociedade? Eles estão contribuindo com a sociedade no combate ao vírus ou estão gerando mais dúvida e mais pânico?

Sugerimos que juntar uma informação sobre uma pessoa que foi vacinada com a da pessoa internada não é uma boa saída para o combate à desinformação. Pelo contrário, gera mais dúvidas, incertezas e descrença na ciência, nas pesquisas e na eficácia das vacinas. Esse exemplo é um de que não pode ser feito pelos profissionais da comunicação. As narrativas construídas com a junção dessas informações podem construir discursos desastrosos na mente das pessoas, que já estão em estado de desconfiança e duvidam dos fatos já comprovados. As falas advindas dessas narrativas podem causar mais desconforto do que provocar reflexões e diálogos entre as pessoas. Por mais que o fato da pessoa vacinada não estar totalmente imune ao vírus não significa que ela vai morrer ou que os sintomas da doença serão gravíssimos. E mais, nem todas as pessoas vacinadas contraíram novamente o vírus. Há casos de pessoas imunizadas que se contaminaram, porém tiveram sintomas bem leves. A vacina é um dos meios de abrandar as consequências da enfermidade. Os profissionais da imprensa, os criadores de conteúdos digitais e os influenciadores têm que ter o compromisso de criar conteúdos que realmente informem a população e não que causem mais dúvidas, pânicos e incertezas (RECUERO, 2021).

Atenção, compromisso e responsabilidade devem continuar sendo ferramentas no trabalho diário dos jornalistas, especialmente em tempos de pós-verdade e desordem informacional. Cada palavra usada pode servir de isca para os que negam a gravidade da pandemia, desconfiam da ciência e provocam distorções nas orientações das instituições de saúde e segurança. O desenvolvimento de conteúdo, a criação de narrativas e a produção de linguagem são transmissão de informação, mas são também fomentadores de discursos. Os textos jornalísticos são produto social, discursivo e enunciativo, portanto são instrumentos que podem construir ou destruir fatos e/ou até pessoas.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CAMPANELLA, B. (2019). Nick Couldry: do mito do centro mediado ao esvaziamento do mundo social – as mídias e o processo de datificação da sociedade. **MATRIZES**, 13(2), 77-87. <<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p77-87>>.
- CAREY, James W. Technology and ideology. The case of the telegraph. In: **Communication as culture**. Essays on media and society. Revised edition, 155-177. New York e London: Routledge, 2009d [1983].
- CITELLI, Adilson O. **Linguagem e persuasão**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; AMON, Denise; GUERRA, André (org.). **Psicologia, comunicação e pós-verdade**. 3. ed. Porto Alegre: ABRAPSO, 2018.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.
- RAPIZO, Raquel. **O Processo Mental na obra de Gregory Bateson**, 2004 (artigo derivado da conferência em homenagem aos 100 anos de Gregory Bateson).
- RECUERO Raquel, Gruzd A. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, 2019, 41, p. 31-47.
- RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID19 no Twitter: Estudo de caso 1. **E-compós**. Rio Grande do Sul, n. 19/25510000688-8., ed. 301433/2019-4, 18 abr. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/84/1022>>. Acesso em: 11/2021.
- SUBTIL, Filipa. As Guerras Mundiais e as mutações na teoria social da comunicação e dos media. **Revista Famecos**, 22(3), p. 15-40. 2015.
- WARDLLE, Claire, & DERAKHSHAN, Hossein. Thinking about “information disorder”: formats of misinformation, disinformation, and mal-information. In: **Journalism, “fake news” & disinformation: Handbook for journalism education and training**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017.

# Saúde Única, uma necessidade em tempos de pandemia: um olhar sobre a Covid-19 e a gripe espanhola<sup>1</sup>

*Juliana Michaela Leite Vieira<sup>2</sup>*

*Benedito Dielcio Moreira<sup>3</sup>*

## Introdução

A pandemia de Covid-19 (SARS-CoV-2) é uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.<sup>4</sup> Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies de diferentes animais, como camelos, morcegos, suínos, aves e ser humano. Nem todos os coronavírus infectam o ser humano, como por exemplo dos felinos e caninos.

Utilizaremos o termo Saúde Única (*One Health*), que abrange as interconexões entre saúde humana, animal e ambiental (CARNEIRO; PETTAN-BREWER, 2021), em um mesmo espaço compartilhado. Reconhecendo valor sobre o tema, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) nos Estados Unidos estabeleceu um escritório em 2009 no período da pandemia de H1N1 (gripe suína), que também é uma variante dos coronavírus, para tratar de doenças infecciosas emergentes.

Santos (2006, p. 133) destaca que, na história das epidemias, ela é marcada de rupturas epidemiológicas, que são rompimentos no equilíbrio dos seres vivos. Utilizando como exemplo a peste negra, quando vários hospedeiros são eliminados, o vírus passa a procurar outro hospedeiro. “O bacilo que estava na pulga matava o rato. O hospedeiro seguinte passava a ser o homem” (SANTOS, 2006).

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste capítulo foi anteriormente apresentada como projeto de pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<sup>2</sup> Aluna especial do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: julianamichaela.ecco@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutorado em Educação pelo U.G.S. – Universitat Gesamthochschule Siegen, Alemanha (2008). Pesquisador Associado da Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil.

<sup>4</sup> Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 09/11/2021.

Segundo Carneiro & Pettan-Brewer (2021), cerca de 75% das doenças infecciosas emergentes são compartilhadas entre humanos e animais domésticos/selvagens.

As doenças zoonóticas emergentes que afetam os países da América Latina hoje resultam de interações entre os sistemas natural e humano-animal-planta. Agentes infecciosos como *Salmonella Spp.*, *Escherichia coli*, tuberculose, malária, febre amarela, Influenza A (H1N1), Vírus do Nilo Ocidental, Zika, Dengue, Chikungunya e SARS-CoV-2 são exemplos de que animais, humanos e meio ambiente estão intrinsecamente relacionados. Nesses casos, os animais também são vítimas das doenças infecciosas e emergentes transmitidas por vetores, sendo sentinelas da saúde humana e um sinal de desequilíbrio do meio ambiente, principalmente pela destruição de habitats, desmatamento ou poluição (CARNEIRO; PETTAN-BREWER, 2021, p. 232).

Até o dia 09 de novembro de 2021 já foram confirmados 248.737.296 casos de Covid-19 em 188 países com um total 5.022.326 mortes.<sup>5</sup> O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo com maior número de mortes confirmadas pela doença, registrando 609.573 mortes, tendo uma taxa de letalidade de 2,71%. Já nos casos confirmados pela doença foram registrados 21.897.025.

A Covid-19 vem produzindo um impacto na saúde de milhares de pessoas em todo o mundo, e esse impacto não atinge apenas a área biomédica e epidemiológica, mas são repercussões e impactos culturais, sociais, psicológicos, econômicos, políticos e históricos, no qual podemos fazer alguns paralelos com as últimas pandemias vivenciadas pela humanidade, como a peste bubônica (peste negra), a varíola, a cólera, a gripe espanhola e a gripe suína (H1N1).

A morte é um desses paralelos em todas as *comunidades* (TURNER, 1974) ou comunidades, a morte é celebrada e ritualizada, sendo considerada um rito de passagem, ou seja, “acompanha toda a mudança de lugar, de estado, posição social de idade” (TURNER, 1974). O antropólogo cita Van Geneep, que mostrou que os ritos de passagem ou de “transição” caracterizam-se por três fases: separação, margem ou limiar e agregação.

A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, quer de um ponto fixo anterior da estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”), ou ainda de ambos. Durante o período “limar” intermédio, as características do sujeito ritual (“o transitante”) são ambíguas; passa através de um domínio cultural

---

<sup>5</sup> *Folha de São Paulo*. Monitor do novo coronavírus. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/casos-mortes-coronavirus-brasil-mundo/#/local/mundo>>. Acesso em: 09/11/2021.

que tem poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consoma-se a passagem. O sujeito ritual, seja ele individual ou coletivo, permanece num estado relativamente estável mais uma vez, e em virtude disto tem direitos e obrigações perante os outros de tipo claramente definido e “estrutural”, esperando-se que se comporte de acordo com certas normas costumeiras e padrões éticos, que vinculam os incumbidos de uma posição social num sistema de tais posições (TURNER, 1974, p. 116).

Todavia esse rito de passagem, que é a morte, não pode ser ritualizado no Brasil e em boa parte do mundo no ano de 2020. Um exemplo disso é que Ministério da Saúde<sup>6</sup> publicou no dia 27 de março de 2020 um Guia para Manejo de Corpos no Contexto do Novo Coronavírus (Covid-19) com orientações aos profissionais da saúde e funerárias, como devem ser feitos os funerais e o manuseio do cadáver nos hospitais, em domicílio e em espaço público.

Segundo o protocolo, os falecidos podem ser enterrados ou cremados, mas os velórios ou funerais de pacientes confirmados ou com suspeita não são recomendados; a cerimônia de sepultamento deve ocorrer em lugares ventilados e, de preferência, abertos. Uma das orientações é que se tenha o mínimo de pessoas possível e com um tempo restrito, respeitando o distanciamento mínimo de, pelo menos, um metro entre elas, assim como o uso de máscara. O caixão deve permanecer fechado para evitar contato com o corpo, além de se evitar a presença de grupos de risco, como gestantes, pessoas com mais de 60 anos, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos.

A pandemia de Covid-19 pode impactar o processo de luto de diferentes formas, como o paciente que estava isolado no hospital e falece sem a realização do ritual de despedida por parte dos familiares, como também a não realização do ritual funerário em conformidade com as práticas culturais e religiosas (CREPALDI *et al.* 2020).

Na gripe espanhola, Brito (1997), Goulart (2005) e Santos (2006) relatam que no Brasil os corpos eram encontrados na rua de todas as formas, pessoas caíam de cara no chão, os corpos eram empilhados nos cemitérios, não tinha valas para todos e não tinha coveiro e profissionais da saúde para atender todos os que precisavam de atendimento. Em todos os setores havia falta de profissionais e funcionavam precariamente.

---

<sup>6</sup> BRASIL, Ministério da Saúde. CORONAVÍRUS: Ministério da Saúde publica protocolo com orientações para velórios e enterros. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/ministerio-da-saude-publica-protocolo-com-orientacoes-para-velorios-e-enterros>>. Acesso em: 13/11/2021.

As pessoas morriam dentro de suas casas, e o serviço de assistência pública era lento para atender, os cadáveres eram jogados nas vias públicas, podres e inchados. A economia também tinha sido afetada, aumentando o preço dos alimentos e tendo a escassez dos itens. Acrescentando-se a isso, os saques de alimentos. O quadro de tensão política e social era presente no momento, com a imprensa e os políticos cobrando atitude por parte do governo federal.

Outro paralelo que podemos destacar é a dificuldade da comunicação médico-científica em tempos de pandemia, em que vemos proliferar as infodemias, a desinformação e o negacionismo, como ocorreu com a peste, a gripe espanhola, a varíola, a H1N1 e agora recentemente a Covid-19, num momento em que a morte e o medo estão presentes no dia a dia.

Brito (1997) destaca que a imprensa carioca, em especial o *Correio da Manhã* e *O País*, contou sobre o surgimento da gripe espanhola no continente europeu até chegar ao Brasil em setembro de 1918 no Recife, a bordo do navio Demerara. E depois seguiu pela costa litorânea até chegar à capital do Brasil, na época Rio de Janeiro. Os jornais relatam que as autoridades locais negavam a existência da pandemia e seu potencial maligno.

Apelidada pelos jornais de *la dançarina*, foi noticiado em agosto de 1918 pelo jornal *O País*, do Brasil, que “meia Lisboa estava de cama”. Almeida (2014) conta que no Porto, em Portugal, a população já estava debilitada pela cólera, tifo, peste bubônica e varíola quando foi atingida pela gripe espanhola, que também era conhecida como gripe pneumática.

O jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, publicou em junho de 2018 um relatório do diretor-geral de Saúde de Portugal, Ricardo Jorge, alertando que “[...] nenhum contágio conhecido possui em tal grau essa voracidade de tempo e espaço” (ALMEIDA, 2014, p. 699). Ele aconselhou as pessoas a evitar lugares fechados, onde ocorriam aglomerações, devendo-se arejar as habitações e os lugares de trabalho.

No dia 27 de setembro, segundo Brito (1997), quatro tripulantes do navio Piauí, vindo do Dakar, foram internados em isolamento, mas “não tinha motivo para alarmes”, que o navio tinha sido desinfetado. Mas o jornal *Correio da Manhã* divulgava “[...] a presença da gripe em Salvador, onde tinha se registrado 700 casos considerados benignos pelos médicos da Higiene Municipal e descartava a *influenza* espanhola”.

É bom lembrar que com esse cenário ocorria o final da Primeira Guerra Mundial. Segundo Almeida (2014), a gripe espanhola matou mais do que a guerra, espalhando-se por todo o mundo e ‘que provou ser um dos piores flagelos epidêmicos da história humana’, que matou entre cinquenta e cem milhões de pessoas (SOBRAL *et al.*, 2009).

Desde o mês de maio de 1918, a Europa e a África eram assoladas por uma doença epidêmica cujo diagnóstico era incerto. A censura imposta

pelos militares, segundo conta Goulart (2005), foi fator comum da época. Muitos países adotaram essa postura, pois a gripe afetou profundamente a capacidade bélica dos exércitos. Sendo conhecida inicialmente como “febre das trincheiras”, o título de gripe espanhola ocorreu porque a Espanha manteve neutralidade durante a Primeira Guerra e não fazia segredo dos estragos que a doença estava ocasionando.

Goulart (2005, p. 116) destaca que a medicina da época não tinha conhecimento do agente causador da gripe espanhola e forma de contágio, o que deu margem a inúmeras terapias alternativas para o tratamento da doença:

Isso acabou por desencadear o aparecimento de uma série de remédios nunca vistos ou que, durante a epidemia, excepcionalmente, ganharam atribuições curativas para a influenza. Tal conjunto de fatores demonstrou que a população, diante das limitações da medicina oficial em dar uma resposta à doença, passou a utilizar ainda mais tudo o que chegava ao seu conhecimento.

Nos jornais da época, é registrada uma posição ambígua pelas autoridades, como a de Carlos Seidl, diretor geral de Saúde Pública, equivalente hoje ao de ministro da Saúde, em 11 de outubro de 1918, pelo jornal *Correio da Manhã*. Ele enfatizou a tese da benignidade da gripe: “Não passava de ‘simples influenza’, doença multissecular que de vez em quando percorria o globo e contra a qual se deviam empregar as precauções habituais e sais de quinino como preventivo”.

Seidl pediu demissão do cargo na ocasião da gripe espanhola e foi substituído por Carlos Chagas. Ao assumir, convocou os médicos através de anúncio em jornal para prestar socorro à população e instalou cinco hospitais de emergência e 27 postos de atendimento:

O sanitarista comandou também uma campanha junto aos veículos de comunicação, que passaram a publicar recomendações de prevenção, como a higienização de mãos, boa alimentação e o cuidado de não visitar pessoas doentes. Publicou cartazes e panfletos de alerta, pediu ajuda à comunidade médica do país e, por meio do Instituto Oswaldo Cruz, incentivou a pesquisa sobre a doença. No fim do ano, a pandemia já estava controlada no Brasil (BRASIL, 2020).

Tendo as diferenças de espaço e de tempo, vemos muitas semelhanças com o episódio da gripe espanhola (1918/1919) e a Covid-19, com situações que se repetem, como a negação da epidemia por parte do governo federal, a infodemia e desinformação. No caso da negação da doença, podemos resgatar como exemplo um episódio com o presidente da República em março de 2020, dizendo que se tratava apenas de uma gripezinha:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão (08 de agosto de 2020, em nota pelo Facebook, após o Brasil ultrapassar a marca dos 100 mil mortos pelo novo coronavírus. FOLHA DE SÃO PAULO, 2021<sup>7</sup>).

Outro ponto é a questão da infodemia e da desinformação que também foi presente. Sobre isso temos a repercussão nas redes sociais dos inúmeros tratamentos caseiros e do uso dos medicamentos Cloroquina e Ivermectina, ineficazes contra a Covid 19, que tiveram como um dos principais defensores o presidente:

Muitos gestores e profissionais de saúde fizeram de tudo pelas vidas do próximo, diferentemente daquela grande rede de TV que só espalhou o pânico na população e a discórdia entre os Poderes. (...) No mais, essa mesma rede de TV desdenhou, debochou e desestimulou o uso da hidroxicloroquina, que, mesmo não tendo ainda comprovação científica, salvou a minha vida e, como relatos, a de milhares de brasileiros” (08 de agosto de 2020, em nota pelo Facebook, após o Brasil ultrapassar a marca dos 100 mil mortos pelo novo coronavírus. FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Seguindo essa linha de negação da realidade, Morel (2021) conta que as redes sociais negaram o colapso funerário ocorrido em Manaus, como o G1, que divulgou no dia 28/04/2020 que “com aumento de mortes, Manaus passa a ter enterros noturnos e caixões empilhados em cemitério”.

Ana Paula Massadar Morel (2021, p. 3) acrescenta que “os negacionistas da pandemia passaram a desqualificar e agredir os cientistas e o discurso científico, sem necessariamente argumentar de fato sobre a dúvida gerada”. Além disso, faz um apontamento:

Ao negar a gravidade da pandemia, a extrema-direita minimiza a importância crucial das políticas públicas nesse momento, eximindo o Estado de investir na saúde pública. O negacionismo passa a ter uma expressão nunca antes vista na história, ganhando mais força inclusive no âmbito das próprias políticas públicas. A consequência mais perversa dessa equação é a intensificação de uma política de morte voltada para grupos mais vulnerabilizados.

---

<sup>7</sup> FOLHA DE S. PAULO. Coronavírus: Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. 17 maio 2021a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-apandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 21/11/2021.

O que podemos destacar que existe de diferente, comparando os dois períodos (gripe espanhola e Covid-19), é a mudança da comunicação na contemporaneidade com o advento da internet e das redes sociais, com a materialização de novas potencialidades dos metadados. De acordo com Garcia e Subtil (2021), a comunicação de massa tem um passado de manipulação durante os períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, sendo utilizado tanto pelo liberalismo como pelo socialismo e pelo nazismo e que permaneceu na Guerra Fria e depois pelas empresas de “relações-públicas” e consultorias especializadas na execução de campanhas de grandes companhias e ações políticas.

A mudança que a comunicação tem tido com o advento das redes sociais, o uso dos metadados e o que está por trás deles, como empresas que querem vender seus produtos e/ou serviços, como também um monitoramento dos corpos e atitudes, que ainda não sabemos ou é muito cedo para saber o que isso acarretará.

Em 2020-2021, a situação social e econômica crítica produzida pela pandemia da COVID-19 e pelas respostas políticas à mesma acelerou a utilização da internet e das suas redes para manter formas de sociabilidade, economia, trabalho, aprendizagem, transportes, policiamento, lazer, amizade, que já estavam em ação antes da crise pandêmica. Tais interações e relações estiveram sujeitas à captação de dados e tratamentos com finalidades que os utilizadores não determinaram nem controlaram (GARCIA; SUBTIL, 2021, p. 124).

O volume de desinformação, aliado ao uso das redes sociais, teve um aumento exponencial na pandemia da Covid-19. Segundo Rego (2021), existe um processo de ignorância intencional que se caracteriza pelo negacionismo científico, histórico e por um confronto entre jornalismo e fluxo de informações falsas nas redes sociais.

[...] a pandemia potencializou a circulação da desinformação, de narrativas fake, imprecisas e manipuladas. Uma pesquisa feita pela Reuters Institute em parceria com a Oxford University (2020) concluiu que, no que diz respeito a informações falsas, houve um incremento de 900% na Inglaterra durante os três primeiros meses da pandemia do novo coronavírus (REGO, 2021, p. 228).

Nesse cenário, em que a comunicação na internet e nas redes sociais está cada vez maior e mais rápida, tem tido um retrocesso o ato de ouvir o outro, a empatia, onde muitos internautas desejam ouvir somente a si mesmos ou quem compartilha do mesmo pensamento. Seguindo Ciro Marcondes Filho, quando ele discute a teoria do *continuum atmosférico midiático*, as bolhas dos grupos não permitem espaço para o contraditório.

[...] o continuum atmosférico midiático pode tanto segregar pessoas, semeando terror e medo, inviabilizando a ação maior, quanto agru-

par agentes engajados num processo de imposição violenta de sua vontade ao outro. E, por ser invisível, apenas um “clima estranho”, escapa aos estudos clássicos de comunicação (MARCONDES FILHO, 2019, p. 10).

Um fator interessante desse pensamento de Marcondes Filho é a utilização do emocional, da projeção da fantasia, da engenharia psicossocial, e os dois fatores destacados por ele, como o tempo e o espaço. Marcondes Filho (2019) pontua que os estudos mostram, há pelo menos 120 anos atrás, que as notícias falsas têm efeito de verdade por um período breve, mas que se deve utilizá-las em momentos curtos de decisão, como apontado pelo pesquisador momentos antes das eleições dos Estados Unidos da América e no Brasil.

Nesse sentido, as tecnologias de comunicação, de ação imediata, são um novo fato e altamente decisivo nas mudanças políticas. A atmosfera do momento está associada ao tempo de exposição de uma inverdade, mas também à criação de determinado regime de opressão invisível, necessário para o sucesso da operação. O capital, todos sabemos, não opera apenas pelas vias econômico-políticas. A ação de seus jornais, redes de rádio e televisão, revistas, sites da internet, quando unificada em torno de um ideal, fecha o universo discursivo, tornando inviáveis e mesmo inexistentes as vozes da oposição. Essa estratégia de fazer o peso do ar tornar-se insustentável, acoplado ao apelo à emocionalidade, instiga a violência e tolera transgressões (MARCONDES FILHO, 2019, p. 9).

Podemos observar, seguindo essa mesma linha de pensamento, que o *continuum atmosférico midiático* altera o ambiente, temos o estudo de Gil Baptista Ferreira (2020) a partir de um questionário aplicado a 244 indivíduos na emergência da Covid-19: pessoas com sentimento populista tendem a se informar pelas redes sociais, enquanto os indivíduos convencionais tendem a se informar pelos veículos com profissionais da comunicação (tradicionais). Com isso “os resultados permitem identificar uma associação entre infodemia, uma maior aceitação de desinformação e o perfil de seleção das fontes. São os indivíduos com atitudes populistas os que menos rejeitam teorias falsas, neste caso sobre a pandemia” (FERREIRA, 2020).

Segundo estudo de Gil Baptista Ferreira, em momentos de crise, as pessoas tendem a procurar os meios de comunicação para se informar a respeito do que está ocorrendo e nas redes sociais, onde é possível encontrar uma produção de conteúdo independente, propício para a disseminação de notícias falsas. Tedros Adhanom Ghebreyesus disse que “na OMS não estamos apenas a lutar contra o vírus, mas também contra os teóricos dos trolls e da conspiração que espalham informações erradas e prejudicam a resposta ao surto” (FERREIRA, 2020, p. 12).

A partir do levantamento bibliográfico e da análise do ambiente, observamos que a infodemia, a desinformação e a negação têm tido resultados nefastos na pandemia da Covid-19, que já matou mais de 5 milhões de pessoas por todo o mundo e não dá sinais de estar indo embora. Como foi divulgado pela CNN Brasil no dia 18 de novembro de 2021, a Alemanha registrou mais de 65 mil casos de Covid-19 em 24 horas:

A Alemanha tem um dos índices de vacinação mais baixos da Europa Ocidental. Segundo o Instituto Robert Koch, apenas 67% da população está completamente imunizada contra a doença. Cerca de 33% não se vacinaram. Esse é apenas um dos motivos que resultaram no aumento de casos da Covid-19 no país. Como a campanha de vacinação na Alemanha teve início no começo do ano, a imunidade adquirida para os primeiros grupos que receberam as doses começou a diminuir (CNN Brasil, 18/11/2021<sup>8</sup>).

Com esses dados históricos comparados, ressaltamos a necessidade de mais estudos sobre as diferentes pandemias e como foram enfrentadas pelos governos e noticiadas pelos meios de comunicação em suas diferentes épocas, para com isso avançar em como a divulgação científica e o jornalismo científico podem contribuir para reduzir a desinformação e a negação da ciência.

Em especial, com um olhar sobre a Saúde Única, visto a necessidade de que todos os seres vivos e não vivos estão inter-relacionados, sendo necessário esse olhar integral do homem para o meio ambiente e suas correlações. Pois a partir daí poderemos ter menos epidemias, já que elas são marcadas pelas rupturas epidemiológicas, que são rompimentos no equilíbrio dos seres vivos.

## Referências

ALMEIDA, Maria Antonia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. **História, Ciência e Saúde** – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, abr-jun. 2014, p. 687-708.

ALVAREZ, Adriana *et al.* A gripe de longe e de perto: comparações entre as pandemias de 1918 e 2009. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [on-line]. 2009, v. 16, n. 4, p. 1065-1113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702009005000001>>. Acesso em: 9/11/2021. Epub 06/11/2009. ISSN 1678-4758. <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702009005000001>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centro Cultural do Ministério da Saúde**. Carlos Chagas e a gripe espanhola. 23 jul. 2020. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/noticias/carlos-chagas-e-gripe-espanhola>>. Acesso em: 21/11/2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. O que é a Covid-19? 08 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 9/11/2021.

---

<sup>8</sup> CNN Brasil. Alemanha registra mais de 65 mil casos de Covid-19 em 24h. Publicado no dia 18/11/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/alemanha-registra-mais-de-65-mil-casos-de-covid-19-em-24h/>>. Acesso em: 21/11/2021.

BRITO, N. A. de: La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997.

CARNEIRO, Liliana A.; PETTAN-BREWER, Christina. ONE HEALTH: CONCEITO, HISTÓRIA E QUESTÕES RELACIONADAS – **REVISÃO E REFLEXÃO**. Capítulo 13 do livro: Pesquisa em Saúde & Ambiente na Amazônia perspectivas para sustentabilidade humana e ambiental na região. Editora Científica Digital, 2021.

CNN Brasil. **Alemanha registra mais de 65 mil casos de Covid-19 em 24h**. Publicado no dia 18/11/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/alemanha-registra-mais-de-65-mil-casos-de-covid-19-em-24h/>>. Acesso em: 21/11/2021.

CREPALDI, M. A.; SCHMIDT, B.; NOAL, D. S.; BOLZE, S. D. A.; GABARRA, L. M. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 37, 2020. <<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>>.

FERREIRA, Gil Baptista. Populismo e desinformação em tempos de Covid-19 – Um estudo empírico sobre redes sociais e infodemia. Mediapolis – **Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 11 (2020): (Des)informação em tempos de incerteza: jornalismo, democracia e redes sociais. DOI: <[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_11\\_1](https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_1)>.

FILHO, Ciro Marcondes. Hora de reescrever as teorias da comunicação. **Questões Transversais. Revista da Epistemologia da Comunicação**. v. 7, n. 14, jul./dez. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **CORONAVÍRUS**: Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml?origin=folha>>. Publicado em 05/05/2021 e atualizado em 17/05/2021. Acesso em: 21/11/2021.

GARCIA, José Luis e Subtil, Felipa. Dossiê: O processo de Tecnologiação e Mediatização da Comunicação e sua Dialética Negativa. **Revista Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 15, jan./jul. 2021. ISSN: 2318-1966.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan./abr. 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A multidão é louca, a multidão é mulher: a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos [on-line]. 2013, v. 20, n. 4, p. 1491-1514. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000500004>>. ISSN 1678-4758. Acesso em: 9/11/ 2021. <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702013000500004>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carlos Chagas e a gripe espanhola**. Centro Cultural do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/noticias/carlos-chagas-e-gripe-espanhola>>. Acesso em: 21/11/2021.

MOREL, Ana P. M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

REGO, Ana Regina. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 221-232, jan./mar. 2021.

SANTOS, R. A. DOS.. O Carnaval, a peste e a ‘espanhola’. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 13, n. 1, p. 129-58, jan./mar. 2006.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura**. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

# Histórias que insistimos em ocultar: diálogo com mulheres grávidas na pandemia da Covid-19

*Cleusa Albilá de Almeida<sup>1</sup>*  
*Natally Fernanda Almeida<sup>2</sup>*

## Introdução

O presente trabalho é fruto das observações feitas no contexto pandêmico desde 2020 e das várias literaturas lidas e referenciadas em trabalho solicitadas pela graduação em Biologia na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – *campus* Cáceres.

Numa tentativa de guiar a leitura, o texto, embora curto, seguirá com as seguintes partes: a) Fundamentação teórica – aqui traduzida como um percurso para entender as questões de gênero e sobretudo a vida da mulher em seu período de gravidez e, aliado a esse estado, um diálogo com o conto: *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, da autora Conceição Evaristo (2020); b) Objetivos almejados para este trabalho; c) Metodologia. E, por fim, d) Considerações em devir, por se tratar de uma temática que concebe muitas questões de gênero e uma espacialidade na vida feminina que é a gestação e, atreladas a isso, as tensões de estar em plena pandemia, muitos questionamentos são postos e tornam desafios na escolha de vacinar ou não, ficar em casa ou buscar alternativas em espaços coletivos.

## Questões de gênero – ela em destaque

Pensar a questão de gênero é um trabalho com as particularidades vivenciadas em diferentes aspectos por razões culturais, históricas, religiosas e sociais na base do pensamento humano. As humanidades, com raízes tradicionais em suas estruturas, por muito tempo determinaram o lugar do gênero

---

<sup>1</sup> Pós-Doutora em Educação e Tecnologia (UFMT), Doutora em Ciências da Comunicação (UNISINOS), Mestra em Estudos da Cultura Contemporânea (ECCO-IL-UFMT) e graduada em Letras. É professora de Língua Portuguesa e Espanhol no IFRS – *campus* Canoas e desenvolve pesquisas sobre a literatura afrocentrada – tessituras e narrativas – no espaço da mulher negra no quilombo urbano Chácara das Rosas – Canoas – RS. E-mail: cleusa.almeida@canoas.ifrs.edu.br.

<sup>2</sup> Graduada do curso integral de Biologia na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: fernandanatally60@gmail.com.

humano em um substantivo uniforme: masculino e feminino. Essa uniformidade dos gêneros repercutiu em todas as esferas da vida social: homens de um lado e mulheres de outro. Imperando rígidos comportamentos, irredutíveis, principalmente às mulheres, deixando-as à margem do processo de participação e conquistas da sociedade dominada por homens.

Ao discutir as relações de gênero, fala-se também das relações de poder. Assim, como afirmam os autores Almeida e Sousa (2021), na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. As mulheres subjugadas e enquadradas em um sistema de obediência, submissão, diferença nas tarefas e comportamento recatado no cotidiano; aos homens a liberdade. Na mesma linha dos autores, percebe-se que, durante a pandemia, as mulheres, sobretudo as gestantes, foram submetidas aos contextos de maior vulnerabilidade, e logo após o início das vacinações em janeiro de 2021, uma nova luta é levantada: as mulheres grávidas podem se vacinar? Vão colocar em risco a vida de seus filhos? São questionamentos que incitam reflexões e ao mesmo tempo um olhar cuidadoso para essa realidade que requer maior atenção e conforto, não só material como também emocional.

Nesse percurso teórico, trazer à tona a questão de gênero e o conceito de empoderamento feminino pelas vozes de autoras negras que conseguiram alavancar assuntos jamais postos na pauta nacional e quiçá internacional e dessa forma manifestar com debates fortes e necessários, respaldando o sentido da igualdade entre os gêneros e qual o papel que a mulher deve ocupar na contemporaneidade.

Travar embates teóricos sobre o gênero não se trata de inferir sobre quem é macho ou fêmea, todavia a ideia de gênero a partir de um processo socio-histórico, político-cultural, aos quais se dão pela disputa de bens materiais e simbólicas, ou seja, nas identidades refletidas nas funções sociais estabelecidas. Conforme Butler (2010, p. 24), o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo tampouco tão aparentemente fixo quanto ao sexo. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crenças numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito.

Essa mentalidade fez com que por muitos séculos e ainda hoje, em pleno século XXI, homens tenham arraigado em sua mentalidade a diferenciação entre o homem e a mulher abreviada ao simples questionamento no sexo biológico; transfere essa concepção para o ambiente cultural e exige das mulheres comportamentos e posturas segundo um padrão definido pelo homem.

Ao longo da história, o papel da mulher foi se modificando à medida que a sociedade flexibilizou sua estrutura e os patriarcais provedores do lar foram cedendo espaço às mulheres engajadas que trabalham fora, educam filhos e administram lares. Hoje é uma realidade feminina o papel de profis-

sional bem-sucedida, apesar da discriminação e violência fazerem parte do cotidiano social ainda de muitas mulheres no mundo.

No lar, gera-se a violência doméstica contra as mulheres. No trabalho, os baixos salários e o assédio sexual e moral; na publicidade, a coisificação da figura feminina. Tudo isso é fruto de uma mentalidade machista, que deprecia a imagem da mulher e oprime diante de oportunidades e direitos que deveriam ser igualitários.

Percebe-se que com o agravamento da pandemia no Brasil de 2020 a 2022, os números de casos de violência doméstica também aumentaram bastante, uma realidade comum em todas as cidades brasileiras, não importando o cenário social.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) em “A dominação masculina”, afirma que tal dominação não é biológica, mas uma construção arbitrária do biológico que fundamenta. Desigualdade Social e de Gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços nas divisões sexuais aparentemente espontâneas.

[...] A escola, família, igreja e estado ratificam a ordem social preponderante. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais, é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculino, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

Bourdieu (2014) reforça justamente a imagem da mulher construída por séculos, em que cabe à mulher o papel do cuidado com o lar, os filhos e o marido. E assim, em uma cultura machista, o homem segue dominando os setores que formam a religião, a cultura e a política como um todo em uma sociedade.

No conto intitulado “Aramides Florença” (2020) a narrativa relata a violência contra a mulher mesmo em ato de cuidado com o filho.

[...] Estava eu amamentando o meu filho – me disse Aramides enfatizando o sentido da frase, ao pronunciar pausadamente cada palavra –, quando o pai de Emildes chegou. De chofre arrancou o menino de meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado. Só faltou arremessar a criança. Tive a impressão de que tinha sido esse o desejo dele. No mesmo instante, eu já estava de pé, agarrando-o pelas costas e gritando desesperadamente. Ninguém por perto para socorrer meu filho e a mim. Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre a cama, rasgou minhas roupas [...] (EVARISTO, 2020, p. 17).

A partir da leitura do conto, é perceptível como essa mulher continua sendo vista e tratada nos dias atuais; a violência perdura com força e com a legitimidade da sociedade que culturalmente contempla a mulher atuando justamente nesse limiar, ou seja, compete a ela o espaço do lar, do cuidar e do estar à disposição, mesmo contra o seu querer.

Com a autora Adichie (2015) relembremos o seu pedido de que é preciso fazer uma reflexão sobre a conduta da mulher de forma que não anule mais sua personalidade para atender expectativas dos outros. Faz-se necessário defender a liberdade e os direitos iguais, afirmando que as mulheres não precisam se adequar a estereótipos de masculinidade.

Já a autora Berth (2018), que se debruçou sobre tema feminismo, trazendo importantes discussões sobre o papel da mulher e o conceito de empoderamento para catalisar grandes transformações sociais em momentos importantes da história. Conforme ela, o empoderamento é processual e contínuo, um instrumento de emancipação vital para os grupos de oprimidos. E juntamente com as palavras de Sueli Carneiro (2014), quando uma mulher movimenta, todas as outras mulheres estão em movimento; assim, tanto Berth como Sueli defendem que, quando uma mulher reivindica seu direito, cobra mudança de postura, conquista mais espaço social, empodera-se e emana poder feminino para que outras também assumam uma nova postura que não seja o patriarcalismo.

## Metodologia

Este estudo é uma pesquisa de cunho qualitativo. O método qualitativo de pesquisa caracteriza-se por abordar questões relacionadas às singularidades do campo e dos indivíduos pesquisados, sendo as entrevistas narrativas um método potente para uso dos investigadores que dele se apropriam. Elas permitem o aprofundamento das investigações, a combinação de histórias de vida com contextos socio-históricos, tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam as ações dos informantes.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa significa:

[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo” e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos” (MINAYO, 2007, p. 22).

O método, palavra grega que significa caminho, será concebido, como postula Streck (2005, p. 27), como “o conjunto de procedimentos e instrumentos que permitem a aproximação com os fatos e a realidade”. Nesse sentido, o método reconfigura-se no percurso da pesquisa, mas sempre em diálogo entre a prática e o aprofundamento teórico.

Foucault diz que “assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 1997a, p. 121). Isto é, circulando em torno da ideia de circulação, ponto-chave numa formação discursiva. Já Charaudeau apresenta as dimensões implicadas na noção de formação discursiva e, ao mesmo tempo, aponta para seus componentes. “O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Pode-se dizer que o discurso circulante é o que atualiza uma formação discursiva, tornando-a materialidade. Essa se manifesta tanto em um só discurso como nos vários que se cruzam e se apoiam nela em determinado tempo e lugar. Para essa demonstração rápida em uma primeira parte de análises das vozes das mulheres entrevistadas no período de dezembro a fevereiro de 2022. O número de mulheres que responderam ao formulário foi bem abaixo do esperado, porém a pesquisadora seguirá atenta aos novos movimentos e desdobramentos da pandemia e seus reflexos na vida das mulheres grávidas da cidade de Cáceres-MT.

### **Interpretando as informações coletadas**

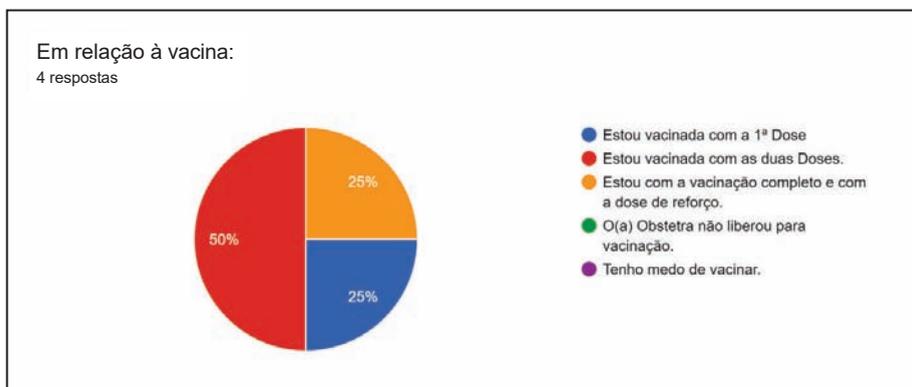
Ao falar das escrituras, faz-se necessário conhecer as mulheres entrevistadas nesse intervalo curto de tempo; para resguardar suas identidades, optou-se por nomes de frutas para nomeá-las.

Morango é um doce de simpatia, carisma e muita beleza. Reside na cidade de Cáceres-MT, ela é casada e atualmente está grávida de seu primeiro filho; sua espera pela a sua filha Moranguinho está com os dias contados, pois ela já está na fase final de gestação. Ela trabalha na clínica Dalbem, onde é um atendimento especializado à saúde da mulher e mulheres em período gestacional. Ameixa mora e trabalha na cidade de Cáceres-MT; é uma fruta linda e maravilhosa. Está casada há quase cinco anos e há dois meses atrás descobriu que está grávida de seu primeiro filho, que já era muito desejado por ela com seu marido e sua família. Após a descoberta da gravidez, Ameixa teve que tomar alguns cuidados especiais, pois a sua única forma de locomoção para ir ao trabalho era de moto e infelizmente não estava sendo um meio adequado para a sua saúde com o bebê; então ela teve que tomar algumas

providências para que ficasse tudo bem com ela e o bebê, portanto ela teve que voltar a morar com a família de seu marido, pois lá ela terá um meio de locomoção e cuidados melhores até que seu bebê nasça e voltem para o cantinho da família, onde está sendo preparada sua chegada.

Amora mora e vive na cidade de Cáceres-MT há mais de cinco anos; ela nasceu em Cáceres, mas morava no município da Bahia com sua mãe; ela decidiu voltar há pouco tempo para a cidade em que nasceu, pois a sua família paterna reside nessa cidade, e ela voltou para realizar seus estudos na universidade do estado de Mato Grosso-UNEMAT. Ela é casada há dois anos e está grávida de seu primeiro filho; ela e sua família estão muito ansiosos pela chegada dessa criança; faltam menos de dois meses para o seu nascimento. Amora terminará sua vida acadêmica com o grande amor de sua vida em seus braços e assim iniciará um novo ciclo em sua vida. Laranja é uma fruta doce e maravilhosa; ela mora no interior de Porto Esperidião na Vila Cardoso-MT. Laranja está casada há quase 8 anos e está grávida de seu quinto filho; depois de muitas tentativas para ter uma menina, agora sim ela está muito feliz por ter uma Laranjinha, pois ela já tem quatro filhos homens e agora em seguida uma filha mulher. Laranja com seu marido e seus filhos moram e trabalham em uma fazenda, levam a vida muito felizes, pois o lugar é maravilhoso. Laranja tem 23 anos e há pouco tempo terminou os seus estudos do Ensino Médio completo na região do interior onde mora.

As experiências narradas pelas entrevistadas trazem à tona vários aspectos a serem pautados nas discussões de gêneros, mas nos interessava enquanto pesquisadoras entender a relação das mulheres com a vacina; das quatro mulheres que responderam à pesquisa, todas já foram vacinadas conforme o gráfico abaixo:



## Considerações finais

O debate sobre a questão de gênero e o lugar que a mulher ocupa nessa discussão é fundamental para que a sociedade reveja seus conceitos, seus paradigmas, seus modelos de comportamento em relação aos gêneros, compreendendo que os gêneros masculino e feminino são construção social. Também é necessária uma educação renovada, arraigada na concepção de igualdade de gêneros e na divisão igualitária dos direitos e deveres entre homens e mulheres. Só assim se terá uma sociedade mais harmoniosa, justa, tolerante e pacífica, onde o único gênero existente será o gênero humano.

## Referências

- ADICHIE, Chimmanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, C. A. *et al.* **As Literaturas que movem e remontam às experiências sensíveis das Interartes**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Literatura Comparada, Seminário de Dissertações e Teses e Ciclo de Palestras: Perspectivas no Estudo em Periódicos. Disponível em: <[https://www.canva.com/design/DAExTrX3XTc/N117E1-DYDBO0xY0uDRKXQ/view?utm\\_content=DAExTrX3XTc&utm\\_campaign=designshare&utm\\_medium=link&utm\\_source=sharebutton](https://www.canva.com/design/DAExTrX3XTc/N117E1-DYDBO0xY0uDRKXQ/view?utm_content=DAExTrX3XTc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=sharebutton)>.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. As raízes da violência na sociedade patriarcal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a12.pdf>>. Acesso em: 17/02/2022.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

## Segunda Parte

### Tensões Contemporâneas

# A invisibilidade da Mulher Quilombola e a luta por seus direitos

*Naryanne Cristina Ramos Souza*<sup>1</sup>

## Introdução

As comunidades quilombolas têm tido maior visibilidade enquanto sujeitos de múltiplos reconhecimentos normativos nos últimos anos devido às suas lutas pela garantia de seus territórios e de respeito a seu modo de vida. Ao falarmos das mulheres quilombolas, é necessário analisar o grupo de pertencimento das mulheres quilombolas, ou seja, as comunidades quilombolas, para assim adentrar na sobreposição tríplice que se afigura para elas: raça, gênero e pertencimento a uma comunidade tradicional.

Assim, importa mencionar a interseccionalidade<sup>2</sup> que essa questão apresenta, visto que envolve múltiplas diferenças, desigualdades e invisibilidade. Ao considerar a situação da mulher quilombola, é evidente a existência de pelo menos três abordagens que necessariamente se articulam. Desse modo, a ideia de interseccionalidades e/ou categorias de articulação possibilita o uso de mecanismos analíticos capazes de ampliar o olhar para as diferenças entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e até mesmo entre homens e homens.

Ao analisar os direitos das ditas “minorias” na Constituição Federal de 1988, com seus principais avanços para as populações vulneráveis da sociedade, e retratadas a força e a luta das mulheres quilombolas por reconhecimento e visibilidade, principalmente diante da discriminação, opressão e privação, pretende-se constatar quais são as condições sociais e econômicas em que as mulheres quilombolas vivem e entender qual o papel que exercem

---

<sup>1</sup> Quilombola, Advogada e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: naryanneramos@gmail.com.

<sup>2</sup> Interseccionalidade para Akotirene (2019) é um “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias. De forma perspicaz, a autora apresenta a leitores e leitoras o que é interseccionalidade sob o ponto de vista feminista negro, articulando diversas contribuições de intelectuais. Ela chama atenção também para a apropriação do conceito por instituições, movimentos sociais e correntes teóricas que, em muitos casos, além de negar a autoria feminista negra, utilizam a interseccionalidade para criminalizar corpos negros.

na proteção dos direitos territoriais e culturais de suas comunidades (SOUZA; ARAUJO, 2014).

Diante do exposto, verificadas todas essas questões sob o ponto de vista do ordenamento jurídico e dos princípios decorrentes do Estado Social Democrático de Direito, as perspectivas sociais e econômicas das mulheres quilombolas serão melhor analisadas, a fim de verificar o que tem sido feito para a garantia de seus direitos, avanços e retrocessos.

### **Um Panorama Geral das Comunidades Quilombolas**

O termo quilombo, na acepção jurídica atual usada pelo Estado brasileiro, veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como a ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata.

Assim, as Comunidades Quilombolas são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, consoante o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e o art. 2º, caput, do Decreto 4887/2003.

Ressalta-se que os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de autoatribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotada pela Convenção da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (CONAQ, 2021).

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, atualmente existem cerca de 6.000 quilombos no Brasil nos 26 estados da Federação; aproximadamente 3.386 são certificados pela Fundação Palmares e apenas 181 são titulados (139 por governos estaduais, 39 pelo governo federal e 3 por governos estaduais e federal conjuntamente).

Dessa forma, o direito dos quilombolas ao território está associado ao direito à preservação de sua cultura, organização social específica e o bem viver, ou seja, o poder público, ao proceder à titulação, deverá fazê-lo respeitando as formas próprias que as comunidades quilombolas utilizam para ocupar os seus territórios. Para que sejam protegidos e respeitados os modos de viver, criar e fazer das comunidades quilombolas, é preciso garantir a titulação de seus territórios para permitir sua reprodução física e cultural.

De acordo com números oficiais, existem 214 mil famílias vivendo em localidades remanescentes de antigos quilombos com quase 1 milhão de pessoas. Desse total, 92% declaram-se pretos e pardos e, diz o Ministério do Desenvolvimento Social, 75% vivem em situação de extrema pobreza. Um número alto diante da média nacional de 8,5%. Nenhum indicador é favorável a eles. Ao cruzar dados do Desenvolvimento Social, do Censo 2010 e de outras instituições do governo, a Fundação Palmares, responsável pelo reconhecimento oficial dessas comunidades, constatou que 76% não dispõem de coleta de esgoto, 63% vivem em casas com piso de terra batida, 62% não têm acesso a água encanada e 24% não sabem ler e escrever (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2014).

Verifica-se que a população negra, em qualquer região do território nacional, apresenta as maiores taxas de analfabetismo, desemprego, doenças e baixa renda e, conseqüentemente, menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quando esses dados são comparados aos demais grupos étnicos no Brasil (CONAQ, 2020).

Em suma, é por meio da luta da titulação das comunidades que a mulher quilombola realiza diversos papéis importantes para a sobrevivência da sua comunidade, sua cultura e da própria subsistência de seus descendentes.

## **Uma Abordagem Interseccional da Mulher Quilombola**

Falar da mulher quilombola e de seu papel na sociedade não se restringe ao reconhecimento da luta das mulheres negras em geral, porém o empoderamento dessas perpassa as referências históricas na medida em que constituem uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade. É nesse sentido que as identidades se sobrepõem, se entrecruzam e se acumulam, viabilizando a análise por uma perspectiva interseccionalizada (DEUS, 2011, p. 110).

Assim, a proposta de Kimberlé Crenshaw quanto à interseccionalidade reflete bem o acúmulo de identidades que interagem e moldam a múltipla experiência de ser mulher quilombola.

Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero

ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesma naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão (CRENSHAW, 2002, p. 174).

A discriminação interseccional pode revelar-se, particularmente difícil de ser identificada, tendo em vista o contexto das forças econômicas, culturais e sociais que silenciosamente moldam o pano de fundo de outros sistemas de subordinação das mulheres (SOUZA; ARAUJO, 2014). Segundo Crenshaw (2002, p. 175), “por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível”.

Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesma naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de superinclusão e de subinclusão (CRENSHAW, 2002, p. 174).

Dadas as considerações, é nítido então que as mulheres quilombolas, por ser racialmente marcadas, sofrem com o que se pode chamar de subordinação interseccional, pois têm suas vidas moldadas e controladas pelos nexos de gênero, raça, cor, etnia e outros eixos de subordinação.

No caso das mulheres negras e suas lutas, é possível afirmar que as ações de resistência à escravidão, tanto as cotidianas de confronto entre senhores e escravos como as fugas individuais e coletivas, além dos assassinatos de escravocratas e revoltas lideradas por africanos e afro-brasileiros, foram as primeiras formas de organização da luta contra-hegemônica. De acordo com Werneck (2012), em que pese a pouca importância que se dá à atuação feminina, “todas tiveram expressiva participação de mulheres em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação entre diferentes grupos”.

## **A Vida da Mulher Quilombola e a Luta por Direitos**

Conforme os estudos de feministas negras, desde o início do século XX, as ações de lideranças femininas e sua organização no Brasil e no exterior, como na América Latina e no Caribe, colaboraram com os debates em instituições privadas e públicas sobre questões pertinentes a seu grupo étnico, sobretudo através da criação de propostas políticas e projetos sociais, tanto em nível nacional como internacional, para assegurar a essa população políticas de acesso à mobilidade social (SOUZA; ARAUJO, 2014).

As opressões estruturais reproduzidas historicamente impulsionaram o movimento feminista em busca de discussões das questões vinculadas à vida privada como aspectos políticos, demonstrando a complexidade das relações sociais (como sexualidade, violência de gênero, trabalho doméstico, etc.). Na luta por direitos, as mulheres quilombolas ainda buscam romper com a indiferença em torno de questões cotidianas, trazendo-as como demandas para a esfera pública (RIBEIRO, 2008, p. 98).

Na sociedade em que vivemos, sob uma organização ocidental descendente de uma cultura patriarcal, machista, conservadora e centralizadora, o papel da mulher ainda é marcado pela submissão e, prioritariamente, pela responsabilidade em relação aos afazeres domésticos e desenvolvimento dos filhos. Ao homem, por sua vez, cabe o sustento da casa, sendo o principal responsável pela manutenção material da família. Com as mulheres quilombolas não é muito diferente. Existem casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade gera novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade e retomando a história passada, mas nem sempre é assim, e em tantos outros a participação feminina é precária (SOUZA; ARAUJO, 2014).

Percebe-se que muitas mulheres das comunidades quilombolas correspondem a chefes de família, assumindo a responsabilidade pelo sustento dos filhos e do marido desempregado ou que recebe um salário inferior ao dela. Entretanto, apesar de quase todas essas comunidades apresentarem fortes traços matriarcais, em muitos casos, as mulheres são submissas e dependentes de seus maridos e companheiros, ainda que elas sejam as responsáveis diretas pela reprodução financeira familiar (SOUZA; ARAUJO, 2014).

Ademais, a relação intrínseca entre o trabalho das mulheres quilombolas, quase sempre ligado à lavoura e à preservação do território como um meio ambiente natural, indica outro papel de grande importância exercido por elas, qual seja, a proteção dos direitos culturais na construção de uma gestão ambiental dos recursos naturais para o bem viver em sua comunidade. Como exemplo dessa relação, temos a Festa da Banana, que ocorre na Comunidade de Ribeirão da Mutuca em Mato Grosso. A atividade visa à valorização do território, das práticas de roçados naturais das famílias, do trabalho,

da produção de alimentos saudáveis, mas sobretudo aproximar as famílias de sua história e cultura.

Os quilombolas são detentores de uma riquíssima biodiversidade natural e cultural, são conhecedores do plantio de diversas culturas, de plantas com grande poder medicinal, usadas há gerações por seus antepassados e preservadas por suas tradições. Ademais, possuem uma biodiversidade cultural evidente, que muitas vezes se perde por falta de proteção, de orientação e principalmente pela intervenção do homem branco, que acredita que sua cultura dominante é a única correta, desmerecendo muitas vezes a tradição do quilombola ou de outras comunidades (SPAREMBERGER; COLAÇO, 2008, p. 719).

Diante disso, é importante resgatar as funções que a mulher quilombola desempenhava nos primórdios das formações dos quilombos, nos idos do século XVII, quando era respeitada como líder e tinha a última palavra na discussão dos problemas políticos e ambientais. Como exemplo a Rainha Tereza, que viveu no século XVIII às margens do rio Guaporé em Vila Bela da Santíssima Trindade/MT e por mais de 20 anos liderou mais de 3 mil pessoas no combate à escravidão, gestou a comunidade em todas as áreas através de um regime parlamentar e deixou um legado para toda a população negra.

Hoje, a participação política das mulheres quilombolas é muito restrita, decorrente justamente de razões racistas, patriarcais e culturais, e muito semelhante à das mulheres como um todo na sociedade brasileira.

Alvo de perseguição masculina no período escravocrata, as mulheres eram arrancadas do seio de seu povo para servir aos senhores de engenho como escravas ou concubinas. Ocorre que hoje as mulheres quilombolas ainda vivem numa sociedade marcada pelo preconceito e pela falta de oportunidades tanto no campo de trabalho como no campo social, educacional, político e histórico. Aos olhos da sociedade, as mulheres quilombolas estão abaixo da última das camadas da sociedade. Quilombolas, pobres, discriminadas, excluídas, invisíveis, mão de obra escrava em plantios de cana-de-açúcar, algodão e outras culturas. Assim, pensando também em um dos princípios mais importantes do Direito Ambiental – o princípio do desenvolvimento sustentável –, a mulher quilombola contribui de forma marcante para uma vida sustentável de suas comunidades, lutando contra a intolerância, o preconceito, a desigualdade e a falta de oportunidades. Diante de tal contexto, a mulher quilombola é uma guerreira, cria seus filhos, preserva sua origem, é mãe e educadora e ainda preza pela sustentabilidade de suas comunidades. Portanto é evidente a necessidade de reconhecimento dos direitos fundamentais da mulher quilombola, bem como de sua importância para o desenvolvimento e para a sustentabilidade social e ambiental (SPAREMBERGER; COLAÇO, 2008, p. 720).

Segundo Ignacy Sachs (2000), a mulher tem um papel importante na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo/de sua comunidade, pois ela contribui para o ecodesenvolvimento e para uma gestão eficiente de tais recursos, principalmente diante da necessidade dessas comunidades de se autossustentar economicamente nos cenários local e mundial.

Entretanto, no que tange às principais normas que abordam temas relacionados às mulheres, trata-se de uma legislação que se encontra dispersa em diversos domínios (previdenciário, penal, trabalhista, acordos internacionais, entre outros). Esse caráter fragmentado faz com que as mulheres quilombolas vivam em absoluto desconhecimento de seus direitos e, não raramente, de sua própria condição.

O fato de não existir instrumento jurídico protetivo dirigido especificamente a elas, não deveria ser justificativa para a não existência de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres quilombolas. No entanto o que se encontra hoje são políticas públicas frágeis e para casos isolados.

Diante da falta de garantia de direitos pelo Estado e com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias organizações quilombolas do Brasil, entre os dias 13 e 15 de maio de 2014 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas em Brasília. O encontro foi um passo importante no empoderamento das mulheres quilombolas em suas mais variadas formas, gestos e manifestações, enfrentando a desigualdade racial, social, de gênero, geração e etnia (CONAQ, 2014).

Refletindo sobre a violência que as mulheres quilombolas enfrentam, na Carta Política do I Encontro, a CONAQ (2014) afirmou que as políticas públicas deveriam ir além da relação homem/mulher e que a Lei Maria da Penha deveria adequar-se ao contexto das mulheres quilombolas, pois a violência doméstica é um dos principais problemas nas comunidades.

Contudo existem ainda outras formas de violência que também devem ser enfrentadas, tais como a falta de proteção das lideranças femininas, os impactos pelos grandes empreendimentos, o abuso sexual, drogas, poluição ambiental, ausência de consulta às comunidades sobre políticas que as envolvem, discriminação e racismo institucional. E nesse sentido nota-se que as políticas que existem são insuficientes para atender a demanda de tantas necessidades particulares desse grupo, que carrega consigo a responsabilidade de transmissão da cultura de seu povo para as próximas gerações (CONAQ, 2014). Conforme o texto da Carta Política (2014):

[...] Em nome de tantas mulheres quilombolas que se encontram privadas de sua liberdade, ameaçadas de morte e por todas que tomaram na luta, que tiveram seu sangue derramado pelo conflito

agrário, pela violência doméstica; em nome de cada menina que nasce; em nome de cada mulher que assume o papel de transformar a sociedade racista, machista, patriarcal, é que construímos este momento para trocar experiências, histórias, recarregar as energias e continuar transformando o destino e a escrever as páginas da história das mulheres que têm memória, cultura e alma.

Portanto, da invisibilidade das mulheres quilombolas, um passo foi dado para desconstruir o machismo e o racismo. Apesar da proteção jurídica fragmentada e pouco efetiva, bem como da ausência de políticas públicas específicas, a mobilização das próprias mulheres quilombolas as têm direcionado a novas perspectivas sociais e econômicas. Assim, o empoderamento das mulheres quilombolas é a chave que possibilitará a ocupação dos espaços de poder político; e não pode ser uma luta só delas, mas uma conquista que deve ser alcançada para toda a sociedade em prol da justiça social, da igualdade e equidade.

### **Considerações finais**

A trajetória da luta do movimento negro, feminista e de mulheres quilombolas vem de passos longos, retomando o período da escravidão no Brasil, e a partir das considerações apresentadas, percebe-se que os avanços caminham a passos lentos, sobretudo com relação à proteção jurídica específica e à implementação de políticas públicas efetivas.

Nesse cenário, as desigualdades de gênero, classe e raça são desafios rumo a uma democracia inclusiva, que abarque os mais vulneráveis, sobretudo aqueles que sofrem com a discriminação interseccional. Obviamente, as mulheres quilombolas não podem mais ser vítimas de uma opressão que se apresenta em pelo menos três abordagens diferentes.

No caso, a necessidade de novas perspectivas sociais e econômicas revela-se, principalmente, na luta das mulheres quilombolas por representação nos espaços de poder, pois só com a participação política dessas mulheres serão promovidas ações estratégicas eficazes que visem à garantia de políticas públicas na perspectiva da equidade. Embora já existam representantes nas próprias comunidades, o que ainda pode ser mais efetivo e trabalhado, é preciso que haja representação em todas as esferas, seja no Judiciário, no Executivo ou no Legislativo.

O déficit na democracia brasileira, quando o olhar é direcionado à população quilombola, deve ser superado, para que não haja mais sub-representação nas esferas de poder. Para tanto, a proteção jurídica e as políticas públicas precisam caminhar a passos mais céleres, a fim de que se construa uma sociedade mais justa e igualitária em questões de gênero e raça. É necessário

que aconteça uma verdadeira modificação social que transforme a democracia, supere as desigualdades sociais e econômicas e acabe com a injustiça de gênero, de raça e de classe.

## Referências

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

BRASIL. Câmara do Deputados. **Legislação da mulher** [recurso eletrônico]. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, Série legislação, n. 93, 2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher>>. Acesso em: 24/11/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24/11/2021.

BRASIL. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2004**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 24/11/2021.

BRASIL. **SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**. Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais. 2003. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/>>. Acesso em: 24/11/2021.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas. In: **Combate Racismo Ambiental**. Blog da Tania Pacheco. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/carta-do-5o-encontro-das-comunidades-quilombolas-conaq/>>. Acesso em: 24/11/2021.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/>>. Acesso em: 24/11/2021.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, 1/2002.

DEUS, Lia Maria dos Santos. Mulheres negras e empoderamento. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (orgs.). **Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Série O Direito Achado na Rua, v. 5. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, P.B; ARAUJO, K.D. **A Mulher Quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2014.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; COLAÇO, Thaís Luzia. O direito das minorias na constituição brasileira: o papel das mulheres indígenas na preservação ambiental e sustentável de suas comunidades. In: PESQUISA, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em (org.). **XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI: Cidadania e Efetividade dos Direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 718-732.

POTIGUARA, Eliane. **Desafio sobre gênero na questão indígena**. Disponível em: <<http://www.elianepotiguara.org.br>>. Acesso em: 24/11/2021.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Criola. Fundação Heinrich Böll.

# O sistema de proteção legal à mulher imigrante em situação de violência doméstica: análise crítica acerca do pertencimento da mulher migrante<sup>1</sup>

*Cristiano dos Anjos Lopes<sup>2</sup>*

## **A igualdade de gênero e o tratamento dispendido pelas Constituições brasileiras**

De proêmio, ao estudarmos a igualdade de gênero num contexto de relação entre os direitos humanos e a norma constitucional, mister a compreensão do tratamento dispendido nas diversas Constituições brasileiras e seu respectivo momento histórico, social, político e econômico, bem assinalado por Harbele (1997) ao afirmar que a Constituição é o espelho e a luz da sociedade e, como nos ensina Bobbio (2004, p. 16), “o problema filosófico dos direitos do homem não podem ser dissociados do estudo dos problemas históricos, sociais, econômicos, psicológicos inerentes a sua realização”.

Imperioso se faz destacar no plano internacional a Declaração de Direitos da Virgínia (1776) e a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) por serem marcos históricos no combate à desigualdade de gênero, reconhecendo a condição de vulnerabilidade da mulher e sua influência no ordenamento jurídico ora vigente.

No contexto interno, ratificando a importância da Constituição ao Estado, nasce a visão de Konrad Hesse (1991), que deu dignidade à Constituição, defendendo sua força normativa e, por consectário lógico, seu efeito irradiador e modular ao ordenamento jurídico.

Daí, falar de Constituição é cuidar da materialização da atuação de Poder Constituinte originário e, logo, como se verá adiante, o tratamento dispendido à mulher seria espelho do contexto histórico, social e político da época.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar de parte deste artigo foi anteriormente apresentada no I Encontro de Direitos Humanos: Conquistas, Retrocessos e Desafios em tempos de COVID-19, realizado pela Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT entre 3 e 5 de junho de 2020 em Alta Floresta (MT).

<sup>2</sup> Aluno especial do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso. Psicólogo e Bacharel em Direito. Especialista em Avaliação Psicológica. E-mail: c.anjoslopes@hotmail.com.

A primeira Constituição brasileira, Constituição de 1824, “apenas se referia à equidade” (MELO, 2001, p. 156); à revelia dos movimentos femininos na Europa, tratava a mulher nos moldes do Brasil Colônia, distante do conceito de cidadão e com foco na família e atividades domésticas.

Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana; ela trazia expressamente no Art. 72, § 2º a igualdade de todos perante a lei. Todavia a expressão todos não se referia às mulheres, embora também não as excluísse expressamente. Não havia nenhuma referência às mesmas no texto constitucional, ou seja, elas continuavam excluídas, principalmente dos direitos políticos, embora o assunto já estivesse sendo mais discutido dentro e fora do país, inclusive judicialmente, o que foi corrigido somente em 1932 com o código eleitoral (decreto nº 21.076), que concedeu o direito de voto às mulheres.

Posterior à Primeira Guerra Mundial, foi promulgada a Constituição de 1934, a “Constituição popular” (MELO, 2001, p. 156), que foi caracterizada por importantes conquistas sociais das mulheres, tais como o voto, o acesso a cargo público remunerado e a expressa igualdade de gênero, Art. 113, I, além de outros avanços incorporados posteriormente a esse texto constitucional. Historicamente, tal período foi caracterizado pela I Conferência Internacional do Trabalho, evento internacional relevante para o ordenamento jurídico, pois culminou com o início da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 (CLT).

Em 1937, foi outorgada uma nova Constituição federal, essa decorrente de um golpe de Estado. Evidentemente, foi menos protetiva à mulher, foram retirados direitos, como por exemplo o descanso anterior e posterior ao parto, e incluídas obrigações, como o serviço militar obrigatório para as mulheres.

Posterior à Segunda Guerra Mundial, foi promulgada a progressista Constituição Federal de 1946 (MELO, 2001, p. 157), que trouxe diversas melhorias no que se refere à igualdade de gênero, tais como: obrigatoriedade do voto para os homens e mulheres; igualdade salarial no desempenho do mesmo trabalho; proibição das mulheres trabalharem em locais insalubres; direito a descanso para a mulher gestante antes e após o parto; assistência previdenciária em favor da maternidade; igualdade no acesso a cargo público; exclusão das mulheres do serviço militar obrigatório. Foi durante essa Constituição que se deu a Declaração Universal dos Direitos dos Homens em 1948.

A Constituição Federal de 1967 e Emenda constitucional nº 1 de 1969 não promoveram significativas alterações no texto constitucional anterior, como afirmou o ministro Marco Aurélio de Melo, “permaneceu-se na vala da igualização simplesmente formal” (MELO, 2001, p. 158), destacando-se o aspecto previdenciário com a alteração do tempo de contribuição de 35 para 30 anos para a mulher. Essa foi a última Constituição anterior àquela que hoje vigora: a Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 possui relevante significado histórico e social por se tratar de um símbolo associado à redemocratização brasileira, à

institucionalização dos direitos humanos no Brasil e à escuta dos anseios sociais internos, o que promoveu profundas alterações no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, sustenta Fachin:

[...] O constituinte de 1988 erigiu a pessoa humana como valor supremo do ordenamento jurídico. A escolha refletiu a prevalência da concepção humanista, que permeia todo o texto constitucional. A dignidade da pessoa humana é o valor fundante do Estado brasileiro (art.1º, inciso III) e inspirador da atuação de todos os poderes do Estado e do agir de cada pessoa. Tal valor está presente, de modo expreso ou implícito, em todas as partes da Constituição (FACHIN, 2019, p. 208).

O princípio da igualdade, independente do sexo, também teve do constituinte originário tratamento especial, sendo considerado clausula pétrea (art.60, § 4º), não sendo autorizada qualquer tentativa de abolir ou reduzir sua proteção, como se pondera adiante.

Rui Barbosa assinalou, em “Oração aos moços”, que, com o que concordou Mello (1999, p. 26):

A parte da natureza varia ao infinito. Não há, no universo, duas coisas iguais. Muitas se parecem umas às outras. Mas todas entre si diversificam. Os ramos de uma só árvore, as folhas da mesma planta, os traços da polpa de um dedo humano, as gotas do mesmo fluido, os argueiros do mesmo pó, as raias do espectro de um só raio solar ou estelar. Tudo assim, desde os astros, no céu, até os micróbios, no sangue, desde as nebulosas no espaço, até aos aljôfares do rocio na relva dos prados. A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.

Destaca-se ainda na Constituição de 1988 a efetiva aproximação do ordenamento jurídico brasileiro aos tratados internacionais. Segundo Piovesan (2020), foram diversos os instrumentos internacionais que influenciaram nossa atual Constituição Federal, tais como a Convenção sobre a eliminação da Discriminação contra a Mulher de 1979.

O avanço no sentido da igualdade entre homens e mulheres na Constituição de 1988 estava presente em diversos dispositivos, entre os quais a explícita expressão da igualdade de gênero no consagrado Art. 5º, I, segundo qual:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Outro relevante avanço presente no texto constitucional refere-se ao tratamento dado à mulher na família. No novo texto constitucional estavam reconhecidas a união estável, a equiparação dos papéis do homem e da mulher na família e consagrado o dever do Estado de proteger as relações familiares.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Nesse sentido, a Constituição 1988, “dita por Ulisses Guimarães como cidadã, mas que até hoje assim não se mostra não por deficiência do respectivo conteúdo, mas pela ausência de vontade política de implementá-la” (MELO, 2001, p. 159).

### **A violência contra a mulher imigrante**

A questão da migração exige uma compreensão das questões culturais, étnicas, econômicas e históricas que podem retratar a dimensão dessa crise humanitária no cenário global e local, que levou ao número recorde de 272 milhões de migrantes no mundo, segundo o Relatório de Migração Global da ONU (2020).

A violência doméstica de gênero exige o entendimento de que as causas desse tipo de violência estão alicerçadas na lógica da construção social dos gêneros feminino e masculino de forma sexista, machista e patriarcal. Nesse sentido, fica clara a compreensão de que a violência contra a mulher não existe em um único contexto, mas, ao contrário, ela pode ser vivenciada de diferentes formas de opressão e controle social, baseadas em diferentes

sistemas de poder, tais como raça, etnia, orientação sexual, gênero, classe social, entre outros (DUARTE; OLIVERA, 2012). Nesse contexto, uma mulher imigrante indígena pode estar em situação de violência pelo seu cônjuge por ser mulher e pelo sistema por ser imigrante, situação essa que qualifica sua condição de vulnerável.

Vergueiro, Saad, Macedo, Barrientos, Silva e Braga (2019), ao tratarem acerca da percepção das mulheres imigrantes vítimas de violência, destacam o quanto a percepção acerca do fato pode variar, dependendo do tipo de violência tratada. Violências físicas são mais perceptíveis, mas nem sempre levam a pedidos de ajuda. Violências psicológicas são menos perceptíveis, principalmente pela ausência de conhecimento sobre esse tipo de situação. Sobre as mulheres imigrantes, a situação de violência é agravada por questões como idioma, situação de rua, dificuldade de acesso a empregos, ausência de redes de apoio como a família, variáveis essas que dificultam a capacidade de defesa das mulheres, tornando esse público ainda mais vulnerável. O próprio acesso desse público ao sistema de saúde, que poderia ajudar na identificação das violências, todavia, mesmo quando acionado pela falta de cuidados culturalmente congruentes, as imigrantes não são acolhidas ou reconhecidas.

Duarte e Oliveira (2012), Vergueiro, Saad, Macedo, Barrientos, Silva e Braga (2019) destacam o processo de feminização nas migrações, indicando não somente mudanças nas estratégias migratórias, mas no papel da mulher, agora como sujeito de mudança migratória, mas com um enorme efeito colateral; as mulheres no processo migratório deixaram de ser invisíveis e passaram a ser demonizadas (GASPART, 1998), o que interfere na forma como as autoridades percebem esse público vulnerável, o que leva a dificuldades na procura por ajuda ou apoio principalmente por questões associadas à sensação de ilegalidade, à dificuldade de idioma, ao medo de represálias, medo da deportação e medo de perder os filhos.

O desconhecimento dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica é um problema geral em nosso território, mas se torna mais grave ainda para as imigrantes, principalmente em decorrência do isolamento social por elas enfrentado.

Um elemento de relevância nesse contexto é o medo das mulheres de expor seu companheiro agressor a um sistema de justiça preconceituoso, que vai exigir delas o que elas não possuem, como um documento de identidade válido no país, um endereço residencial, uma autorização legal para estar no Brasil ou um trabalho ou profissão.

O imigrante sofre, em geral, diversos tipos de violações de direitos humanos, mas as mulheres sofrem na invisibilidade e de forma específica. Segundo a ONU Mulher (2017), uma em cada cinco mulheres imigrantes sofre violência sexual, além de diversos outros tipos de violências, como, por exem-

plo, prisões arbitrárias, sequestros, extorsões, desaparecimentos forçados, entre outros, merecendo destaque o tráfico de pessoas para exploração sexual.

Nesse sentido, a discussão promovida por Arendt (1989) acerca da previsão normativa abstrata dos direitos humanos que se mostra insuficiente e que é verdadeira falácia falar que os homens nascem livres em igualdade, quando, na verdade, eles se tornam livres a partir do pertencimento a dada sociedade e do que chama de “direito a ter direitos”, que significa participação política.

A autora fala em verdadeiro paradoxo, assinalando a importância do direito à vida pública, ao exercício da cidadania, nela incluído o direito ao acesso ao sistema de justiça, obtemperando que:

O paradoxo da perda dos direitos humanos é que essa perda coincide com o instante em que a pessoa se torna um ser humano em geral – sem uma profissão, sem uma cidadania, sem uma opinião, sem uma ação que se identifique e se especifique – e diferente em geral, representando nada além da sua individualidade absoluta e singular, que, privada de expressão e da ação sobre o mundo comum, perde todo o seu significado (ARENDR, 1989, p. 336).

Essa afirmação esboça a vivência prática da autora, vítima do nazismo, exemplo das maiores atrocidades cometidas contra o ser humano, em que se tinha as pessoas deslocadas, apátridas pelo simples fato de ser judeus, pondo em cheque o caráter universal dos direitos humanos. Logo a ideia de ter “direito a ter direitos”, de pertencimento a dada comunidade e nela poder participar, ser sujeito de direitos como condição de ser titular dos direitos humanos.

De fato, a mera condição de pessoa nos parece, no plano ideal, deveria ser o único requisito à titularidade de direitos humanos, fundamentais, entretanto, como bem ponderado por Arendt (1989), e se pode trazer para nossa realidade atual, observa-se que sujeitos em instrumentos para a sociedade não são cidadãos, “sujeitam-se” às regras impostas sem contestá-las, de modo que os homens se tornam iguais e não nascem iguais.

Nesse contexto, há a associação da noção de dignidade a ter “direito a ter direitos”, à capacidade de agir em comunidade, sendo fundamento dos direitos humanos que toda pessoa deve ter sua dignidade respeitada e preservada.

### **A nova Lei de Migração**

A tutela dos direitos dos imigrantes no Brasil hoje, do ponto de vista normativo, é o resultado de um conjunto de avanços legais obtidos nos últimos anos, destacando-se a lei 13.445, de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração, que estabeleceu um conjunto de princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas para o imigrante (MENDES; BRASIL, 2020).

A necessidade de um arcabouço normativo voltado para o migrante na legislação brasileira que fosse mais adequado às políticas de direitos humanos veio ganhando força a partir da década de 1980 com o processo de emigração de brasileiros para América do Norte e Europa e se agravou a partir de 2010 com a imigração principalmente de bolivianos, paraguaios e haitianos para o Brasil (OLIVEIRA, 2017).

As leis vigentes até a entrada em vigor da Lei de Migração eram caracterizadas pelo excesso de restrições ao estrangeiro, baseadas principalmente na discriminação e na desconfiança. Oportuno ressaltar que a Lei de Migração revogou a Lei 818 de 1949 e a Lei 8.615 de 1980, sendo essa última um conjunto normativo do Regime Militar, baseado na segurança nacional, que tratava o imigrante como uma ameaça ao Estado brasileiro.

Avanços foram obtidos, como por exemplo a assinatura do Brasil na Convenção Contra o Crime Organizado e Tráfico de Pessoas de 2004, mas retrocessos também foram identificados, como a não assinatura da Convenção sobre o Direito dos Trabalhadores Migrantes (Convenção 97 da ONU). O próprio art. 5º da Constituição Federal, em sua redação ao falar da igualdade, refira-se somente ao “estrangeiro residente”, o que era uma limitação à efetivação dos direitos humanos do migrante em solo brasileiro. O avanço veio com o entendimento extensivo do STF de que a igualdade a que se referia o legislador também alcança aqueles que não são residentes, em conformidade com a Declaração dos Direitos Humanos.

Os projetos de lei que surgiram entre 2013 e 2014, que tinham como autores diferentes órgãos e instituições ligados ao governo federal, buscavam basicamente alterações que favorecessem a economia local, regulamentando a mão de obra estrangeira no país e um outro grupo de propostas, baseadas na concessão de direitos e garantias fundamentais aos migrantes. Diversas foram as divergências entre os diversos setores da sociedade, entre os poderes e dentro do próprio Executivo e Legislativo, a ponto da Lei 13.445/2017 ter sido aprovada com 20 vetos presidenciais relevantes, podendo ser considerada, ainda assim, um avanço legislativo.

As inovações da Lei de Migração já aparecem em seu Art 1º ao tratar dos diversos tipos de mobilidade humana, ao tratar o imigrante do ponto de vista do tempo de permanência e ao mostrar acolhimento à questão do emigrante no exterior, bem como ao definir de forma clara e objetiva o conceito de “visitante” e “apátrida”.

Guerra (2017) destaca a importância do deslocamento discursivo decorrente da mudança da terminologia “estrangeiro” para “migrante” e “visitante”, conferindo mais alinhamento do texto normativo com as políticas internacionais de Direitos Humanos. Tal alinhamento, inclusive, trouxe para a Lei de Migração novos princípios, tais como a universalidade, indivisibilidade, repúdio a qualquer forma de discriminação, entre outros (MENDES; BRASIL, 2020).

Mas é nos artigos 3º e 4º que encontramos o ponto de maior relevância para o estudo em conteúdo. O Art. 3 da Lei 13.445/17 traz os princípios e diretrizes da política migratória brasileira. São vinte e dois incisos, cuja natureza está alicerçada no tratamento. O artigo destaca a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos Direitos Humanos, repudia a xenofobia e toda e qualquer forma de discriminação, a não criminalização da migração, a promoção da entrada regular, a regularização documental, a acolhida humanitária, o direito a reunião familiar, o desenvolvimento econômico, a igualdade de tratamento e oportunidade para o imigrante, a inclusão do imigrante via políticas públicas, o acesso do imigrante de forma igualitária à saúde, segurança, educação e assistência social, cooperação internacional com os Estados de origem do imigrante, desenvolvimento das regiões de fronteira, proteção integral e atenção superior ao interesse da criança e adolescente imigrante, entre outros.

Já o Art. 4º garante ao imigrante em todo o território nacional, em condições de igualdade, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, destacando ainda os direitos a reunião familiar, proteção, associação, acesso a serviços de saúde, assistência social, assistência jurídica, educação, obrigações trabalhistas, informação, entre outros.

Percebe-se que a mulher imigrante está equiparada em gênero aos homens e aos nacionais. Em casos de violência, tem direito de acesso à saúde, à segurança, à assistência jurídica e ao serviço social. Seus filhos têm direito à proteção e integral e atenção superior acerca de seus interesses. Ela tem direito à educação, ao trabalho digno, bem como a muitos outros direitos e garantias expressos somente nesses dois artigos, que, se analisados juntos à Constituição Federal e à Lei Maria da Penha, fornecem um sistema de proteção legal a seus direitos fundamentais pouco encontrado em outros países.

### **A força normativa da Constituição e a efetivação dos direitos fundamentais enquanto norma jurídica**

Dessa forma, ratifica-se a importância da Constituição para o Estado; de forma alinhada à visão de Konrad Hesse (1991), deu dignidade à Constituição, defendendo sua força normativa e, por consectário lógico, seu efeito irradiador e modular a todo o ordenamento jurídico.

[...] Embora a Constituição não possa, por si só, realizar nada, ela pode impor tarefas. A Constituição transforma-se em força ativa se essas tarefas forem efetivamente realizadas, se existir a disposição de orientar a própria conduta segundo a ordem nela estabelecida, se, a despeito de todos os questionamentos e reservas provenientes dos juízos de conveniência, puder identificar a vontade de concretizar essa ordem. Concluindo, pode-se afirmar que a Constituição

converter-se-á em força ativa se se fizerem presentes na consciência geral – particularmente, na consciência dos principais responsáveis pela ordem constitucional – não só a vontade de poder (Wille zur Macht), mas também a vontade de Constituição (Wille zur Verfassung) (HESSE, 1991, p. 12).

Depreende-se que o movimento de ampliação e normatização de direitos humanos após a II Guerra Mundial impactou o ordenamento jurídico brasileiro, como se observa na Constituição Federal de 1988, marco no processo de democratização do país, em que vasta gama de direitos e garantias fundamentais foi prevista. Nesse sentido, sustenta Zulmar Fachin:

O constituinte de 1988 erigiu a pessoa humana como valor supremo do ordenamento jurídico. A escolha refletiu a prevalência da concepção humanista, que permeia todo o texto constitucional. A dignidade da pessoa humana é o valor fundante do Estado brasileiro (art. 1º, inciso III) e inspirador da atuação de todos os poderes do Estado e do agir de cada pessoa. Tal valor está presente, de modo expresso ou implícito, em todas as partes da Constituição (FACHIN, 2019, p. 208).

Observa-se o movimento de internacionalização dos direitos humanos e sua influência no sistema jurídico nacional. O autor assinala a presença gradativa dos direitos fundamentais tanto nos Tratados Internacionais como nas Constituições, o que representa verdadeiro “patrimônio comum da humanidade” (SARLET, 2001, p. 16), sem, contudo, esquecer que toda a evolução e positivação de tais direitos não se revelam ainda suficientes para sua concretização ante o que chama de “fosso entre ricos e pobres” (SARLET, 2001, p. 16), tomando como base o estudo de E. Hobsbawm (Apud SARLET, 2006), “A Era dos Extremos”, acentuado pelos conflitos bélicos, étnicos e religiosos. No mesmo sentido, tem-se Santos (1997).

Ou seja: há verdadeiro paradoxo entre a multiplicação simultânea de textos normativos tutelando os direitos humanos e fundamentais e recrudescimento das violações, fazendo-se necessário “atitude concreta na busca de sua superação” (SARLET, 2006, p. 13) dentro de perspectiva de que os referidos direitos detêm eficácia, variando tão somente quanto ao grau, de modo que devem ser respeitados e muitas vezes precisam da judicialização.

Assim sendo, à revelia de termos uma Constituição Federal que erigiu a Dignidade da Pessoa Humana a fundamento da República, de termos a Lei Maria da Penha, uma das três melhores leis de proteção aos direitos das mulheres, e de termos a moderna Lei de Migração, alinhada aos Tratados, Convenções e Declarações internacionais quer versam sobre Direitos Humanos, alinhada à Constituição Federal de 1988, ao analisarmos a realidade da mulher imigrante no Brasil, torna-se evidente que esse arcabouço normativo

ainda padece de efetividade, principalmente na tutela dos direitos fundamentais das mulheres imigrantes.

### **A aplicação da lei ao caso em concreto**

Com o objetivo de enxergar a aplicação prática da legislação supracitada à tutela dos direitos fundamentais das mulheres imigrantes em situação de violência doméstica de gênero, é importante consultar a jurisprudência produzida pelas supremas cortes e assim obter um indicativo acerca da transição do ordenamento jurídico da teoria para a prática.

Em busca de uma das mais relevantes fontes do Direito, optamos por consultar as jurisprudências produzidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Supremo Tribunal de Justiça (STJ), utilizando como filtro as expressões “violência doméstica” e “migrante”. No site do STF<sup>3</sup>, ao pesquisarmos jurisprudência com a utilização do filtro “violência doméstica” isolado, encontramos 94 ocorrências; enquanto o filtro “migrante” nos retorna cinco ocorrências. Combinados, os filtros retornam uma ocorrência<sup>4</sup> que não trata da questão da violência doméstica contra a mulher imigrante. Ao substituímos o filtro “migrante” pelo filtro “imigrante”, o resultado da busca permanece o mesmo.

Ao realizarmos a pesquisa de jurisprudência no site do STJ<sup>5</sup>, seguindo o mesmo método, pesquisando o filtro “violência doméstica” isolado, o site nos retorna cinco súmulas, 1.471 acórdãos, 26.855 decisões monocráticas, 45 informativos jurisprudenciais e seis jurisprudências em teses. Já ao utilizarmos o filtro “migrante”, encontramos quatro acórdãos e 70 decisões monocráticas. Já a pesquisa combinada não retornou nenhum caso que verse sobre violência doméstica contra migrantes. Ao substituímos o filtro “migrante” pelo filtro “imigrante”, o resultado da busca combinada indica a existência de dez decisões monocráticas, das quais oito tratam de assuntos diversos do interesse deste estudo: uma trata de violência doméstica contra menor imigrante, o que suscita a competência do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas varas especializadas, e outro caso trata de violência doméstica contra a mulher imigrante, o Habeas Corpus N° 629394 – SP (2020/0313748-8)<sup>6</sup>, caso este que nos interessa.

<sup>3</sup> Pesquisa realizada na base de dados de jurisprudências do Supremo Tribunal Federal no site <https://portal.stf.jus.br/>. Acesso em: 15/12/2021.

<sup>4</sup> Trata-se de uma Ação de Constitucionalidade por Omissão n° 3121 TP/RR, de 06/08/2018, que versa sobre Tutela Provisória de Fechamento de Fronteira brasileira com a Venezuela no estado de Roraima.

<sup>5</sup> Pesquisa realizada na base de dados de jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça no site <https://scon.stj.jus.br/SCON/>. Acesso em: 15/12/2021.

<sup>6</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus N° 629394 – SP (2020/0313748-8). Impetrante: Cláudia Rivera Rodrigues. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Habeas Corpus N° 629394 – SP (2020/0313748-8) refere-se a um processo que tramita em uma vara especializada em violência doméstica, no qual uma imigrante boliviana, mãe de duas crianças, em decorrência do medo da ineficácia das medidas protetivas fixadas contra seu ex-companheiro agressor, deseja retornar ao país de origem com seus filhos sem a autorização formal do pai, buscando então autorização judicial para tanto. Eis que o Juiz Natural entendeu não ser competente para analisar o pedido por se tratar de matéria atinente ao Estatuto da Criança e Adolescente, que possui vara especializada nessas tratativas, sendo essa decisão o motivo do recurso que chegou à apreciação do STJ.

Na respeitosa decisão prolatada pelo relator do Habeas Corpus no STJ, o ministro Raul Araújo destacou que a Vara Especializada em Violência Doméstica detém competência cumulativa (criminal e civil, inclusive em relação aos menores) para processamento, julgamento e execução das medidas que se façam necessárias à plena garantia dos objetivos previstos na norma de proteção às vítimas de violência doméstica, sejam essas vítimas imigrantes ou não.

Conforme determinação do ministro, o processo retornou ao Magistrado da Vara especializada que julgou procedente o pleito da parte autora, autorizando o seu retorno e de seus filhos a seu país de origem com algumas condições impostas na respeitosa decisão.

Despreende-se dos autos que a mãe boliviana e as suas crianças, em conformidade com os artigos 3° e 4° da Lei do Migrante, receberam proteção e tratamento igualitário ao brasileiro e foram atendidas por diversos serviços da rede de enfrentamento à violência doméstica e de apoio ao imigrante. O processo-crime oriundo dessa violência tramitou em uma vara especializada em violência doméstica, em conformidade com a legislação vigente.

Destaca-se na apreciação do Habeas Corpus a preocupação constante do ministro Raul Araújo com a manutenção da competência na Vara especializada em violência doméstica, bem como destacando o dever do Juiz Natural de julgar o pedido, como se pode auferir dos seguintes trechos extraídos da decisão<sup>7</sup>:

[...] No contexto dos autos, observa-se que a causa de pedir é fundada diretamente na violência doméstica supostamente sofrida pela genitora, o que confere à Vara Especializada da Violência Doméstica

---

Relator: Ministro Raul Araújo. 25 de março de 2021. **Lex**. Jurisprudência do STJ. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num\\_registro=202003137488](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=202003137488)>. Acesso em: 15/12/ 2021.

<sup>7</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus N° 629394 – SP (2020/0313748-8). Impetrante: Cláudia Rivera Rodrigues. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Raul Araújo. 25 de março de 2021. **Lex**. Jurisprudência do STJ. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num\\_registro=202003137488](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=202003137488)>. Acesso em: 15/12/2021.

ca e Familiar contra a Mulher competência para apreciar os pedidos de ampliação das medidas protetivas, fazendo-o com a urgência de preferência que o caso requer (p. 09).

[...] Com efeito, competem à Vara Especializada da Violência Doméstica ou Familiar contra a Mulher as ações de natureza civil, inclusive as relacionadas aos interesses da criança e do adolescente, se a causa de pedir da correlata ação consistir justamente na prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, como se dá, incontroversamente, no caso dos autos. Assim, equivocou-se o d. Juízo da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, assim como a autoridade ora impetrada, ao abster-se de apreciar as solicitadas medidas de ampliação da proteção concedida, deixando as possíveis vítimas ao desamparo de outras providências imediatas acaso cabíveis, tudo por entender competente o Juízo da Vara da Infância e da Juventude (p. 10).

Como se percebe, destaca-se o cumprimento regular do trâmite processual, inclusive nos Tribunais Superiores, de forma igualitária ao brasileiro, sem qualquer tipo de distinção. Destaca-se também a tramitação do processo de violência doméstica em vara especializada, em conformidade com a Lei 11340/2006, garantindo à mulher em situação de violência todas as garantias e direitos previstos na lei, sem qualquer tipo de distinção em decorrência da condição de imigrante da parte autora.

Por fim, entendo ser necessário uma breve reflexão acerca do pífio resultado da pesquisa acima apresentada. Em termos práticos, a ausência de jurisprudência associada às questões pesquisadas no STF e STJ indica que esse pode não ter sido objeto recorrente de apreciação por essas “Cortes de Vértice”, cujo motivo enseja uma pesquisa específica e mais aprofundada, o que foge ao objeto deste artigo. Todavia é possível a elaboração de inferências, destacando-se a dificuldade de acesso das mulheres imigrantes à tutela jurisdicional. Poucos casos na primeira instância levam naturalmente a uma probabilidade menor do tema chegar com frequência aos Tribunais Superiores.

Não seria demasiado inferir que a efetivação dos direitos desse grupo vulnerável restaria prejudicada pelas dificuldades desse de ter acesso ao sistema de justiça brasileiro. Como já sinalizado, tratamos de um grupo multivulnerável, com um conjunto de dificuldades específicas, tais como dificuldade de idioma, desconhecimento de seus direitos, desconhecimento da legislação brasileira e dos meios adequados de acesso à justiça, medo de prisão, medo de deportação, medo de perder a guarda dos filhos, medo de prejudicar o companheiro, entre outras dificuldades.

Recentemente, uma ação foi movida por dois cubanos residentes em Florianópolis-SC com Assistência da Defensoria Pública da União. Tal ação

chegou como Agravo de Instrumento<sup>8</sup> ao TRF 4 e pode indicar o quanto o sistema de justiça contribui para que “medo” do Estado pelos imigrantes se perpetue. Os referidos cubanos são imigrantes e estão em situação de ilegalidade no Brasil, todavia em conformidade com o Art. 5º da Constituição Federal, que versa sobre o direito de igualdade, e com fundamento no Art. 3º, V da Lei 13.445/17, que garante ao imigrante o direito à regularização documental, esses desejavam regularizar sua situação migratória no país mediante o reconhecimento de pessoas refugiadas. Porém, no início do corrente ano, entrou em vigência a Portaria Interministerial nº 652/2021<sup>9</sup>, que versa sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros de qualquer nacionalidade e prevê em seu Art. 8º que migrantes que não atendessem aos critérios determinados pela própria portaria estariam sujeitos à responsabilização civil, administrativa e penal, repatriação ou deportação imediata e inabilitação de pedido de refúgio, ou seja, caso os cubanos se apresentassem à Polícia Federal para tentar regularizar sua situação, poderiam responder civil e criminalmente, ser deportados e ainda ser obrigados a pagar multa.

Em decorrência do conflito evidente das normas jurídicas e do risco iminente de violação de direitos humanos fundamentais, entraram os cubanos na Justiça Federal da 4ª Região, requerendo, em tutela de urgência, que lhes fossem garantidos o direito ao requerimento de autorização de residência no país, a abstenção da medida de deportação e retirada compulsória dos autores do território brasileiro e a abstenção da aplicação de restrições de liberdade de locomoção por razões migratórias. O pedido foi provido em parte pelo Juiz Natural, decisão que foi agravada pela Advocacia Geral da União e que não logrou êxito acerca da autorização provisória de residência, obrigatoriedade da união comprovar início do processo de análise do pedido de refúgio dos cubanos e da abstenção das medidas de repatriação e/ou deportação dos autores da ação, decisão essa fundamentada na Constituição Federal (1988), Lei do Migrante (Lei 13.445/2017), Estatuto dos Refugiados (Lei 9.474/1997), Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) e no consagrado internacionalmente princípio do *non refoulement* (não rechaço).

Como se vê no caso em óbice, o Estado criou um instrumento de punição e discriminação do imigrante, sendo necessária a Tutela Jurisdicional

---

<sup>8</sup> BRASIL, Tribunal Regional Federal, 4ª Região. Agravo de Instrumento AG 5037220-60.2021.4.04.0000 5037220-60.2021.4.04.0000. Agravante: Advocacia Geral da União. Agravado: Caridad Concepcion Bravo Zaldivar e Robin Hernandez Oramas. Relator: Desembargador Luíz Alberto D’Azevedo Aurvalle. 19 de setembro de 2021. **Lex**. Jurisprudência do TRF. Disponível em: <https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1210617416/agravo-de-instrumento-ag-50193726020214040000-5019372-6020214040000/inteiro-teor-1210617473>. Acesso em: 15/12/2021.

<sup>9</sup> A referida portaria foi revogada pela Portaria nº 653 em 14/05/2021.

para garantir os direitos humanos fundamentais dos autores da ação. Todavia o conhecimento desse direito, bem como o acesso a ele, parece não ser regra. A partir do caso analisado, parece ser razoável entender o porquê das mulheres imigrantes em situação de violência doméstica preferirem lidar com a violência a procurar as autoridades em busca de proteção, se é que essa é uma decisão desse grupo multivulnerável.

### **Considerações finais**

O debate em torno da igualdade de gênero e da proteção aos direitos do imigrante no mundo e no Brasil arrastam-se por anos, o que, a despeito dos diversos tratados internacionais, vê-se que não vem se revelando suficiente a que os direitos fundamentais mais comezinhos desse grupo vulnerável sejam respeitados.

Isso revela a complexidade do fenômeno da violência doméstica de gênero dentro do universo da migração, uma vez que ele detém multicausas e exige dos atores do sistema de justiça, dos Poderes Executivos e Legislativo e da sociedade civil um comprometimento no cumprimento dos comandos normativos, com o olhar voltado à sua efetividade, à necessidade de políticas públicas, de diálogo institucional, de abordagem interdisciplinar sejam nortes.

Os Art. 3º e 4º da Lei de Migração, ao estabelecer em seu bojo as premissas e diretrizes das políticas públicas voltadas ao migrante, bem como ao definir os direitos e garantias desses de forma alinhada à promoção da Dignidade da Pessoa Humana, passam, portanto, a exigir do Estado e da sociedade civil a responsabilidade pela efetivação dos direitos fundamentais desse grupo vulnerável.

Entrementes o arcabouço legislativo supra e diversos outros avanços legislativos, como a Lei do Feminicídio (13.104/2015) ou a recentíssima Lei Mariana Ferrer Lei (14.245/21), infelizmente o espectro da violência contra mulher encontra raízes num passado histórico marcado pelo machismo e por uma cultura preconceituosa, que é agravada pelas dificuldades que cercam a mulher imigrante (medo, vergonha, dificuldades no idioma, dependência econômica, ausência de documentos, situação de ilegalidade...), tornando-a cada vez mais vulnerável.

Conquanto do ponto de vista normativo, o Brasil está bem alinhado aos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos, migração e igualdade de gênero. A vulnerabilidade feminina é fruto de longo processo histórico, político e social em que o machismo, o patrimonialismo e a “coisificação” da mulher ainda permeiam as relações atuais, ditas “modernas” ou até “pós-modernas”, indicando a existência de um “gap” evidente entre a teoria e a prática, como afirma Norberto Bobbio: “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim de protegê-los” (BOBBIO, 2004, p. 25).

## Referências

- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
- BARBOSA, Rui. **Oração aos Moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.
- BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C. (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus Nº 629394 – SP (2020/0313748-8)**. Impetrante: Cláudia Rivera Rodrigues. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Raul Araújo. 25 de março de 2021. **Lex**. Jurisprudência do STJ. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&numero\\_registro=202003137488](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&numero_registro=202003137488)>. Acesso em: 15/12/2021.
- BRASIL, Tribunal Regional Federal, 4ª Região. **Agravo de Instrumento AG 5037220-60.2021.4.04.0000 5037220-60.2021.4.04.0000**. Agravante: Advocacia Geral da União. Agravado: Caridad Concepcion Bravo Zaldivar e Robin Hernandez Oramas. Relator: Desembargador Luiz Alberto D’Azevedo Aurvalle. 19 de setembro de 2021. **Lex**. Jurisprudência do TRF. Disponível em: <<https://trf4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1210617416/agravo-de-instrumento-ag-50193726020214040000-5019372-6020214040000/inteiro-teor-1210617473>>. Acesso em: 15/12/2021.
- CAMPOS, Carmem Hein de. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Ética, política e violência. In.: T. Camacho. **Ensaios sobre violência**. Vitória: Edufes, 2003. p. 39-59.
- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. 6. ed., rev. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
- DUARTE, M.; Oliveira, A. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. **Sociologia**. 23: p. 223-237. Porto, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-34192012000100012](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192012000100012)>.
- FACHIN, Zulmar. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2019. p. 208.
- GASPARD, Françoise. Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 50, p. 83-101, 1998.
- GUERRA, Sidney. **A nova lei de Migração no Brasil: Avanços e Melhorias no campo dos Direitos Humanos**. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacao.uerj.br>>. Acesso em: 20/11/2021.
- HABERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional**. Porto Alegre: Fabris, 1997.
- HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991. p. 12.
- LASSALLE, Ferdinand Johann Gottlieb. **O que é uma Constituição?** Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 3. ed. Campinas: Russell Editores, 2009.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. Caso Fonaje: o ativismo de juizes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. **A Igualdade e as ações afirmativas**. Correio Braziliense, Brasília, 20 dez. 2001.

OLIVEIRA, E. N.; NETO, F. F. M.; FÉLIX, T. A.; LIMA, G. F.; ALMEIDA, P. C. (2017). Qualidade de vida de imigrantes brasileiras vivendo em Portugal. **Saúde em Debate**, 41(114), p. 824-835. Retrieved from: <[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/sdeb/v41n114/0103-1104-sdeb-41-114-0824.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v41n114/0103-1104-sdeb-41-114-0824.pdf)>. doi: 10.1590/0103-1104201711412>.

ONU News. **Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031#:~:text=O%20mundo%20hoje%20tem%20cerca,de%20m%C3%A3o%2Dde%2Dobra>>.

PIOVESAN, Flávia. **Igualdade de gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hfb32Je7misJ:https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-igualdade-de-genero-na-constituicao-federal-os-direitos-civis-e-politicos-das-mulheres-do-brasil+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 23/03/2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na transição pósmoderna**. São Paulo: Cortez, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 206.

STRECK, Lênio Luiz. Lei Maria da Penha no contexto do Estado Constitucional: desigualando a desigualdade histórica. In: CAMPOS, C. (org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VERGUEIRO, Ana Caroline Barbosa; SAAD, Carla Santiago Souza; MACEDO, Cibele Monteiro; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo; SILVA, Leticia Aparecida Lopes Bezerra de; BRAGA, Priscila Mazza de Faria. Percepção de mulheres imigrante sobre a situação de violência de gênero vivenciada: Revisão Integrativa. **Investigação Qualitativa em Saúde**. 2, p. 1600-1609. 2019. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2374>>. Acesso em: 18/11/2021.

# As tensões contemporâneas e a invisibilidade dos venezuelanos em Cuiabá

*Ivoneides Maria Amaral<sup>1</sup>*

## Introdução

Em Mato Grosso, temos vivenciado esse processo migratório de forma mais intensa e mais chocante com a vinda dos venezuelanos, não que seja algo inédito, pois temos acompanhado em vários países esse processo migratório de forma tão intensa, tão desumana, que tem composto o processo social e político em vários contextos.

Neste estudo, iremos analisar quais tensões e conflitos têm sido recorrentes nesse contexto político econômico e social. Como tem sido analisada uma reação à suposta ameaça do “outro”. O não posicionamento do governo sobre um apoio humanitário, e a sociedade em geral parece que não tem forças para fazer com que essas pessoas tenham voz, espaço e condições de acesso, e os venezuelanos permanecem há anos pelas ruas da cidade.

Estamos acostumados a certos padrões de fala e de vivência que invisibilizam o outro. Os debates, tanto científico como político, em torno das novas composições globais, sociais, tecnológicas e midiáticas fundamentam as transformações que ocorrem com os povos, principalmente em termos do espaço local, onde os grupos que viviam uma realidade como os venezuelanos por questões políticas, econômicas e sociais são obrigados a deixar seu país e buscar no território brasileiro formas de sobrevivência, dentre elas a solidariedade.

## O contexto da globalização e o papel da mídia na manutenção do poder

“Procuró emprego, qualquer ajuda para comer” – essa é uma das frases muito comuns de se ler atualmente nos cartazes feitos de papelão, escritos com letras fortes, em uma mistura de línguas entre o português e o espanhol, que vemos quando passamos pelas ruas da cidade de Cuiabá. Mulheres, homens e crianças pedem ajuda, são migrantes vindo da Venezuela. Eles passam o dia embaixo de um sol escaldante, que se aproxima de 44º graus, e ali per-

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos na UFMT.

manecem até uma parte da noite. Essas pessoas com seus cartazes levantados na altura do peito mostram seus rostos cansados, permanecem firmes à espera de ajuda, seja em dinheiro, comida ou qualquer outra forma de caridade. Essa cena torna-se habitual, fazendo parte do nosso cotidiano, levando-nos a refletir sobre o valor do outro na nossa sociedade.

A sociedade contemporânea e globalizada, vivenciada por certos padrões econômicos e midiáticos, impõe-nos um novo modo de habitar, de olhar, de existir, propiciado pelas relações de poder entre as grandes potências mundiais que controlam e manipulam os espaços, as ações e intenções por meio da datificação, tornando-nos mais distantes do que não é considerado consumo ou consumidor. Couldry (2019, p. 423) afirma:

[...] Por meio da dataficação e mediante a incorporação resultante do rastreamento automatizado contínuo das nossas vidas sociais através dos nossos celulares e dos enormes recursos investidos atualmente no processamento de dados que esse rastreamento gera as instituições contemporâneas (incluindo o governo e as instituições midiáticas) estão mudando de dentro para fora.

Causam mudanças inclusive em nossas ações cotidianas em relação ao outro. Há uma mudança no próprio espaço social. Podemos refletir sobre o desdobramento migratório, desencadeado por diversos fatores, entre eles, em consequência das guerras como a primeira e a segunda guerras mundiais, vivenciadas principalmente pelos países do hemisfério norte; as perseguições políticas muito comuns diante das ditaduras militares e outros processos sociais internos por questões étnicas, raciais têm produzido novas formas de identificação. Citamos também os desastres ambientais propiciados por terremotos, maremotos, vulcões entre outras ações naturais e principalmente causas relacionadas à busca de trabalho e melhores condições de vida, entre outros procedimentos.

Partindo do pensamento sobre civilização ou processo civilizatório, podemos nos remeter a Europa do século XVIII, onde ocorre esse procedimento que surge através da ocupação de um novo espaço para a cidade, remetendo-se ao espaço urbano como algo melhor, onde as experiências cotidianas e coisas vividas eram socialmente mais organizadas e definidas, ou seja, era um espaço privilegiado com relação ao campo. Nesse período, já existiam problemas com relação à ocupação de espaço, dominação de reservas naturais e disputas por poder, pois a divisão de classes desenrolou-se num cenário de turbulência social e política com posições delimitadas.

O anúncio do jornal chama atenção: “Fugindo da fome e do desemprego, mais de 77 mil venezuelanos migram para a capital Boa Vista e para a cidade fronteira de Pacaraima”. Essa frase leva-nos à reflexão sobre as interferências migratórias do processo global em nível local, colocando-nos em um clima de incerteza e mudanças no mundo que podemos chamar de

pós-colonial; velhas certezas são substituídas por novas lutas e posicionamentos, determinando outras relações sociais.

Ao pensarmos sobre as tensões contemporâneas, para o pesquisador inglês Couldry (2019), a datificação da sociedade deve ser entendida não somente como um desenvolvimento do capitalismo, mas também como o começo de uma nova fase na história humana que rivaliza em sua importância com o surgimento do colonialismo histórico, ou seja, por meio da coleta de dados disponíveis na internet as pessoas com o poder de manipular e colonizar têm em suas mãos todas as possibilidades de coordenar a população. Não podemos deixar de ressaltar que o ato de migração forçada é caracterizado por essa ação desenfreada e sem limites de controle e poder. Referindo-se à interferência das tecnologias, Theodoro (2020, p. 145) relata:

[...] A maneira como nos inter-relacionamos cotidianamente reflete e refrata as metamorfoses espaço-temporais: Os avanços nas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) contribuem para que estejamos cada vez mais próximos e, ao mesmo tempo, para que sejamos capazes de nos fragmentar em múltiplos espaços, em deslocamentos transfronteiriços; por outro, essas mesmas tecnologias servem à aceleração do giro de capitais em escala mundial, o que retroalimenta a perpetuidade do sistema capitalista.

Para explorar a problemática da migração forçada, pode-se afirmar que estamos vivendo uma remodelagem social, econômica e cultural, intensificada com a globalização e midiatização. Criando um novo desafio, como pensar em possibilidades de solidariedade e conexão de uma nova maneira, constatada também pelos processos migratórios, que atualmente têm se ampliado pelo mundo, fazendo com que as sociedades se reorganizem diante dessa nova realidade que, todos compreendemos, não é nova.

Condições de classe e posição social interferem nessas relações, como afirma Bourdieu:

[...] A noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui propriedades de posição relativamente independente de propriedades intrínsecas como a prática profissional ou de condições materiais de existência (1992, p. 3).

A socialização das informações, dos fatos e acontecimentos de forma dinâmica tem facilitado a interação global de informações, alimentada pela ideologia de diferentes culturas, sobressaindo a cultura do poder, ou seja, não há uma autonomia entre as diferentes nações. Dessa forma, é possível conhecer onde ocorrem os principais conflitos – étnicos, religiosos, políticos e econômicos – que contribuem para que ocorram os movimentos populacionais.

Os problemas ligados a disputas econômicas, políticas, religiosas, ocupação dos espaços, ineficiência governamental, miséria entre outras ações não menos agressivas à humanidade. Consequentemente, provocando a desestabilidade de sociedades minoritárias, em sua maioria compostas por pessoas que não fazem parte da classe dominante, sendo massacradas por grupos econômicos, políticos e religiosos divergentes. Dubar (1997, p. 79) ressalta:

[...] As abordagens culturais e funcionais da socialização acentuam uma característica essencial na formação dos indivíduos: esta constitui uma incorporação dos modos de ser, de um grupo, da sua visão do mundo e da sua relação com o futuro, das suas posturas corporais, assim como das suas crenças íntimas. Quer se trate do grupo de origem no seio do qual se desenrolou a primeira infância e ao qual pertence “objetivamente”, ou de um grupo exterior no qual quer integrar-se e ao qual se refere “subjetivamente”, o indivíduo socializa-se, interiorizando valores, normas, disposições que o tornam um ser socialmente identificável.

No escopo dessa reflexão, podemos afirmar que certamente a globalização causa efeitos impactantes nos países de origem e no país de migração, além de contribuir para acelerar a migração internacional, causando uma revolução transnacional, remodelando as sociedades. É necessário ressaltar que as mudanças na economia global potencializadas pelas mídias têm influenciado não apenas em termos de bens e serviços, mas principalmente pelo mercado de trabalho, visto que a migração internacional promove uma série de problemas socioeconômicos, pois a maioria da população que passa pelo processo migratório vem de países em que a pobreza suplanta a capacidade de organização dos trabalhadores, produzindo uma dispersão das demandas ao redor do mundo, visto que o processo migratório está atrelado a tensões que são potencializadas por grupos que manipulam o poder.

Baseada na lógica da contaminação mágica, transformando o liberalismo econômico na condição necessária e suficiente da liberdade política, o intervencionismo do Estado é assimilado ao “totalitarismo”; identificando soviétismo com socialismo, mostra-se que a luta contra as desigualdades consideradas como inevitáveis é ineficaz (BOURDIEU, 2008, p. 217).

Confrontados com a derrocada do mercado de trabalho assalariado, que não consegue absorver o grande número de mão de obra nem sempre qualificada, e a insuficiência gritante da ajuda social, os migrantes frequentemente não têm outra escolha para subsistir senão voltar-se para a economia informal da rua, tornando-se pedintes ou vendedores ambulantes, sem garantia nenhuma de alcançar o mínimo necessário para a sobrevivência. Para Freire (2000, p. 93), “a globalização da economia ou

os avanços tecnológicos não são em si mesmos perfilhadores de um amanhã dado como certo, espécie de alongamento aprimorado de uma certa expressão do hoje”. Ou seja, trata-se de uma disputa econômica que está acima de qualquer questão humanitária.

Na realidade da capital Cuiabá, essa busca pela sobrevivência começa com a adaptação do homem ao meio, e observamos pelas ruas da cidade vários migrantes que estão ocupando um lugar inexistente, vivendo na invisibilidade com seus cartazes para serem vistos e ouvidos, mas nem sempre funciona. Para Coudry (2019), não há uma solidariedade; as pessoas estão cada vez mais centradas em suas particularidades, produção, circulação e consumo, entranhadas na dinâmica capitalista de mercado, lucro e poder. Conforme Illich (1976, p. 23), “os sintomas de uma progressivamente acelerada crise planetária são evidentes”. Pois o mercado, para atender todos, busca meios ilícitos de se impor nas diferentes comunidades.

Além da invisibilidade, pobreza e descaso, a ocupação das ruas, rotatórias e de outros espaços pelos venezuelanos tem intensificado a intolerância e a discriminação racial, ideologias de exclusão e outras ações de afastamento dos indivíduos. Entre as falas que têm ocupado o discurso estão a afirmação de que os venezuelanos são mentirosos, preguiçosos, folgados e que estão na cidade para participar de um golpe e outras atrocidades.

Essas falas são divulgadas como forma de denegrir ainda mais as pessoas que não têm voz; observa-se uma manipulação de imagem e cenários que colocam a vítima como o vilão. “Por que estão aqui os venezuelanos, vieram atrás de vida fácil” – essa fala se propaga de tal forma, que, mesmo com vários cartazes de papelão escritos com letras grossas em uma mistura de línguas pedindo ajuda, não consegue atingir o ouvido da sociedade, das pessoas para a solidariedade, que têm se perdido cada vez mais em meio às plataformas da felicidade, onde todos vivem bem, não há uma preocupação com o outro.

Para Mead (1933), citado por Dubar (1997, p. 42), “a socialização como a construção de um eu na relação com o outro pela interação ou comunicação, pensando nas relações comunitárias, e não somente societárias que se instalam entre os socializadores e o socializado”. Essa solidariedade está cada vez mais distante do cotidiano. Na maioria das vezes, esses migrantes precisam totalmente do apoio do governo para poder se movimentar de forma política e social. E, muitas vezes, esse apoio não chega para atender as necessidades básicas desses humanos, que até mesmo pelo governo são discriminados, e cada vez mais as famílias tornam-se afastadas de uma vida digna. Apenas sobrevivem de maneira violenta e aterrorizados por doenças, pandemias, violências e falta de estímulos educacionais, pois não tem sido pauta do governo tratar sobre migrantes, pessoas que vêm em busca de solida-

riedade. São poucos os grupos não governamentais que se dedicam a atender os migrantes, agindo na contramão dos discursos impostos.

Nesse contexto, Woodward (2000, p. 21) afirma: “a imigração de trabalhadores não é obviamente nova, mas a globalização está estreitamente associada à aceleração da migração internacional como parte da revolução transnacional que está remodelando as sociedades e a política ao redor do globo”. Podemos argumentar que a mobilidade humana caracteriza-se por grandes desigualdades em termos de desenvolvimento, sendo produzida, na maioria das vezes, por questões significativas, principalmente de sobrevivência.

Na década de 1980, essas desigualdades teriam sido marcadas não somente pela escalada da desigualdade urbana, da xenofobia e dos movimentos de protestos dos jovens dos subúrbios, mas também pela proliferação do discurso sobre guetização, os bairros descentrados da cidade, lugar onde as pessoas sofrem discriminação, indignação social, além da exclusão socioeconômica.

Para explorar a problemática da migração, podemos indagar sobre o que há de novo na globalização. Coudry (2019, p. 410) fala sobre o poder da mídia, ressaltando que “a concentração massiva de poder simbólico em instituições midiáticas, como o produto complexo da prática de todos os níveis de interação social”. Podemos complementar que, desde o princípio da civilização, é propiciada a convergência de culturas, estilos de vida, trocas econômicas, políticas e sociais, sempre pautados na hierarquia e na hegemonia. O que observamos de “novo” são as formas que o fenômeno da globalização intensificado por meio da mídia, tem envolvido o mundo em uma extraordinária transformação as velhas estruturas entram em colapso, cedendo lugar a uma crescente transnacionalização dos espaços, que, separados pela territorialidade e particularidades, sofrem mudanças nos padrões de produção e consumo.

As regiões buscam fechar um dado território para a exclusividade de um domínio político, de um domínio econômico, social, jurídico, buscam impedir a invasão de outras forças do mesmo caráter que venham solapar a dominação que se almeja preservar. As regiões visam isolar da história ou adotar de uma historicidade particular um dado pedaço do território nacional, buscando a paralisia do processo histórico ou o movimento em uma dada direção predeterminada (ALBUQUERQUE, 2012, p. 17).

Esse processo atua transformado a cultura local, de modo a moldá-la com novos valores, atitudes e hábitos, de forma que possibilite o surgimento de novas posições, identidades e sociabilidade. Como se demarca a sociabilidade entre nós e os outros? Como historicamente se constituiu e continua a ser constituído, elaborando-se e reelaborando-se as relações no espaço geográfico, espaço esse disputado de várias formas, tanto no passado como atualmente pela sociedade contemporânea?

Quem representamos quando falamos? Nosso diálogo é pautado em um discurso, em um ponto de vista, em uma representação, baseado em encontro entre o nosso passado, uma posição histórica e nas relações sociais e culturais específicas.

Ao nos posicionarmos sobre o processo migratório, qual o nosso discurso? Não há uma unicidade de pensamento que possa ser vista de maneira harmônica, onde temos um passado de luta que não culmina na vitória de costumes e valores; diferentemente de um filme, a história da civilização e globalização não possui começo, meio e fim. A sociedade global é pautada pela desigualdade na luta de poder e na manutenção das classes sociais.

De acordo com Estaque (2012), o governo de Roraima estima que 30 mil migrantes da Venezuela vivam atualmente no estado, principalmente em Boa Vista e Pacaraima. A Polícia Federal tem realizado deportações em massa; a última de mais de 450 venezuelanos foi impedida pela Justiça na sexta-feira. Em 7 de dezembro, o governo estadual decretou emergência em Saúde Pública devido à sobrecarga nos hospitais locais com o aumento do fluxo migratório.

O espaço a ser utilizado como um trânsito fronteiriço torna-se permanente. Os personagens são grupos estilizados que sofrem com as mudanças econômicas e globais, não se encaixam lá nem cá. O homem sofre com a angústia de estar no mundo onde não encontra o seu lugar, segue peregrinando em busca da vida.

Em entrevista à revista *Carta Capital*, Camila Asano, coordenadora de política externa da ONG Conectas Direitos Humanos, pondera que a acolhida do Brasil a poucos refugiados pauta-se no fato do país ter uma das leis mais respeitadas do mundo e não pode perder o papel de destaque conquistado ao longo dos últimos anos. “Vivemos em um país de dimensões continentais, com população grande, mas uma densidade demográfica baixa, e sem dúvida poderíamos fazer mais para abrir nossas portas”, diz. “Como ator global e regional de peso, o Brasil deve manter-se na vanguarda e dar um exemplo positivo de acolhimento. Isso é ainda mais importante nesse contexto de fechamento de portas nos Estados Unidos”.

Atualmente no século XXI, a globalização tem se intensificado como processo que ocorre desde a civilização com transformações e participando de forma cada vez mais intensa da vida das pessoas em todos os locais; as pessoas sofrem suas interferências, seja através de produtos, serviços, consumo e informações. As pessoas ao redor do mundo estão cada vez mais próximas e ao mesmo tempo mais distantes.

Diante dos acontecimentos históricos deste século, os migrantes seguem marginalizados, sendo vistos como forasteiros, excluídos das sociedades convencionais. Caminham em busca de sobrevivência, almejando pers-

pectivas de vida em outras nações, que estejam vivendo em uma estrutura política, econômica e social em melhores condições do que da nação pátria.

Nessa ocasião, ocorrem as multiplicidades de centros independentes da orientação política, econômica ou cultural, indicando um deslocamento de lugares, emergindo novas identidades e novos sujeitos, que se expressam, se movimentam adaptando-se, surgindo assim outras arenas de conflito social, outras formas de sociabilidade. Na maioria das vezes, esses migrantes sofrem com a discriminação, preconceitos e hostilidade por parte da nação que os recebe, sem os desejar.

Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intento de restringir a entrada de imigrantes, o tráfico destes tem se intensificado bastante. No entanto, esses mesmos países adotam ações seletivas, permitindo a entrada de profissionais qualificados e provocando a fuga de cérebros dos países em desenvolvimento, ou seja, pessoas com aptidões técnicas e dotadas de conhecimentos são bem-vindas (MARINUCCI; MILESI, 2011, p. 03).

Relacionam-se a essa ideia as influências urbanas possíveis no espaço da cidade, realizadas através da cultura fomentada pelos colonizadores, voltada para a difusão eurocêntrica realizada através do processo hierárquico, ressaltando que a cultura e a ciência se fazem importantes para o desenvolvimento da sociedade. Conforme aponta Bourdieu (2008), notando a urbanização e o vínculo que estabelecem com a cidade para o desenvolvimento cultural, social e político, referenciando a cultura enquanto processo de civilização.

Para Canclini (2005, p. 39), “a sociedade é concebida como o conjunto de estruturas mais ou menos objetivas que organizam a distribuição dos meios de produção do poder entre os indivíduos e grupos sociais e que determinam a prática social, política e econômica”, ou seja, os diferentes grupos estão envolvidos nesse processo, e seus componentes são previamente determinados pelo contexto em que se encontram, e a globalização descarta pessoas, comunidades e populações inteiras por não contribuir de modo potencial para a manutenção do poder. Ou também podemos observar a migração em massa justamente como a potencialidade dos grandes grupos que manipulam as evoluções sociais e tecnológicas, criando novos modelos comportamentais e permitindo novas formas de representações e excluindo quem delas não participa.

Ao pensarmos no contexto histórico, geográfico e social, existem diferentes pontos de vistas sobre o curso da globalização, e todos eles afirmam que o processo não é linear. Apesar de muitos países, principalmente os de primeiro mundo, se colocarem dessa forma, posicionando-se como se suas conquistas ocorressem de maneira evolutiva e dinâmica, historicamente constatou-se que, para criar as civilizações, não respeitaram as diferentes tradições, crenças, costumes e conhecimentos de povos ditos minoritários.

Observando o contexto social, podemos afirmar que o progresso é sempre possível regresso, principalmente para os países que foram colonizados de forma tão exploratória, como ocorreu com vários da América Latina, que sofrem ainda mais com as crises econômicas, políticas e sociais devido às interferências mundanizadas que atuam diretamente na realidade local, geram conflitos internos, perda do espaço local, exclusão dos grupos minoritários, causando a ressignificação das migrações de modo ainda mais discriminatório.

Não podemos deixar de tratar das interferências midiáticas e tecnológicas; suas transformações intervêm na tradição e no modernismo globalizado, potencializando os conflitos sociais e culturais vivenciados na sociedade contemporânea. A mídia interfere diretamente nessa ação, conforme Couldry (2019, p. 410), “porque acreditamos na autoridade do discurso da mídia em inúmeros contextos locais, porque acreditamos que os outros acreditarão da mesma maneira e porque agimos de acordo com essas crenças em inúmeras ocasiões específicas”. Diante disso, observamos as mudanças no panorama nacional, pautado na política governamental, relacionando interesses econômicos particulares que não dizem respeito aos grupos humanos que passam pelo processo de migração.

Segundo Baudrillard (1996, p. 100), “a cidade, o urbano, é o espaço despedaçado dos signos distintivos; cada prática, cada instante da vida cotidiana é alocado por meio de múltiplos signos a um espaço tempo determinado”. Há um negacionismo em reconhecer o outro como pessoa, pois, ao analisarmos o percurso e o discurso da socialização entre as diferentes culturas, essas nem sempre ocorrem de forma harmônica; há sempre uma imposição de força e poder.

A própria concepção de sociedade de Bourdieu considera tensas as relações de interdependência entre os grupos sociais. Questionando esse contexto, Diamond reflete (2014, p. 20): “A fascinação de conhecer pessoas tão semelhantes a nós e tão fáceis de compreender em alguns aspectos e tão diferentes de nós e tão difíceis de compreender em outros”. Devido às realocações globais, focando na desvalorização do indivíduo enquanto processo de pertencimento, procedimentos de travessias que vivenciamos desde o início dos tempos para a manutenção das sociedades. A globalização midiática tem suas ações e atua nas transformações, participando de forma cada vez mais intensa da vida das pessoas; em todos os locais, as pessoas sofrem suas interferências por meio das trocas propiciadas pelas ocupações.

### **Considerações finais**

A princípio, a preocupação neste estudo são as formas de interferência migratórias no espaço urbano, propiciando novas formas de sociabilidade, ou seja, são possíveis uma expansão e reflexão sobre esse processo de poder ser

sistematicamente relacionadas a diferenças no tamanho da população, a forma de obter alimentos, previstos a partir das condições materiais existentes nas representações culturais e sociais que seguem um curso de criação, integração e liberdade com suas raízes nos processos civilizatórios sofrendo modificações.

É importante destacar os impactos sociais e culturais quando não o reconhecimento do outro enquanto migrante que precisa de apoio e solidariedade para sobreviver diante das imposições negociadas pela globalização que visa apenas ao lucro e ao consumo. O migrante, por não ser um consumidor em potencial, criou um estereótipo de improdutivo, que repercute no imaginário das pessoas e que aumenta ainda mais as tensões humanas.

## Referências

- BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios as mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1992.
- COULDRY, Nick. Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: reflexões sobre o papel da mídia na ordem social. **Revista Comunicação, Mídia Consumo**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 407-431, set./dez. 2019. DOI 10.18568/CMC.V16I47.2126.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da intelectualidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- DUBAR, Claude. **A socialização**: a contribuição das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- ILLICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- THEODORO, Hadriel. Paradoxos da (in)visibilidade na migração LGBTIQ+. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia –UFBA Periódicus, Salvador, n. 12, v. 1, nov. 2019/abr. 2020.
- ZIMMERMAM, Michel E. **Confronto de Heidegger com a modernidade**: Tecnologia, política, arte. Lisboa: Instituto PIAGET, 1990.
- WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- Crise na Venezuela cruza a fronteira de Roraima. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/a-crise-na-venezuela-cruza-a-fronteira-de-roraima>>. Acesso em 13/12/2016.

# Práticas midiáticas de inclusão e incentivo a refugiados no Brasil: análise das ações dos projetos Migrafix e Mi Casa, Tu Casa

*Mariana Moraes<sup>1</sup>*

*Cristóvão Domingos de Almeida<sup>2</sup>*

## Introdução

Com o agravamento de embates econômicos, políticos e sociais entre população e governo em países vizinhos ao Brasil, como a Venezuela, registrou-se um aumento em pedidos de permissão de residência de imigrantes no país, segundo dados do governo brasileiro disponíveis na Plataforma Regional de Coordenação Interagencial. Apenas em outubro de 2020 foram concedidas aproximadamente 145,5 mil permissões de residência<sup>3</sup> no Brasil a imigrantes venezuelanos. Junto ao aumento da chegada de internacionais ao Brasil, nota-se uma crescente nos discursos de ódio e inimizade contra imigrantes e refugiados, motivados por uma ameaça de racionamento de oportunidades de vida entre brasileiros e estrangeiros. Gomes, Caloy e Lara (2019, p. 214) afirmam que o contato com os refugiados por todo o território brasileiro tem gerado certa aversão, principalmente no âmbito econômico, considerando o momento de recessão em que a população brasileira se encontra. Logo a dificuldade de encontrar um emprego fixo com carteira assinada e a deficiência na oferta de serviços públicos têm afetado a vivência entre nacionais e internacionais, produzindo uma mentalidade de que imigrantes acirraram a busca por melhores condições de vida (GOMES; CALOY; LARA, 2019, p. 214), situação que implica a marginalização e vulnerabilidade de imigrantes que buscam novas perspectivas de sobrevivência longe de seu país de origem. À vista disso, e em uma tentativa de mudar a realidade de imigrantes no Brasil, surgem organizações como a Migrafix e o projeto social Mi Casa, Tu Casa com o objetivo de incluir e incentivar profissionalmente e acolher socialmente imigrantes em situação de vulnerabilidade social.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFMT e graduada em Propaganda e Publicidade na mesma instituição.

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea e do PPG-COM da UFMT.

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <https://www.r4v.info/es/permisos-residencia>. Acesso em: 05/08/2021.

A Migraflix configura-se como uma *startup* fundada em 2015 pelo argentino Jonathan Berezovsky com o propósito de fomentar o empreendedorismo de migrantes na América Latina, inserindo-os na sociedade brasileira através da capacitação para a entrada no mercado de trabalho. A organização prepara imigrantes para que possam atuar como empreendedores e em serviços de *catering* e culinária tradicional de seus países de origem. O projeto escolhido para ser observado nessa pesquisa foi o Raízes na Cidade: “criado em parceria com a plataforma digital de hospedagens *Airbnb* e que capacita refugiados e imigrantes para oferecer experiências relacionadas às suas raízes culturais e histórias de vida, mostrando, por exemplo, sua dança, poesia, gastronomia, artesanato, música e demais expressões artísticas”, como descrito na plataforma do Migraflix.

Já o Mi Casa, Tu Casa é um projeto desenvolvido pelo jornal *Joca*, voltado ao público infantojuvenil do Brasil, em parceria com a organização internacional Hands on Human Rights e o ACNUR. O objetivo do projeto é proporcionar acolhimento e contribuir para a educação de crianças, adolescentes refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima através da arrecadação de livros para a construção de bibliotecas e fomento à escrita de cartas destinadas aos refugiados a fim de acolhê-los.

A escolha dos projetos justifica-se no fato de ambos possuírem um mesmo objetivo, acolher e incentivar imigrantes e refugiados, mas com abordagens diferentes. A Migraflix busca capacitar economicamente os novos residentes no Brasil por meio da oferta de capacitação profissional, enquanto o projeto Mi Casa, Tu Casa busca amparar socialmente através do envio de cartas acolhedoras e fomento de ações que auxiliam na educação desses imigrantes e refugiados. Tais diferenças nas abordagens dos projetos que compõem o corpus proporcionarão à pesquisa um panorama mais rico em suas complexidades, possibilitando uma análise mais farta.

Compreende-se nas dinâmicas e fluxos migratórios em questão, na situação de vulnerabilidade social que refugiados encontram em suas novas vivências no Brasil e na tentativa de organizações e projetos sociais em incluir e incentivar, sobretudo profissionalmente, imigrantes no Brasil a relevância de analisar as práticas midiáticas das organizações citadas, que buscam a integração desses refugiados a fim de conceber de que modo essas ações são capazes de auxiliar na melhoria da qualidade de vida e como tais projetos são difundidos na mídia brasileira.

Diante disso, o problema que se busca responder neste estudo é de que forma se dão as práticas midiáticas de inclusão e incentivo a refugiados no Brasil por meio de projetos como Migraflix e Mi Casa, Tu Casa, mais especificamente a ação Raízes na Cidade, e incentivo à elaboração de cartas a serem enviadas a venezuelanos no Brasil a fim de bem acolhê-los no país, uma vez que essas práticas estão articuladas a fluxos migratórios.

## Breve contextualização

Em um cenário de resistência às crises humanitárias espalhadas pelo globo, imigrantes e refugiados têm buscado melhores condições de vida em outros países. De 2011 a 2019 registrou-se a entrada de 1.085.673 imigrantes no Brasil, considerando todos os amparos legais; em 2019, houve um predomínio de fluxos oriundos da América do Sul e do Caribe, com destaque para imigrantes e refugiados venezuelanos e haitianos.<sup>4</sup> Tais fluxos produzem novas configurações e desdobramentos válidos de ser observados e analisados, como propõe o projeto em questão.

Com o Brasil sendo um grande alvo da entrada de imigrantes e refugiados, principalmente latino-americanos, e aliado a um contexto de crise econômica, pôde-se notar uma crescente no discurso de ódio frente aos imigrantes no país. Acompanhado de uma alta no número de desemprego<sup>5</sup>, a chegada de mais pessoas no Brasil gerou, e ainda gera, a ideia de que oportunidades de melhoria de vida serão mais disputadas. No entanto cabe acrescentar que a xenofobia não se configura como fenômeno recente no Brasil, uma vez que políticas migratórias seletivas puderam ser observadas desde a fundação do país.

Além de outros fatores, como a falta de familiaridade com o idioma e com a cultura brasileira, que dificulta a vida dos imigrantes em seu novo destino, as representações sociais, em sua maioria negativas, atribuídas a refugiados, acabam por afetar as possibilidades sociais e empregatícias entre o grupo social; quadro, muitas vezes, desanimador para imigrantes em terras brasileiras.

Na tentativa de transformar as representações e a realidade de refugiados mais positiva e acolhedora, surgem projetos como o Migraflif e Mi Casa, Tu Casa, corpus de análise deste estudo. A escolha do corpus, como já exposta previamente, justifica-se na abordagem dos projetos que se diferenciam na tentativa de incluir profissional e socialmente, respectivamente.

A pesquisa busca promover maior reflexão sobre a inclusão por meio da diferença entre culturas, a exotização do outro enquanto produto de si mesmo (ZANFORLIN; AMARAL, 2019), que gera curiosidade e se configura como possível porta de entrada para a sociedade brasileira. O estudo quer analisar as ações e as práticas midiáticas envoltas nelas, a fim de contribuir para que a inclusão de imigrantes e refugiados seja cada vez mais amistosa e respeitosa. Busca-se problematizar essa inclusão, que muitas vezes vem acompanhada da disseminação da cultura original desses imigrantes e refugiados, de modo

---

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20\\_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf). Acesso em: 12/09/2021.

<sup>5</sup> Dado disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4934787-desemprego-segue-em-alta-e-chega-a-147-milhoes-de-brasileiros.html>. Acesso em: 04/10/2021.

a compreender se essa forma de inclusão é, de alguma forma, violenta ou faz de uma cultura apenas um produto para entreter brasileiros.

O projeto encaixa-se na linha de pesquisa sobre políticas e cidadania, já que se propõe a estudar os aspectos sociais e as implicações das produções midiáticas de inclusão e incentivo de imigrantes no Brasil por meio de ações da organização Migraflix e do projeto Mi Casa, Tu Casa. Em suma, a pesquisa almeja observar a complexidade das ações de inclusão e incentivo para além do lado positivo, a fim de contribuir para que imigrantes e refugiados possam, cada vez mais, ter uma vivência humanizada no Brasil. Ao detectar pontos dissonantes entre as ações e o bem-estar de internacionais no país, busca-se propor soluções para que as vidas de internacionais que passam a ser vividas no Brasil sejam completas de direitos e deveres iguais aos concedidos a brasileiros.

### **Fundamentação teórica**

Moscovici (2007) em seus estudos sobre as representações sociais aborda a força e a forma com que as representações sociais afetam as interpretações humanas sobre o mundo e sobre a necessidade que o ser humano tem em nomear e classificar coisas existentes a fim de compreendê-las. Os seres sociais, conforme afirma Queiroz (2015, p. 10), são elementos participantes de um contexto social, portanto carregam em seu referencial de vida classificações e objetivações<sup>6</sup> que funcionam como lentes, fazendo-os enxergar e relacionar toda a comunicação através delas. Ou seja, as representações estão sempre presentes e permeiam as relações sociais, justapondo-se na visão de mundo de cada participante de uma sociedade.

Sobre as representações sociais, Simoneau e Oliveira (2015, p. 282) fazem três afirmações:

[...] (1) a comunicação é o vetor de transmissão da linguagem, que ao mesmo tempo é portadora de representações; (2) a comunicação repercute sobre processos estruturais e formais do pensamento social, na medida em que engaja processos de interação social, assim como de influência, consenso/dissenso e polêmica; e (3) contribui na fabricação de representações que, apoiadas na energética social, são pertinentes para a vida dos grupos sociais (JODELET, 2001; SIMONEAU; OLIVEIRA, 2015, p. 282).

Por meio da afirmação das autoras sobre a comunicação enquanto vetor de transmissão da linguagem e que essa é, conseqüentemente, portadora

---

<sup>6</sup> Ação de unir uma ideia não familiar à realidade; concretizar determinado conceito. Segundo Moscovici (2011), objetivar trata-se de “encher o que está naturalmente vazio com substância”.

de representações sociais, depreende-se que o fomento da comunicação sobre determinados assuntos e situações pode vir a transformar as representações adquiridas sobre esse assunto ou situação. Logo, na tentativa de incluir e incentivar refugiados, como no caso dos projetos que compõem o corpus de análise desta pesquisa, e disseminar tais ações para a sociedade brasileira, seja por meio das redes sociais ou através da mídia, esses projetos buscam estimular a comunicação a fim de que as representações negativas sobre imigrantes e refugiados que circulam no imaginário brasileiro e estão presentes na agenda política conservadora, que ganhou força nos últimos anos no Brasil, sejam progressivamente transformadas.

Ao retomar a afirmação de Queiroz sobre as representações sociais enquanto lentes que atravessam o olhar dos seres sobre inúmeras questões e trazê-la para o cenário atual de imigrantes e refugiados no Brasil, tais “lentes”, aqui tidas como representações negativas, são fortemente reproduzidas na sociedade brasileira e acabam por agredir, invisibilizar e/ou dificultar a vivência de imigrantes e refugiados em sua nova realidade em um novo país, prejudicando-os na conquista de empregos e melhores direitos.

Moscovici (2007, p. 37) ainda afirma que essas representações “são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações”. No entanto, no decorrer do processo de objetivação, o autor ainda discorre que “o que é incomum e imperceptível para uma geração torna-se familiar e óbvio para a seguinte. Isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou dos costumes, embora ambos sejam provavelmente necessários” (MOSCOVICI, 2007, p. 71). Assim sendo, a existência de projetos como Migraflix e Mi Casa, Tu Casa no Brasil auxilia, mesmo que esse não seja o objetivo principal das ações, na transformação das representações que os refugiados possuem atualmente na sociedade brasileira; muitas vezes, vistos como pessoas sem ambições e sinônimo de maior competitividade de mercado de trabalho e qualidade de vida para locais.

A pesquisa compreende que a mudança social pretendida no que tange a direitos de imigrantes e refugiados no Brasil apenas será possível quando acompanhada de políticas públicas efetivas de apoio e socialização de internacionais. No entanto a sociedade civil e ONGs possuem papel fundamental na defesa dos direitos de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, na vigilância do governo e assistência às populações migrantes. Por essa razão, projetos que promovam acolhimento e incentivo, principalmente profissional, a imigrantes e refugiados no Brasil tornam as vivências de nacionais e internacionais mais harmônicas, uma vez que buscam tornar familiar o que antes não era.

Logo os projetos escolhidos que fomentam a inclusão de imigrantes em boa parte buscam disseminar um pouco da cultura dos internacionais que

chegam ao Brasil em uma forma de empreendedorismo social, como é o caso do projeto Raízes na Cidade. No entanto a aceitação desses migrantes apenas pelo que têm a oferecer acaba por transformar pessoas e costumes de determinada cultura em um produto exótico ao olhar brasileiro, a ser consumido enquanto experiência de vida para locais. Ao mesmo tempo em que esse intercâmbio de costumes pode ser visto como uma oportunidade rica de trocas, gera uma integração apenas pelo que os imigrantes têm a oferecer pelo “exotismo” da cultura e novidade do outro, e não através de uma visão humanizada da inclusão de pessoas enquanto seres detentores de direitos e deveres, mesmo que não tenham nada a oferecer em troca. Zanforlin e Amaral (2019, p. 3) afirmam:

O migrante é estimulado a transformar sua condição social e econômica por si mesmo, sem a contrapartida do Estado, na forma de políticas públicas voltadas para a inserção dessa população no mercado de trabalho local. Assim, para o migrante, a alternativa de empreender se coaduna com retribuir atributos pessoais e culturais de seu país de origem, na qual a sua narrativa pessoal passa a singularizar seu “produto”, apresentando-se ele mesmo como uma mídia de si, que convida os brasileiros a uma experiência cosmopolita diferenciada em sua própria cidade, embalada ainda pelo apelo da adesão a uma causa humanitária (ZANFORLIN; AMARAL, 2019, p. 3).

A complexidade do contexto, muitas vezes vulnerável, em que os imigrantes e refugiados se encontram atualmente no Brasil, aliada a projetos que buscam promover mais inclusão e capacitação a esse grupo social e as práticas midiáticas envolvidas no processo, configuram o ponto-chave da pesquisa proposta: analisar as práticas midiáticas de inclusão e de que forma se dão essas ações que buscam inserir internacionais na sociedade brasileira.

### **Proposta metodológica**

Considerando o surgimento das tecnologias de comunicação, a expansão do ciberespaço e a incorporação das redes sociais no cotidiano da sociedade contemporânea, Corrêa e Rozados (2017, p. 3) afirmam que a remodelação do método etnográfico, a fim de captar as novas formas de socialização constituídas no ambiente digital, foi importante para a compreensão das novas dinâmicas sociais.

De acordo com Kozinets (2010, p. 4), a netnografia e a etnografia coincidem ao possibilitar a observação e o estudo das manifestações sociais que despontam no meio virtual, proporcionando maior compreensão do objeto de estudo ao pesquisador. Também retrata realidades e vivências com os seus desdobramentos ocultos e artefatos relacionados, combinando diferentes instrumentos e técnicas e empregando ferramentas de comunicação mediadas

por TICs, como páginas de redes sociais, sites e blogs, podcasts, entre outros. E diferem, entre outras coisas, ao permitir que o pesquisador registre, arquive e acesse os dados coletados a qualquer momento e quantas vezes for necessário, dedicando mais tempo à sua análise no caso da netnografia. Corrêa e Rozados (2017, p. 3) ainda descrevem a netnografia como:

[...] um método de pesquisa, baseado na observação participante e no trabalho de campo on-line, que utiliza as diferentes formas de comunicação mediada por computador como fonte de dados para a compreensão e a representação etnográfica dos fenômenos culturais e comunais. [...] De certo modo, a netnografia não se trata de proposta metodológica inteiramente nova, mas de uma ampliação das potencialidades do método etnográfico tradicional para contemplar as especificidades do ambiente digital (CORRÊA; ROZADOS, 2017, p. 3).

Portanto a motivação na escolha da netnografia enquanto método de coleta de dados para responder ao objetivo específico da pesquisa justifica-se na possibilidade de observar os espaços virtuais nos quais as ações da organização Migraflix<sup>7</sup> e o projeto Mi Casa, Tu Casa<sup>8</sup> estão inseridas e são divulgadas, com o objetivo de chegar ao conhecimento do maior número de refugiados, mas também alcançar membros da sociedade brasileira, voltando o olhar para a importância do incentivo e da inclusão de imigrantes no Brasil.

A coleta dos dados será realizada no site da organização Migraflix e no portal do jornal *Joca*, no qual o projeto social Mi Casa, Tu Casa está amparado. Publicações em redes sociais como Facebook e Instagram também serão consideradas, assim como matérias sobre os projetos veiculadas na mídia jornalística brasileira, a fim de compreender a forma como essas ações são difundidas para a sociedade brasileira. Após a coleta dos dados, organização e interpretação, as informações serão ponderadas por meio de uma Análise do Discurso. Bardin (1977, p. 42) afirma que “essa abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas [...] O analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver” (BARDIN, 1977). Considerou-se a técnica de análise escolhida como mais adequada para o presente por se tratar de uma pesquisa teórica, possibilitando a análise de conteúdo dos materiais coletados, escolhidos de acordo com a relevância para o resultado da pesquisa.

O primeiro e o segundo objetivos específicos que buscam contextualizar a questão migratória no Brasil contemporâneo e discutir a vulnerabilidade e in-

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.migraflix.com.br/>>. Acesso em: 03/08/2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://conteudo.jornaljoca.com.br/mi-casa/>>. Acesso em: 11/08/2021.

clusão social de refugiados no país serão atingidos por meio de um levantamento bibliográfico com autores referência na temática e pesquisas recentes sobre o assunto na área. O terceiro e o quarto objetivos, que são o de identificar e analisar as ações de maior engajamento e repercussão da organização Migraflux e do projeto Mi Casa, Tu Casa e mapear publicações sobre os projetos sociais na mídia brasileira entre os anos de 2020 a 2023, serão alcançados, portanto, por meio da coleta netnográfica e analisados através de uma Análise de Discurso.

O último objetivo será respondido mediante a coleta e análise dos dados, seguindo o roteiro traçado previamente. Como conclusão parcial do trabalho, espera-se realizar uma análise fundamentada sobre as midiáticas de inclusão e incentivo, que buscam integrar imigrantes e refugiados no Brasil social e profissionalmente; os resultados a serem expostos serão majoritariamente qualitativos, ou seja, os resultados serão traduzidos através de conceitos e ideias.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativo%20e%20qualitativo%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>>. Acesso em: 16/08/2021.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.L.], v. 22, n. 49, p. 1-18, 9 maio 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p1>>. Acesso em: 16/08/2021.

GOMES, Davi Luiz; CALOY, Lara Miranda; LARA, Caio Augusto Souza. Clandestino sem papel: as implicações sociais e legais do não acolhimento dos refugiados venezuelanos no Brasil. **Percurso**, v. 3, n. 30, p. 213-216, 2019. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3657/371372032>>. Acesso em: 10/08/2021.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: a arma secreta dos profissionais de marketing**. 2010. Disponível em: <[http://bravdesign.com.br/wp-content/uploads/2012/07/netnografia\\_portugues.pdf](http://bravdesign.com.br/wp-content/uploads/2012/07/netnografia_portugues.pdf)>. Acesso em: 16/08/2021.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. PERMISOS DE RESIDENCIA Y DE ESTANCIA REGULAR CONCEDIDOS. 2021. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/permisos-residencia>>. Acesso em: 05/08/2021.

OBSERVATÓRIO das Migrações Internacionais. **Relatório Anual 2020**. Brasil: Obmigra, 2020. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20\\_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf)>. Acesso em: 12/09/2021.

QUEIROZ, Marcos Marinho Martins de. Comunicação Política e Representação Social: uma relação entre a imagem pretendida pelo político e a significada pelo eleitor. In: **X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã**, 10, 2015. Bauru-Sp: Unesp, 2015. p. 1-15. Disponível em: <<https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/04/dt4-20.pdf>>. Acesso em: 29/09/2021.

SIMONEAU, Adriana Sancho; OLIVEIRA, Denize Cristina de. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros / social representations and media. **Psicologia e Saber Social**, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 281-300, 16 jan. 2015. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2014.14478>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14478>>. Acesso em: 29/09/2021.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti; AMARAL, Renata Maria do. Empreendedorismo para Migrantes: relações entre gastronomia, consumo cultural e economia criativa. **E-Compós**, 22(1), 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.1647>>.

# Migração e violência: breve apontamento sobre os obstáculos vivenciados pelas minorias

*João Clarindo da Silva*<sup>1</sup>

*Cristóvão Domingos de Almeida*<sup>2</sup>

Esta reflexão leva-nos a conhecer uma série de situações que envolvem a sociedade como um todo. A partir do momento em que se discute o assunto, passa-se a reconhecer sua existência, não apenas de um único modelo de família, a família tradicional, em que se encontram ajustadas as figuras de pai, mãe e seus filhos, mas sim em novos formatos ou arranjos familiares, também formados por dois homens ou duas mulheres, dos quais os mesmos já se encontram segurados em leis em relação aos direitos constituídos baseados na liberdade e também no tratamento social igualitário. O presente estudo tem como finalidade refletir e questionar a pluralidade através de um sistema jurídico que leva o ser humano a entender a sistemática da liberdade.

Mediante essa provocação, em que a liberdade de busca de conhecimentos, entre eles conhecer como liberdade a orientação sexual, é vista como uma maneira de concretização dos direitos humanos, a violência, o preconceito e a discriminação não devem ou deveriam encontrar espaços.

Ao aprofundar a pesquisa em relação às raízes históricas da homossexualidade, é notória a percepção de que desde os tempos mais remotos da antiguidade já se conhecia essa prática no seio da sociedade, onde essas eram tidas como algo normal ou até mesmo acolhidas, segundo os preceitos da época, tanto na Grécia Antiga como no Império Romano, onde essa situação era encarada com normalidade, de modo que os ataques violentos eram poupados, não havendo relutância social que pudesse provocar a postura ou segmentos escolhidos pelas pessoas naquele tempo.

Nos povos da antiguidade, a homossexualidade era encarada como algo normal, dentro da naturalidade aceitável do que se pode dizer, pois representava uma evolução da sexualidade. A homossexualidade estava presente tanto na Grécia como no Império Romano e recebia o nome de pederastia. Esse

---

<sup>1</sup> Professor da rede pública e mestrando em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT.

termo era utilizado para explicar o relacionamento íntimo ou erótico entre um homem e um menino. Atualmente, o termo é utilizado para designar não somente o relacionamento erótico entre um homem e um rapaz, mas também qualquer relação homossexual masculina. A pederastia na Grécia antiga era vista sob vários prismas, dependendo da situação. Nesse panorama, o que mais se destaca é a pederastia inserida na educação dos jovens rapazes, pois se entendia que a prática da pederastia institucionalizada era necessária para o desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes. Assim, no decorrer de sua formação acadêmica e/ou preparação para inserção na sociedade, os homens mais velhos, com o consentimento dos familiares, encarregavam-se de instruí-los em todas as esferas formativas, enquanto indivíduos, pois não eram recriminados ou marginalizados perante a sociedade.

De acordo com a descrição no artigo de Souza (2009), os meninos pertencentes às famílias nobres, quando se tornavam adolescentes, eram encaminhados aos cuidados dos homens mais velhos, pois eram considerados sábios e guerreiros, e esses passariam todo o conhecimento aos rapazes, que eram chamados de “efebos”, ou seja, eram jovens adolescentes que dariam iniciação ao processo formativo com o objetivo de se tornar valentes, ousados, competitivos guerreiros e administradores sociais. Nesse sentido, era uma honra para esses meninos serem escolhidos por esses homens mais velhos, chamados de “preceptores”, que assumiam o papel de mestres, preparando-os para a vida pública. Assim, os adolescentes serviam de “mulher” para seus educadores. Todavia somente o polo ativo da relação era valorizado, e apenas a homossexualidade masculina era aceita, pois isso era tratado como pederastia.

Historicamente, é confirmado que, na cidade de Esparta, a amizade ou amor entre dois homens não era visto como uma anomalia, muito pelo contrário, era estimulado pelos exércitos e forças militares, pois se entendia que um soldado homossexual, ao ir combater em campo de guerras, lutaria com uma ousada coragem, que lutava bravamente, sem comparação com os heterossexuais. Isso demonstrava que não estariam lutando apenas para defender o seu povo, mas sobretudo para defender seu amado. Assumindo essa prática postural, contrário aos preconceitos contemporâneos, que faz distinção entre os soldados heterossexuais e os homossexuais, como se os últimos não tivessem capacidade de lutar tão bem quanto os primeiros, pelo fato de ter uma orientação sexual diferente. Dessa forma, observa-se que, no mundo antigo, a homossexualidade era vista como uma necessidade natural, considerada um verdadeiro privilégio dos bem-nascidos. Já a heterossexualidade não recebia tanta importância, uma vez que estava associada somente à procriação, e os indivíduos não eram marginalizados e nem mesmo tratados com brutal violência.

No Império Romano, a homossexualidade também se fazia presente, e assim como na Grécia, esse assunto era visto com muita naturalidade e era conhecido como sodomia. O termo sodomia, na origem bíblica, era usado

para explicitar perversões sexuais, sobretudo ao se referir às práticas tanto por homossexuais como por heterossexuais, porém mais tarde foi sendo utilizado para designar atos sexuais entre homens. O único preconceito que existia em Roma no que se refere à homossexualidade estava sempre relacionado ao indivíduo passivo da relação, pois esse apresentava a fraqueza, a importância política. Dessa forma, pode-se dizer que os indivíduos que assumiam o papel de passivos eram considerados inferiores, ou seja, representavam o papel das mulheres; os escravos e os rapazes tendiam a desenvolver tal papel.

Diante dessas reflexões e análises, vale mencionar que a diferença entre a homossexualidade presente na Grécia e em Roma consiste no fato de que os gregos tinham liberdade para envolver-se com meninos e rapazes livres pertencentes a boas famílias, de modo que os romanos, em se tratando da sexualidade, já que a mesma estava relacionada ao poder de dominação, só podiam relacionar-se com escravos, e nesse sentido eram proibidos de relacionar com meninos ou rapazes livres, evitando dessa forma quaisquer constrangimentos futuros relacionados a essa prática.

## **Memórias, lutas e violência contra a comunidade LGBTQI+ no Brasil**

No Brasil, sobretudo nas tribos indígenas, as homossexualidades eram aceitas da maneira como ocorria nos povos antigos da Europa, em que as diferenças variavam de tribo para tribo, de acordo com suas crenças e costumes. Conforme foram sendo modificados com a influência da moral cristã-judaica, contribuíram para que a violência fosse usada para perseguir indivíduos que praticassem a homossexualidade no país, surgindo penalidades brutais, desumanas, atribuindo arraigadas práticas violentas, crucificando e condenando indivíduos com tal atitude comportamental mediante a sociedade, que, embebidas de preconceitos morais religiosos, sofreram duras penas de perseguição violenta, ocorrendo assim inúmeras mortes nos mais diversos seguimentos da sociedade. Passaram a ser rotuladas de forma negativa, excluídas por seus pares, muitas vezes negando sua existência na sociedade, conforme se encontravam ordenadas socialmente.

A pessoa humana está no centro do ordenamento. Ela possui liberdade sobre si própria, o que não quer dizer que as pessoas terão que ser desrespeitadas pelos outros e nem mesmo por si mesmas ou agir de tal maneira que possam produzir consequências negativas para a sociedade. Esse ordenamento ajustado em cada indivíduo deverá estar alicerçado nos valores humanos, na liberdade e no direito de respeito à autonomia de cada pessoa, possibilitando à mesma a escolha em poder viver como se sentir melhor, desde que essa vivência não venha desabonar nem prejudicar a vida de terceiros.

Vivemos em uma sociedade marcada pela cultura da memória. Infelizmente, somos “assombrados” pelo medo de esquecer e o dever quase obses-

sivo de lembrar dos fatos que ocorreram no percurso da vida, em que essas marcas ficaram latentes nas lembranças, sempre retornando a um passado marcado por marasmos de dificuldades. Essa tendência das marcas que ficaram na memória da sociedade pode ser facilmente observada tanto em processos culturais como na vida privada, em que se busca cada vez mais gravar e arquivar experiências.

Conforme o artigo de Sacramento (2019), “modificamos nossa forma de lidar com o tempo. Abandonamos a interpretação da história guiada pelo progresso, caracterizada por momentos e movimentos do futuro e do presente, em benefício de uma relação temporal baseada em passados presentes, atualizados”. Diante dessa reflexão em nossa atual conjuntura social, a nova característica da cultura da memória surge no imbricamento com as mídias.

A partir desses comportamentos, discutir a partir ou sobre a memória individual ou coletiva sem levar em consideração a inter-relação com os meios de comunicação parece tomar distância dos fatos ou até mesmo impossibilitar tal movimento. Retratando os passados presentes, percebe-se uma imensa produção histórica cada vez mais latente e numerosa. Diante dessa perspectiva, devemos ter cuidados com o papel que o passado exerce nos dias presentes. Conforme afirma o filósofo Nietzsche, mesmo diante dos tempos atuais, a boa consciência e a capacidade de confiar no futuro dependem da justa medida entre “saber esquecer no momento preciso e se lembrar de quando necessário”.

Diante desses imperativos frente à atual conjuntura, muitos questionamentos vêm à tona com seguinte questionamento: quais são os efeitos de sentido das comemorações dos mais de 40 anos do movimento LGBTQ+ no Brasil? Ao analisar sob essa ótica, é possível empreender muitos avanços positivos no que concerne a reconhecimento, visibilidade, entre outros fatores, porém, em contrapartida, em busca dessa visibilidade, sendo reconhecidos perante a sociedade, surgem muita insegurança, medo, violência, danos irreparáveis na vida das pessoas, justamente por se posicionarem em determinado pensamento ou decisão para a vida. Por vários fatores decorrentes na sociedade e da sociedade, o mundo atual vem atravessando uma situação de relações pessoais, intolerância, perseguição, mortes e tantas outras formas de opressão, que muitas pessoas, também reconhecidas como grupos minoritários, sofreram constantemente a insegurança, a perseguição seguida de várias formas de violência, levando os indivíduos a buscar refúgios ou alguns subterfúgios para prosseguir vivos.

Mediante o artigo mencionado por Hadriel Theodoro, na perspectiva teórica conceitual de uma “pós-modernidade”, Harvey (1992) faz apontamentos de características marcantes e substanciais de diferenciação do período histórico que vivenciamos a contínua compressão espaçotemporal. Há muitos acontecimentos, revolução sociais e tecnológicas que reorganizam

o funcionamento e possibilidades de mercados que estão sempre inovando, buscando apresentar novos elementos ou horizontes, possibilitando caminhos diferenciados para as mais diversas formas de consumo. Vivemos num “mundo rizomático”, ou seja, o mundo atual permeado pelas tecnologias tem apresentado uma série de possibilidades de escolhas e consumo em tempos recordes de velocidades. Nesse sentido, há de salientar que tal compreensão impacta diretamente tanto as práticas político-econômicas como a vida social e cultural, atingindo em maior ou menor grau inclusive a dimensão do sujeito, concernente aos modos de pensar, sentir e agir (HARVEY, 1992).

Perante essa afirmação, outro elemento indispensável para o desenvolvimento e a concretização das ideias é da comunicação, sobretudo aquela mediada com a utilização dos meios tecnológicos, em que o diálogo se fortalece, ganhando uma dimensão extraordinária, isso porque a forma com que nos relacionamos no cotidiano reflete e retrata as transformações espaçotemporais, gerando dessa forma avanços nas tecnologias que contribuem para que tais informações e comunicação estejam cada vez mais próximas e, ao mesmo tempo, para que sejamos capazes de nos fragmentar em diversos espaços, gerando dessa forma deslocamento das fronteiras e nas fronteiras.

Nesse sentido e convite de reflexão em que concernem as facilidades de inter-relacionamentos, ressurgem também, acerca do título desta descrição, as inúmeras dificuldades para resolver a diversidade de obstáculos que são abertos, provocando uma série de dúvidas, medos, fragilidades perante tantos obstáculos com quais os indivíduos se deparam na atualidade com inúmeras situações que os tornam invisíveis, angustiados ou até mesmo negados em relação à própria identidade humana.

Em se tratando da comunidade minoritária no que se refere ao mercado de trabalho, essas minorias sofrem muitas situações de perseguição ou exclusão. É de conhecimento geral que a crise que vivemos no Brasil nos últimos anos traz uma demonstração numérica cada vez mais preocupante com relação à taxa de desemprego. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, o Brasil atingiu um índice de 11,6% de desempregados. Ao se referir às minorias, o resultado é ainda mais alarmante, uma vez que essas pessoas sofrem diariamente com preconceito, exclusão, violação de seus direitos e dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Diante dessa informação, é possível notar que as dificuldades dos LGBTIQ+ são imensas, e superar tais obstáculos é algo muito desgastante diante daquilo que vivem no cotidiano de suas vidas ao buscar o mercado de trabalho. Apesar de ocorrer no Brasil uma luta constante para que haja uma legislação mais rigorosa contra a homofobia e preconceito de gênero, o que os dados mostram é alarmante, especialmente no que se diz à comunidade LGBTIQ+ no mercado de trabalho, pois encarar o mercado de trabalho e

arrumar um emprego é desafiador e difícil até mesmo para os heterossexuais; para a comunidade LGBTIQ+ o desafio é maior ainda.

Diante dessa dificuldade, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Center for Talent Innovation, 61% dos funcionários gays e lésicas decidem esconder sua sexualidade de gestores e colegas em razão do medo de perder o emprego. A referida pesquisa ainda demonstrou outros dados preocupantes em nossos dias, em que os números demonstraram a realidade social.

- 33% das empresas do Brasil não contratariam para cargos de chefia pessoas LGBTIQ+;
- 41% dos funcionários LGBTIQ+ afirmam ter sofrido algum tipo de discriminação em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho;
- 90% de travestis prostituem-se por não ter conseguido nenhum outro emprego, até mesmo aqueles que têm boas qualificações.

Apesar desse quadro assustador, os debates e discussões sobre o tema têm aumentado, especialmente nas empresas multinacionais, buscando melhor conhecimento, reconhecendo dessa maneira que, em primeiro lugar, são pessoas humanas e sobretudo pessoas com direitos e deveres perante a sociedade em que estão inseridas. Assim grandes empresas de diversos segmentos passaram a promover o FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTIQ+, no qual têm como objetivo criar condições e assegurar políticas e práticas para incluir a população LGBTIQ+ no mercado de trabalho brasileiro.

O processo de inclusão do público minoritário no mercado de trabalho teria mais avanços se os colaboradores assumissem sua orientação sexual no universo corporativo, o que muitas vezes não ocorre em razão dos tabus, preconceitos e do ambiente hostil das organizações. Por esses motivos entre tantos outros, uma das iniciativas tomadas pelas companhias que apoiam a causa é a adesão a uma causa, é a adesão a uma carta chamada “Dez Compromissos da Empresa com a Promoção de Direitos Humanos LGBTIQ+”, que dispõe sobre a construção de um ambiente respeitoso e com comunicação adequada, bem como o engajamento da alta liderança, entre outros pontos. Em contrapartida, as estatais costumam ter uma cultura mais fechada em relação à iniciativa para a ascensão, inclusão e desenvolvimento da população minoritária. O Brasil ainda precisa fazer acontecer diversos avanços no que diz respeito à comunidade LGBTIQ+ no mercado de trabalho, dando à mesma certa visibilidade e ao mesmo tempo reconhecendo como pessoa, pessoa de total direito, deveres e liberdade. No entanto as iniciativas de valorização da diversidade sexual e de gênero já começam a fazer diferença em algumas empresas. Assim, é de fundamental importância denunciar os atos de preconceito para que um dia alcancemos um país com igualdade e respeito.

Na mesma linha de pensamentos, em relação à rejeição à comunidade LGBTIQ+, pode-se estender um amplo diálogo em relação aos imigrantes, onde temos que ponderar que tanto as visualidades como as visibilidades estão marcadas em práticas no cotidiano da sociedade, uma vez que a nossa relação social está, direta ou indiretamente, mediada pelas imagens (BAITELLO, 2010). Onde estão os imigrantes? De onde estão vindos e onde pretendem chegar? Estes questionamentos em nossa contemporaneidade já são corriqueiros, pois diariamente esses encontros passaram a ser cada vez mais frequentes em nossos dias, pessoas vindas de todos os lugares à procura de um espaço para se estabelecer ou em busca de novas seguridades de vida, bem como da própria moradia e alimentação.

O número atual de imigrantes no Brasil no começo do ano de 2019 é de cerca de 750 mil pessoas, ou seja, um número muito significativo para os padrões da América Latina. Diante dos fatos e acontecimentos planetários, esse número tende a aumentar por conta da Lei de Imigração, que foi, por sua vez, aprovada em 2017; além de estimular a chegada de imigrantes ao Brasil, também facilita a vida de profissionais qualificados para vagas de emprego no país, mas também refugiados em sérias condições de vulnerabilidade social. Durante o ano de 2017, mais de 25 mil autorizações de trabalho a imigrantes foram concedidas pelo governo brasileiro; dentre essas indicações, profissionais qualificados de acordo com os relatórios anuais “Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil”.

O maior problema enfrentado pelos imigrantes no país de fato foi um grande fluxo de pessoas, gerando dessa forma uma demanda de infraestrutura que pudesse acolhê-los, porém é notória a ineficácia do Estado brasileiro em acolher essas pessoas de forma digna e sistemática. Mesmo diante da facilitação jurídica para a regularização de estrangeiros no país, ainda é refletida a falta de instrumentalização de integração social para que haja uma melhor maneira de acolhimento, principalmente se levarmos em conta os refugiados que alegam situação de completa fragilidade perante o “novo” espaço onde se encontram. O Brasil, enquanto país monolíngue, onde a maioria da sociedade não domina outro idioma senão a língua portuguesa, os imigrantes sofreram muito desprezo social, político, econômico e até mesmo religioso diante dos fatos vividos momentaneamente, e por isso ocorreram inúmeras dificuldades com a socialização, inserção social, bem como a aplicação de políticas públicas aos imigrantes, principalmente, os que dependem de acolhimento e atendimentos em locais públicos.

Diante dessas perspectivas, toda visibilidade inclui alguma forma de invisibilidade, dando até mesmo para exemplificar com a relação entre luz e sombra. É por isso que políticas de visibilidade associam-se intrinsecamente

com o que afirma Garcia Conclini (1999), o qual nomeia de “políticas de representações” onde as visibilidades são ordenadas em relação à determinada situação, isto é, mediadas socioculturais e atravessadas pelas diversas institucionalidades e seus interesses (estética, de formato de discurso). A partir dessa busca de se tornar visíveis, há sempre alguns obstáculos que podem dificultar certo avanço ou conquistar algo devido a várias situações que possam estar distanciando mecanismos que facilitem posicionar perante a real situação em meio ao que encontra. As políticas de visibilidade estão, desse modo, criando situações que possam estabelecer mecanismo de debate momentaneamente.

Em se tratando de mecanismos que possam auxiliar os imigrantes a ter acesso às informações e até mesmo outras necessidades, como já citado anteriormente, a falta de diálogo/informação, dificuldades com o idioma e o acesso à documentação são os principais obstáculos, não apenas para os estrangeiros que chegam ao país, mas também para a comunidade minoritária onde se pode citar LGBTIQ+. Ao fazer esses questionamentos, depara-se com muitos entraves de dificuldades em relação aos imigrantes que sofreram e ainda sofrem uma série de ações que dificultam ter acesso aos mais simples pedidos, como ações de enfrentamentos violentos, piorando ainda mais a situação. Entre os imigrantes há um número muito elevado; cerca de 70% relatam ter sentido discriminação no acesso a serviços públicos pelo fato de ser imigrantes, e entre esses cerca de 18% afirmam ter sofrido violações de seus direitos. Entre esses desafios institucionais apontados estão o idioma como barreira primária e primordial para o atendimento aos imigrantes; a escassez de recursos humanos para atender e levantar dados específicos; e a falta de entendimento das diretrizes e regras de migração e dos direitos humanos no Brasil, pois é a partir dessa forma que viabiliza facilitar mecanismos de atuação na concretização dos fatos é que possam aparecer os primeiros passos positivos no sentido de acolhimento e apoio as imigrantes, bem como para tantos que estão às margens precárias da sociedade em busca de ter um respaldo de atendimentos primários, que possam ser (re)conhecidos ou visualizados enquanto pessoas humanas de capacidade e de direitos.

Há tantos outros fatores; destacam-se a necessidade de alteração da legislação, a criação de novas formas de regularização migratória por meio de regulamento legislativa e a adoção ou adaptação de políticas públicas para os imigrantes. Essa melhoria deverá ser manifestada através do acolhimento e da proteção, tanto aos imigrantes como à comunidade LGBTIQ+ é precisa uma série de ações, entre elas assegurar todos os direitos, independentemente do status migratório e da regularidade migratória dessas pessoas no Brasil.

## Considerações finais

É fundamental que se priorize o acesso à moradia adequada e ao trabalho, condições principais que fortalecem a visibilidade social bem como os estimulem a encontrar mecanismos que facilitem acessar atendimentos sociais, políticos e até mesmo religiosos, conforme sua expressão ou modo de cultivar sua religiosidade. O atendimento e o acesso a informações devem ser possíveis em outros idiomas e deve haver pessoas preparadas, com domínio em outras línguas, para a realização desse atendimento, pois é a partir dessas orientações em relação ao contexto social que se poderá amenizar todas as formas de exclusão social, xenofobia, preconceitos com os imigrantes, bem como também ao grupo minoritário que amarga profundos descasos em suas vidas, onde em muitos casos, além de serem excluídos, marginalizados, perseguidos, ainda são hostilizados devido à maneira que escolhem para viver, tendo que procurar manter-se em sério anonimato social para poupar a própria vida ou possíveis meios que possam garantir sua sobrevivência através do trabalho. Nesse sentido, é indispensável que sejam criados mecanismos para amenizar um pouco mais as situações embaraçosas que perneiam a vida dessas pessoas, que são excluídas da sociedade local ou estrangeiras, e as dificuldades vividas por esses grupos denominados de minorias continuam sendo alarmantes diariamente, e infelizmente a violência continua ocorrendo, ceifando ainda mais inúmeras vidas prematuras.

Podemos perceber que as conquistas recentes vêm acompanhadas do aumento da intolerância e dos crimes de ódio em relação ao grupo LGBTQ+ como também aos imigrantes que estão em constante busca de refúgio e que, em muitos casos, são vitimados pela invisibilidade social, tornando cada vez mais desafiadora a vida nos tempos atuais.

O mundo atual terá uma extensa tarefa em busca de mecanismos de defesa que possam ver o ser humano em sua totalidade, seus valores e perspicácia perante a sociedade, ressignificando o caráter de movimento social, e passa a realizar um trabalho em conjunto de movimento social e a realizar um trabalho em conjunto com o governo em todas as suas esferas para que juntos possam dar sentidos significativos à pessoa que vem sofrendo essas disparidades negativas no mundo atual. Muitos avanços tornaram-se possíveis e foram conquistados ao longo dos anos de luta do movimento LGBTQI+ brasileiro. Poucos foram por iniciativa do Legislativo, uma vez que a força política dos partidos, financiada e ligada às igrejas, em especial às neopentecostais, o que vem demonstrando a conjuntura, é mais forte do que partidária a causa humanista em prol dos direitos humanos.

Diante do tema tratado, Mott (2003) diz que se trava uma luta por legitimar a diversidade, seu valor, o respeito à diferença, o comércio com as diferenças, a defesa das identidades sexuais e preservação das particularida-

des culturais com igualdade de direitos sociais, políticos e sociais. Somente diante dessa visibilidade e ressignificações humanas e sociais é que se torna possível uma convivência harmoniosa, respeitando as particularidades do ser humano em todas as esferas de vida.

## Referências

- BAITELLO, N. **A serpente, a maçã e o holograma**. São Paulo: Paulus, 2010.
- GARCÍA CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais na globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- MOTT, Luiz. **Homossexualidade: Mitos e Verdades**. Salvador: Editor Grupo Gay da Bahia, 2003.
- LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade. Ciência e consciência. BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais – aspectos jurídicos**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 41-43.
- SOUZA, Ivone Coelho de. Homossexualismo, uma instituição reconhecida em duas grandes civilizações. In: Instituto interdisciplinar de direito de família – IDEF. **Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas**. Curitiba: Juruá, 2001.
- THEODORO, H. G. S. Paradoxos da (in)visibilidade na migração LGBTQ+. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 12, p. 143-158, 2019.

# O paradigma da inclusão e da exclusão dos catadores de resíduos no mundo do trabalho na sociedade contemporânea

*Solange Fátima de Oliveira Cruz<sup>1</sup>*

*Débora Cristina Tavares<sup>2</sup>*

## Introdução

O modelo de desenvolvimento vigente, aliado ao incremento tecnológico e científico, baseado num contexto de ideário neoliberal, hegemônico e no pensamento desenvolvimentista, ocasionou na sociedade contemporânea conforto para alguns com concentração de renda, crescente geração de resíduos, degradação ambiental, altas taxas de desemprego, ampliação das desigualdades sociais, entre outros fatores. Com base nessa complexidade podemos afirmar que estamos numa crise civilizatória e ambiental, imbricada na cultura de produção e consumo contemporâneos.

Essa sociedade é marcada por avanços tecnológicos que dinamizam os fluxos de informação e a velocidade de sua produção, mas também incrementam desigualdades sociais, materialismo, superficialidade, etc.

Assim, a sociedade contemporânea desenvolve um arranjo em que as relações entre a cultura, recursos sociais, modos de vida e os recursos materiais e simbólicos são usados para construir identidades e orientar suas relações com os outros, alimentando a desigualdade que acentua a distância entre pobres e ricos.

Segundo Lipovetsky (2007, p. 07), “a febre do conforto ocupou o lugar das paixões nacionalistas e os lazeres substituíram a revolução”, e, assim, na segunda metade do século passado, nasceu uma nova modernidade. Esse autor (2007, p. 28) destaca que ocorreram duas fases: uma que “democratizou a compra dos bens” e outra que concluiu o processo “colocando à disposição de todos, ou quase todos, os produtos emblemáticos da sociedade de afluência: automóvel, televisão, aparelhos eletrodomésticos”.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: solangecruz.residuos@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: dedetavars@gmail.com.

Nesse contexto, os objetos são olhados como puro *fetichê*<sup>3</sup>:

[...] hiperconsumidor já não procura tanto a posse das coisas por elas mesmas, mas, sobretudo, a multiplicação das experiências, o prazer da experiência pela experiência, a embriaguez das sensações e das emoções novas (LIPOVETSKY, 2007, p. 54).

Observamos esse fato a todo momento, quando escutamos pessoas comentarem que, quando passeiam no *shopping* fazendo compras, ficam contentes, se distraem e se sentem empoderadas.

O célere crescimento das grandes cidades e a conseqüente expansão do mercado consumidor urbano, aliados às práticas culturais de caráter consumista, em certa medida impulsionadas pela obsolescência programada dos produtos, conduzem à produção exponencial de resíduos (PIRES, 2018, p. 65).

Esses resíduos oriundos do descarte da sociedade contemporânea são os produtos consumidos pelos seres humanos catadores de resíduos nos lixões<sup>4</sup> ou nas ruas das cidades.

Para tanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o paradigma da inclusão e exclusão dos catadores de resíduos sólidos na contemporaneidade e registrar um breve histórico das políticas públicas em Mato Grosso nas duas últimas décadas.

Apresentamos este trabalho em três partes. Esta introdução contextualiza o tema; numa segunda parte relacionamos a sociedade de consumo e o catador; na terceira parte, discutimos a situação paradoxal da inclusão dos catadores de materiais recicláveis no mundo do trabalho e sua exclusão social; na quarta parte, os catadores e as políticas públicas: breve percurso histórico em Mato Grosso; e na quinta e última parte, apresentamos algumas considerações dos assuntos que foram discutidos no decorrer do desenvolvimento deste trabalho.

## **A sociedade de consumo e o catador**

À medida que o consumo aumenta, é incrementada quali-quantitativamente a geração de resíduos que são jogados fora e chegam aos lixões nas periferias das cidades. É nesse tipo de ambiente de grande putrefação que os

---

<sup>3</sup> Fetiches – “são o modo como uma sociedade (ou um indivíduo, no caso psicológico) investe de valor uma coisa, atribuindo-lhe uma síntese de princípios heterogêneos, por exemplo, princípios morais, espirituais, eróticos” (VOLLI, 2006, p. 178-179 apud CECCATO *et al.*, 2012).

<sup>4</sup> Lixões são áreas degradadas pela deposição de resíduos que entram em decomposição, contaminando o solo, o ar e as águas; de acordo com a composição química e biológica, possuem propriedades teratogênica e carcinogênica, toxicidade, corrosividade, inflamabilidade, reatividade, etc. Pela lei são considerados crimes ambientais, além de ser ambientes criadouros de insetos e roedores veiculadores de doenças humanas e veterinárias.

catadores trabalham para obter seus sustentos e de suas famílias. O trabalhador catador (homem ou mulher), de acordo com Pires (2018, p. 65), é

[...] sujeito marginalizado pelas classes dominantes, destituído de uma condição social digna, que tira seu sustento da catação de resíduos, apropriando-se do que foi descartado, seja restituindo-lhe suas funções originais, seja vendendo-o como material reciclável.

Para a sociedade de consumo, apesar de incômoda, a presença dos catadores é de suma importância para a estabilidade do sistema produtivo, tendo em vista que são eles que dão conta do refugo gerado pela sociedade (PIRES, 2018, p. 70).

Assim como para os habitantes da cidade Leônia de Calvino (2005, p. 105), descrita no livro “Cidades Invisíveis”, o consumo exarcebado realizado por seus habitantes, que nutrem um desejo insaciável por coisas novas produzem montanhas de resíduos que são levados para longe de suas residências. Essa é uma situação que ocorre na realidade das cidades contemporâneas.

Segundo Bauman (2005, p. 76 apud PIRES, 2018, p. 70), “os consumidores do topo de nossa estrutura social capitalista precisam de pessoas ‘do tipo que não evitará tocar e manusear o que já foi destinado ao monte de dejetos’ [...]”.

Tamanha quantidade de resíduos gerada por nossas sociedades consumistas deixa evidente, nas palavras de Bauman (2005, p. 38), que “o refugo é o segredo sombrio e vergonhoso de toda a produção”. Para os consumistas, os resíduos, por se constituírem em coisas inutilizadas, só ocupam espaço e tornam sujos os ambientes, por isso são encarados como algo ameaçador, já que sua presença macula a limpeza da vida cotidiana dos consumistas. Enquanto uma iminente ameaça, os objetos considerados lixo são afastados, enviados para locais muito distantes dos espaços de vivência. Com isso, de acordo com Bauman (2005), os resíduos se tornam ao mesmo tempo *invisíveis*, precisamente porque os sujeitos desviam o olhar em relação a eles, e *inimagináveis*, porque eles os extirparam de seus pensamentos (PIRES, 2018, p. 69).

Gambaro (2012) em seu trabalho intitulado “Bourdieu, Baudrillard e Bauman: O Consumo Como Estratégia de Distinção” busca refletir sobre a evolução do consumo econômico e cultural como forma de distinção entre as classes sociais no decorrer do século 20, analisando “o comportamento da classe média: da motivação das escolhas, do gosto, às consequências do consumo realizado por determinado estrato social” (GAMBARO, 2012, p. 19). Com base nesse autor (2012, p. 20), observa-se que

[...] Bourdieu lança um olhar mais panorâmico sobre a construção do gosto da classe média [...] no momento de emergência de uma

classe ‘pequeno-burguesa’, composta de trabalhadores de outras áreas [...].

Baudrillard (1983) percorrendo um caminho analógico acrescenta elementos da semiologia para definir diferentes significados que os objetos assumem de acordo com a classe estudada.

E nesse contexto, Bourdieu e Baudrillard encontram o consumo material como elemento diferenciador de classes e de exclusão.

Bauman (2007) acrescenta que o consumo, além de ser um elemento de distinção, é também um elemento de inclusão.

[...] Se a modernidade traz vários problemas consigo, o consumo – força motriz do capitalismo – se traveste como única solução (ou única porta de saída). Assim, tudo se torna ainda mais transitório e conseqüentemente mais descartável (GAMBARO, 2012, p. 20).

Segundo o conceito da modernidade líquida, “os seres humanos se puseram a ‘derreter tudo que é sólido’ e a ‘profanar tudo que é sagrado” (BAUMAN, 2004, p. 119 apud GAMBARO, 2012, p. 24).

A sociedade contemporânea, em que o consumo aparece como sistema de valores, com a satisfação das necessidades individuais, destaca-se como “elemento da estratégia de poder” (BAUDRILLARD, 1996, p. 33 apud GAMBARO, 2012, p. 26). Essa estratégia de poder com satisfação no descarte daquilo que foi substituído por um mais novo leva à formação de pilhas de resíduos disponíveis à subalternidade dos catadores que catam, selecionam e classificam, ressignificando o material em recursos para a reciclagem e para sua sobrevivência. Assim, conforme Macedo (2014, p. 68):

[...] O consumismo é motivado pelo egoísmo e necessidade criada de satisfação dos prazeres pessoais. Ser abastado é ser aceito e feliz. Os que não possuem condição de saciar os seus desejos, revelando-se financeiramente frágeis, vivem à margem da sociedade, sendo muitas vezes alvo de preconceito.

Esse contexto, aliado ao crescente desemprego, contribui para a “precarização do trabalho” (ANTUNES, 2013, p. 55) com a formação de um grande “exército de excluídos”. Segundo Marx:

[...] população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização do material

humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Esse *modus operandi* da sociedade exclui aqueles que não têm condições mínimas de adquirir e que são empurrados para trabalhar nos lixões na tentativa de obter recursos financeiros para consumir e sair da invisibilidade para viver daquilo que sobra do consumo de quem tem o poder de compra. E, nesse contexto, os catadores resignam-se à função imposta, o que ressalta sua importância para a conservação ambiental, contribuindo para a reciclagem de resíduos.

Desse exército de excluídos nasce o catador. O *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR (2019) estima que “existem cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade no país, a maior parte dos catadores do gênero feminino, cerca de 70% da categoria”. E destaca que esses “profissionais são responsáveis por 90% de tudo o que é reciclado hoje no Brasil”.

A esse cenário soma-se a crise que se apresenta no mundo do trabalho, evidenciada no aumento do desemprego e do emprego precarizado, tendo como consequência altos índices de exclusão e desigualdades sociais. Esse cenário conduz a uma “força de trabalho livre para o capital” (MARICATO, 2001), contribuindo para a inserção subalterna e subordinada ao mercado de trabalho. É nessa situação de extremo trabalho precarizado que esse catador de resíduos sobrevive e recolhe o lixo das sobras de uma sociedade preocupada em consumir cada vez mais.

Nessa performance, associa-se o catador ao lixo, ao descarte, ao sujo, àquele que fica à margem, ao marginal, ao bandido, ao malfeitor, entre outros termos inadequados para o profissional catador. Segundo Maffesoli (2008, p. 81):

[...] Basta, portanto, atentar para os sinais do tempo, para ver que nossas sociedades são animadas, de modo orgânico, pelo jogo das imagens, e que podemos caracterizá-las, de várias maneiras, por um estilo que acentua ao mesmo tempo a estética, o cotidiano e o comunicacional, [...] o simbólico.

Essa conjuntura temporal pode ser corroborada pelo que o mesmo filósofo destaca:

[...] A forma não deixa de valorizar o corpo, as imagens, a aparência, ela é formante, isto é, ela forma o corpo social; em outras palavras, ela é fazedora de sociedade. Nesse sentido, a “enformação” cristaliza a vida em sociedade num dado momento (MAFFESOLI, 1998, p. 84-85).

Maffesoli embasa-se no “sentido dual de forma”, e a controvertida distinção entre forma e conteúdo evidencia, no programa analítico simmeliano<sup>5</sup>, a natureza problemática da dinâmica da experiência vivida e os modos sociais de organização (MAIA, 1999, p. 51). Aqui apresentamos Focillon (1983, p. 9) quando comenta que a forma é “como uma obra de arte num sistema de relações complexas, é matéria, é espírito, é forma e é conteúdo”. E, acrescentando uma escritura de Balzac, Focillon comenta:

[...] Balzac escreveu em um dos seus tratados políticos: ‘Tudo é forma, e a própria vida é uma forma’. Não apenas toda atividade se deixa discernir e definir à medida que toma forma, que inscreve sua curva no espaço e no tempo, como, mais ainda, a vida age essencialmente como criadora de formas. [...] Devemos encarar a forma em toda a sua plenitude e sob todos os seus aspectos, a forma como construção do espaço e da matéria, que ela se manifeste pelo equilíbrio das massas, pelas variações do claro ao escuro, pelo tom, pela pincelada, pela mancha, quer se trate de arquitetura, escultura, pintura ou gravura (FOCILLON, 1983, p. 11).

Entendemos que a forma é dada à formatação da sociedade na dinâmica temporal e espacial, que vivemos e às vezes sentimos, mas difícil é sermos os únicos autores de nossas decisões. Pois estamos imersos num fluido societal e comunicacional, agindo e reagindo essencialmente como se resultado somente de nossa forma de pensar. O difícil é sairmos dessa dinâmica que faz com que nossos corpos continuem nesse estado, como se analogamente relacionado à primeira lei de Newton<sup>6</sup>. Mas entendemos que esse deslocamento é necessário e precisamos vislumbrar a execução de suas estratégias, ações e medidas, nesse caso, para a inclusão social das catadoras e dos catadores de resíduos.

### **A inclusão dos catadores de materiais recicláveis no mundo do trabalho e sua exclusão social**

Partindo das transformações no mundo do trabalho, pode-se inferir que é crescente e expressivo o número de trabalhadores que se encontra sob condições que configuram a exclusão social, cujo conceito lança luz, segundo Guimarães *et al.* (2002, p. 14), sobre “as facetas múltiplas do econômico, do

---

<sup>5</sup> Simmel, ao focar sua atenção nos “detalhes”, nas “falas descompromissadas”, “nas banalidades” da vida social, faz divergir nossa reflexão do “centro” institucional da sociedade e convoca-nos a apreender a riqueza da experiência do cotidiano e as múltiplas relações interativas que escapam do controle administrativo, da regulamentação legal ou do alcance político. (MAIA, 1999).

<sup>6</sup> Todo corpo persiste em seu estado de repouso ou de movimento retilíneo uniforme, a menos que seja compelido a modificar esse estado pela ação de forças impressas sobre ele. (NUSSENZVEIG, 2013).

social, do político, do psicológico e do geográfico que se perdeu para cada um frente ao estado de destruição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos”.

É concepção de Guimarães (2002) que nos possibilita discorrer sobre esse assunto no contexto dos catadores em seu trabalho, que, ao mesmo tempo que os inclui como trabalhadores no ramo da reciclagem, também os estigmatiza, pois a mesma atividade que oportuniza a inserção no mercado de trabalho é condição eficiente de exclusão social e invisibilidade. Esse cenário mostra a necessidade de uma mudança no seu ambiente de trabalho, deixando de ser o lixão ou a rua para ser uma usina de triagem e reciclagem com tecnologias apropriadas social e ambientalmente, na qual o material recebido pelos catadores tenha origem na coleta seletiva. Isso para aqueles que desejam continuar no ramo da reciclagem.

Mas, para que isso ocorra, é condição premente que essa situação de homens e mulheres trabalhadoras saia do nível do discurso e entre no da ação, do ponto de vista estratégico, rumo à sobrevivência da humanidade numa visão planetária. E, assim, à compreensão do espaço/tempo de uma sociedade, segundo Silva e Vieira (2016, p. 24),

[...] é de fundamental importância para entendermos que a exclusão social foi construída historicamente através de seus mecanismos sociais, econômicos, culturais, geográficos, políticos, étnicos, de gênero que demarcam as posições sociais, as distâncias, desigualdades e diferenças entre as diferentes classes sociais.

O conceito de exclusão social, em suas múltiplas dimensões, apresenta-se como uma ferramenta de análise das desigualdades históricas e suas circunstanciais formas no mundo do trabalho. Analisando a sociedade contemporânea, levando em consideração cada uma dessas dimensões, observamos a crescente desigualdade social e a pobreza fundamentais na manutenção e no incremento da exclusão social e, conseqüentemente, de acordo com Sposati (apud SILVA; VIEIRA, 2016, p. 26), “a exclusão, a negação da cidadania, com a impossibilidade de obtenção a outros elementos de natureza atitudinal, comportamental, social, etc”.

Numa visão mais perversa, a exclusão social chega a um nível mínimo de sobrevivência do corpo com suas necessidades materiais e subjetivas, suas vontades e seus desejos retirados ou negados, conforme afirma Vieira (2005, p. 25).

Sobre os catadores são criados

[...] pensamentos e imagens negativas e/ou pejorativas sobre grupos desfavorecidos e, assim, disseminando ideias que soam como verdades que acabam sendo adotadas por grande parte da sociedade, como o discurso hegemônico de culpabilização da situação de pobreza ao indivíduo (ARRUDA, 2002 apud VIEIRA, 2016, p. 27).

Vale destacar que essas rupturas causam diversas outras, que maximizam as possibilidades de uma série de não relações na vida dos catadores, vistos como indivíduos socialmente ameaçadores, como perdas nas relações afetivas e familiares, que também acentuam segregações culturais, espaciais, materiais e imateriais.

Essa sinergia como uma roda-viva, dinâmica e retroalimentada continuamente pelo capitalismo performaticamente, aclama o aumento da pobreza de muitos e da riqueza de poucos. É nesse teatro suntuoso do sistema econômico contemporâneo que seres humanos garimpam e disputam resíduos para sua sobrevivência nos lixões ou nas ruas. E, nesse processo formativo e imperativo do corpo social, o catador resigna-se ao trabalho nas condições resultantes do descarte inadequado dos resíduos gerados pela sociedade.

Nessa clara e explícita (de)formação, concordamos com Demo (2002 apud SILVA; VIEIRA, 2021, p. 29) quando expõe que “todos podem ser tocados pela exclusão, mas é que este risco é desigualmente repartido”.

E nesse contexto, fomos a Sawaia (2001, p. 98) em seu posicionamento quando declara o seguinte:

[...] É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável pela sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.

No sentimento que nos envolve como seres humanos, necessitamos sair da simples posição de ator que não incorpora o drama na aparência de seus órgãos dos sentidos e nos movimentarmos para a mudança. Pois, na medida que conhecemos o problema (no cotidiano), devemos nos deslocar da posição de neutralidade frente à situação de exclusão social imposta. Pois “a práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade” (KOSIK, 1976, p. 202).

Em momentos de descontração ao lermos O Profeta, de Khalil Gibran (2018, p. 98), deparamos-nos com um conto que transcrevemos aqui parcialmente, que reforça a ideia de que precisamos conciliar a nossa fala à nossa conduta.

E um velho sacerdote disse: Fala-nos da religião.

E ele disse:

Falei hoje de outra coisa?

A religião não é todos os feitos e toda reflexão?

E que não é nem feitos nem reflexão, mas uma maravilha e uma surpresa que surgem continuamente da alma, mesmo quando as mãos talham a pedra ou talham no tear?

Que pode separar sua fé de suas ações ou sua crença de suas ocupações?

Quem pode distribuir as horas à sua frente e dizer: “Isto é para Deus e isto é para mim; Isto é para minha alma e isto é para meu corpo?”

Todas as vossas horas são asas que batem através do espaço, de ser em ser.

Seria melhor que aquele que usa sua moralidade como sua melhor roupa andasse nu.

O vento e o sol não farão buracos em sua pele.

E aquele que define sua conduta pela ética aprisiona seu pássaro que canta em uma gaiola.

A canção mais livre não vem através de barras e arames.

E aquele para quem a adoração é uma janela, para ser aberta e também fechada, ainda não visitou a casa de sua alma, cujas janelas estão abertas da aurora até a aurora.

O trabalho dos catadores ganha na atualidade grandes proporções de manter a cadeia da reciclagem como fonte de material (resíduos) para seu funcionamento, já que as máquinas não realizam o trabalho de catação. Essa força de trabalho é percebida pelos gestores privados, que se empenham em apresentar para esses trabalhadores vantagens na prática do microempreendedorismo individual (MEI), fato que estimula os catadores a deixar as cooperativas e associações e se transformar numa MEI. Segundo Antunes (2009, p. 131), John Holloway

[...] ao discorrer sobre as diferentes formas de entendimento do estranhamento (da alienação), afirma que como condição ele assim se expressa: Se humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx –, então alienação significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetificação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e essa subjetividade é apropriada por outros [...] Ao mesmo tempo, como o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também a subjetificação do objeto (HOLLOWAY, 1997, p. 146).

A referida transformação em MEI, apesar de agregar algum benefício financeiro imediato ao catador, incrementa o caráter subalterno de seu trabalho e reificação. Essa situação nos envia a Antunes (2009, p. 133).

Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é diretamente mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência. O que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos no mundo do capital, diferenciados quanto à sua incidência, mas vigentes como manifestação que atinge a totalidade da classe-que-vive-do-trabalho.

Os catadores, agentes ambientais de grande importância, excluídos pela sociedade que não faz questão de (re)conhecê-los e os olha como incômodo para si e para o Estado, que teria que executar políticas públicas impostas por leis ambientais, entre outras leis. Silva e Vieira (2016, p. 36) relatam que esses profissionais são vistos “como ameaçadores porque, a qualquer momento, podem se revoltar e, através de movimentos, lutar por melhorias que seriam uma ameaça à ordem vigente”.

### **Os catadores e as políticas públicas: Breve percurso histórico em Mato Grosso**

Os crescentes problemas sociais, como o aumento da pobreza e grandes desigualdades, têm exigido dos governos políticas públicas para seu enfrentamento, buscando inovações e construção de alternativas tecnológicas e sociais que possam melhorar a vida dos catadores de resíduos.

Com a persistência e o aumento de problemas da humanidade, como a pobreza, os efeitos das mudanças climáticas e os chamados “problemas perversos”, considerados complexos, surgiram novas perspectivas interdisciplinares e multiformes sobre essa temática, e a noção de inovação social tem ganhado cada vez mais importância nas esferas culturais, sociais, políticas, econômicas e psicológicas (PATIAS *et al.*, 2017 apud SQUAREZZI, 2017, p. 3).

Nas políticas públicas para a democratização dos recursos materiais, com inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos catadores, é necessária a valorização dos saberes desses profissionais, com a presença deles na mesa de discussão dos trabalhos para a definição de estratégias para a aplicação de recursos, pois todos possuem saberes que devem ser compartilhados e esclarecidos com respeito e consideração. De acordo com Subtil (2014, p. 31-32):

A comunicação é a base da solidariedade humana, produz os limites sociais, fictícios ou não, que ligam os homens e tornam a vida associativa provável. A sociedade é possível devido às forças de ligação que permitem a inteligibilidade de uma realidade partilhada pelos coparticipantes.

Partindo para uma “existência dialógica ou a vida em diálogo”, segundo Buber (2001, p. 29), continuamos dizendo que

[...] as principais categorias desta vida em diálogo são as seguintes: palavra, relação, diálogo, reciprocidade como ação totalizadora, subjetividade, pessoa, responsabilidade, decisão-liberdade, inter-humano.

Retornamos a Subtil (2014), quando ela descreve que

[...] a comunicação é o processo através do qual se constroem, aprendem e utilizam formas simbólicas que trazem a realidade à existência humana. A comunicação humana é a atividade que constrói uma nova dimensão da realidade, o mundo codificado e pleno de significado que, constitui a realidade simbólica em que vivem os indivíduos (p. 33) [...]

A ênfase de Carey na comunicação em copresença, na interação focalizada, na importância dos pequenos sistemas sociais e na primazia dada aos lugares concretos onde se forja a construção de sentido, provém da relevância que concede ao ritual como experiência social comunicativa, primária e intensa, de criação de emoções, conhecimento, moral e comunidade (ou mesmo união mística) (p. 37).

Esse contexto de alteridade e respeito pelas experiências do catador de resíduos possibilita o encontro de saberes que podem ser compartilhados entre todos os atores da cadeia de reciclagem. Acreditamos que um trabalho construído coletivamente e convivido pode gerar uma coexistência mais respeitosa e harmoniosa e, nesse sentimento mutualístico, nos remetemos ao prefácio do livro “Do Diálogo e do Dialógico”, de Martin Buber, que viveu entre 1878 e 1965, publicado em 2014, quando o tradutor descreve que “Eu só existo na medida em que digo Tu ao outro, aceitando-o irrestritamente em sua alteridade, com a totalidade do meu ser, e por ele sou assim aceito. O Eu sem o Tu é apenas uma abstração”.

Essa conjuntura é um processo educativo de mão dupla, no qual se aprende junto, que ajuda os interessados, segundo Freire (2017), a “ler o mundo para poder transformá-lo pela cooperação, unificação e organização, baseado no conhecer solidário, na vocação ontológica, no amor, no diálogo, na esperança e na humildade”.

É importante considerar Canclini (2015) quando disserta sobre a questão de identidade e apresenta os conceitos de multiculturalidade que supõem aceitação do heterogêneo e interculturalidade, que “implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos” (p.17), e assim não existiria a necessidade de aceitar ou tolerar o outro, mas apenas considerar naturalmente as relações entre diferentes.

As teorias comunicacionais nos lembram que a conexão e desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos. Portanto, o espaço *inter* é decisivo. Ao postulá-lo como centro das investigações e da reflexão, essas páginas buscam compreender as razões dos fracassos políticos e participar da mobilização de recursos interculturais para construir alternativas (CANCLINI, 2015, p. 31).

De acordo com Hall (2002):

[...] Na falta de conceitos menos complexos que nos possibilitem refletir sobre o problema, não resta alternativa senão continuar utilizando e interrogando esse termo (p. 51). [...] o “multiculturalismo” apresenta algumas dificuldades específicas. Denomina “uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais” (p. 52).

“Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua ‘identidade original...’ – ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas e multiplicidade gerados pelas sociedades múltiplas” (p. 52).

Observamos que a comunicação e as poéticas contemporâneas podem promover a aproximação e o distanciamento entre pessoas e entre pessoas e instituições. Segundo Canclini (2015, p. 45), é

[...] algo constitutivo das interações cotidianas, à medida que no trabalho, no transporte e nos demais movimentos comuns se desenvolvem processos de significação. Em todos esses comportamentos estão entrelaçados a cultura e a sociedade, o material e o simbólico.

Canclini (2015) também traça uma reflexão sobre “como a globalização pode ser menos excludente” e a respeito da “necessidade de políticas regionais e mundiais para a garantia da diversidade cultural”.

A seguir, apresentamos um breve percurso histórico de ações decorrentes das políticas públicas intersetoriais, relacionadas aos catadores ocorridas em Mato Grosso, nas quais tivemos a experiência em participar. Destacamos que esse breve histórico foi fruto da memória coletiva do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental em Resíduos Sólidos, constituído pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso.

No ano de 2000, foi criado, no estado de Mato Grosso, o Fórum Estadual “Lixo e Cidadania”, e dois anos depois esse fórum elaborou a minuta da lei sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, que foi amplamente discutida com a sociedade. Essa minuta passou pelos trâmites internos do órgão e foi enviada à Assembleia Legislativa para os devidos encaminhamentos.

Esse trabalho culminou na publicação da Lei Estadual nº 7.862/2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Esse tema ganhou destaque nas três conferências nacionais: Conferência de Saúde: “Saúde e Qualidade de Vida, Políticas de Estado e Desenvolvimento” (2007); das Cidades: “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano articulada, com participação e Justiça” (2007); e de Meio Ambiente: “Vamos Cuidar do Brasil” (2008).

E em 2009, realizou-se a I Conferência Nacional de Saúde Ambiental: Saúde e Ambiente, Vamos Cuidar da Gente. Nesse mesmo ano, realizou-se em Mato Grosso a I Conferência Estadual de Saúde Ambiental, compatibilizando os resultados das dez conferências regionais pela articulação entre as Secretarias de Estado do Meio Ambiente, de Saúde e de Planejamento e Coordenação Geral. E assim foram abordados três eixos temáticos: 1º Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental no Campo, na Cidade e na Floresta; 2º Produção, Ambiente e Saúde: Desafios dos Processos de Trabalho e Consumo nos Territórios; e 3º Democracia, Educação, Saúde e Ambiente: Políticas para a Construção de Territórios Sustentáveis. Vale aqui destacar que o tema Resíduos Sólidos foi a grande preocupação nas conferências intermunicipais e na conferência estadual, sendo evidente a inquietação da sociedade mato-grossense com a degradação e a contaminação dos ambientes naturais com os diversos tipos de resíduos sólidos.

Segue registro de atividades relacionadas aos catadores, em ordem cronológica, registradas pelo Grupo de Trabalho de Resíduos, da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Mato Grosso:

2008 – Iº Encontro das Catadoras e dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, Cuiabá – MT.

2009 – IIº Encontro das Catadoras e dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e o “Iº Cata Mato Grosso”.

2010 – Iº Encontro dos Fóruns “Lixo e Cidadania”.

2010 – IIIº Encontro de Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis no município de Poconé. Teve como resultado a elaboração de uma Carta Aberta às Autoridades.

2011 – Publicação do Decreto 572/2011, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.

2012 – Iº Seminário “Lixo, Cidadania e Dignidade” – Rumo à Sustentabilidade (outubro).

2012 – IIº Seminário “Lixo, Cidadania e Dignidade” – Rumo à Sustentabilidade (dezembro).

2013 – III Seminário de Resíduos Sólidos: Perspectivas socioambientais e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

2013 – Projeto Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos, constituídas por Catadores e Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – Projeto “MT Pró-Catador”.

2014 – Iº Seminário Coleta Seletiva Solidária e instituída uma comissão de caráter permanente, formada por servidores estaduais de diversas secretarias para disseminação e acompanhamento do programa Coleta Seletiva Solidária.

2014 – Seminário Pró-Catador: Inclusão Produtiva das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis. O Seminário MT Pró-Catador.

2014 – A identificação e o cadastramento dos 2.659 catadores e catadoras foi realizada pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania-SETASC, em ação articulada com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA, sendo registrado no Cadastro Único/CECAD/MDS.

2015 – II Encontro dos Catadores e das Catadoras de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Vale do Rio Cuiabá – espaço para discussão e reformulação do comitê de base integrante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em diálogo com a Economia Solidária.

2016 – Curso: “Agente de Gestão de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental” – conteúdo: 1 – Motivação e Relacionamento Interpessoal; 2 – Ecologia Humana; 3 – EPI – Equipamento de Proteção Individual; e 4 – a Política Nacional de Resíduos e os direitos dos catadores de materiais recicláveis. Em parceria com a Universidade de Cuiabá, Total Segurança – Equipamentos de Proteção, Secretaria de Estado de Meio Ambiente MT.

2016 – Custeio do deslocamento de 14 catadores para participação no IIIº Encontro de Catadores da Amazônia Legal – ECAL, realizado em Belém, Pará – viabilizado pelo projeto MT Pró-Catador.

2016 – Oficinas de Educação Ambiental; Economia Solidária; Associativismo e Cooperativismo e Gestão Financeira pelo Projeto “MT Pró-Catador”, para catadores e catadoras no âmbito da relação homem e meio ambiente, compreendendo sua posição na sociedade e seus direitos sociais. As oficinas foram realizadas em cinco cidades polos: Cuiabá, Sinop, Cáceres, Tangará da Serra e Rondonópolis.

2016 – Multi-Ações no Lixão de Várzea Grande MT, com a participação de diversos órgãos estaduais, como: Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS/MT, em parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura Rural Sustentável, de Assistência Social e de Saúde, Defensoria Pública Estadual, Universidade de Cuiabá, Total Segurança – Equipamentos de Proteção e Galvão Cabeleireiros, Procuradoria do Estado de Mato Grosso e Defensoria Pública.

2018 – “Construção de Composteira e de uma Horta Escolar” no município de Várzea Grande para transformar resíduos orgânicos em adubo para utilização na horta escolar; sensibilizar os estudantes para a criação de hábitos alimentares mais saudáveis.

2018 – “Horta escolar: produzindo com consciência” em Nova Mutum na Escola Estadual Padre Johannes Berthold Henning, para implantação da horta escolar e composteiras, utilizando como adubo os resíduos orgânicos produzidos na confecção da merenda escolar e outros trazidos pelos estudantes.

2018 – “Projeto do óleo vegetal à luz” em Matupá, na E.E. Luiza Miotto Ferreira, para sensibilizar a comunidade escolar sobre os impactos do lan-

çamento indevido de óleo de cozinha direto no meio ambiente, revelando alternativas do uso desse resíduo, diminuindo seus danos.

2018 – “Horta escolar” em Santo Antônio do Leverger na Escola Estadual Vanderlei Cecatto para implantação da horta escolar e composteiras, utilizando como adubo os resíduos orgânicos produzidos na confecção da merenda escolar e outros trazidos pelos estudantes, promovendo a consciência ambiental e hábitos alimentares saudáveis.

2018 – “Construção de Composteira e da Horta Escolar” em Sinop na E.E. Edina Dalabetta para a construção de composteira para transformar resíduos orgânicos em adubo para utilização na horta escolar; sensibilizar os estudantes na criação de hábitos alimentares mais saudáveis.

Outras atividades realizadas continuamente de 2000 a 2019:

- Atividades do Fórum Mato-grossense “Lixo e Cidadania”, como fomento à coleta seletiva nos municípios de Campo Verde, Colíder, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Poconé, Tangará da Serra, Primavera do Leste, Diamantino, São José dos Quatro Marcos, Mirassol D’Oeste, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Rosário Oeste, Barão de Melgaço, Curvelândia, Sorriso, Sapezal, Cáceres e Alta Floresta;
- Ações de fomento à criação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos municípios de Mirassol D’Oeste, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Jaciara, Poconé, Rondonópolis, Colider, Lucas do Rio Verde, Diamantino, Cuiabá; e Implantação dos seguintes Fóruns Municipais: Mirassol D’Oeste, Juína, Primavera do Leste, Jauru, Guiratinga, Matupá, Colider, Nossa Senhora do Livramento, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Jaciara, Rondonópolis, Poconé, Várzea Grande, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Rosário Oeste, Jangada, Acorizal, Campo Verde, Nova Brasilândia.

## Considerações finais

Diante dos aspectos conceituais, culturais e comunicacionais apresentados no contexto da sociedade contemporânea, com sua forma regida pelo poder de consumo, distinguindo classes sociais, podemos refletir sobre a exclusão de determinados grupos, seres invisibilizados, como os catadores que coletam e classificam resíduos depositados em áreas afastadas daqueles que os despojam.

A imagem gerada dos resíduos em decomposição estigmatiza os catadores, que vivem também como resíduos da sociedade e que realizam o trabalho para que esses materiais voltem à cadeia produtiva por meio da reciclagem, realizando o trabalho que a classe que o gerou não realiza, mas que é de extrema importância para a não retirada de matéria-prima dos ambientes

naturais e para a disponibilização de grande quantidade recursos para a indústria da reciclagem.

Vale destacar que a escolha da profissão de catador não é um ato individual e arbitrário; é resultado de forças ecoadas do coletivo social que agem invisivelmente, mas de forma eficientemente operacional e magnética em seu estilo.

## Referências

- ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. L. C. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAUDRILLARD, J. Função-signo e lógica de classe. In: **A Economia Política dos Signos**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996. p. 9-49.
- BAUMAN, Z. A cultura do lixo. In: **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p. 117-164.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauros, 2001.
- BUBER, M. **Do Diálogo e do Dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CALVINO, Italo. **As cidades contínuas** 1. As cidades invisíveis. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 105-107.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, Desiguais e Desconectados – Mapas da Interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- CECCATO, P.; SALOMÃO, L. ; GOMEZ, R. A sociedade de hiperconsumo e as marcas de moda. **Rev. ModaPalavra**. E-periódico. Ano 6, n. 9, jan./jul. 2012, p. 116-132. ISSN 1982-615x.
- FOCILLON, H. **Vida das Formas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983. p. 11.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GAMBARO, D. Bourdieu, Baudrillard e Bauman: O consumo como estratégia de distinção. São Paulo/USP: **Rev. Novos Olhares**, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012.
- GIBRAN, K. **O Profeta**. Porto Alegre: L &PM, 2018.
- GUIMARÃES, Ana. A.; MELAZZO, Everaldo. S.; GUIMARÃES, Raul. B.; MAGALDI, Sérgio. B. A Propósito do debate sobre Exclusão Social: Aportes Teóricos, Escala Local e Indicadores Sociais. Contribuições Científicas – XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB: **Anais**, AGB, julho de 2002. CD-Rom.
- HALL, S. **Da diáspora – identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MACEDO, F. A moderna sociedade de consumo como instrumento de estigmatização da humanidade. **Anais XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC**, 2014. p. 68-87. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=11>>. Acesso em: 24/07/2021.

MAFESOLLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAIA, R. C. M. Forma e experiência: a visão ambivalente de Simmel. **Rev. Logos – Comunicação & Universidade**. Visões da Contemporaneidade. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social, n. 10, p. 51-55. Jan. 1999.

MARICATO, E. B. **Cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NUSSENZVEIG, M. **Curso de Física básica, 1: Mecânica**. São Paulo: Ed. Blucher, 2013.

PIRES, W. Notas sobre as formas de apropriação dos resíduos sólidos urbanos: pensando a partir dos documentários Boca do Lixo e Lixo Extraordinário. **Rev. Mundaú**, 2018, n. 5.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. São Paulo: Vozes, 2001.

SGUAREZI, S. B.; SILVA, J. J. da; FROEHLICH, A.G.; MELO, S.A.B.X. de. Inovação Social em uma Cooperativa de Catadores. São Paulo: **Anais do VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**, 2017. p. 1-16.

SILVA, R. F. S. da e VIEIRA, A. B. Exclusão Social: Diálogo acerca dos catadores de recicláveis da AGECOLD – Dourados/MS. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 1, n. 38, p. 22-40, jan./jun. 2016.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Trabalho apresentado no Seminário sobre Exclusão Social, Puc/SP, maio de 1998.

SUBTIL, F. A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey. **Anais Intercom – RBCC**. São Paulo, v. 37, n. 1, p. 19-44, jan./jun. 2014.

VIEIRA, A. B. **O Lugar de cada um: Indicadores Sociais de Desigualdade Urbana**, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2005. 149 p.

# Cultura afro na Festa de São Benedito em Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento<sup>1</sup>

*Maria de Lourdes Fanaia Castrillon<sup>2</sup>*

*José Serafim Bertoloto<sup>3</sup>*

## **A Dança do Congo na Festa de São Benedito em Cuiabá**

As devoções à Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito<sup>4</sup> no Brasil iniciaram com as construções de capelas, igrejas e constituição de irmandades, que serviram de agentes catequizadores católicos dos novos fiéis de origem afrodescendente (SILVA, 2014, p. 38). Para Abreu (2007), em Cuiabá, o papel dos negros na forma de festejar São Benedito ocorre desde o período colonial. O santo de origem negra foi o primeiro africano canonizado pela Igreja Católica. Os santos, segundo Caio Boschi (1986, p. 12), poderiam ser considerados na época símbolos da verdade racial e social do Brasil: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia eram invocações dos negros pela afinidade étnica, pela identidade de origem geográfica e pelas identidades das agruras. Assim, os negros reuniam-se em torno de um santo de cor. Havia uma espécie de afinidade étnica de parentesco com o santo muito mais do que o aspecto religioso (BASTIDE, 1971, p. 166-178).

---

<sup>1</sup> Uma versão parcial do referido texto foi publicado na revista CLAEC, 2021/1.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Cultura Contemporânea da UFMT. E-mail: mary\_lourdes1996@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Comunicação. E-mail: serafim.bertoloto@gmail.com.

<sup>4</sup> São Benedito, irmão leigo, nasceu na Sicília em 1526, filho de escravos africanos, núbios; foi libertado ainda jovem. Juntou-se a um grupo de frades franciscanos e foi trabalhar na cozinha do mosteiro. Analfabeto, chegou a superior do convento e foi rigoroso na interpretação das regras franciscanas. No fim da vida, voltou ao trabalho da cozinha e continuou a ser procurado pelas pessoas para curas. Morreu em Palermo em 1589 e foi canonizado em 1807. Considerado o santo negro, cozinheiro; por causa de sua cor, tornou-se protetor dos negros. In: BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1971, p. 361. Analfabeto e sempre exercendo serviços humildes no mosteiro, como faxineiro e cozinheiro, adquiriu fama de taumaturgo ainda em vida, sendo bastante requisitado pela comunidade. Considerado homem de oração sublime e de bondade extraordinária, faleceu no ano de 1589 em uma terça-feira de Páscoa (AUGRAS, 2005; CONTI, 1986; MEGALE, 2003. In: MENDES, Amaral Marcos, 2014,. p. 82, 83).

Durante os festejos de santos no Brasil, desde o período colonial, para Bastide (1971), os escravizados podiam participar das danças religiosas aos sábados e domingos, pois os senhores percebiam que o espaço festivo proporcionava maior rendimento ao trabalho. Já em Cuiabá, os ritos afros foram considerados profanos, porém, ao mesmo tempo, permitiam a participação nos eventos públicos de negros e pardos e possibilitavam o surgimento de uma camada paralela, que dava sustentação ao próprio ritual (SILVA, 2014, p. 40).

Ao discorrer sobre essa festa religiosa, Marina Souza salienta a visão da sociedade da época:

[...] aspectos da festa religiosa não eram vistos com bons olhos pela Igreja desde os tempos coloniais. O seu caráter lúdico, popular, permeado de danças e cantos executados nas ruas, a ingestão de grande quantidade de comida e bebida, a inversão temporária de hierarquias e a liberação de comportamentos normalmente proibidos provocavam o medo da ruptura definitiva da ordem e faziam com que as autoridades administrativas e eclesiásticas estabelecessem limites proporcionais à ameaça de desestabilização que a festa evocava. Mas, muitas vezes, também para o grupo dominante, essas festas faziam sentido, sendo usado, por administradores coloniais e observadores a eles ligados, o argumento de que a permissão para que os escravos folgassem à sua moda por alguns dias os apaziguaria e faria com que trabalhassem melhor (SOUZA, 2002, p. 191).

A celebração ao São Benedito em Cuiabá e Nossa Senhora do Livramento permite estudar não só a cultura afro-brasileira, mas a história da sociedade mato-grossense, e mais precisamente as produções culturais do negro, que durante séculos não foram valorizadas na sociedade brasileira. Hermano Hudson (2011, p. 12) menciona que estudar a cultura afro-brasileira na festa de santo no seio da comunidade cuiabana e de outras comunidades, sons e textos (estéticas e poéticas) revela facetas identitárias. As duas localidades em estudo surgiram no século XVIII, assim também o culto a São Benedito e, desse modo, nasceu um território marcado pelos signos e significantes com referencial católico, disseminado por irmandades (MENDES, 2014).

A escolha do recorte espacial contempla duas localidades, Cuiabá e Livramento, espaços sociais culturais semelhantes na forte expressão cultural pela devoção religiosa do santo, que ocorre desde o período da escravidão e compreende a identidade dos moradores das localidades mencionadas. No entanto existem também as diferenças, as especificidades de cada localidade. Nesse sentido, procura-se mostrar diferentes culturas em diferentes contextos, que, segundo Gil (2008), incluem grupos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo, repletos de continuidades, descontinuidades e silêncios.

A presente proposta de estudo tem o objetivo de dar visibilidade à Dança do Congo<sup>5</sup>, uma cultura pouco conhecida no território mato-grossense, constituída por uma teia de significados. Para Geertz (1989), a ação do homem não é destituída de cultura, sendo impossível pensar uma sociedade sem cultura. O autor enfatiza que cultura não é algo que se refere só às manifestações visíveis, mas deve ser vista como uma interpretação densa, cujos detalhes podem ser especificados diante de um fenômeno social. É preciso ressaltar que cultura e comunicação estão interligadas; para Rincon (2018), comunicação não se resume a mensagem, instrumento ou estratégia, é uma cultura de sequência e experiência, é um modo de viver a vida, é a prática narrativa do mundo. Não é algo extra, é algo que faz que signifiquemos.

Nas festanças de São Benedito em Cuiabá, a Dança do Congo vem do período da escravidão até início do século XX. Ela é uma cultura afro que retrata o conflito entre dois reinos: Angola e Congo. Essa manifestação cultural apresenta um conjunto de representações, que envolve o teatro e coreografias com movimentos lúdicos do corpo, música, sons e os instrumentos (caixa, o pandeiro, o reco-reco, o cavaquinho, o tarol, o tamboril entre outros). No período da escravidão, as celebrações, geralmente vinculadas às irmandades religiosas negras com o propósito de homenagear os seus santos de devoção, costumava-se realizar a coroação de reis e rainhas, que desfilavam com grande pompa pelas ruas das cidades coloniais, seguidos por multidões festivas (AGUAS, 2013).

Os enredos representados por meio de falas entremeadas de termos africanos na época da escravidão horrorizavam os observadores europeus, sendo expressão máxima de uma alteridade vista como primitivismo, característico do continente africano (SOUZA, 2014, p. 236).

---

<sup>5</sup> A Dança do Congo é uma prática centenária que consiste na representação de um enfrentamento entre dois reinos africanos. Trata-se da luta entre o Reino do Congo e o Reino da Bamba por causa do descumprimento do primeiro em relação à entrega da mão de sua filha ao segundo. A reação do rei de Bamba é enviar seu secretário de guerra e seus soldados com a mensagem de que, se não houver cumprimento da promessa, será deflagrada uma guerra. É uma dramatização que descende da história e práticas culturais da África, que contém ainda vários elementos originais. In: SERRANO, Vecino, Laura Marcela. **Dança do Congo em Vila Bela da Santíssima Trindade**: entre as dinâmicas imediatas e a interculturalidade. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2017, p 60. A primeira notícia que se tem de uma festa de Congado no Brasil data de 1674, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife, em Pernambuco (Fundação Cultural Palmares [FCP], 2009). Durante tais celebrações, geralmente vinculadas às irmandades religiosas negras com o propósito de homenagear os seus santos de devoção, costumava-se realizar a coroação de reis e rainhas, que desfilavam com grande pompa pelas ruas das cidades coloniais, seguidos por multidões festivas. In: AGUAS, Carla Ladeira Pimental. **Cadernos de estudos africanos**, janeiro-junho de 2013, 25, p. 61-18.

Em nível mais terreno, coroas, cetros, mantos e roupas vistosas distinguíam os membros da corte festiva que, depois das cerimônias religiosas assistidas em lugar especialmente reservado a ela na igreja, desfilava em cortejo pelas ruas das cidades ao som de músicas africanas e presidia de seus tronos, instalados sobre tabladados, as danças, que podiam se estender por horas (SOUZA, 2014, p. 227).

Roger Bastide (1971) argumenta que a dança foi uma forma dos escravizados se aproximarem de seus ancestrais e do território africano, uma vez que, ao chegarem como mão de obra no Brasil, não transportavam as estruturas da África, alguns costumes foram adaptados e ressignificados. O catolicismo negro que ocorreu dentro das confrarias impediu de certa forma a assimilação total dos negros à religião do branco (BASTIDE, 1971, p. 179).

No Brasil, havia vários tipos de irmandades, dos brancos, dos pretos e dos pardos, uma instituição constituída por hierarquias sociais, incluindo a ocupação do espaço de culto ao santo e também os privilégios.

Em Cuiabá, ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário, encontra-se geminada a capela de São Benedito, construída pelas mãos dos escravizados, porém não para os santos que representavam a sua fé (ABREU, 2007). Cristiane Silva (2003) aponta a segregação realizada no espaço sagrado da Igreja do Rosário no período da escravidão; o local ocupado pelos cativos situava-se na parte baixa da nave nos cultos divinos, independentemente do fato de serem irmãos do Rosário ou não. Nas conversas informais, são comuns as expressões de que São Benedito é inquilino da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Para Abreu, em Cuiabá, no Livro Tombo da Igreja do Rosário de Cuiabá, consta o pedido de licença feito a Dom Pedro I para funcionamento da Irmandade de São Benedito em Cuiabá em 1828.

Vossa Magestade Imperial se digne Approvar a instituição da dita Irmandade, revalidando-a com a Imperial Sancção, sem embargo da nullidade com que foi instituída, e confirmando os vinte seis Capitulos de Compromisso, que com esta apresentação para servir de regra à mesma Confraria (Livro Tombo 1828 da paróquia de do Rosário e S. Benedito. In: DJACY, p. 206).

A apresentação da dança realizava-se ao som de batuques e cânticos, que de certa forma foi alvo de críticas das autoridades políticas e religiosas. Assim foi sempre visada pelas autoridades da capital como uma cultura profana, atrasada e inapropriada. O momento histórico em que a Dança do Congo foi excluída em 1919 pelo bispado da diocese da capital, os discursos políticos no Brasil republicano da época pautavam-se no branqueamento da população em prol do discurso ocidental etnocêntrico. Para Homi Bhabha (1998), o etnocentrismo foi a principal estratégia do discurso colonial. Vale

lembrar que, no século XIX, a diocese já tinha intenções de retirar a dança do espaço da festa por não fazer parte dos estatutos eclesiásticos. Para Bastide:

Em Portugal, havia o costume de juntar danças mascaradas e cantos profanos nas festas religiosas, pois ao mesmo tempo que podia estar associada com ritos religiosos também podia realizar fora de uma cerimônia de maneira independente e foi nesse universo que a igreja começou a ver as cerimônias da África misturadas às cerimônias católicas (BASTIDE, 1971, p. 177-178).

A organização era feita com muita antecedência, atestando a necessidade de “certa afinção” entre dança e ritmo, ensaiados várias vezes com acompanhamento dos instrumentos (SILVA, p. 172). Os ensaios movimentavam o entorno da igreja, e os moradores eram majoritariamente negros, entre a atual [praça da] Mandioca pela ‘Rua das Pretas’ (atual Rua Governador Rondon)” (ROSA, 1996, p. 314. In: AMARAL, 2014, p. 274).

Desse modo, uma série de fatores políticos, sociais e culturais influenciou para a exclusão da dança na festança da igreja do Rosário e de São Benedito em Cuiabá, mas isso por si só não explica o fato ocorrido, é preciso uma análise mais minuciosa. O conjunto de fatores mencionados, se comparados com outras localidades, como os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (distante 400 km da capital) e de Nossa Senhora do Livramento (localizado a 40 km da capital), não justificam a exclusão social da festança em Cuiabá, uma vez que, nas localidades mencionadas, a Dança do Congo foi criada no período da escravidão e perdura até dias atuais. No entanto, para compreender realidades sociais, não podemos generalizar, é preciso especificar as diferentes práticas culturais. Para Chartier:[...] como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categoriais fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes às classes sociais ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1999, p. 16).

No entanto, em 1919, a difusão depreciativa dessa cultura no meio social contou com a imprensa, pois na época, na capital mato-grossense, o jornal era símbolo da comunicação, do progresso, da civilidade; pelas reportagens aproximava a Europa e o Brasil, cujos temas retratavam: assuntos políticos a nível de Brasil e Europa, ideais, informações sobre a moda, vestuário

e acessórios, questões sociais especialmente sobre o sistema escravista e a abolição, propagandas de remédios, enfim, vários anúncios e acontecimentos incluindo a festa de São Benedito, geralmente acompanhados de comentários contra e a favor da cultura afro, a exemplo:

Em nome dos paes de família pedimos que seja permittido nos congos exhibirem as suas espadas de pão e as cordas de folhas de flandres pelas ruas desta muito heroica cidade. Só assim os nossos filhos terão occasião de, no coração da America, aprenderem costumes da Africa, [...], mas a verdadeira, pura, a tradicional terra dos pretos beijudos e de cannelas de vidro. Já não seria pequeno o resultado, além disso, quanto não lucraria a indústria nacional com o fabrico dos sapatos vermelhos e dos escudos de papelão (O REPUBLICANO, 1898).

É interessante ressaltar que esse referido jornal defendia as ideias republicanas, entre elas a liberdade de expressão. Já o jornal *O Matto-Grosso* também publicava assuntos sobre os interesses do povo, a exemplo: “O santo apesar de preto, tem muitos fiéis brancos o que vem provar que cá pela nossa terra vão desaparecendo os preconceitos de côr, que, para mim, é a coisa mais estúpida que tem existido” (O MATTO-GROSSO, 10 jul. 1904, p. 2). Os anúncios dos jornais oficiais da época salientavam os negros atribuindo-lhes adjetivos depreciativos, geralmente associados com a moral e costumes, cor, os apelidos eram enfatizados, qualidades e defeitos, anúncios das fugas e suicídios entre outros.

O jornal *A CRUZ*, mesmo após a abolição, sempre objetivava destacar a grandeza do Brasil pela defesa do catolicismo; conseqüentemente desconsiderava as manifestações da cultura afro.

Os ensaios daquelas dansas eram feitos com muita antecedência no bairro do Baú, concorrendo a eles os representantes da raça africana. [...] antes do início da missa, surgiam os congos em frente a igreja, ostentando luxuosos trajes de seda, encarnados (vermelho) uns e verdes outros, armados de espadas e machadinhos de madeira, divididos em dois grupos, simbolizando duas hostes (tropa, milícia; denota rivalidade) guerreiras. Cada uma dirigida por um rei, dançando ao som de adufes e pandeiros. Terminada a Missa, a congada acompanhava os festeiros até sua residência, cantando (*A CRUZ*, n. 1588, 1943).

*A TRIBUNA* também foi um jornal que tecia comentários estigmatizados: “[...] lamentamos que ainda seja uma das suas partes importantes o reticulo reinado com semelhança dos tempos idos era o chá do festejo, mas que hoje denota supino atraso da nossa civilização” (*A TRIBUNA*, 11 jun. 1885, p. 1). Por outro lado, ainda no período da escravidão também existiram jornais pela defesa do negro, cujos assuntos de modo geral incentivavam

a identidade afro como tentativa de poder superar estigmas pela educação escolar. O objetivo desse jornal era desconstruir a naturalização de que o escravizado ou forro estava destinado sempre à aceitação do sistema escravista (CASTRILLON, 2018, p. 8).

No entanto, a partir da década de 2000, os movimentos de empoderamento étnico afro-brasileiro intensificaram-se, e a forte pressão social levou os poderes públicos e os meios de comunicação a uma maior valorização da cultura afro em nosso país, que culminou na Lei 10.639/003<sup>6</sup>. Apesar disso, não se ouve falar sobre a Dança do Congo que ocorreu no passado no espaço da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cuiabá. Nesse sentido, observa-se que há um silêncio sobre a questão e conseqüentemente o desconhecimento da produção cultural, pois no universo escolar dos livros didáticos o assunto ainda é inexistente. Le Goff (1996) argumenta que tanto a presença como a inexistência de um registro, monumento ou qualquer outro vestígio sobre um fato ou fenômeno não foi um acaso; são efeitos de manipulações ideológicas, pois o silêncio também fala, é também uma forma de comunicar algo inexistente sobre um fato, um fenômeno ou um protagonista. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 426).

A cultura ocidental construiu no passado o discurso histórico produzindo um conhecimento etnocêntrico sobre a Dança do Congo capaz de excluí-la, não somente do evento da festa de santo da Igreja do Rosário de Cuiabá, mas de modo geral da memória social. Para Eni Orlandi, há uma relação entre memória, esquecimento e silenciamento; todo silêncio (ou esquecimento) sustenta um projeto ou uma identidade. O silêncio pode oscilar entre as barreiras do encobrimento e do indizível, em alguns casos, esbarra na incapacidade de comunicação (GUIMARÃES, 2016, p. 5). As experiências culturais e epistemológicas que não se adequavam aos objetivos da dominação colonial e capitalista foram marginalizadas e esquecidas. Lembrá-las e reinventá-las significa defender que há um ocidente não ocidentalista (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 18).

Um fenômeno ou fato social inserido num determinado contexto histórico é movido por ideias políticas e ideológicas, embora as apropriações possam ser diversas.

---

<sup>6</sup> PRESIDÊNCIA da República. Casa Civil Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, dá outras providências Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. In: [http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf). Acesso em: 24/11/2021.

## A Dança do Congo em Nossa Senhora do Livramento

No município de Nossa Senhora Livramento, essa referida dança surgiu no quilombo Mata Cavalo<sup>7</sup>, comunidade negra de descendentes de africanos, localizada a 40 km da capital; depois foi transferida, durante algum tempo, para a localidade do Capão do Negro em Várzea Grande<sup>8</sup>, mais precisamente onde hoje é o Bairro da Manga. Aproximadamente na década de 1970, a tradicional dança voltou a ocorrer em Nossa Senhora do Livramento com sede na propriedade privada, a Casa São Benedito. Nesse sentido, não possui vínculo com o poder eclesiástico.

A tradição do Congo, nascida dentro de Mata Cavalo, quase se extinguiu durante as décadas em que a população permaneceu dispersa. Mas, graças à iniciativa de uma liderança, Cesário Sarat, a dança foi retomada no período de diáspora através da reorganização do grupo nas periferias urbanas onde a população passou a habitar. O passo seguinte foi a retomada da festa de São Benedito de Nossa Senhora do Livramento – onde os guerreiros do Congo passaram a apresentar-se todos os anos. Atualmente, o grupo do Congo de Livramento é formado por participantes de diversos municípios, que, geralmente, partilham uma ancestralidade comum, originada a partir do quilombo (AGUAS, 2013, p. 173).

Durante 27 anos, a festança do santo negro esteve sob o comando do falecido líder religioso de matriz africana Cesário Sarat da Silva. A referida dança ainda ocorre na festividade do santo em abril e atualmente está sob a liderança de Antônio João Batista Campos de Arruda, sobrinho de Cesário. Atualmente, o grupo do Congo de Livramento é formado por participantes de diversos municípios, composto somente por homens, característica da sociedade patriarcal. As vestimentas apresentam duas cores: azul e vermelho, o que define as posições dos dançarinos nos movimentos coreográficos, constituídos por uma teia de significados, como disse Geertz (1989). Para Oliveira (2011), o azul representa o Rei Monarco (forma com concordância de gênero utilizada pelos dançantes), e os que trajavam vermelho, o Rei de Congo. Quanto às posições dos dançarinos, são de acordo com as funções hierárquicas: Reis, Príncipes e Generais, Fidalgos e Caranguejis, os Mucacho (bobo da corte) e Secretário e

---

<sup>7</sup> Área constituída por aproximadamente 420 famílias, subdividas em seis comunidades menores: Comunidade Estiva (ourinho), Mata Cavalo de baixo, Mata Cavalo do meio, Aguas-sú (Passagenzinha), Mutuca e Mata Cavalo de Cima. In: SANTANA, Ronaldo Henrique. **Poéticas do Imaginário Popular: Serpentes no Quilombo Mata Cavalo** tese doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018, p. 24.

<sup>8</sup> Foi um quilombo localizado em Várzea Grande durante a guerra do Paraguai, constituído de escravizados e paraguaios; atualmente, localiza-se na área urbana, reconhecido pelo Governo Federal em 2009.

Embaixador, embora tenha havido uma mudança profunda no desempenho desses papéis, segundo Oliveira (2011, p. 70).

Figura 1 – A Dança do Congo em Nossa Senhora do Livramento, 2018



Fonte: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=15969&noticia=documentario-sobre-a-danca-do-congo-de-livramento-e-lancado-na-ufmt>>.

Acesso em: 21/08/2018

De modo geral, a coreografia e a encenação constituem rituais que criam performances, novas realidades sociais por envolver implicitamente os corpos dos participantes; eles encenam hierarquias sociais e estruturas de poder; rituais transcendem o tempo comum e são assim sentidos como sagrados (WULF, 2013, p. 102-113)

Uma das interpretações dramáticas que a dança apresenta é a história de dois reinos afros (Congo e Angola), que ainda parecem ter pouca visibilidade no mundo social do território mato-grossense. Segundo Oliveira:

[...] a manifestação artística fortemente representada como teatro ritual se afirma como expressão da devoção a São Benedito que representa um sincretismo que agrega o curandeiro, o guerreiro e o monarca, como ponto de convergência da religiosidade, da expressão artística e demarcando o território negro (OLIVEIRA, 2011, p. 44; 63).

A leitura de mundo de muitos brasileiros sobre essa poética afro-brasileira ainda se apresenta por vezes orientada pela inferioridade e marginalização, sendo preciso desnaturalizar as concepções depreciativas dessa dança.

Muito precisa ser feito, mas a crescente sociedade política global indica que as opções decoloniais aumentarão e assim contribuirão para remapear o fim da estrada para a qual a civilização ocidental e a matriz colonial de poder nos levaram (MIGNOLO, 2017, p. 14).

Segundo Rincon (2018), somos filhos de uma cultura bastarda, sendo preciso recuperar a memória afro que mora conosco e libertar dos mecanismos de controle, dando espaço para novos modos de pensar cada realidade; a formação educacional mediante inúmeras inovações tecnológicas é um dos caminhos.

### **Imagem, cultura e educação**

No século XIX, os conceitos de evolução de um país não estavam destinados à África. A Europa era divulgada como a irradiadora da civilização, e não restava outra opção senão descrever a África sob a ótica da submissão, dos mais capacitados para chegar perto da civilização (SCHWARCZ, 2001, p. 116).

Nesse contexto, a África foi concebida como berço da barbárie; assim a discriminação e o estigma recaíam principalmente sobre os escravizados, uma vez que, no período da escravidão no Brasil, o indivíduo era visado pela cor, maneira de ser, de vestir e pelos objetos que portava. Uma das principais estratégias da escravidão foi o estrangulamento da identidade étnica dos escravos em nível ideológico e prático das relações societárias (BANDEIRA, 1991, p. 10). Segundo Homi Bhabha:

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, míticas e, que é crucial, reconhecidas como tal (BAHBHA, 1998, p. 125).

No espaço escolar e no mundo social, observa-se uma hierarquia sobre a cultura mato-grossense, maior privilégio para o cururu e o siriri<sup>9</sup>. Para

---

<sup>9</sup> O cururu e siriri, música e dança, respectivamente. Como uma das manifestações culturais mais tradicionais do estado de Mato Grosso, o cururu e siriri, segundo Barcelos (2010, p. 11), “originam-se nas tradições seculares indígenas, que foram assimiladas por comunidades rurais e ribeirinhas, repassados pela tradição oral entre pai e filho. O cururu e o siriri se inter-relacionam por ser manifestações culturais que nasceram num mesmo contexto, nos folguedos populares das festas de santo. O cururu se coloca, pelo menos no recorte geográfico de nosso estudo, como prática resistente às inovações performáticas advindas de outras esferas de produção artística, conservando ainda uma performance criada nos próprios rituais sem uma sistemática preparação anterior. As novas práticas midiáticas estão influenciando esses fazeres, modelando-os ao regime da comunicação e de consumo para um mercado emergente de cultura popular, ressignificando essas manifestações artísticas. No mesmo ambiente cultural do cururu, dançado somente por homens, os grupos de siriri incluem homens e mulheres, vêm cada vez mais transformando suas performances, valendo-se de metodologias e técnicas

Mignolo (2017), essa hierarquia privilegiou o conhecimento ocidental e foi institucionalizada no sistema universitário global, nas editoras. Desse modo, ainda são enormes as lacunas nos aprendizados que compreendem as relações étnicas raciais. Para exemplificar, conteúdos abarcados na escola, como quilombos, ainda são de maneira simplificada, e geralmente o assunto ainda se apresenta como algo generalizante. A exemplo, os modos de viver étnicos, moradia e adereços, as diferenças culturais entre as comunidades quilombolas ou até mesmo as diversas religiões de matriz africana não são especificadas. Com isso surgem vários questionamentos: o que os alunos da Educação Básica sabem sobre a Dança do Congo de Mato Grosso? E como se apropriam dos elementos culturais afros e de seus descendentes?

Uma das formas de perceber a cultura afro distante de olhares etnocêntricos, em especial a Dança do Congo, é por meio da formação educacional, cujo aprendizado do homem perpassa pela educação formal e não formal. Com relação à aprendizagem informal fora dos contextos educativos, há alguns anos houve uma predominância do entretenimento audiovisual (MASSAROLO; MESQUITA, 2013). Acrescenta-se que atualmente os processos de aprendizagem não formal incluem de modo geral a tecnologia que acontece fora da escola, e a mídia digital (televisão, You Tube, WhatsApp, Facebook, Instagram) também é significativa. Ainda que seja necessário implementar inovações frente aos avanços tecnológicos que buscam desenvolver competências e habilidades de curadoria e a gestão de conteúdo (MASSAROLO; PADOVANI, 2019, p. 3), a Dança do Congo enquanto conhecimento permanece ausente no processo do aprendizado educacional.

De modo geral, observando alguns planejamentos pedagógicos de escolas públicas e privadas da capital mato-grossense sobre a Dança do Congo enquanto um conhecimento seja da área da arte, da linguagem ou da história, pode-se dizer que há um silêncio institucional pela ausência do tema nos

---

mais explicitamente pensadas e desenvolvidas, adequando-se às novas demandas do consumo e da comunicação. De uma forma ou de outra, ambas as manifestações buscam, dentro de suas características intrínsecas, uma performance ideal e única. (In: PINTO. Carlos Benedito. **Cururu e Siriri**: das festas de santo à circulação institucional na grande Cuiabá. Dissertação Mestrado em Estudos da cultura Contemporânea. Universidade Federal de Mato Grosso, 2016). A atual visibilidade dos grupos de siriri também nos revela questões sobre novas configurações identitárias na cidade de Cuiabá. O siriri e o cururu eram vistos na capital como coisa de “matuto”. A percepção em torno desses folguedos começa a mudar na década de 1990. A mudança coincide com as políticas de patrimônio desenvolvidas no âmbito municipal. O siriri e o cururu são duas manifestações rotuladas como folclóricas e bastante difundidas em Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil. Os participantes advêm de bairros populares ou comunidades rurais da região. Os grupos apresentam-se em festas de santo, bailes, carnaval e atualmente em apresentações turísticas, eventos políticos, congressos científicos e em “Festivais de Cultura Popular”. (In: OSORIO. Patricia. Os Festivais de Cururu e Siriri Mudanças de cenários e contextos na cultura popular. **Revista Anuário Antropológico**, v. 37, n. 1, 2012).

livros didáticos, portanto não há um aprendizado construído de forma positiva. Segundo Wulf (2016), o aprendizado mimético é construído por “marcas” que povoam o mundo imaginário; elas se transformam em imagens e em lembranças novas, que a fazem descobrir novos universos culturais (WULF, 2016, p. 4), uma vez que a nossa percepção é constituída por diferentes imagens devido ao poder da imaginação.

Para Adriana Hoffmann (2021), há uma preponderância do ver a imagem, e a sua difusão está integrada em nossa cultura cotidiana, associada com a tecnologia, já que faz parte da comunicação e da formação do processo cultural da criança. No entanto não se pode negar que há um excedente quantitativo de imagens em nosso cotidiano, e o excesso, segundo Ciquini (2020), não promove uma melhor comunicação; pelo contrário, no exagero, elas mais ofuscam a percepção do que efetivamente comunicam.

Em se tratando da cultura afro mencionada, a comunicação mais visível é a enxurrada de imagens estigmatizadas, construídas pela cultura ocidental ao longo do tempo histórico tanto no espaço escolar como na realidade social, e possivelmente gerou o desconhecimento no imaginário social. Segundo Santos e Meneses:

[...] O monoculturalismo descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma. Assistiu-se, assim, a uma espécie de epistemicídio, ou seja, à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizada (SANTOS; MENESES, 2009, p. 183).

Com relação às reportagens midiáticas, não se ouve falar sobre a existência dessa cultura nas festas de São Benedito em Cuiabá no passado. Parece ter sido deletada da historicidade cuiabana. Possivelmente questões ideológicas estereotipadas construídas ao longo do tempo foram peso decisivo na memória, uma vez que a cultura é construída por vivências dos grupos sociais num determinado tempo histórico. Consultas on-line às reportagens jornalísticas e aos documentários, oriundos do governo do estado de Mato Grosso, do jornal digital A GAZETA, entre outros sites, mencionam a Dança do Congo que ocorre em Vila Bela da Santíssima Trindade e em Nossa Senhora do Livramento, já que são só dois os municípios do estado mato-grossense que mantêm essa cultura. As reportagens midiáticas propagam dados informativos sobre a Dança do Congo quando ocorre o evento nas localidades mencionadas, porém, de modo geral, na memória social, ainda prevalecem a invisibilidade e o silêncio. Dessa forma, parece ser ausente o processo de incorporação que cria marcas e orienta o “aprendizado mimético”, como disse Wulf (2016).

Ainda que sejam observações empíricas que precisam de maior investigação, os conceitos apresentados pelas reportagens jornalísticas sobre a linguagem são simplificados.

É importante mencionar que o estudo está em construção, mas a princípio a metodologia utilizada está respaldada na pesquisa qualitativa, contemplando levantamento das produções de pesquisas realizadas no Brasil e em Mato Grosso, pois a Dança do Congo de Nossa Senhora do Livramento ou de Vila Bela tem sido tema de estudo das produções acadêmicas. Além das referências, é relevante a etnografia que inclui observações e coleta de dados como: fotos, iconografias, documentos manuscritos e as entrevistas abertas, que possibilitam aprender identidades, as experiências de vida incluindo gestos, movimentos coreográficos, expressões faciais dos diversos grupos sociais entre outros. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (MINAYO, 2003, p. 197). Ressalta-se que os procedimentos metodológicos devem ser articulados com as problematizações: desse modo, o estudo pode fomentar novos questionamentos e, portanto, novas reflexões.

### Considerações finais

Nos dias atuais, ocupar o espaço religioso na maior festança religiosa da capital mato-grossense significa exibir o “status” da religião de matriz africana; por outro lado, observamos que, se no passado a Dança do Congo foi excluída do espaço da Igreja do Rosário de Cuiabá, isso fortaleceu as práticas da congada de Nossa Senhora do Livramento, que ocorre há mais de 200 anos. A cultura afro-brasileira, realizada durante a festança de São Benedito, constitui-se de rituais e símbolos que vão muito além da devoção do santo negro e envolvem a arte e a religião, temas que compreendem o debate sobre as relações raciais. No entanto a Dança do Congo, enquanto uma poética, não está inclusa no universo educacional, mas pode ser valorizada mediante pesquisas quando trazidas à luz do conhecimento do passado e do presente. É preciso estabelecer diálogos entre as referências e articular com os documentos coletados para então elaborar maior conhecimento sobre a Dança do Congo e descolonizar paradigmas.

### Referências

#### Livros

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BATISDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1971.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

MENDES, Marcos Amaral. **De capela filial a matriz paroquial**: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT, 2014.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de Rei Congo / Marina de Mello e Souza. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

### Artigos

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. Tragédia Desestabilizada: Espaços de memória e de transgressão na dança do Congo de Nossa Senhora do Livramento. **Cadernos de estudos africanos**, jan./jun. 2013, 25, p. 161-182.

ÁGUAS, Carla; ROCHA, Nilton. Cerrados rebeldes: A festa e os rostos da resistência no Planalto Central. O Cabo dos Trabalhos: **Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/ FEUC/ FLUC**, n. 4, 2010.

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. Tragédia Desestabilizada: Espaços de memória e de transgressão na dança do Congo de Nossa Senhora do Livramento. **Cadernos de Estudos Africanos** [On-line], 25, 2013, posto online no dia 11 julho 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/>>. Acesso em: 20/04/2019.

ANDRADE, Mário de. Os congos. In: **Danças Dramáticas do Brasil**. Tomo 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 9-105.

CIQUINI, Fabio Henrique. Com imagens, contra as imagens: o pensamento por imagens como resistência ao imaginário mediático. **Revista de Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 23, jan./dez. 2020.

GUIMARÃES, Letícia Batista. História e Narrativa, Memória e Silenciamento. **4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários**, 4, 2010, Feira de Santana. Anais. Feira de Santana: Uefs, 2013.

HOFFMANN, Adriana. Infâncias, Cultura Visual e Consumo: Reflexões de pesquisas. UNIRIO – **Cad. Cedes**, Campinas, v. 41, n. 113, p. 56-64, jan./abr. 2021.

MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo Negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. **Revista Afro-Ásia**. Salvador, n. 28, 2002, p. 125-146.

MASSAROLO & PADOVANI. **Letramento transmídia**: Um estudo sobre a produção de conteúdos escolares colaborativos, 2019.

MASSAROLO & MESQUITA. Narrativa transmídia e a Educação: panorama e perspectivas. **Revista Novas Mídias e o Ensino Superior**. Unicmap, 2013. Disponível em: <[https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09\\_abril2013/NMES\\_3.pdf](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_3.pdf)>. Acesso em: 10/04/2017.

OSORIO, Patricia. Os Festivais de Cururu e Siriri Mudanças de cenários e contextos na cultura popular. **Revista Anuário Antropológico**, v. 37, n. 1, 2012.

RINCON, Omar. **Mutações bastardas da comunicação**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2018, São Paulo (SP), Brasil, p. 65-78-75.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. **Revista Lusófona de Educação**. Coimbra: Almedina, v. 13, n. 13, 2009.

WULF, Christoph. Aprendizagem cultural e mimese: jogos, rituais e gestos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, jul./set. 2016.

### Dissertação e Tese

ABREU, Dajacy Arruda. **A Educação na Festa**: Tecituras. Da Cultura Popular na Festa de São Benedito. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

MENDES, A. Marcos. **Identidade e território**: estudo sobre a devoção a São Benedito em Cuiabá – Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

MENDES, A. Marcos. Festa de São Benedito na Igreja do Rosário: Materialidade Territorial da Devoção em Cuiabá-MTv2. **Revista Eletrônica Georaguaiá**. Barra do Garças, Mato Grosso, n. 2, p. 164-187, ago./dez. 2012.

MENDES, Marcos Amaral. **De capela filial a matriz paroquial**: irmandades, jesuítas e territórios na Igreja do Rosário em Cuiabá-MT. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

OLIVEIRA, Herman Hudson de. **Dança do Congo**: educação, expressão, identidade e territorialidade. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

PINTO, Carlos Benedito. **Cururu e Siriri**: das festas de santo à circulação institucional na grande Cuiabá. Dissertação (Mestrado em Estudos da cultura contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2016.

SANTANA, Ronaldo Henrique. **Poéticas do Imaginário Popular**: Serpentes no Quilombo Mata Cavalu. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

SERRANO, Laura Marcela. **Dança do Congo em Vila Bela da Santíssima Trindade**: entre as dinâmicas imediatas e a interculturalidade. Dissertação Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Cuiabá, 2017.

SILVA, Cristiane Santos. **Irmãos de fé, Irmãos no poder**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819). Dissertação Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2001.

SILVA, Silbene Correa Pessarolo da. **A festa de São Benedito: Estudo sobre a invenção de uma tradição cuiabana**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2014.

### Documentos

A TRIBUNA. Cuiabá, 1885-1889. APMT.

O REPUBLICANO, n. 304, Anno III. Cuiabá, 09/10/1898.

Isabela Mercuri. 21/08/2018. Disponível em: <<https://www.visitecuiaba.com.br/single-ost/2017/05/07/dan%C3%A7a-do-congo>>. Documentário sobre a Dança do Congo, 10/11-2021.

# Festa de Nossa Senhora da Conceição: tradição, saberes e cultura popular

*Nilma da Cunha Godoi<sup>1</sup>*

## Introdução

Este artigo visa apresentar meu percurso teórico-metodológico no projeto de pesquisa que estou elaborando para fins de processo seletivo na área de concentração de Estudos da Cultura Contemporânea. O interesse pelo tema “Passagem da Conceição: tradição, saberes e cultura popular” surgiu a partir da minha área de formação, leituras e vivências, aumentado com a minha participação na Disciplina Estudos Interdisciplinares em Comunicação e Mediações Culturais: tensões contemporâneas, neste semestre, como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – PPGECCO/UFMT. As indagações sobre as tradições e memórias das festas em homenagem aos santos católicos, especificamente sobre a festa dedicada à Nossa Senhora da Conceição, realizada na Comunidade de Passagem da Conceição em Várzea Grande, município vizinho a Cuiabá, partem do desejo de conhecer e analisar o processo de realização e transmissão das tradições e costumes que envolvem a festa. Para tanto, este estudo parte da interdisciplinaridade entre História e Antropologia, buscando entender a construção dos saberes populares moldados sobre um mundo oral num espaço tradicional, onde se dá a preparação e execução da festa. Hoje, Passagem da Conceição é ponto turístico gastronômico; em tempos áureos, governadores e outros políticos da região frequentavam seus restaurantes para realizar reuniões e encontros profissionais.

Acompanho aqui a afirmação de Filipa Subtil em “A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey”, quando ela afirma:

A actividade simbólica gera a cultura, e o ritual cria as formas de relações sociais nas quais os indivíduos entram como contendores de

---

<sup>1</sup> Graduada em História – Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2000). Especialista em Psicopedagogia pela UNIRONDON (2002), Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Adm. de Projetos no Setor Público – Escola Sup. de Gestão Comercial e Marketing – ESIC/PR (2006). Mestra em Educação PPGE/UFMT. Servidora efetiva do Governo do Estado do Mato Grosso (Jun/2000), atuação no ensino fundamental e médio e orientação Ensino Superior – nível Especialização EAD/UFMT.

processos que ocorrem dentro dessas formas. Através da actividade simbólica é construído o mundo cultural e social, e depois vivemos no mundo que construímos (SUBTIL, 2014, p. 36).

Nesse sentido, ao propor o projeto de pesquisa, assim como em toda atividade humana, tenho por elemento indispensável considerar que a “comunicação é a base da solidariedade humana, produz os limites sociais, fictícios ou não, que ligam os homens e tornam a vida associativa provável” (SUBTIL, 2014, p. 31).

Outro motivo que gerou o interesse pelo tema foi a impossibilidade de praticar e vivenciar as tradições festivas religiosas devido à nova e impactante realidade mundial ocasionada pela Covid-19, quando os costumes foram alterados, adequados, interrompidos. Foram necessários ajustes e adequações também no universo das festas populares, nas manifestações religiosas das tradicionais festas de santo para não quebrar a tradição. Será que foi possível a realização da Festa à Nossa Senhora da Conceição?

As festas surgem das tradições e são transmitidas de geração para geração, principalmente de forma oral com a presença física e corporal. Não há, pois, nessas tradições a ausência corporal e os saberes; os valores e práticas culturais foram presenciais até início do ano 2020. Entretanto a pandemia pelo novo coronavírus alterou a rotina, a vida, os costumes e as tradições. E ainda não se sabe ao certo quando tudo será “normalizado”, quando o medo do contágio deixará de existir. O que observo é que as tradições e manifestações populares modificam-se o tempo todo, adaptando-se aos novos contextos e situações; caso contrário, não perdurariam no tempo, buscando manter os saberes e as memórias do povo.

A partir desse panorama, tecei as seguintes indagações para a investigação sobre os saberes e tradições populares: como a Festa centenária à Nossa Senhora da Conceição foi comemorada no dia 8 de dezembro de 2020, considerando a pandemia da Covid-19? Como serão as comemorações ao Dia de Nossa Senhora da Conceição em 2021 e 2022 diante das limitações impostas pela pandemia? De que maneira os sujeitos/atores das camadas populares lidam com o mundo contemporâneo nesse momento a fim de manter a tradição? Quais são os sujeitos/atores, famílias, que transmitem de geração a geração a tradição e os saberes da Festa à Nossa Senhora da Conceição? E olhando para o futuro, interessa-me investigar ainda: como as novas gerações participam e vão aprendendo as tradições, saberes e cultura popular a fim de preservar a memória?

A escolha do recorte temporal estabeleceu-se pelo fato presente na vida de cada ser humano deste planeta: a pandemia causada pelo coronavírus. O mundo descobriu-se impotente, o coronavírus foi registrado em 31 de dezembro de 2019 após casos confirmados na China de acordo com os meios de

comunicação e órgãos oficiais. Passou a ser o assunto e a preocupação mundial, a doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 provocou alterações avassaladoras na vida e na rotina de todos. A escolha do objeto de pesquisa e o recorte temporal visa, pois, identificar e analisar os impactos da pandemia na celebração festiva popular em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, tendo como delimitação temporal os anos de 2020, 2021 e 2022.

A pesquisa será fundamentada nos estudos historiográficos cujo pressupostos teóricos e metodológicos se pautam nos autores da Nova História ligados à Escola dos Annales, os quais enfatizam a problematização da história e ampliação das possibilidades de coleta e de análise das fontes em diálogo com autores como: Bloch (2001), Burke (2008), Certeau (2020), Ginzburg (1987), Hobsbawm e Ranger, T. (1997), Le Goff (2003), Nora (1993) e Thompson (1992). Dentro da perspectiva da História Oral, apoio-me em autores como Minayo, Deslandes, Cruz Neto e Gomes (1994), Amado e Ferreira (2006). Na Antropologia, busquei aporte teórico em Laraia (1986) e, no decorrer da pesquisa, outros autores (as) virão somar-se a esse projeto.

Tenho me dedicado à revisão bibliográfica sobre o tema: tradição, saberes, cultura popular, festas de santos, a fim de compor os pressupostos teóricos e metodológicos para investigar a festa religiosa em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. A pesquisa envolverá fontes documentais escritas, visando criar o contexto histórico da Comunidade da Passagem da Conceição e da festa popular ali realizada há mais de 100 anos por meio de entrevistas com a população local e utilização do método de observação participante (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES, 1994; AMADO; FERREIRA, 2006).

Após o levantamento bibliográfico inicial sobre Várzea Grande, Passagem da Conceição e a festa realizada em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, ainda me faltavam elementos para escrever o projeto. Busquei registros fotográficos e encontrei alguns em reportagens em sites da internet. Contudo, faltava-me sentir o local, ter clareza, vivenciar; apenas minhas lembranças sobre Passagem da Conceição eram muito vagas.

Decidi, após algumas leituras, num domingo, ir à Passagem da Conceição, que fica cerca de 15 minutos de carro da minha residência. Imaginei que, por ser um dia em que as pessoas têm mais tempo livre, talvez eu pudesse encontrar alguém para conversar, uma vez que não conheço nenhum morador de lá. A visita exploratória foi proveitosa, pude preencher lacunas e ter mais informações; procedi conforme as minhas leituras sobre métodos de pesquisa exploratória (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES, 1994).

A comunidade tem seu núcleo em torno da Igreja Nossa Senhora da Conceição e da praça da matriz. Ao chegar, de longe vi pessoas na praça, tirei algumas fotos da igreja, das fachadas das edificações que estavam fechadas

e de suas respectivas placas descritivas e, mais à frente, após o Cartório, na antiga Rua do Mercado, vi um senhor sentado numa cadeira de madeira na frente de uma residência de adobe, portas e janelas de madeiras, com um quintal grande que dá no Rio Cuiabá; uma construção de mais de 100 anos, foi o que descobri durante a conversa com aquele morador.

Parei, apresentei-me e perguntei se podia conversar com ele sobre a tradicional Festa de Nossa Senhora da Conceição. A resposta foi calorosa e positiva, e assim tive um primeiro contato informal com aquele morador daquela comunidade e mantivemos, por cerca de noventa minutos, uma conversa animada, liberdade que a pandemia tirou também.

Cabe registro que não houve aproximação e que tomei todas as medidas recomendadas para esse bate-papo à maneira cuiabana, sentados à frente da casa. Esse senhor tem 71 anos, nasceu e tem residência na Passagem, já foi festeiro e conta suas memórias, das mais simples aos casos mais fantasiosos que envolvem a história da comunidade e também podem revelar memórias de experiências individuais e coletivas (LE GOFF, 2003).

Acredito que, ao desenvolver o projeto de pesquisa, irei observar a emergência de memórias múltiplas, individuais e coletivas, assim como levantar, identificar, classificar e analisar as fontes documentais escritas e, dessa forma, conhecer a própria história e as vivências da comunidade, suas tradições e saberes em torno da festa popular à Padroeira da Comunidade.

### **Justificativa da pesquisa**

A importância de desenvolver uma pesquisa como essa se ampara na necessidade de estudar e registrar as tradições e valorizar a memória de comunidades como a da Passagem da Conceição, peculiar por sua cultura, saberes e costumes. Considerando que a cultura popular e tradicional se caracteriza pela oralidade, visualidade e corporeidade, excluindo a escrita da sua essência, ou seja, costumeiramente sua transmissão se dá de geração para geração por meio dos fazeres e saberes, entendo ser relevante pesquisar sobre o tema. Assim, necessário se faz entender um pouco mais sobre cultura, portanto trago, de forma inicial, o conceito de cultura da antropologia moderna:

Cultura são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica para padrões de estabelecimento, agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARAIA, 1986, p. 59).

Na História do Brasil, após o advento da República e com o ideário do positivismo, a cultura popular passou a não ser bem aceita, bem vista, uma

vez que essa cultura toda é afastada do campo do aprendizado formal, dos anseios de civilidade e modernização da época (SIQUEIRA, 2002). É nesse período também que a Igreja passou pela restauração dos ritos canônicos, afastando-se dos ritos populares misturados às superstições e crendices populares, contudo quem mantinha a Igreja no Brasil eram as comunidades leigas. Assim, na segunda metade do século XIX, inicia o processo de afastamento dessas festas para as periferias e depois para o campo, e depois essas festividades religiosas retornaram para as cidades.

A bibliografia sobre o tema revela que as festas populares, religiosas, culturais possibilitam o surgimento de vários saberes, suas práticas na culinária, celebrações e ritos, na música, na arte, nas redes de solidariedade e ampliação das relações sociais, perpetuam-se e atravessam gerações, levando consigo a sabedoria popular e a cultura, constituindo todo o universo do patrimônio material e imaterial.

Diante do que foi relatado, a escolha do tema de pesquisa considerou minha formação em História, minha atuação como professora da rede pública estadual e minha afinidade e interesse pelo tema. Festas religiosas fazem parte da minha história de vida; fui em muitas na minha juventude com meus avós e minha mãe e sempre gostei de tudo, porém até o momento não havia olhado para essas manifestações culturais como objeto de estudo. Ao decidir candidatar-me ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, iniciei leituras nessa área do conhecimento e comecei a ver as festas de santos com outros olhos. Todavia, pensando em somar aos estudos realizados no mestrado, busquei continuar minhas pesquisas no campo da História pelo gosto dos arquivos e por oportunizar adquirir mais conhecimentos sobre memórias e a realização de entrevistas.

Após conhecer outras pesquisas sobre o tema, comecei a buscar subsídios para definir o objeto de estudo. Primeiramente, pensei e fiz alguns levantamentos sobre uma festa religiosa familiar realizada na Comunidade de Curupira, próximo ao município de Barra do Bugres, porém percebi que a distância e a escassez de informações não me permitiriam colher informações iniciais para escrever o projeto. Voltei à leitura sobre o tema já existente, encontrei monografias e dissertações sobre festas de santo realizadas pela cuíabania e seu entorno. Ao ler o artigo “Mapas das Festas de Santo na Grande Cuiabá e suas Hinterlândias”, escrito pelo professor doutor Yuji Gushiken, que, em 2011, realizou uma cartografia das festas no perímetro urbano e nas hinterlândias da cidade, revelando várias festas que aconteciam/acontecem na região, decidi que iria pesquisar sobre uma festa de santo.

A partir de buscas na internet, deparei-me com registros sobre a festa em homenagem à Nossa Senhora da Conceição na Comunidade de Passagem da Conceição em Várzea Grande. Na certeza de que havia encontrado

meu objeto de pesquisa, continuei as leituras e pesquisas sobre tema e sobre a bibliografia para compor o estado da arte, de forma inicial, e a escrever o projeto de pesquisa.

A história do município de Várzea Grande<sup>2</sup> surge entrelaçada à história de Cuiabá. A povoação surge da doação de uma sesmaria aos índios Guanás – hábeis canoieiros e pescadores – em 1832 por parte do Governo Imperial. A localidade era caminho obrigatório das boiadas que vinham de Rosário do Rio Acima, atual município de Rosário Oeste, até chegar em Cuiabá.

Historicamente, a fundação de Várzea Grande ocorreu em 15 de maio de 1867. Por determinação do presidente da Província, José Vieira Couto de Magalhães, foi instalado um campo de prisioneiros paraguaios na margem direita do Rio Cuiabá em frente à capital (FERREIRA, 1997). Registro que os paraguaios que foram detidos eram cidadãos comuns e não oriundos dos campos de batalha e, por sobrevivência, passaram a exercer atividades nas quais eram habilidosos no corte e secagem de carne bovina e artesanato, utilizando o couro bovino. Com o tempo, a atividade tornou-se lucrativa, sendo exercida também por outros moradores da vila. Com o fim da Guerra do Paraguai, essa população se fixou, e vieram outros em busca do pequeno lugar em ascensão.

Com o aumento do fluxo de pessoas, estradas foram se formando, e os trajetos entre Cuiabá, Livramento e Poconé passavam por Várzea Grande para o ir e vir de pessoas e suas atividades comerciais. No século XIX, devido ao agrupamento de famílias em determinadas áreas, principalmente ribeirinhas, Várzea Grande passou a contar com vários povoados. A primeira balsa a fazer a travessia entre Cuiabá e Várzea Grande iniciou sua atividade fazendo a ligação comercial em julho de 1874. Quanto à sua formação administrativa, o Distrito foi criado com a denominação de Várzea Grande pela Lei Estadual nº 145, de 08-04-1896, subordinado ao município de Cuiabá. Em 1942, Cuiabá e Várzea Grande uniram-se por meio da ponte de concreto, inaugurada pelo Interventor Júlio Muller. E, em 1948, foi elevado à categoria de município com a denominação de Várzea Grande pela Lei Estadual nº 126, de 23.09.1948, desmembrando-se do município de Cuiabá.

Dos diversos povoados que se formaram no entorno do centro populacional de Várzea Grande destaque o Distrito de Passagem da Conceição, onde se encontra a centenária Igreja Nossa Senhora da Conceição e onde ocorre a tradicional Festa da Padroeira, objeto deste estudo. Até 1953, o Distrito pertencia à Cuiabá, mas, com a Lei 670/1953, passou a pertencer à Várzea Grande.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ver FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1997. 668 p.

<sup>3</sup> Ver Processo 682/2006. Processo de Tombamento da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Passagem da Conceição – Distrito de Várzea Grande/MT, arquivo permanente da Secretaria de Estado de Cultura de MT.

Um lugar de memória, e foi justamente com essa perspectiva que tomei por objeto de estudo a Festa à Nossa Senhora de Conceição, realizada pela Comunidade da Passagem da Conceição. Afinal, “tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 84).

E, ainda, conforme conceitua Le Goff (2003, p. 419), “o conceito de memória é crucial”; não é um conceito homogêneo. A memória é, então, uma forma de reviver situações da vida, de não as perder por completo no tempo; ela atualiza e resgata o passado, mantém as raízes, a identidade e os espaços.

Dessa forma, com base nos estudos de Ferreira (1997) e Tavares (2011), o Distrito de Passagem da Conceição é um dos mais antigos povoados ribeirinhos de Várzea Grande. Por volta de 1813, Manoel Antonio da Conceição, lavrador e exímio canoero, instalou-se ali com sua família e tirava seu sustento lavrando a terra e fazendo a travessia daqueles que o procuravam, o que se tornou um costume.

A capela de Nossa Senhora da Conceição foi construída em adobe, tem característica arquitetônica do final do século XIX, em estilo colonial. A imagem da Padroeira Nossa Senhora da Conceição foi doada à Comunidade pelo Cel. Joaquim Corsino e, em 1910, recebeu as bênçãos do arcebispo Dom Aquino Corrêa. A bucólica igreja fica de frente para o Rio Cuiabá, principal via de acesso ao povoado naqueles tempos.

Com o crescimento e alteração do fluxo comercial para outras regiões como Acorizal e Jangada, antes feitas em lombos de animais e através da região do Rio Cuiabá, migram para a BR 364, agora realizada por caminhões, a Passagem da Conceição sofre um esvaziamento e, sem impulso algum, o povoado enfraquece economicamente, e a população faz o que pode para manter suas tradições. Segundo Tavares (2011):

[...] o município de Várzea Grande tem no distrito de Passagem da Conceição como uma de suas localidades distritais que não perdem as características de povoados tranquilo. Neste Século XXI, o Distrito de Passagem da Conceição é reconhecido como lugar calmo, de gente humilde, além de ser um convite para muitas famílias passarem os finais de semana para descansar, sendo um dos belos Cartões Postais Matogrossense e várzeagrandense (TAVARES, 2011, p. 97-98).

Ao optar pelo tema de pesquisa “Festa à Nossa Senhora da Conceição”, busquei respaldo na proposta teórico-metodológica da história cultural de Peter Burke, porque entendo que por essa via terei condições de responder às indagações que me direcionarão na pesquisa. Segundo Peter Burke (2008), a história cultural não é o único caminho, mas é parte necessária para a compreensão do empreendimento histórico coletivo. Para tanto, conta sempre

que necessário com o auxílio de outras áreas do conhecimento, permitindo o diálogo com o passado histórico, contribuição essencial à visão da história como um todo, uma “história total”.

Com esse pensamento e objetivo, proponho estudar as tradições, saberes e cultura popular oriundas da Festa à Nossa Senhora da Conceição, pois, de acordo com Tavares (2011),

Em Passagem da Conceição, as tradições são passadas de pai para filho, onde os rituais das festas e o seu ponto mais alto é o dia 08 de Dezembro, quando se celebra o dia da Imaculada Conceição com os festejos organizados com traços herdados dos tempos coloniais e princípio do século XX, durante o início das tradicionais festas de santos naquela localidade, ficando os eventos festivos sob a orientação dos festeiros do ano, com títulos de autoridades jurídicas, como: Juiz, Juíza, Juizinho e Juizinha de Ramalhete, Alferes de bandeira, Capitão de Mastro e festeiros de Promessas. Todos se ajudam para que a cada ano as homenagens sejam solidificadas como cultura única no Distrito, como patrimônio histórico de Mato Grosso (TAVARES, 2011, p. 98).

A comunidade de Passagem da Conceição apresenta características próprias inerentes aos povos ribeirinhos tradicionais, contados pela fala de um povo particular e demonstrada na Casa de Memória Edith da Silva Fontes – “Sinharinha”, personalidade histórica da Passagem.

### **O aporte teórico-metodológico**

O projeto de pesquisa apresentado neste artigo foi inscrito sobre a perspectiva da História Cultural e do estudo qualitativo que corresponde às necessidades da investigação (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES, 1994; AMADO; FERREIRA, 2006). Está prevista a utilização de fontes documentais escritas e imagens (fotografias), observação e testemunhos por meio de entrevistas com moradores da Comunidade Passagem da Conceição, narrativas de homens e mulheres que vivem a tradicional Festa à Nossa Senhora da Conceição.

Apoiada pela pesquisa bibliográfica sobre o estado da arte, no esforço constante de compreender em seus vários aspectos os objetos descobertos na investigação. Respeitando e questionando a forma e o contexto que foram registrados, busco realizar o correto entendimento e definição do problema e dos objetivos da pesquisa, conforme discutido por Minayo, Deslandes, Cruz Neto, Gomes (1994, p. 25): “[...] a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular”.

Nessa investigação, disponho-me a trabalhar com fontes documentais, tais como: atos governamentais, leis, decretos, portarias, atas, memoriais, jornais e notícias na internet, a fim de compor o contexto histórico e atual da Comunidade de Passagem da Conceição em Várzea Grande, buscando contextualizar e criar base para responder às perguntas da pesquisa. Para realizar o levantamento das fontes documentais, farei buscas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, Instituto de Memória de Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Lazer de Várzea Grande, Secretaria de Estado de Cultura, Esporte Lazer e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a princípio.

A pesquisa sustenta-se, portanto, na perspectiva teórico-metodológica da História Cultural, porque compreendo que “[...] o que realmente importa não é a voz em si, mesmo que ela seja fundamental para a vida humana valer a pena, mas as organizações das sociedades de maneira que a voz seja importante, que a voz de todos tenha uma chance de ter relevância” (CAM-PANELLA, s/d, p. 80), e ainda, conforme Ginzburg (1987):

No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado (GINZBURG, 1987, p. 15).

Cabe destacar que a busca por fontes não será apenas em arquivos públicos e institucionais. Realizarei essa busca também junto aos entrevistados(as), em seus arquivos pessoais, na perspectiva de identificar nas fontes as relações com o objeto desta investigação.

Assim, conforme Burke (2008, p. 44), “um dos aspectos mais característicos da prática da história cultural entre as décadas de 1960 e 1990 foi a virada em direção à antropologia [...]” ou “em outras palavras, os historiadores se aproximam da visão de cultura dos antropólogos” (BURKE, 2008, p. 48), pois aprenderam a utilizar o termo “cultura” no sentido amplo, passando a usá-lo no plural, ampliando, dessa forma, seu sentido. Ocorre, portanto, o deslocamento do termo, antes empregado pelos historiadores para se referir à alta cultura, para a cultura cotidiana, o que ocorreu a partir das três últimas décadas do século XX, ganhando espaço os valores, os costumes e o modo de vida. Esse movimento possibilitou que a história abrisse novos campos ou reconsiderasse outras temáticas, como a memória, a biografia e a história oral.

Considerando a realização de entrevistas propostas no projeto de pesquisa, os procedimentos e métodos da História Oral (AMADO, 2006; FERREIRA, 2006; MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO; GOMES, 1994), contribuirão para dar significado e importância ao percurso necessário à reali-

zação da pesquisa. Acompanho o entendimento de Amado e Ferreira (2006), que consideram a História Oral como metodologia, e, nessa perspectiva, amparo-me na realização de entrevista como técnica de pesquisa.

Planejei realizar entrevistas com no mínimo 20 moradores, homens e mulheres, e preferencialmente aqueles naturais de Passagem da Conceição, distribuídos entre idosos, adultos e jovens, pessoas que estão envolvidas nas tradições religiosas da Festa à Nossa Senhora da Conceição. E realizar observação participante, exploratória em dezembro de 2021. Nas palavras de Cruz Neto (1994, p. 59), “a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”.

No decorrer da pesquisa, as entrevistas serão realizadas, conforme contato prévio e agendamento com os participantes, que poderão ser pessoais, diretamente com as pessoas entrevistadas ou ainda utilizando os recursos online por meios digitais, respeitando as orientações vividas em decorrência da pandemia, lembrando que essa fase envolvendo agentes sociais só terá início após o indispensável atendimento aos encaminhamentos e à aprovação necessária junto ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFMT.

As entrevistas serão gravadas, transcritas e editadas, na forma de texto, avaliadas e legitimadas pelos entrevistados, a fim de que atendam os requisitos como fonte histórica, sendo uma das fontes que irão compor a análise e o entrecruzamento de informações.

No mês de dezembro dos anos de 2022 e 2023, realizarei observação participante dos preparativos e comemorações em homenagem à Nossa da Conceição na Comunidade da Passagem da Conceição em Várzea Grande, visando à coleta de dados necessários à pesquisa.

O planejamento das ações do projeto contempla como instrumento para a coleta de dados a realização de entrevistas organizadas previamente, semiestruturadas, com roteiro prático e simples, a fim de guiar as conversas com finalidade específica, ou seja, que resultem em indicadores qualitativos para a investigação. Estou ciente de que o processo no campo de investigação poderá me levar à necessidade de reformulação do percurso definido para a pesquisa provocada pela descoberta de novas pistas, conforme Cruz Neto (1994, p. 62).

Dessa forma, conforme Cruz Neto (1994, p. 63), “fotografias e filmagens se apresentam também como recursos de registros aos quais podemos recorrer. Esse registro visual amplia o conhecimento do estudo porque nos proporciona documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado”.

Considerando a abordagem da investigação, realizarei uma revisão sistêmica dos estudos relacionados à temática das festas de santo, tradições,

saberes e cultura popular nas bases de dados do Portal de Dados Abertos, Teses e Dissertações da CAPES e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de verificar e registrar o que já foi produzido sobre o assunto pelos pesquisadores, que concluíram suas pesquisas sobre esse assunto, e possam me auxiliar com outras visões e entendimentos nesse processo investigativo.

Após a fase de coleta de dados, pretendo analisar, descrever e elaborar uma narrativa do processo historiográfico com o intuito de promover uma interação com o passado e o presente, buscando no passado dados necessários para alimentar o presente e o futuro (LE GOFF).

Em Le Goff encontro o referencial teórico, pois, para ele, a história começou como um relato “Eu vi, senti” e ainda:

Esse aspecto da história-relato, da história-testemunho jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica desse tipo de história devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração; mas, também ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho por intermédio do ‘retorno do evento’ (Nora), ligado à nova mídia, ao surgimento de jornalista entre os historiadores e ao desenvolvimento da ‘história imediata’ (LE GOFF, 2003, p. 9).

Outro desafio ao analisar as fontes pode ser percebido na discussão realizada por Mark Bloch (2001) em sua obra “A Apologia da história”, ou, “O ofício de historiador”, quando diz: “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Ou seja, “toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção” (BLOCH, 2001, p. 79).

Em Nick Couldry, citado por Campanella (s/d), percebo que as tradições e a cultura popular têm buscado incansavelmente superar o paradoxo:

[...] vivemos em um mundo no qual todos parecem ter voz, todos parecem mais empoderados, embora estejam menos, com menos clareza sobre para onde ir, com quem trabalhar, com quem encontrar solidariedade a fim de construir uma sociedade melhor, talvez até mesmo para preservar a possibilidade da democracia (CAMPANELLA, s/d, p. 81).

As comunidades ribeirinhas e sua cultura buscam manter sua voz por meio dos seus saberes e tradições, porém não têm sua voz ouvida a não ser por meio das organizações das sociedades, “[...] fazendo com que a voz de todos tenha uma chance de ter relevância” (CAMPANELLA, s/d, p. 80).

É nesse cenário, com esse intuito, que venho trabalhando na elaboração do projeto de pesquisa ora apresentado.

## Referências

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944 B611a, **Apologia da história**, ou, **O ofício de historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwartz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAMPANELLA, Bruno. Nick Couldry: do mito do centro mediado ao esvaziamento do mundo social – as mídias e o processo de datificação da sociedade. **MATRIZES**, 13(2), 77-87. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p77-87>. Acesso em: 18 out. 2021.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1997. 668p.
- GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**; tradução Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBSBAWM, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et. al. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teorias, métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SUBTIL, Filipa. A abordagem cultural da Comunicação de James W. Carey. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 19-44, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/6nNFF5bGkHtGbBWSRV9rSTL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021
- TAVARES, José Wilson. **Várzea Grande História e Tradição**. Cuiabá: KCM Editora & Gráfica, 2011.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- YUGI, Gushiken. Mapa das Festas de Santo na grande Cuiabá e suas hinterlândias. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, ano 16, n.16, p. 47-66, jan./dez. 2012. Disponível em: [file:///D:/NILMAGODOI/Downloads/4713-14835-2-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/NILMAGODOI/Downloads/4713-14835-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 30 jul. 2021.

Esta obra traz uma coletânea de textos escritos por professores e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), participantes do seminário “Mediações Culturais e Tensões Contemporâneas”. O livro é o terceiro volume da coleção Cadernos Multimundos, organizado pelo grupo de pesquisa Multimundos. Os dois primeiros volumes tratam também de temas discutidos em seminários anteriores, contando com a participação de pesquisadores do Brasil, Alemanha, Portugal e Barbados. O primeiro volume tem como título “Comunicação, Cultura e Sensibilidade”. E o segundo “Comunicação Cultura e o Outro”. Falar de tensões contemporâneas é tanto buscar onde e em quais grupos sociais as tensões se manifestam com mais agressividade, como é também resgatar parte da história que, repetidamente, registra entre os mais fragilizados as principais dores da exclusão e do abandono.